



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXV Nº 83, QUINTA-FEIRA, 16 DE JULHO DE 2020

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochaël
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 69ª SESSÃO, DELIBERATIVA REMOTA, EM 15 DE JULHO DE 2020

1.1 – ABERTURA 10

1.2 – ORDEM DO DIA

1.2.1 – Item 1

Projeto de Lei de Conversão nº 23/2020 (proveniente da Medida Provisória nº 925/2020), que *dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19*. **Aprovado, com emenda de redação**, após **Parecer nº 84/2020-PLEN-SF**, proferido pelo Senador Eduardo Gomes; e **Requerimentos nºs 1405, 1424, 1425 e 1426/2020** (votação nominal) (prejudicada a Medida Provisória nº 925/2020 e as emendas a ela apresentadas). À sanção. 10

1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Davi Alcolumbre)

A Presidência comunica a retificação de errata aos autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 22/2020 (**Nota Técnica nº 3/2020, das Consultorias do Senado Federal e da Câmara dos Deputados**). 33

1.2.3 – Item 2

Projeto de Lei de Conversão nº 20/2020 (proveniente da Medida Provisória nº 944/2020), que *institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos*. **Aprovado com emendas**, após **Emendas nºs 262 a 281**; nos termos do **Parecer nº 85/2020-PLEN-SF**, proferido pelo Senador Omar Aziz; e **Requerimentos nºs 1401, 1403, 1411, 1412, 1415, 1418, 1419 e 1423/2020** (votação nominal) (prejudicada a Medida Provisória nº 944/2020 e as emendas a ela apresentadas). À Câmara dos Deputados. 34

1.2.4 – Item 3

Projeto de Lei de Conversão nº 18/2020 (proveniente da Medida Provisória nº 927/2020), que *dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências*. 72



1.2.5 – Questão de ordem

Suscitada pelo Senador Randolfe Rodrigues 74

1.2.6 – Item 3 (continuação)

Projeto de Lei de Conversão nº 18/2020 (proveniente da Medida Provisória nº 927/2020), que *dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências. Retirado da pauta.* ... 74

1.2.7 – Cancelamento de sessão

Cancelamento da sessão deliberativa remota do Congresso Nacional prevista para amanhã 85

1.2.8 – Item extrapauta

Requerimento nº 1381/2020, dos Senadores Nelsinho Trad e Major Olímpio, de criação de comissão temporária externa destinada a verificar, em Angola, a grave situação dos pastores e bispos da Igreja Universal do Reino de Deus que sofrem perseguição religiosa. **Aprovado.** 88

1.2.9 – Convocação de sessão

Convocação de sessão deliberativa remota para amanhã, às 16 horas. 92

1.3 – ENCERRAMENTO 92

PARTE II**2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 69ª SESSÃO****2.1 – EXPEDIENTE****2.1.1 – Nota Técnica**

Nº 3/2020, das Consultorias do Senado Federal e da Câmara dos Deputados 94

2.1.2 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei de Conversão (CN) nº 20/2020 (proveniente da Medida Provisória nº 944/2020), que *institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos; altera as Leis nºs 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências.* 99

Projeto de Lei de Conversão (CN) nº 23/2020 (proveniente da Medida Provisória nº 925/2020), que *dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19; e altera as Leis nºs 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 6.009, de 26 de dezembro de 1973, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 13.319, de 25 de julho de 2016, 13.499, de 26 de outubro de 2017, e 9.825, de 23 de agosto de 1999.* 117

2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA**2.2.1 – Projeto de Lei de Conversão nº 23/2020 (proveniente da Medida Provisória nº 925/2020)**

Parecer nº 84/2020-PLN-SF 133



Requerimentos n ^{os} 1405, 1424, 1425 e 1426/2020	144
Lista de votação	155
2.2.2 – Projeto de Lei de Conversão n^o 20/2020 (proveniente da Medida Provisória n^o 944/2020)	
Emendas n ^{os} 262 a 281/2020-PLEN	159
Parecer n ^o 85/2020-PLEN-SF	201
Requerimentos n ^{os} 1401, 1403, 1407, 1408, 1411, 1412, 1415, 1418, 1419, 1423 e 1443/2020	226
Lista de votação	250
2.2.3 – Projeto de Lei de Conversão n^o 18/2020 (proveniente da Medida Provisória n^o 927/2020)	
Requerimentos n ^{os} 1404, 1413, 1414, 1434, 1435, 1444 e 1445/2020	254

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei n ^o 3058/2020, que <i>prorroga até 30 de setembro de 2020 a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde, de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecida na Lei n^o 13.992, de 22 de abril de 2020; e dá outras providências.</i>	271
---	-----

3.1.2 – Projetos de Lei

N ^o 3800/2020, do Senador Confúcio Moura, que <i>revoga o inciso II do art. 10 da Lei n^o 14.020, de 6 de julho de 2020, que define a garantia provisória no emprego ao empregado que receber o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, em decorrência da redução da jornada de trabalho e do salário ou da suspensão temporária do contrato de trabalho.</i>	276
N ^o 3804/2020, do Senador Randolfe Rodrigues, que <i>estabelece a obrigatoriedade de cobertura dos testes de covid-19 por planos de saúde.</i>	280
N ^o 3814/2020, do Senador Confúcio Moura, que <i>altera a Lei n^o 8.080, de 19 de setembro de 1990, (Lei Orgânica da Saúde), e a Lei n^o 13.787, de 27 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente, para obrigar o Sistema Único de Saúde a manter plataforma digital única com informações de saúde dos pacientes.</i>	284
N ^o 3816/2020, do Senador Carlos Viana, que <i>altera a Lei n^o 7.116, de 29 de agosto de 1983, a fim de tornar o número do Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF) referência padrão na numeração das carteiras de identidade emitidas por órgãos de Identificação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.</i>	290



3.1.3 – Projeto de Lei Complementar

Nº 185/2020, da Senadora Mara Gabrilli, que altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para estabelecer na anexa Lista de Serviços subitem específico em relação à atividade de marketing promocional e para definir a base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente, inclusive sobre propaganda e publicidade. 295

3.1.4 – Requerimentos

Nº 1399/2020, do Senador Humberto Costa, de adição de assinatura ao Requerimento nº 1400/2020 . 303

Nº 1400/2020, do Senador Jaques Wagner e outros Senadores, de realização de sessão especial a fim de celebrar os 120 anos de nascimento do educador Anísio Teixeira. 305

Nº 1432/2020, do Senador Jaques Wagner, de informações ao Ministro de Estado do Meio Ambiente 309

PARTE III**3.1.5 – CONVÊNIO**

Nº 26/2020 (Processo nº 00200.002721/2020-50), entre o Senado Federal e o Banco de Brasília S/A - BRB 318

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 326

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 329

6 – LIDERANÇAS 330

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 332

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 335

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 339

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 378



Ata da 69ª Sessão, Deliberativa Remota,
em 15 de julho de 2020

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência do Sr. Davi Alcolumbre.

(Inicia-se a sessão às 16 horas e 25 minutos e encerra-se às 22 horas e 12 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal

56ª Legislatura

2ª Sessão Legislativa Ordinária

69ª Sessão Deliberativa Remota, às 16 horas
Presenças no período: 15/07/2020 15:00:00 até 15/07/2020 22:12:00
Votos no período: 15/07/2020 15:00:00 até 15/07/2020 22:12:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	X	X
Podemos	PR	Alvaro Dias	X	X
PSD	BA	Angelo Coronel	X	X
PSD	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSD	RJ	Arolde de Oliveira	X	X
PSD	MT	Carlos Fávaro	X	X
PSD	MG	Carlos Viana	X	X
DEM	RR	Chico Rodrigues	X	X
PROGRES	PI	Ciro Nogueira	X	X
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	X	X
MDB	SC	Dário Berger	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	
MDB	AM	Eduardo Braga	X	X
Podemos	CE	Eduardo Girão	X	X
MDB	TO	Eduardo Gomes	X	X
Cidadania	MA	Eliziane Gama	X	X
Podemos	PI	Elmano Férrer	X	X
PROGRES	SC	Esperidião Amin	X	X
REDE	ES	Fabiano Contarato	X	X
MDB	PE	Fernando Coelho	X	X
PROS	AL	Fernando Collor	X	X
REDE	PR	Flávio Arns	X	X
Republica	RJ	Flávio Bolsonaro	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PSD	TO	Irajá	X	X
PSDB	DF	Izalci Lucas	X	X
MDB	PA	Jader Barbalho	X	
PT	BA	Jaques Wagner	X	X
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	X	X
DEM	MT	Jayme Campos	X	X
PT	RN	Jean Paul Prates	X	X
Cidadania	GO	Jorge Kajuru	X	X
PL	SC	Jorginho Mello	X	X
MDB	PB	José Maranhão	X	X
PSDB	SP	José Serra	X	X
PROGRES	TO	Kátia Abreu	X	X
Podemos	RS	Lasier Martins	X	X
PSD	AP	Lucas Barreto	X	X
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	X	X
MDB	GO	Luiz do Carmo	X	X
PROGRES	AC	Mailza Gomes	X	X
PSL	SP	Major Olimpio	X	X
MDB	PI	Marcelo Castro	X	X
MDB	AC	Marcio Bittar	X	X

Emissão 15/07/2020 22:14:30





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal 56ª Legislatura 2ª Sessão Legislativa Ordinária

69ª Sessão Deliberativa Remota, às 16 horas

Presenças no período: 15/07/2020 15:00:00 até 15/07/2020 22:12:00

Votos no período: 15/07/2020 15:00:00 até 15/07/2020 22:12:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
Podemos	ES	Marcos do Val	X	X
DEM	RO	Marcos Rogério	X	X
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	X	X
Republica	RR	Mecias de Jesus	X	X
PSD	MS	Nelsinho Trad	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PSDB	AM	Plínio Valério	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
Podemos	DF	Reguffe	X	X
MDB	AL	Renan Calheiros	X	X
PSDB	MA	Roberto Rocha	X	X
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	X	X
DEM	MG	Rodrigo Pacheco	X	X
PT	SE	Rogério Carvalho	X	X
Podemos	RJ	Romário	X	X
Podemos	ES	Rose de Freitas	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
MDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSL	MS	Soraya Thronicke	X	X
Podemos	RN	Styvenson Valentim	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PROS	RR	Telmário Mota	X	X
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	X	X
PSB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	X	X
PL	MT	Wellington Fagundes	X	X
PDT	MA	Weverton	X	X
PROS	RN	Zenaide Maia	X	X
PSC	PA	Zequinha Marinho	X	X

Compareceram 77 senadores.



O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão deliberativa do dia 15/07, às 16h.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

As mãos serão abaixadas, e, neste momento, serão iniciadas as inscrições.

A presente Sessão Deliberativa Remota foi convocada nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7, que instituiu o Sistema de Deliberação Remota do Senado Federal, e a pauta da sessão deliberativa é a seguinte:

- item 1, Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2020 (matéria proveniente da Medida Provisória nº 925, de 2020);
- Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2020 (matéria proveniente da Medida Provisória nº 944, de 2020); e
- Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2020 (matéria proveniente da Medida Provisória nº 927, de 2020).

As matérias foram disponibilizadas em avulsos eletrônicos e na Ordem do Dia eletrônica de hoje.

Antes de iniciar com o item 1 da pauta, gostaria de informar ao Plenário que a Secretaria-Geral da Mesa me informou que, na MP 944, o segundo item da pauta, ainda não foi apresentado o relatório. Então, a gente começa já a ter um problema de ordem técnica e operacional por conta dos prazos que foram estabelecidos de destaques.

Então, a gente vai iniciar pelo item 1 da pauta, mas eu quero informar que, pelo andar da carruagem, como nós temos duas medidas provisórias ainda hoje para votar, a gente vai tentar, se não houver destaques na outra medida provisória, como ela expira... Ainda temos algum prazo e nas outras duas, uma expira amanhã e a outra expira dia 31, domingo, a gente acaba tendo que tomar uma decisão. É isso que eu queria lembrar, já são 16h25 e ainda não chegou o relatório do segundo item da pauta. Então, a gente vai acabar tendo que pular para o terceiro ou, se houver o entendimento dos Senadores e dos Líderes, votaremos sem os destaques, porque aparentemente já há vários destaques apresentados da 944, assim como esse item 1.

Só para informar que foram apresentados dois destaques para o item 1 da pauta e, como vence amanhã, se o destaque for vitorioso, a matéria vai acabar caducando, porque a Câmara dos Deputados não vai votar amanhã essa matéria. **(Requerimentos nºs 1405 e 1424/2020 – Vide item 2.2.1 do Sumário)**

E, amanhã, nós ainda temos sessão do Congresso, que está convocada, e estamos avaliando, por conta da outra medida provisória que a Câmara votou e que expira esta semana também, votar, como anunciei, a 927.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – A 926.

Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2020, que dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19 (proveniente da Medida Provisória 925, de 2020).

Durante o prazo regimental, perante a Comissão Mista, foram apresentas 79 emendas.

Pareceres proferidos no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, sendo Relator o Deputado Arthur Oliveira Maia, foram favoráveis à Medida Provisória e a parte das emendas, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado.



A matéria foi aprovada no Plenário da Câmara dos Deputados no dia 8 de julho e, como disse, o seu prazo de vigência se esgota amanhã, dia 16 de julho.

Não foram aceitas emendas perante a Mesa do Senado Federal, tendo em vista que o prazo de emendamento perante a Comissão Mista se encerrou antes da edição do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 2020.

A matéria depende de parecer de Plenário.

Faço a designação do Senador Eduardo Gomes para proferir seu parecer.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente Davi Alcolumbre, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, eu gostaria de contar com a compreensão dos Líderes, Senadores e Senadoras, para fazer uma breve observação sobre o relatório: tendo em vista ser muito extenso o relatório e até mesmo o seu extrato objetivo ser uma peça muito grande, eu gostaria de ler o início e o voto objetivo, porque o relatório foi mantido *ipsis litteris* como veio da Câmara dos Deputados.

Mesmo sabendo que há uma discussão conceitual sobre medida provisória histórica, entre Câmara e Senado, da análise e avaliação das matérias, trata-se – o Projeto de Lei de Conversão nº 23 – de uma matéria extremamente urgente.

Chega a ser muito claro e do conhecimento de toda a população brasileira aquilo que se abate sobre o setor aéreo nacional: são milhões de funcionários em empregos correlatos, em aeroportos, agências de turismo, empresas aéreas, numa cadeia de produção e de geração de emprego e renda que está completamente arrasada com a pandemia do Covid-19. Não se trata de uma discussão meritória sobre um setor que tem sequer a opção de achar recurso próprio para a sua recuperação. Nós estamos falando de um assunto que salta aos olhos de qualquer cidadão brasileiro, que é a situação que vive a aviação brasileira, como instrumento de infraestrutura e como instrumento de fomento ao trabalho e à geração de renda.

Por isso, Sr. Presidente, mesmo que numa leitura absolutamente objetiva, já que mantive o acatamento das emendas aprovadas na Câmara dos Deputados, já que tivemos a compreensão da absoluta maioria dos Senadores e Senadoras no não acatamento de emendas no trâmite do Senado, eu gostaria de fazer um apelo público aos autores de destaque desse ponto específico, entendendo o que eu pude entender.

E já agradeço, Sr. Presidente, a sua designação a essa relatoria; também ao Senador Wellington Fagundes, Presidente da Frente Parlamentar de Logística e Infraestrutura; ao Senador Antonio Anastasia, Vice-Presidente de Logística. É uma matéria absolutamente séria, decisiva e cuja aprovação é praticamente desesperadora. Quero agradecer a confiança, Sr. Presidente, a confiança do meu partido, e fazer a leitura objetiva do início da medida provisória, do Projeto de Lei de Conversão nº 23...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – ... um apelo aos colegas Senadores e Senadoras para que a gente dê a esse setor brasileiro pelo menos a chance de sobrevivência. Não é brincadeira. Basta visitar qualquer aeroporto do Brasil para entender que nós estamos falando de um setor que teve a sua política de sustentação absolutamente arrasada pela pandemia do Covid-19; e não é uma prerrogativa nacional, é um assunto mundial. Teremos que inventar um novo tipo de aviação, e os empresários, os brasileiros que trabalham, que prestam serviço em vários setores devem estar se perguntando como vão fazer



a partir de hoje se a gente não consegue sequer ter a segurança de voos, a segurança de saúde aos familiares e à população brasileira.

Passo a ler, Presidente Davi, rapidamente o relatório, voltando de novo, fazendo um apelo para que os autores de destaque compreendam a situação *sui generis*, diferenciada que passa nessa medida provisória, por ser um setor em que não há sequer condições de discutir sobrevivência por tudo que estão passando os milhões de funcionários do comércio de aeroportos, de funcionários de agências de turismo, de funcionários de toda a parte de infraestrutura dos aeroportos brasileiros. Por isso fica o meu apelo, Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Vem ao exame do Plenário do Senado Federal o Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2020, da Medida Provisória nº 925, que estabelece medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia do Covid-19.

Com quatro artigos, a MPV permitiu a postergação de pagamentos à União das parcelas das outorgas de concessões aeroportuárias, e alongou o prazo para reembolso de passagens aéreas de sete dias para um ano, e suspendeu as multas por cancelamento de passagens para os consumidores que aceitarem receber créditos junto às empresas aéreas.

No prazo regimental, foram apresentadas 79 emendas por Deputados e Senadores. Na Câmara dos Deputados, o relatório, de autoria do Deputado Arthur Oliveira Maia, introduziu novas emendas e, durante a discussão em Plenário daquela Casa, foram apresentadas outras 27 emendas.

O resultado final é o Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2020, sobre o qual passamos a discorrer.

Análise.

Na Exposição de Motivos nº 10, de 2020, do Ministério da Infraestrutura, o Ministro Tarcísio Gomes de Freitas justificou a adoção de medida provisória pela necessidade de "promover um alívio imediato no fluxo de caixa das empresas do setor de aviação civil", já que a "queda brusca na demanda por serviços de transporte aéreo provocada pela pandemia do coronavírus (Covid-19)" causou "uma forte pressão sobre o fluxo de caixa" dessas empresas. A necessidade de criar para essas empresas "algum espaço no curto prazo para o gerenciamento dos seus fluxos de caixa" não só permaneceu, como se agravou, conforme a reabertura das atividades econômicas sofreu sucessivos adiamentos. É notória no País a remarcação permanente de datas para a retomada de atividades econômicas em todos os Estados brasileiros, em todos os Municípios brasileiros.

Em relação aos operadores aeroportuários, a exposição de motivos explica que a sua principal despesa financeira é "o pagamento das contribuições devidas ao Poder Concedente", ou seja, à União. Por isso, a medida propõe que possam cumprir essas obrigações "em data posterior àquela disciplinada no contrato de concessão".

S. Exa. lembra ainda que a regulação infralegal exige o prazo de sete dias para reembolso de passagens aéreas. Este prazo passa a ser de um ano, com a compensação para o passageiro da "isenção das penalidades usualmente dispostas nos contratos de transporte aéreo para aqueles que aceitarem a conversão dos valores despendidos em créditos para utilização futura", medida, Sr. Presidente, tomada por exemplo por vários produtores culturais, por vários setores brasileiros, assim como *shows*, exposições e tantas outras atividades que conseguiram a compreensão da população para utilização no tempo adequado. A conversão dos valores despendidos em créditos para utilização futura trará "uma desejável flexibilidade aos consumidores em face da incerteza sobre o tempo de propagação do vírus e a retomada da economia".



O Relator da matéria na Câmara, Deputado Arthur Oliveira Maia, avaliou que os critérios constitucionais de urgência e relevância estão atendidos, lembrando que em função "da adoção generalizada de políticas de isolamento ou de distanciamento social, as quais acabam por inviabilizar grande parte das viagens aéreas, as ocorrências de cancelamento de serviços e de passagens aéreas, anteriormente limitadas a uma pequena parte da totalidade dos voos ou dos assentos comercializados, passaram a se tornar gerais, colocando empresas de transporte aéreo e de infraestrutura aeroportuária e passageiros em posição de vulnerabilidade".

De fato, a Organização de Aviação Civil Internacional estima o prejuízo dos transportadores em nível mundial em US\$418 bilhões, e o dos operadores aeroportuários em US\$97 bilhões, com uma perda de até 65% da movimentação de passageiros. Somadas, as cifras equivalem atualmente a R\$2,75 trilhões, ou o equivalente, aproximadamente, a todo o Produto Interno Bruto da Argentina.

O Brasil, evidentemente, não saiu ileso. No segmento de passageiros, a demanda por voos domésticos caiu, Sr. Presidente, 93%, e a de voos internacionais, 98%.

Concordamos, portanto, com a relevância e urgência da matéria, além de sua juridicidade.

Em relação à técnica legislativa, notamos a necessidade de corrigir a redação do art. 11, para explicar que o inciso I do art. 12 revoga a Lei nº 9.825 por inteiro, já que o art. 11 do PLV altera dispositivo dessa mesma lei que vigorará até a revogação, a qual se dará em 2021.

O §7º estabelece dois novos usos de recursos do Fundo Nacional da Aviação Civil: empréstimo e garantia de empréstimos.

Ficam, do §8º, detalhamentos de ambos os usos, que não são idênticos, e que é inadequado, em termos de técnica legislativa. O problema é agravado pelo fato de que o §7º exige assinatura do contrato de empréstimo até 31 de dezembro de 2020, enquanto o §8º estipula que a garantia só será executada a partir de 1º de janeiro de 2021, o que pode causar confusão na interpretação da norma.

Cada nova hipótese de uso dos recursos do Fnac merece o seu próprio parágrafo, com alíneas que contenham apenas o detalhamento pertinente. Fizemos o ajuste redacional ao final com o único intuito de reforçar-lhe a clareza.

No mérito, em relação ao art. 2º, concordamos tanto com a postergação dos pagamentos para até 18 de dezembro de 2020 quanto com a vedação ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. A cobrança de correção monetária com base no INPC se faz necessária para preservar o valor presente dos contratos. Essa providência, acreditamos, deve facilitar o processo de repactuação das outorgas, quando necessário.

No art. 3º, sobre o cancelamento do reembolso de passagens aéreas, acreditamos haver um desejável equilíbrio entre as necessidades dos consumidores e a situação atual das empresas aéreas diante da pandemia. As regras se aplicarão para os voos compreendidos no período de 19 de março a 31 de dezembro de 2020. O prazo para o reembolso de passagens aéreas terá atualização monetária com base no INPC.

O consumidor poderá fazer a opção de receber o crédito junto ao transportador, em valor mínimo igual ao da passagem aérea para a compra de produtos ou serviços para si ou para terceiros, com validade de 18 meses, com isenção das penalidades contratuais. Em caso de cancelamentos, o transportador oferecerá, além do reembolso, a remarcação sem ônus da passagem aérea e, quando possível, a acomodação em voo próprio ou de outra empresa.



As novas disposições sobre reembolso se aplicarão também às hipóteses de atraso e de interrupção de voo. Haverá devolução imediata do valor do bilhete de passagem caso o atraso ou interrupção se estenda por mais de quatro horas. O consumidor que desista da passagem aérea adquirida com antecedência de no mínimo sete dias em relação à data de embarque, no prazo de 24 horas após a compra, será reembolsado em sete dias. As passagens pagas com milhas, pontos ou crédito serão abrangidas pelas novas regras. O transportador pedirá intervenção da cobrança de parcelas de passagens aéreas que ainda não tenham sido debitadas em caso de cancelamento.

É essencial para a segurança jurídica a alteração do *caput* para esclarecer que os contratos afetados são os que têm voos marcados entre 19 de março e 31 de dezembro de 2020. Pelo mesmo motivo, é desejável a expressa manutenção da assistência material (oferta de comunicação, alimentação e hospedagem a passageiros que tenham voos atrasados ou cancelados por iniciativa das empresas aéreas), assim como da continuidade das demais regras contratuais e regulatórias. Do mesmo modo, a correção monetária dos valores evita possíveis questionamentos de passageiros que compraram passagens que previam tal direito.

Se, por um lado, aumenta-se o atual prazo para reembolso de passagens, em troca, suspendem-se as pesadas multas para cancelamento e remarcação de passagens que incidem sobre a grande maioria das tarifas comercializadas no Brasil.

Com isso, em curto prazo, busca-se preservar o caixa das empresas, que deixam de ter que arcar imediatamente com reembolsos, em um momento de queda abrupta de receitas. Em médio prazo, suaviza-se a queda de demanda, fazendo com que muitas viagens possam ser adiadas em vez de canceladas.

Concordamos com a aplicação das novas regras às passagens com milhas e pontos e também com a manutenção do reembolso em sete dias para a desistência de compra em até 24 horas.

Segundo o Relator na Câmara, a inclusão do art. 4º se destina a rever a responsabilidade contratual dos transportadores, visto que há, em sua opinião, uma "excessiva judicialização nas relações de consumo", que representou um impacto "aproximadamente de 1% dos custos e despesas operacionais das empresas aéreas brasileiras, [...] equivalente a R\$311 milhões".

Quanto ao art. 5º, nada mais justo que os aeronautas e aeroviários atingidos por suspensão ou redução de salário poderem acessar recursos que lhes pertencem em meio à situação de calamidade pública que precisam enfrentar. É exatamente para situações como essa que existe o FGTS, que não deixa de ser uma poupança forçada.

O art. 6º traz uma salutar atualização dos termos empregados na lei, promovendo segurança jurídica aos operadores de aeroportos.

Em relação ao art. 7º, vemos como positivos os novos usos para o Fundo Nacional de Aviação Civil. De fato, as empresas aéreas pouco podem fazer contra terrorismo ou atos de guerra, de modo que não seria justo responsabilizá-las. Já o empréstimo de recursos do Fnac parece uma boa solução para a oferta de crédito barato, de modo a facilitar a recuperação das empresas que atuam no mercado.

Quanto ao art. 8º, concordamos com a inclusão, na remissão dos débitos da Infraero, dos valores decorrentes das atividades de faturamento, de cobrança, de arrecadação e de repasse adicional de tarifa aeroportuária, "uma vez que no conceito de 'remissão dos débitos' pretendia-se alcançar não somente os valores arrecadados pela Infraero na condição de administradora aeroportuária, como também aqueles decorrentes de atividades [...] que tenham sido realizadas em



favor de terceiros, como ocorre quando a Infraero desempenha tais atividades em nome de Estados e Municípios, ou na fase inicial e de transição dos contratos de concessão de aeroportos".

Quanto ao art. 9º, entendemos que, para dar conta do problema financeiro causado pela gigantesca queda de demanda que se seguiu ao coronavírus, é necessário estabelecer critérios para celebração de aditivos contratuais relativos a outorgas nos contratos de parceria do setor aeroportuário para estabelecer que a repactuação possa ser feita mais de uma vez, havendo manifestação dos interessados no prazo estabelecido pelo Ministério da Infraestrutura. Para que não se corra o risco de, brevemente, haver descontinuidade dos serviços aeroportuários, os detalhes das repactuações devem ser discutidos caso a caso pelo Poder Executivo, que detém as informações necessárias para tal tarefa.

Em relação aos arts. 10 e 11, que disciplinam a extinção do adicional à tarifa de embarque internacional a partir de 1º de janeiro de 2021, somos também favoráveis. De fato, qualquer tipo de desoneração das viagens aéreas parece-nos em linha com a ideia de promover a recuperação da demanda depois de encerrada a fase aguda da pandemia.

Em resumo, Sr. Presidente, o PLV resolveu as principais questões surgidas durante a vigência da Medida Provisória nº 925, de 2020, e avançou sobre pontos importantes e igualmente urgentes do setor aéreo. Por isso, somos favoráveis à sua aprovação, na forma do texto enviado pela Câmara dos Deputados, com as correções de redação necessárias.

Voto.

Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, ante o exposto, votamos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e de adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 925, bem como por sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. No mérito, o voto é por sua aprovação, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2020, com a adequação redacional sugerida.

Esse é voto, Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Muito obrigado. (**Íntegra do Parecer nº 84/2020-PLEN-SF – Vide item 2.2.1 do Sumário**)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Eduardo.

O parecer é favorável ao projeto de lei de conversão, com a Emenda nº 80, de redação, apresentada pelo Relator.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua apreciação.

Antes, eu tenho aqui... Eu não sei se é sobre o assunto, então, eu vou conceder a palavra pela ordem ao Líder Otto; em seguida, há uma questão de ordem do Líder Rogério Carvalho; e, depois, ainda há um pela ordem do Senador Major Olimpio.

Eu não sei se é sobre o assunto, mas, como a Secretaria-Geral da Mesa passou a informação, eu queria conceder a palavra ao Líder do PSD, Senador Otto Alencar, pela ordem.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu agradeço a V. Exa.

Eu pedi essa questão de ordem no início para fazer um registro que eu julgo de grande importância nas relações dos Senadores, dos que apoiam o Governo, dos que são independentes tanto quanto eu, de outros tantos de outros partidos e também do meu partido, PSB, quanto ao acordo que foi feito conosco para aprovarmos – e aprovamos com o nosso voto, com o apoio integral do PSD – o novo marco regulatório do saneamento. Existiu a palavra empenhada da



Liderança do Governo, do próprio Senador Fernando Bezerra, das outras Lideranças do Governo, de que não haveria o veto ao art. 16 da lei do novo marco do saneamento básico.

No entanto, o veto a esse art. 16 vai dificultar muito e vai levar as empresas estatais de saneamento e de abastecimento de água – inclusive aqui no meu Estado da Bahia, a Embasa – a uma situação de perda de condição dos seus ativos no momento se, por acaso, houver uma privatização.

Portanto, eu lamento isso, até porque, na minha opinião, o compromisso é para ser resgatado, é para ser cumprido. Não pode o Governo vetar completamente o art. 16, que dava segurança aos contratos e programas. Eu me dirigi, antes disso, ao Líder do Governo no Senado, o nobre Senador Fernando Bezerra, conversei com ele, ele até me garantiu que não haveria esse veto, e nós tomamos hoje essa surpresa com o veto integral ao art. 16.

Devo dizer a V. Exa. que esse é um ato contra os interesses das empresas estatais que vai lesar muito os seus ativos, vai dificultar muito as suas ações. Todas essas empresas estatais estão prestando serviços em Municípios que não têm nenhuma condição de dar o respaldo para o investimento, e isso vai levar a grandes dificuldades.

Portanto, eu queria fazer esse registro. Agradeço a V. Exa. Espero que todos os Senadores que fizeram esse acordo... Eu votei a favor exatamente por isso, e votaria contra, como votaram outros Líderes do Partido dos Trabalhadores, de outros partidos que fazem oposição ao Governo. Eu votei a favor exatamente por isso. Poderia levantar uma bandeira e derrotar esse marco regulatório aqui dentro do Senado Federal, mas, porque somos minoria, e era necessário um acordo para melhorar a letra da lei do saneamento básico, eu dei meu voto a favor. E lamento muito, porque, Sr. Presidente, tanto quanto V. Exa.... Se V. Exa. recebeu o meu compromisso e a minha palavra, eu suportarei carregar qualquer fardo pesado para cumpri-la, é da minha estrutura, da minha formação de homem e de político... O Governo não pode, através do seu Líder, fazer um acordo dessa natureza e depois esse acordo ser descumprido por decisão do Executivo.

É isso que eu queria registrar a V. Exa. e queria agradecê-lo pela oportunidade de colocar essa nossa posição agora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Líder Otto Alencar.

Eu também vou fazer uma fala sobre isso, porque sei o que foi estabelecido com muitos Senadores aqui, no Plenário do Senado Federal, para que a gente pudesse fazer aquele entendimento na construção do relatório que veio da Câmara dos Deputados e foi relatado pelo Senador Tasso Jereissati. Eu sei que a construção para aquele dia, para aquela votação de uma matéria importantíssima para o Brasil, passou pelo compromisso de Governo de vetar alguma parte do projeto, mas de sancionar outra parte. Então, a lembrança de V. Exa. é oportuna, é didática. Compromissos são feitos para serem cumpridos.

Eu quero me solidarizar com V. Exa. na luta pelo entendimento. Foi feito um entendimento, e o que foi acordado é necessário que seja cumprido.

Então, eu quero fazer uma fala sobre isso, porque conversei com muitos Senadores. Muitos Senadores mesmo, que nos ajudaram na construção daquela votação, até os contrários, compreenderam a nossa posição, mas ela foi tomada, Senador Otto, com base em alguns entendimentos construídos. Entendimento construído entre o Governo e o Parlamento é necessário



todos os dias. Para a gente conseguir avançar o que nós estamos avançando aqui, é porque todos nós tomamos consciência do momento de dificuldade que nós estamos vivendo e a agenda do Parlamento – isso está referendado em várias publicações – está muito acima da média, muito superior ao momento fora da pandemia, no modelo tradicional, porque os 81 Senadores e os 513 Deputados Federais compreenderam o momento e que era importante dar as respostas das matérias importantes.

Agora há um ditado que diz o seguinte: o que é combinado não é caro nem barato. Então, tenha na manifestação de V. Exa. o meu apoio. Eu sei que muitos Senadores – e aqui eu vejo na Secretaria-Geral do Senado e aqui no *chat* que o próprio Senador Jorge Kajuru se manifestou no dia da votação a favor por conta do compromisso ...

A gente precisa respeitar os entendimentos e construir o que é o acordado. E o acordado republicanamente. Ninguém está falando de nada que não se possa falar numa sessão do Senado Federal. Nós estamos falando de entendimento, de diálogo e de conciliação há um ano e meio aqui. Eu levanto essa bandeira e tenho o apoio da maioria esmagadora dos Senadores. Agora, não pode fazer entendimento e não cumprir o entendimento.

Eu quero dizer para V. Exa. e para todos os Parlamentares que construíram o acordo que se, infelizmente, por parte do Governo, não houve a eficácia do entendimento, houve um lapso da parte do Executivo – que eu reputo que não é certo –, a gente tem como corrigir aqui na Sessão do Congresso Nacional isso e dar a resposta do que for construído no Plenário da Sessão do Congresso Nacional.

Eu vou conceder a palavra, pela ordem, ao Líder Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu fiz um requerimento, apresentei um requerimento para fazer uma sessão temática sobre pós-pandemia, quais os caminhos econômicos, que perspectivas e que projetos devemos encaminhar às Casas do Congresso para que a gente possa reverter a situação econômica no pós-pandemia e evitar uma calamidade social de grandes proporções e uma calamidade econômica ainda maior.

Então, fiz o requerimento a V. Exa. e acho que seria importante, nesse período de sessões remotas, que a gente possa ter, como ontem tivemos, a presença do Vice-Presidente, e que a gente possa trazer algumas propostas para debate, vários segmentos trazendo propostas para debate, para a gente orientar os próximos passos do Congresso Nacional.

Eu queria também reforçar que fui procurado pelo Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra, por quem eu tenho grande apreço, e ele me consultou sobre a possibilidade do veto. Eu disse que era bem-vindo, apesar de a gente não ter votado no projeto, porque tínhamos divergência no texto. Infelizmente, naquilo que reparava e que garantia às empresas estaduais a condição de sobrevivência, de manutenção do preço dos seus ativos – apesar de discordar do momento da votação, por estarmos no meio de uma pandemia, sem sabermos como vai se dar o investimento, se o investimento vai ser público, se vai ser público e privado, se vai ser só privado, ou seja, num cenário de indefinição - tivemos a votação e nós respeitamos a pauta que foi deliberada.

Perdi o debate na votação. Foi feita a votação sobre o marco regulatório e, infelizmente, não temos o cumprimento do acordo que foi feito por parte do Governo em relação ao marco regulatório do saneamento, colocando em risco e prejudicando as empresas estatais, que terão, com certeza, uma redução do valor dos seus ativos no mercado, inclusive, para captação de



recursos, porque o principal ativo era a possibilidade de explorar a prestação do serviço de coleta e tratamento de esgoto, que, agora, fica aberta.

Por fim, eu fiz um requerimento também de impugnação do art. 4º desta Medida Provisória. Não sei se agora ou se daqui a pouco haverá oportunidade de se discutir esta matéria, Sr. Presidente, da impugnação. Fiz um requerimento de impugnação. Se puder ser agora, eu já posso tratar agora; se não, no momento em que o senhor definir que é hora de tratar deste assunto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Ainda não estamos nesse momento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

Então, era isso, Sr. Presidente.

Eu queria fazer esse pedido para criação de sessão temática para a gente discutir o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O requerimento de V. Exa. vai ser recolhido na Secretaria. Vamos colocar em votação em outra sessão e vamos combinar uma data que seja adequada para todos nós, como fizemos com o Vice-Presidente Mourão.

Líder Major Olímpio.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Meu apelo a V. Exa. seria no sentido só de trocarmos o item 3 com o item 2 da pauta de hoje. Nós já tivemos, semana passada, até problemas de ordem técnicas que nos levaram a cancelar a sessão. Como é uma pauta que caduca no domingo, V. Exa. teve até a sensibilidade de colocar essa pauta de hoje para amanhã, estando, primeiro, a Medida Provisória 923. Que a 927 possa ser o item 2; é só uma preocupação para podermos votar efetivamente.

Digo para V. Exa. e para todos os Líderes que esse negócio de cumprimento de palavra empenhada não tem sido o forte, não. Quando foi votada a malha de proteção dos militares federais, houve um acordo – e V. Exa., que é o Presidente, sabe muito bem disso –, junto com o Líder do Governo, com o Líder do Governo no Congresso, feito pelo Ministro Ramos e pelo Rogério Marinho, em relação a praças que não têm curso de habilitação nas Forças Armadas e pensionistas, para que, a partir de janeiro, se demandasse um processo para que pudesse haver um projeto de Governo restaurando essas circunstâncias.

Pois bem, Sr. Presidente, há questão de duas semanas – depois de seis meses o Senador Izalci pedindo pelo amor de Deus – houve uma agenda, mas é aquela agenda para empurrar com a barriga.

E a gente não pode também fazer, muitas vezes, como o próprio Governo faz e punir o mensageiro pela mensagem.

Eu quero também dar um testemunho: o Senador Fernando Bezerra e o Senador Eduardo Gomes vão até o limite dos que eles podem para cumprir a palavra empenhada, que é o Executivo normalmente... Aí, quando se cobra com o Ministro, o Ministro fala: "Não, mas mudou o vento, é o Presidente que está de mau humor".

Então, muitas vezes, é preciso corrigir sim, e V. Exa. tem os instrumentos como Presidente do Congresso, e nós temos o nosso voto para, eventualmente, derrubar o veto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Líder Major Olímpio.



Como já chegou o relatório, como a gente ainda está no período de debater o primeiro item da pauta – a gente já está praticamente com 35 minutos desde que foi apresentado o relatório da MP 944 –, como ainda há três questões de ordem e ainda temos destaque, vai acabar cumprindo o prazo regimental daqui a uma hora. Então, a gente vai levando. Se der tudo certo, a gente não faz a inversão da pauta. E aí vai continuar a votação da forma que está estabelecida.

Eu queria pedir... Há muitos pedidos pela ordem aqui, e eu estou dando três minutos também. Eu vou encerrar na inscrição do Líder Eduardo Braga. Então, há o "pela ordem" do Senador Jorge Kajuru e, em seguida, o "pela ordem" do Líder Eduardo Braga. Eu vou concluir aqui. E vamos continuar o processo de votação do primeiro item. (*Pausa.*)

O Senador Fernando pediu também. Perdão! Há três inscritos: o Senador Jorge Kajuru agora, em seguida o Senador Eduardo Braga e, por fim, o Senador Fernando Bezerra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Pela ordem.) – Presidente Davi Alcolumbre, o senhor sabe que eu sempre sou um cumpridor de horário e que nunca espero nem aquela vinhetinha chata de 15 segundos, criada no Senado. Então, é jogo rápido.

Primeiro, amigo Major Olimpio, dê crédito. Ontem fui eu que perguntei ao Vice-Presidente Hamilton Mourão, usando essa sua palavra aí, que é "demitir o mensageiro". Eu também falei ontem ao Hamilton Mourão que o Presidente Bolsonaro não está preparado ainda, na minha opinião. Por isso eu fiz aquela pergunta polêmica aí. Por quê? Porque eu sou do tempo em que quem não cumpre o que fala não cumpre o que escreve. Meu avô dizia isso. É uma coisa mais grave ainda! Se você não cumpre o que fala, você não cumpre o que escreve. Que relação você vai ter, então, com uma pessoa assim? Porque vetar dessa forma...

O Senador Otto sabe que, em Goiás, nós temos o mesmo problema, o da estatal Saneago.

Otto, é a mesma situação, e eu repito para você aqui o que eu falei no *chat*: eu votei naquele dia, briguei na votação exclusivamente por causa do art. 16, falando com o meu amigo Ronaldo Caiado, com o Presidente da Saneago, com todos os sete mil funcionários da Saneago, esperando exatamente isso.

Então, não é possível! E aqui nós temos que cumprimentar – olhe que sou eu cumprimentando! – o Presidente Davi Alcolumbre, pela postura digníssima dele de nos acompanhar nessa situação, que a gente não pode aceitar, repito, em hipótese alguma.

Para fechar, Senador Eduardo Gomes, nesse projeto de companhias aéreas, a única coisa que eu não consigo entender é que não se discutiu nada sobre bagagem. O Veneziano Vital do Rêgo, que mora longe, sabe disso. Eu, quando vou à cidade dele, quando vou a Natal, o que eu mais vejo no Brasil é reclamação sobre bagagem dos passageiros, e esse assunto não passou sequer em todas as mudanças – e são boas as mudanças – do projeto aqui apresentado.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Kajuru.

Pela ordem, concedo a palavra ao Líder Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Meu caro Presidente Davi Alcolumbre, colegas Senadores, colegas Senadoras, eu gostaria de iniciar pela fala do nosso Líder Otto Alencar.

Presidente, como o senhor sabe, eu era uma das resistências a votarmos o projeto do saneamento de forma remota exatamente porque entendíamos que ele é um projeto que mexe com



ativo público e com políticas públicas importantes, necessárias. Apoiamos, inclusive, o mérito do projeto, mas também em função de que os acordos que estivéssemos construindo, como construímos, fossem honrados. Efetivamente, o veto ao art. 16, apostado pelo Governo, vai contra todo o entendimento e todo o esforço que foi feito no sentido de manter os ativos públicos estaduais e municipais, porque, afinal de contas, o saneamento é uma concessão municipal.

Nós vamos ouvir daqui a pouco o Fernando Bezerra, mas é muito importante que nós possamos rememorar, relembrar aos colegas Senadores e Senadoras o compromisso que assumimos quando votamos essa matéria, porque, afinal de contas, será o Congresso, em última análise, que decidirá sobre esse veto.

Eu me manterei coerente, portanto, preservando, protegendo e garantindo que a atração do capital privado, que é super bem-vinda, não signifique vender por preço de banana ou a qualquer preço os ativos públicos, que são construídos com dinheiro público e que estão, via de regra, nas mãos dos Estados. Eu falo isso com muita tranquilidade porque o Amazonas vendeu, 20 anos atrás, a sua companhia de saneamento da área da cidade de Manaus, da capital. Mas agora nós vamos enfrentar outro problema no interior do Estado com esse novo marco regulatório. Portanto, essa é uma questão muito importante.

Eu queria tocar em outro assunto, Presidente, muito rapidamente, mostrando uma declaração que hoje foi dada pelo Governo no sentido de que, finalmente, a proposta de reforma tributária do Governo estaria pronta e de que iria mandá-la para o Congresso Nacional. De novo, eu reputo que a questão presencial será fundamental para que nós possamos articular, discutir e tratar esse tema, quanto mais quando se fala na introdução de um novo tributo sobre operações digitais que tem um jeito de CPMF e que nós vamos precisar discutir com profundidade. Apenas quero fazer um apelo a V. Exa. e aos colegas no sentido de que essa seja uma matéria para tratarmos de forma presencial, para que não tenhamos de novo percalços como o que acabamos de perceber.

Com relação à questão da aviação comercial, eu falarei no encaminhamento pela Liderança do MDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Líder Eduardo.

O último Senador inscrito pela ordem é o Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero inicialmente respeitar todas as manifestações que foram feitas por diversos companheiros, colegas e Líderes partidários a respeito da votação e dos entendimentos que foram mantidos para a apreciação do novo marco legal do saneamento.

Eu queria apenas sublinhar, Sr. Presidente, que o acordo político que nós construímos foi feito em cima de três possíveis vetos: o veto ao art. 14, o veto ao art. 18 e, finalmente, o veto ao art. 20. O art. 20 foi proposto pelo Major Olimpio, e esse veto foi mantido; a sanção saiu com o veto ao art. 20. O art. 18 e o art. 14 foram sugeridos pelo Relator, o Senador Tasso Jereissati. Depois, por diversas manifestações de diversas instituições ligadas à área de saneamento, à área de construção e à área de incorporação, o próprio Relator, ao ouvir diversas lideranças, percebeu a necessidade de não vetar esses dispositivos que tinham sido sugeridos.

Portanto, em relação àquilo que foi construído quando da votação no Senado, esses entendimentos foram mantidos pela sanção do Presidente. O que ocorreu – e aí eu respeito as



manifestações contrárias – é que o texto que veio da Câmara foi submetido à sanção e, nesse texto, dez novos dispositivos foram submetidos ao veto do Presidente da República. É importante ressaltar que, desses dez artigos que foram vetados, apenas três ou quatro artigos são de mérito em relação ao marco legal do saneamento e que o ponto principal, de fato, é o art. 16, que vem sendo questionado por diversos Governadores e por diversos Parlamentares. Os outros dispositivos vetados tratam de matéria que já é tratada, por exemplo, na Lei de Concessões, tratam de matérias que têm repercussão do ponto de vista fiscal e que, portanto, não desmerecem todo o entendimento que foi feito e as tratativas que foram feitas tanto na Câmara quanto no Senado.

Nós vamos continuar em diálogo com todas as lideranças. Estou sugerindo ao Ministro Rogério Marinho que a gente possa, após a sanção e após a avaliação desses vetos, promover encontros com as lideranças, com os representantes desses setores que se entendem prejudicados com o veto do Senhor Presidente da República. Mas eu queria lembrar que uma coisa é importante destacar: os contratos-programas estão sendo mantidos, estão sendo preservados. Esses contratos-programas são importantes para as empresas estaduais.

Quero também afirmar que a primeira reação se percebeu hoje pela forte valorização que tiveram as ações da Sabesp na Bolsa de Valores no dia de hoje, com valorização superior a mais de cinco pontos percentuais. Então, a primeira leitura é que a sanção que ocorreu aponta para o caminho de fato de abrir o espaço do saneamento no Brasil para o capital privado. E é evidente que, até a apreciação dos vetos, nós teremos tempo para poder aprofundar o debate, a discussão, e procurar construir um denominador que possa atender às expectativas dos Senadores e das instituições envolvidas nessa importante matéria que se traduz nesse novo marco legal do saneamento no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Fernando, que fez alguns esclarecimentos. Eu acho importante a gente dialogar.

Eu tinha me comprometido que eu ia entrar na matéria, mas eu estou vendo o Senador Tasso Jereissati levantando a mão. Como foi o Relator da matéria, eu acho justo conceder a palavra a ele, porque ele ajudou a construir esses entendimentos.

Com a palavra o Senador Tasso, agora sim, como último inscrito.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Presidente Davi, obrigado pela oportunidade. Desculpe! Eu não tinha me inscrito para falar em função de que não esperava a discussão desse assunto neste momento.

Mas eu queria esclarecer às Sras. Senadoras, aos Srs. Senadores e à Presidência da Casa que realmente nós fizemos um acordo com o Líder Fernando Bezerra, o qual levou esse acordo ao Governo, nas suas conversações, para que tivéssemos três vetos: um veto, solicitado pelo Senador Major Olimpio, ao art. 20 e outros dois vetos que eu, no momento, não achei absolutamente necessários. E o Governo, através do Ministro Rogério Marinho, convenceu-me de que ele tinha a possibilidade de ser melhorado quando fosse feito o regulamento e de que nós, no Senado, parte do Congresso, participariamos da regulamentação. Isso seria feito, e ele me deu sua palavra. No entanto, nenhum outro veto ficou acordado. Foi uma extrema surpresa para mim também quando hoje, há pouco tempo, por sinal, recebi a notícia de que havia 11 vetos ao projeto, que eu não esperava. Fiquei profundamente surpreendido.



Acho que é um tiro no pé que o Governo está dando, porque um projeto que estava sendo aplaudido, até com aplausos entusiasmados de boa parte da sociedade brasileira, vai virar uma polêmica inteiramente sem sentido e nada que seja absolutamente negativo nem para uma coisa nem para outra.

Nós estamos dando, principalmente no art. 16... Há outro artigo também, mais outros artigos, não é só o 16. Mas vi aqui que o grande tema é, principalmente, o art. 16, que vai dar a oportunidade de que os Governadores façam suas opções conforme o mandato que o povo lhes deu, para seguir este ou aquele rumo conforme aquilo que acharem melhor para os seus governos, para seus Estados e para suas consciências, mas que não os impede nem os estimula a fazer uma coisa nem outra.

Portanto, eu queria dizer também da minha surpresa com esses 11 vetos, porque não foi feita absolutamente nenhuma insinuação para mim de que isso poderia acontecer.

Quero ressaltar de novo a importância, Presidente – serão mais dois segundos –, do Senador Fernando Bezerra, que tem feito enorme esforço de conciliar essas questões do Governo conosco. Sei – ele pode até dizer que não, porque ele também foi pego de surpresa – que ele está tentando, neste momento, uma solução, da maneira dele, da maneira elegante e educada dele, com os ministros do Governo para que esse veto seja mais bem pensado nesses próximos dias. Se esse veto vier ao Congresso, quando vier, já lhes digo que meu voto pessoal – e espero que seja o dos meus amigos – será o de derrubar esse veto.

Muito obrigado, Presidente, pela oportunidade de esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Tasso.

Foram apresentados os seguintes requerimentos nessa medida provisória relatada pelo Senador Eduardo Gomes, que já fez a leitura do seu voto:

– Requerimento 1.425, de autoria da Senadora Eliziane Gama, Líder do Cidadania, e

– Requerimento 1.426, de autoria do Senador Rogério Carvalho Rogério Carvalho, Líder do PT, requerendo a impugnação do art. 4º do projeto de lei de conversão. (**Requerimentos nºs 1425 e 1426/2020 – Vide item 2.2.1 do Sumário**)

Peço atenção à Senadora Eliziane e ao Senador Rogério, porque a Presidência entende que o dispositivo objeto do requerimento não é matéria estranha e, portanto, deixa de acatá-lo como requerimento de impugnação. Acato o requerimento de destaque que trata do mesmo artigo.

Informo que foi destacado pelo Cidadania, como disse, o art. 4º do projeto de lei de conversão – ele fica deferido – e, na mesma linha, o Líder do PT também apresentou o destaque da Emenda nº 36. (**Requerimentos nºs 1405 e 1424/2020 – Vide item 2.2.1 do Sumário**)

Ficam deferidos os destaques.

As matérias destacadas serão votadas após a matéria principal.

Informo que o destaque do Líder do Partido dos Trabalhadores pede a supressão do art. 4º, e o destaque do Cidadania é para o art. 4º. Portanto, nós teremos apenas uma votação sobre esse assunto, porque os dois destaques, tanto o do Cidadania quanto o do PT, versam sobre o mesmo artigo.

A Presidência colocará em discussão e em votação conjunta os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria e o mérito do projeto de lei de conversão, que têm preferência regimental, com a Emenda nº 80, de redação, ressaltado o destaque – o único destaque de votação que teremos em seguida.



Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação remota.

Vou colher a orientação dos Líderes, mas determino que os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Como vota o MDB, Líder Eduardo Braga?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para orientar a bancada.) – Meu caro Presidente Davi Alcolumbre, colegas Senadores, colegas Senadoras, meu querido companheiro Relator da matéria, Líder Eduardo Gomes, a quem eu quero cumprimentar porque reputo essa matéria uma das mais importantes neste momento – o setor da aviação, sem dúvida, é um dos setores mais alcançados pela crise econômica da pandemia e pela pandemia –, quero aqui destacar que duas emendas apresentadas por nós foram aceitas pelo Relator na Câmara: a Emenda nº 39 e a Emenda nº 38. Eu, inclusive, tentei junto ao nosso Líder Eduardo Gomes fazer com que a Emenda 38 voltasse ao prazo de 2021, entendendo que o Fundo da Aviação Civil deveria ser fundamental para a recuperação da aviação civil e comercial no Brasil.

Portanto, quero aqui encaminhar a favor do relatório e dizer da importância para o Brasil e para os usuários, Presidente, da votação desta MP.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O MDB orienta o voto "sim".

Como vota o PSD, Líder Otto?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, permita-me solicitar a V. Exa. que o encaminhamento seja feito pelo Senador Antonio Anastasia, que me fez essa solicitação. Se V. Exa. permitir, eu gostaria que ele encaminhasse a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Claro, perfeitamente!

Para orientar pelo PSD, o Vice-Líder e Vice-Presidente desta Casa, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Para orientar a bancada.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço muito ao Líder Otto Alencar essa distinção e a gentileza.

Quero, em primeiro lugar, parabenizar o Líder Eduardo Gomes pelo belo relatório, que dá consequência ao trabalho já feito na Câmara pelo Deputado Lira, que ouviu todos os segmentos.

Eu integro a frente logística e sou responsável, sob a orientação do Senador Wellington, pela parte aérea, e essa medida provisória é oxigênio imprescindível para a sobrevivência do setor. E, como ela vence amanhã, eu faço aqui um apelo, especialmente à Líder Eliziane e ao Líder Rogério, em relação aos destaques, porque a apreciação dos destaques poderia fazer caducar a medida.

Então, é matéria fundamental, de sobrevivência hemorrágica, digamos assim, do setor aéreo. A matéria foi muito bem articulada na Câmara, e o Senador Eduardo Gomes, nosso Líder, agora a complementa com chave de ouro com o seu relatório.

Então, o PSD orienta o voto "sim" e, se houver destaques, claro, pela derrubada desses destaques e manutenção do texto do Relator.

Muito obrigado, Líder Otto. Muito obrigado, Presidente Davi.



O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Anastasia.

O PSD orienta o voto "sim".

Eu queria pedir desculpas ao Plenário porque eu fiz a leitura... De fato, o Partido dos Trabalhadores e o Partido Cidadania fizeram um requerimento sobre o mesmo artigo, para impugnar o art. 4º, e foi acatado como destaque de votação. Então, temos um destaque de votação para o art. 4º. No entanto, o Partido dos Trabalhadores também fez outro destaque. É a Emenda nº 36, apresentada na Medida Provisória 925. Então, nós teremos duas votações que ficaram destacadas, uma do art. 4º e uma da Emenda 36.

Então, de fato, eu acho que o Senador Rogério Carvalho e a Senadora Eliziane, pelas palavras do Senador Anastasia, poderiam construir um entendimento sobre essas votações, porque, concretamente, se uma dessas duas votações nominais tiver êxito, a gente vai perder a eficácia dessa medida provisória, que foi relatada pelo Senador Eduardo Gomes, e, por isso, foi incluída na pauta de hoje – pela urgência dela, por se tratar desse setor que foi profundamente afetado pela pandemia. Essa é, porém, uma avaliação para a reflexão de V. Exas.

Como vota o Podemos, Líder Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PODEMOS - PR. Para orientar a bancada.) – Bem, Presidente, mais uma vez este impasse: medida provisória; último dia; se não a aprovarmos como está, irá para o arquivo. Então, não há solução, somos obrigados a votar favoravelmente.

O Podemos vota, portanto, favoravelmente, porque é importante a salvação de determinadas empresas, especialmente do setor aéreo, que, como já se disse, vive uma dramática situação em razão da pandemia.

Vários Senadores gostariam de melhorar a proposta. O próprio Senador Styvenson Valentim há pouco nos comunicava que teria sugestões a favor dos usuários, mas não temos como promover alterações. Resta-nos aprovar e esperar que o cumprimento da lei seja rigoroso, já que há sempre a geração de uma falsa expectativa em relação a muitas matérias que aprovamos. Depois nós podemos aprofundar essa questão, mas, neste caso, eu creio que não haverá dificuldade de se respeitar, de forma rigorosa, o texto da lei que será hoje inevitavelmente aprovado.

É isso, Sr. Presidente. O Podemos vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O Podemos orienta o voto "sim".

Como vota o PSDB, Líder Izalci Lucas?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para orientar a bancada.) – Temos que ressaltar, primeiro, o trabalho do nosso Líder, Eduardo Gomes: foi um belo relatório.

Evidentemente, o ideal seria que tivéssemos a regulamentação da tramitação das medidas provisórias, porque a gente sempre pode aperfeiçoar mais. Mas, nessas condições, em que o setor aéreo foi atingido com uma situação grave, o setor de turismo principalmente, nós temos que buscar realmente amparar esse segmento.

Então, o PSDB vota "sim". E vai votar – já, imediatamente – pela rejeição do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O PSDB orienta o voto "sim".

Como vota o Democratas, Líder Rodrigo Pacheco?



O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para orientar a bancada.) – Presidente Davi Alcolumbre, o Democratas orienta o voto "sim" e cumprimenta o Senador Eduardo Gomes, mas faz um registro muito importante.

O Governo Federal trata de maneira distinta o transporte aéreo em relação ao transporte terrestre. Socorre as empresas aéreas, que são empresas grandes, com capital aberto, Bolsa, com capital estrangeiro, que transportam as classes A e B do Brasil de maneira majoritária, e deixa de socorrer o transporte terrestre, que é responsável, majoritariamente, pelo transporte das classes C, D e E.

As empresas de transporte terrestre estão com os mesmos problemas das companhias aéreas. O transporte público municipal dentro das cidades, especialmente nos grandes centros, está com pessoas amontoadas dentro de ônibus – é que, com os cortes de horários, têm que equilibrar o contrato na marra, com o sacrifício das pessoas que são usuárias. O transporte público é essencial, é um direito do cidadão. É preciso, portanto, socorrer os Municípios, é preciso socorrer também as empresas de transporte coletivo de passageiros, de transporte terrestre.

Portanto, é muito importante que o Governo Federal se digne a ter um olhar, como o que teve nessa medida provisória para as companhias aéreas, em relação a essas empresas e a esse setor também, que, repito, atende à grande maioria da população brasileira, que anda no solo, que anda de ônibus. É preciso que esse setor, obviamente, tenha um olhar também do Governo Federal. Há inúmeros projetos nesse sentido, inclusive de autoria do Senador Marcos Rogério, do nosso Partido. É muito importante que se tenha também esse olhar. É o mínimo que se espera do Governo Federal: que se digne a olhar também para esse setor.

Então, com esse registro, que é muito importante, o Democratas orienta o voto "sim" a esse projeto, repito, parabenizando o Senador Eduardo Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O Líder Rodrigo Pacheco orienta o voto "sim" do Democratas.

Antes de colher a orientação do Progressistas, da Líder Daniella, gostaria de informar ao Plenário que o Democratas já solicitou, para votação em agosto, botarmos em pauta este projeto apresentado pelo Senador Marcos Rogério. A fala do Senador Rodrigo Pacheco vai, naturalmente, ao encontro do que se espera de uma manifestação do Governo em relação a esse outro segmento de transporte, que é o transporte público de passageiros.

Portanto, aproveito a fala de V. Exa. e informo ao Plenário que esse projeto já foi priorizado para votação em agosto pela Bancada do Democratas.

Como vota o Progressistas, Líder Daniella?

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, já adiantando o encaminhamento pelo voto "sim" e parabenizando o nosso Líder Eduardo Gomes, eu também gostaria de, na mesma linha, fazer uma manifestação acerca do tema, tema sobre o qual conversamos muitas vezes –diversas vezes eu já conversei com o Líder Eduardo Braga e com o próprio Líder Eduardo Gomes acerca do tema da aviação.

É claro que na aviação, na globalização, têm importância vários nomes conjuntos, como turismo, trabalho, tudo aquilo que a cerca, mas, quando o Governo pensa na aviação, de imediato, ele quis socorrê-la efetivamente, o que é importante. Ocorre que, quando se fala no passageiro... O que nós vivenciamos há pouco tempo, quando se falava em abrir, por exemplo, para as *low cost* e,



com isso, diminuir o preço das passagens, isso não aconteceu. Falava-se também nas bagagens, por exemplo, mas o passageiro no Brasil não chegou a ver nada disso.

Então, minha fala aqui vem para o Governo no sentido de, quando a gente passar por tudo isso... Claro que é importante a gente viabilizar as empresas aéreas, porque elas são importantíssimas para a economia do nosso País, isso é fato. Agora, é preciso também a gente olhar para os passageiros, para aqueles que pagam, e pagam muito caro, e ficaram com a promessa apenas de que pagariam mais barato, com alguns benefícios que seriam dados, com alguma abertura que seria dada para que outras empresas entrassem aqui no País. Até hoje, até o dia de hoje, nós não vimos isso.

Então, deixo também esse mesmo recado para o Governo, essa lembrança, para que possamos num futuro próximo retomar essa discussão e, mais do que tudo, essa ação para que os passageiros no Brasil possam ter outro tempo aqui em termos de aviação.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Líder Daniella.

O Progressistas orienta o voto "sim".

Eu queria pedir brevidade aos Senadores, porque o tempo de orientação dos Líderes é de um minuto. Só com a orientação dos Líderes todos aqui, os que estão listados com representação na Casa – são 18 Líderes orientando –, são 18 minutos. Como temos destaques ainda, eu queria pedir aos Líderes que pudessem, na orientação, tentar ser o mais sucintos possível.

Como vota o Partido dos Trabalhadores, Líder Rogério Carvalho?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para orientar a bancada.) – Presidente, a matéria é meritória, e quero cumprimentar o Líder Eduardo Gomes.

Sabemos das dificuldades causadas por esta pandemia, principalmente no setor de turismo, no setor de transporte terrestre e aéreo, que são os mais afetados, e não tem como não apoiar e votar "sim", para garantir a sobrevivência do setor.

Então, o PT orienta o voto "sim" ressaltando os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O PT orienta o voto "sim".

Como vota o Cidadania, Senadora Eliziane?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, eu queria que V. Exa. me desse mais alguns segundos porque quero logo tratar da questão do destaque.

Primeiramente, eu quero destacar aqui a importância desse projeto. Eu acho que nós precisamos reconhecer as dificuldades hoje que as companhias estão vivenciando, e, portanto, assim como aos demais setores, nós também precisamos dar uma alternativa para o equilíbrio dessas empresas.

Mas, ao mesmo tempo também, Presidente, nós não podemos resolver um problema, que, em tese, é voltado para o consumidor, que terá a oportunidade de fazer a retomada das suas passagens aéreas ou então de ter acesso a esse recurso, mas, em função disso, trazer outro problema, que o projeto de lei trouxe, quando alterado na Câmara dos Deputados, que é exatamente uma alteração que vai ferir o Código de Defesa do Consumidor, que é a alteração no Código Brasileiro de Aeronáutica.



A lógica do Código de Defesa do Consumidor que é exatamente a questão do ônus da prova hoje ser de responsabilidade do fornecedor, com esse projeto vai para o consumidor. E entendo isso, Presidente, como um jabuti, porque nós estamos aqui aprovando um projeto para um período, que é o período da pandemia, mas essa será uma alteração permanente, ou seja, nós poderemos trazer prejuízos grandes para uma vitória da população brasileira que é o Código de Defesa do Consumidor.

Infelizmente, a impugnação V. Exa. não admitiu, o que eu lamento muito. A medida provisória vence amanhã. A gente fica encurralado – essa é a realidade do Senado –, porque a gente sempre recebe em cima do prazo, não conseguindo alterar nada, porque, se a MP voltar para a Câmara, acaba-se perdendo o prazo e caducando. Então, esse é um problema que nós temos aqui todos os dias – e digo todos os dias, porque isso sempre ocorre com as medidas provisórias.

Então, eu queria aqui fazer um pedido. Falei agora com o Líder do Governo, o Eduardo, que fez o relatório. Aliás, Senador Eduardo, eu queria cumprimentá-lo pelo parecer. Claro que já vem uma iniciativa lá atrás, mas eu fiz um acordo, Presidente, e queria conversar também com V. Exa., porque nós vamos fazer o encaminhamento favorável a esse projeto. A gente até retira o destaque, mas o Cidadania vai apresentar um projeto de lei com esse mesmo teor, fazendo a retomada dessa alteração no Código Brasileiro de Aeronáutica, porque a gente não pode prejudicar o consumidor brasileiro.

Então, eu queria pedir a oportunidade a V. Exa. para que a gente apresentasse esse projeto e que V. Exa. o pautasse nos próximos dias. Vamos discutir, vencer ou não, mas fazer essa discussão, tendo a oportunidade de ouvir e receber os votos dos Senadores aqui no Plenário. Então, Sr. Presidente, se V. Exa. concordar em colocar na pauta – o Senador Eduardo Gomes já concordou –, nós faremos a retirada do destaque.

Quero fazer o encaminhamento favorável ao projeto de lei, a esse PLV.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O Cidadania orienta o voto favorável.

Pelo entendimento com o Senador Eduardo Gomes, Líder do Governo e Relator da matéria, que vai buscar no Colégio de Líderes... Da minha parte, o entendimento que for construído no Colégio de Líderes eu referendo, colocando na Ordem do Dia o projeto que será apresentado por V. Exa.

E, pelo que entendi, fica retirado o destaque do Cidadania.

Como vota o PDT, Líder Acir?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, de fato, o setor de transporte de passageiros foi muito afetado com essa pandemia.

Como muito bem colocou o Senador Rodrigo Pacheco, o Governo se preocupa muito com o transporte aéreo e se esquece completamente do transporte terrestre de passageiros, tanto o intermunicipal, o interestadual, como o municipal também. As empresas urbanas estão precisando de um apoio através das prefeituras.

Então, é importante que nós tenhamos essa visão de que precisamos apoiar todo o sistema de transporte de passageiro no Brasil: é o aéreo, é o transporte terrestre interestadual e intermunicipal e o municipal também.

É evidente que o PDT encaminha o voto "sim", cumprimentando o Senador Eduardo Gomes.



E vamos, Presidente Senador Davi, colocar em votação, de fato, aquele projeto relatado pelo Senador Marcos Rogério, que vem dar um apoio para o sistema de transporte brasileiro.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Acir.

Só para novamente fazer menção a esse assunto, já foi encaminhado como prioridade do Democratas, ele estará agendado no Colégio de Líderes e nas sessões deliberativas do mês de agosto.

O PDT orienta o voto "sim".

Como vota a Rede, Líder Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para orientar a bancada.) – Caríssimo Presidente, meus cumprimentos, cumprimento V. Exa. e cumprimento também o Relator da matéria, Senador Eduardo Gomes.

Presidente, nós que vivemos aqui no Amapá sabemos – e V. Exa. esteve comigo em várias jornadas em defesa do transporte aéreo aqui – da importância do transporte aéreo para regiões mais distantes como a nossa.

É necessária uma rápida análise, Presidente, sobre o seguinte: veja, há 10 anos, nós tínhamos no Brasil seis empresas aéreas – seis – e nós estamos hoje com três empresas aéreas de dimensão nacional, e uma pediu concordata agora nos Estados Unidos. A crise por que passa o setor é gravíssima, veja só os seguintes dados, Presidente, me permita: antes da crise – e o setor já estava em crise – havia 2,7 mil linhas aéreas no Brasil; no meio da crise chegou a baixar para 180; hoje há 550, o que representa 26% da capacidade. No melhor dos mundos, se for aprovada essa medida provisória, se tudo der certo, o setor chega a 60% no final do ano – no melhor dos mundos.

Então, Presidente, para um País com 8,511 milhões de quilômetros quadrados, para regiões como a nossa aqui do Amapá, com a distância que tem, é uma necessidade vital o transporte aéreo.

Eu compreendo os destaques dos meus companheiros de oposição. Compreendo, mas faço um apelo: se aprovarmos qualquer destaque, caduca essa medida provisória. Por mais meritórios – já concluindo – que sejam os destaques, é necessária a aprovação imediata desta medida provisória.

Ainda é pouco, é necessário crédito para o setor aéreo, o que eles não estão conseguindo. Nós corremos o risco – e falo isso para concluir, Presidente – de terminarmos o ano com duas empresas aéreas de abrangência nacional. Isso é um desastre, literalmente falando, para um País com a dimensão continental como o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

A Rede orienta o voto "sim".

Como vota o PROS, Líder Telmário Mota? (*Pausa.*)

Está sem som, Senador Telmário. Tem que ligar aí. (*Pausa.*)

Continua sem som. Está parecendo que está travado aqui o áudio, o microfone.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Agora.



O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, sem dúvida alguma essa medida provisória é muito oportuna para este momento de pandemia. No entanto, Sr. Presidente, como ela está com o vencimento às portas... *(Pausa.)*

Estou com uma tosse danada aqui. Espere aí. *(Pausa.)*

O art. 4º traz uma certa preocupação, porque ele vai penalizar muito o consumidor. Quanto ao destaque, eu iria ser a favor do destaque, mas, para que ela realmente não caduque, eu vou acompanhar esse entendimento da retirada do destaque, mas o art. 4º vai penalizar exatamente o consumidor. A medida provisória é necessária, mas, nesse art. 4º, o consumidor vai ser superpenalizado.

O PROS vota "sim" pela medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O PROS orienta o voto "sim".

Como vota o PL, Senador Jorginho? *(Pausa.)*

Vice-Líder, Senador Wellington...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Oi, Jorginho.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pois não.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Eu vou passar para o nosso companheiro Weverton, Wellington Fagundes, aliás, que é o nosso Vice-Líder, que é Presidente da Frente de Logística, que vai fazer o encaminhamento.

E V. Exa. ontem encerrou sem me dar, com que tinha assumido compromisso, a palavra. Como o senhor é um homem que cumpre a palavra, espero que o senhor me dê uns cinco minutos hoje, para agradecer, sobre o PLP 9, a todos os Deputados que apresentaram emenda.

O Wellington encaminha em nome do nosso Partido Liberal.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu peço perdão a V. Exa. Quando eu encerrei a sessão ontem, de fato, a Secretaria-Geral me alertou que eu tinha feito o compromisso com V. Exa. E eu vou passar a palavra para V. Exa., até porque eu sei que V. Exa. quer agradecer o empenho e a colaboração de todos os Senadores na votação do PLP 9, na sessão de ontem. E eu vou passar a V. Exa., na ordem de inscrição aqui para V. Exa. utilizar da palavra na sessão de hoje, como remanescente da sessão de ontem.

Para orientar pelo PL, o Vice-Líder, Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para orientar a bancada.) – Presidente, eu gostaria aqui, neste momento, de trazer a minha felicidade de poder encaminhar pelo PL, substituindo o nosso Líder, Senador Jorginho, e de anunciar que hoje é o aniversário do Jorginho. Então, gostaria de parabenizá-lo – desejar bons anos de vida junto com a sua família, eu sei que ele tem muito carinho com os filhos, Bruno e Filipe Mello – principalmente pelos projetos, pela atuação do Jorginho aqui no Senado, aprovando projetos importantes, como o Pronampe, lutando pelo apoio das pequenas e microempresas, também das universidades comunitárias. Enfim, é um lutador aqui no Congresso. Como foi na Câmara, também é aqui no Senado.



Em relação a essa matéria, eu quero aqui cumprimentar o Eduardo, nosso Senador Eduardo, que fez um relatório muito bem feito. E isso tudo, Senadores e público em geral, é fruto de grande entendimento que houve na Câmara. O Deputado Arthur Oliveira, que é o DEM, ouviu a todos, aos trabalhadores, inclusive ao sindicato, reivindicando fundo de garantia.

Os consumidores poderão remarcar as suas passagens, poderão ter o dinheiro de volta corrigido. Enfim, isso é fruto também de todo um alinhamento com o marco regulatório internacional. Quando discutirem em outro momento, inclusive, os consumidores serão beneficiados, porque, se deixarmos como hoje, são 300 milhões de gastos que o setor está tendo só com as pendengas judiciais.

Então, eu quero aqui cumprimentar também o Senador Anastasia, que é o Vice-Presidente do setor aeroviário da Frente Parlamentar de Logística. Em nome do Senador Anastasia, eu cumprimento toda a nossa frente, todos os Vice-Presidentes. Tenho certeza, Sr. Presidente, de que nós estamos aqui votando para aprovar a salvação das empresas aéreas brasileiras.

Ontem eu estive com o Ministro Paulo Guedes; e só de o Governo anunciar que compraria ações das empresas, essas ações já subiram no mercado. Então, o que estamos fazendo aqui é salvar as nossas empresas, principalmente na competitividade internacional. Eu tenho certeza de que esse setor foi o setor que mais foi atingido – o setor de turismo. Só para se ter uma ideia, o número de voos era de 2,6 mil, em média, por mês. Chegou a abril com 180 voos apenas por mês. Agora começou a se recuperar, mas realmente é um setor que precisa muito.

Mas também, como Presidente da Frenlog, vamos trabalhar também o setor de transporte de passageiros. Inclusive, na conversa que tivemos ontem com o Ministro Paulo Guedes, esse é um setor importante, e eu quero concordar com todos que aqui o defendem, porque também todo transporte precisa, neste momento da pandemia, de ajuda.

Agora é salvar vidas, mas também temos que salvar o emprego, salvando as nossas empresas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Parabéns, Jorginho!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Líder Wellington Fagundes.

O PL orienta o voto "sim" e traz uma lembrança à sessão do Senado hoje do aniversário do Líder Jorginho Mello, que completa 64 anos, com um corpo de 63 e aparência de 63. Parabéns, Senador Jorginho!

Como vota o PSB, Líder Veneziano?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para orientar a bancada.) – Presidente, boa tarde. Meus cumprimentos a V. Exa. e a todos os nossos companheiros.

Eu quero me cingir, rapidamente, como V. Exa. tem apelado a todos os companheiros, ao assunto e dizer que as razões são plenamente justificadas e convincentes. Por essas motivações é que o PSB acompanha o competente parecer do Senador Eduardo Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O PSB orienta o voto "sim".

Como vota o Republicanos, Líder Mecias de Jesus?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Para orientar a bancada.) – Presidente, nós também queremos cumprimentar o Senador Eduardo Gomes pelo brilhante relatório.



Lamento que à urgência em se votar essa medida provisória não possa se adicionar algo que precisa ser olhado com o mesmo carinho pelo Governo Federal, que são os passageiros, as pessoas que usam o sistema de transporte aéreo. E também quero lembrar ao Governo Federal que precisa ser olhado o sistema de transporte terrestre brasileiro, que vive com as mesmas carências e as mesmas dificuldades, precisando urgentemente de um olhar diferenciado do Governo Federal e do Congresso Nacional.

Encaminhamos o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Republicanos orienta o voto "sim".

Como vota o PSL, Líder Major Olimpio?

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o Eduardo Gomes pela sensibilidade. Eu sei que ele tem muito domínio na área e, dentro da emergência, isso pode realmente salvar o setor aéreo, que está todo arreventado. Se tiver que pagar o dinheiro das concessões em dia, se tiver que repor a passagem em sete dias, vai quebrar de vez o que já não está quebrado.

Por isso, muito embora o tempo seja muito curto para discussão, a gente tem que concordar, votar... Já adianta que nós vamos votar também de forma contrária a qualquer destaque, porque isso caduca amanhã.

Mas quero fazer coro com o Senador Pacheco, futuro Governador de Minas, pela sensibilidade dele e de V. Exa., porque o transporte rodoviário de passageiros e o transporte rodoviário de cargas... Ao contrário do que o Ministro disse ontem para o Senador Wellington Fagundes, ele não está ajudando coisa nenhuma. Ao contrário, está reonerando a folha de pagamento a partir de 1º de janeiro do ano que vem. Foi um veto absurdo que nós temos de derrubar. Então, não adianta fazer o discurso de que está ajudando o transporte rodoviário de passageiros e o de cargas, porque não está. Está todo mundo quebrado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O PSL orienta o voto "sim".

Como vota o PSC, Líder Zequinha?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para orientar a bancada.) – Presidente, o PSC cumprimenta o Relator pelo belo trabalho. Esse é um setor difícil, complexo, mas foi importante o seu trabalho.

Sobre a medida provisória não há o que discutir. O mérito da matéria é indiscutível. Temos de atender, e atender urgentemente. Aviso logo que vamos votar contra... *(Falha no áudio.)* PSC o voto "sim".

Mas eu quero lembrar, Presidente, que está tramitando o PL nº 3.786, de 2020, que atua em um setor do transporte terrestre muito especial, que é o transporte alternativo e também o complementar, que está sofrendo violentamente com a questão da Covid. Não está tendo dinheiro para pagar parcela, não está tendo dinheiro para manter a *van*, para manter o seu carro. A situação é muito complicada, e nós precisamos votar o mais rápido possível. Fiquei feliz porque V. Exa. anunciou para agosto a votação desse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Zequinha.

Estou ao telefone com o Senador José Serra.

Consulta o Senador José Serra: como V. Exa. vota no PLV 23, de 2020?



O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP. Pela ordem.) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O Senador José Serra vota "sim".

Vou proceder à votação. (*Pausa.*)

Como vota o Governo, Senador Fernando Bezerra Coelho?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, queria inicialmente cumprimentar pelo trabalho e pelo relatório o Senador e o nosso Líder Eduardo Gomes e dizer da importância da matéria. As empresas aéreas sofreram – e sofreram muito. Mais de 85% dos voos domésticos foram prejudicados e mais de 95% dos voos internacionais. Portanto, essa medida provisória é urgente e necessária.

Resta-me agora fazer um apelo ao Líder Rogério Carvalho para que ele, assim como fez a Senadora Eliziane, possa retirar o seu destaque. O destaque do Senador Rogério Carvalho pretende que o reembolso seja feito no prazo máximo de seis meses, e a medida provisória prevê um ano, que é um tempo necessário, adequado para uma situação dessa, de forte redução de caixa das empresas aéreas para que elas possam fazer as indenizações e os reembolsos no prazo máximo de 12 meses. Portanto, fica o apelo para que a gente possa retirar o destaque e concluir a votação dessa importante medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O Governo orienta o voto "sim".

Deixe-me fazer uma lembrança aqui aos dois Senadores Líderes que estão acompanhando a sessão. Estão conectados, mas ainda não exerceram o direito do voto, e nós estamos terminando a votação. O Senador Eduardo Braga ainda não votou aqui no painel, e o Senador Rodrigo Pacheco também ainda não votou.

Portanto, só queria fazer esse apelo para que V. Exas. possam exercer o direito do voto. Logo em seguida vou encerrar a votação.

Senador Petecão. Como vota o Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC. Pela ordem.) – Presidente Davi, o meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O Senador Sérgio Petecão vota "sim". Consolidado o voto do Senador Sérgio Petecão.

Estamos só aguardando...

Vou consultar o Senador Rogério Carvalho, porque parece que houve um entendimento sobre o destaque do Partido dos Trabalhadores, a retirada do destaque. A Senadora Eliziane já retirou. Eu consulto o Líder Rogério Carvalho se essa informação de retirada do destaque procede.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero reafirmar a importância dessa medida provisória. Ela pode ajudar o setor a se restabelecer. Esperamos que as empresas cumpram a promessa de ampliar a malha aérea em até 65% do que nós tínhamos antes da pandemia. Que a gente tenha de fato um serviço que minimamente resolva o problema de deslocamento deste País continental, em que a gente depende do transporte aéreo.

Então, ouvindo os Líderes, ouvindo o apelo de todos os colegas, nós vamos retirar o destaque, mas eu queria deixar aqui esse pedido e essa lembrança de que é preciso o restabelecimento da



malha aérea. A ajuda que está sendo dada, a compra de ações das empresas pelo Governo, todas essas medidas devem ajudar bastante o setor a se reestruturar, portanto, seria razoável que eles pudessem entregar uma malha aérea com pelo menos 65% do que havia antes da pandemia.

Quanto ao art. 4º, que era objeto de outro destaque, é importante dizer que a gente está retirando uma parte, mas não ficam desobrigadas as empresas de atenderem os passageiros, é só a questão dos danos morais, que a gente precisa restabelecer no futuro, mas o atendimento aos passageiros está preservado. Por isso, a gente concorda em retirar o destaque.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado.

Eu queria agradecer o Senador Líder Rogério Carvalho, que retira tanto o destaque do art. 4º como o destaque da Emenda nº 36.

Portanto, ficam retirados os destaques.

A votação será do texto principal relatado pelo Líder Eduardo Gomes.

Eu vou encerrar a votação porque todos os Senadores já votaram.

Está encerrada a votação.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que divulgue o resultado.

(Procede-se à apuração.) (Lista de votação – Vide item 2.2.1 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. Fala da Presidência.) – Votaram SIM 72; votaram NÃO 2 Senadores.

Está aprovado o projeto de lei de conversão com a emenda de redação apresentada.

Ficam prejudicadas a medida provisória e as demais emendas a ela apresentadas.

A consolidação do texto e as adequações de técnica legislativa serão apostas aos autógrafos da matéria, dispensada a redação final.

Eu agradeço a todos os Senadores e cumprimento o Relator da matéria.

Novamente agradeço aos Líderes Rogério Carvalho e Eliziane Gama, que retiraram os destaques de votação em separado.

A matéria vai à sanção presidencial.

Ao tempo em que será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Gostaria de informar ao Plenário que foi apresentado o Relatório da MP 944 às 16h38, e nós, portanto, já estamos a 30 minutos a mais do prazo estabelecido pelo ato conjunto. Portanto, nós vamos fazer a votação do item 2 da pauta.

Peço atenção ao Plenário, porque eu preciso fazer uma retificação de errata ao PLN nº 22, que trata da Lei Orçamentária para 2020.

Na sessão do Congresso Nacional do dia 13 de maio de 2020, o Plenário foi consultado e aprovou uma errata para a correção de erros materiais identificados nos autógrafos do PLN nº 22, de 2020, referente à Lei Orçamentária Anual para 2020, que foi aprovada e enviada para o Poder Executivo.

Em resposta à Mensagem nº 34 do Congresso Nacional, que solicitou a retificação dos autógrafos do PLN nº 22, de 2020, a Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio do Ofício numerado 394, informou que só seria possível o atendimento parcial da retificação dados os ajustes impostos pela execução orçamentária já realizada no decorrer deste exercício.



As consultorias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, por meio de uma Nota Técnica Conjunta numerada 3, de 2020, entendem que as sugestões encaminhadas pelo Poder Executivo encontram-se embasadas nas melhores técnicas e práticas orçamentárias. (**Nota Técnica nº 3/2020 – Vide item 2.1.1 do Sumário**)

Sendo assim, a correção apenas de ordem formal apontada deve ocorrer conforme indicado a fim de viabilizar a sua plena eficácia.

Não havendo objeção do Plenário, a Presidência tomará as necessárias providências.

Será feita também a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É a correção de um erro formal. (*Pausa.*)

Muito obrigado ao Plenário do Senado Federal.

Item 2 da pauta.

Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2020, que institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos (proveniente da Medida Provisória nº 944, de 2020).

Durante o prazo regimental, perante a Comissão Mista, foram apresentadas 261 emendas.

Os pareceres proferidos no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Zé Vitor, favoráveis à medida provisória e a parte das emendas, na forma do Projeto de Lei de Conversão ora apresentado.

A matéria foi aprovada no Plenário da Câmara dos Deputados em 30 de junho, e seu prazo de vigência se esgota no dia 31 de julho.

Perante a Mesa do Senado Federal, foram apresentadas as Emendas nºs 262 a 281, que já foram disponibilizadas quando da tramitação da matéria e serão encaminhadas à publicação. (**Emendas nºs 262 a 281/2020-PLEN – Vide item 2.2.2 do Sumário**)

A Emenda nº 279 foi retirada pelo autor.

A matéria depende de parecer de Plenário do Senado Federal.

Faço a designação do Senador Omar Aziz para proferir seu parecer em Plenário.

Com a palavra o Relator da matéria, Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, esse Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2020, é oriundo da Medida Provisória nº 944, de 2020, que institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos.

O relatório.

O Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 20, de 2020, é resultado da aprovação, pela Câmara dos Deputados, de substitutivo à Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020, que institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos.

Com 16 artigos, a medida provisória destina-se a instituir programa de crédito favorecido para as pequenas e médias empresas custearem a folha de pagamento de seus empregados.

No prazo regimental comum às duas Casas do Congresso Nacional, que se encerrou em 7 de abril de 2020, foram apresentadas 261 emendas, sendo que a Emenda nº 188 foi retirada pelo autor.

Em seu parecer, o Relator da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Zé Vitor, votou: pelo atendimento dos pressupostos constitucionais da Medida Provisória nº 944, de 2020; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 944, de 2020, e das emendas apresentadas perante a Comissão Mista, com a ressalva das Emendas nºs 20, 21, 24, 25, 26, 27, 42, 44, 45, 47, 48, 49, 52, 56, 63, 90, 91, 130, 168, 216, 225, 226, 241 e 247, por serem inconstitucionais, por versarem sobre matéria de conteúdo temático estranho ao objeto originário



da referida medida provisória; e pela adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 944, de 2020, pela não implicação sobre as despesas ou receitas públicas das Emendas nºs 1, 2, 4 a 26, 28 a 41, 43 a 51, 53, 57 a 64, 66 a 76, 78 a 89, 91, 92, 94 a 112, 114 a 127, 129, 131 a 148, 150 a 154, 156 a 162, 164 a 181, 183 a 187, 189 a 192, 194 a 204, 206 a 210, 212 a 215, 217 a 220, 222 a 236, 238 a 244, 246 a 248, 250 a 261, pela adequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 3, 27, 42, 52, 54, 56, 90, 128, 155, 205, 216, 237, 245 e 249 e pela inadequação e incompatibilidade orçamentária e financeira das Emendas nºs 55, 65, 77, 93, 113, 130, 149, 163, 182, 193, 211 e 221.

Quanto ao mérito, o Relator votou pela aprovação da Medida Provisória nº 944, de 2020, e das Emendas nºs 1, 2, 6, 8, 13, 18, 23, 37, 38, 40, 43, 50, 57, 61, 71, 72, 75, 83, 85, 106, 107, 133, 135, 136, 140, 141, 145, 147, 148, 157, 158, 170, 171, 173, 177, 184 a 186, 189, 201 a 203, 207, 218, 224, 258 e 259, na forma do projeto de conversão, e pela rejeição das demais emendas apresentadas.

Na Câmara dos Deputados, foram ainda apresentadas as Emendas nºs 1 a 21 de Plenário, com voto: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das Emendas nºs 1 a 15 e 17 a 20; pela inconstitucionalidade da Emenda nº 16; pela adequação financeira e orçamentária das Emendas nºs 1 a 15 e 17 a 20; e, no mérito, pela rejeição das Emendas nºs 1 a 15 e 17 a 20, visto que a Emenda nº 21 foi retirada pelo autor.

Aprovada a redação final na Câmara dos Deputados, veio para a análise do Plenário do Senado Federal o Projeto de Lei nº 20, de 2020, composto por 20 artigos, agrupados em cinco capítulos.

O capítulo I do PLV contém apenas o art. 1º, que traz as disposições preliminares da proposição. Trata-se da instituição do Programa Emergencial de Suporte a Empregos, voltado à concessão de crédito para quitação da folha salarial ou de verbas trabalhistas dos seguintes agentes econômicos: empresários; sociedades simples; sociedades empresariais e sociedades cooperativas, salvo as de crédito; organizações da sociedade civil, nos termos descritos na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014; e empregadores rurais, consoante definição constante da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973.

O capítulo II do projeto de lei dispõe sobre o Programa Emergencial de Suporte a Empregos, em seus arts. 2º a 8º. O art. 2º estabelece que o programa se destina aos agentes econômicos já apresentados que apuraram receita bruta no exercício de 2019 superior a R\$360 mil e igual ou inferior a R\$50 milhões. A linha de crédito disponibilizada cobrirá a folha de pagamento do contratante, parcial ou integralmente, pelo período de quatro meses, observada a limitação de até dois salários mínimos por empregado, devendo os seus recursos serem utilizados exclusivamente para o pagamento da folha dos empregados ou de verbas trabalhistas.

Cada contratante poderá solicitar o financiamento em instituição financeira participante do programa, que, em tese, poderá ser toda aquela sujeita à supervisão do Banco Central do Brasil. Para tanto, os contratantes comprometer-se-ão a cumprir os seguintes compromissos: i) fornecimento de informações verídicas; ii) não utilização dos recursos em finalidade diversa do pagamento de seus empregados; iii) pagamento dos seus empregados por meio de transferência para a conta de depósito, para a conta-salário ou para a conta de pagamento pré-paga de cada um deles em instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central; e iv) não rescisão, sem justa causa, dos contratos de trabalho de seus empregados durante o intervalo de tempo compreendido entre a data da contratação do financiamento e o 60º dia após o recebimento da última parcela do empréstimo.



O terceiro compromisso será cumprido pela instituição financeira participante do programa por meio de depósito direto nas contas dos empregados, caso ela processe a folha de pagamento da contratante do financiamento. Já a vedação do quarto compromisso incidirá na mesma proporção do total da folha de pagamento custeada com recursos do programa. O descumprimento de qualquer um dos quatro compromissos assumidos implicará o vencimento antecipado da dívida contraída.

O art. 3º informa que a nova hipótese de aplicação dos recursos advindos da contratação da linha de crédito relativa à quitação de verbas trabalhistas se restringe a três casos: i) débitos trabalhistas de sentenças judiciais transitadas em julgado cujas execuções tenham sido iniciadas ou se iniciem entre 20 de março de 2020 e 30 de junho de 2022; ii) débitos trabalhistas de acordos homologados pela Justiça do Trabalho, incluídos os extrajudiciais, entre 20 de março de 2020 e 30 de junho de 2022; e iii) verbas rescisórias pagas ou pendentes de adimplemento, incluindo débitos relativos ao FGTS, oriundas de demissões sem justa causa ocorridas entre a data de publicação da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que trata de medidas para enfrentamento da pandemia da Covid-19, e a data da publicação da lei decorrente do projeto de lei, para fins de recontração da empregado demitido.

O financiamento em comento não beneficiará o agente com atividade econômica encerrada, com falência decretada ou em estado de insolvência civil, e tampouco alcançará as verbas trabalhistas de natureza exclusivamente indenizatória ou que tenham como fato gerador o trabalho escravo ou infantil.

Quando se tratar de débitos trabalhistas de sentenças judiciais ou de acordos homologados, a instituição financeira participante do programa depositará o montante do financiamento contratado em conta judicial específica. Essa conta será movimentada a partir de alvará expedido pelo juízo trabalhista competente em nome dos interessados, sem prejuízo do recolhimento de valores ao FGTS e dos tributos devidos. O referido depósito judicial guardará proporcionalidade entre as parcelas jurídicas diversas constantes da condenação ou do acordo homologado, inclusive entre os limites de responsabilidade das partes no tocante ao pagamento de verbas sucumbenciais e ao recolhimento da contribuição previdenciária.

Em qualquer caso, a contratação do financiamento para quitar verbas trabalhistas constitui confissão de dívida irrevogável e irretratável, implicando renúncia tácita a qualquer recurso em relação ao principal devido, às verbas sucumbenciais e às contribuições previdenciárias devidas. O financiamento somente poderá ser contratado para acordos homologados pela Justiça do Trabalho cujo valor total esteja limitado a R\$15 mil. No caso da quitação de verbas rescisórias, a liberação de valores do financiamento será de até R\$15 mil por contrato de trabalho se houver a comprovação da recontração do empregado demitido pelo mesmo empregador, conforme ato da Secretária Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

Para fazer jus ao financiamento, sob risco de vencimento antecipado da dívida, o contratante comprometer-se-á a cumprir as seguintes obrigações: i) fornecimento de informações verídicas; ii) não utilização dos recursos em finalidade diversa de quitação das verbas trabalhistas; e iii) manutenção do vínculo do trabalhador readmitido por, no mínimo, 60 dias quando se tratar de financiamento para quitação de verbas rescisórias.

Ademais, as regras para contratação de financiamento para quitação de verbas trabalhistas não se aplicam aos órgãos da Administração direta e indireta das três esferas de Governo, aos organismos internacionais, às instituições financeiras e às sociedades de crédito.



O art. 4º impõe que as instituições financeiras participantes do programa deverão assegurar, por meio de cláusulas nos instrumentos contratuais, que os recursos dos financiamentos serão aplicados exclusivamente nas finalidades autorizadas pela lei decorrente do projeto de lei.

Por sua vez, o art. 5º prevê que as instituições financeiras participantes deverão utilizar fontes de recursos próprios para custear 15% do valor de cada financiamento. Os 85% restantes serão custeados por recursos da União. Tanto o risco de inadimplimento dos financiamentos como as perdas financeiras decorrentes serão repartidos entre as instituições financeiras e a União segundo os mesmos percentuais das linhas de crédito.

O art. 6º especifica que a formalização das operações de crédito por parte das instituições financeiras participantes do programa poderá ocorrer até 31 de outubro de 2020. As condições financeiras básicas são: i) taxa de juros de 3,75% ao ano; ii) prazo de 36 meses para o pagamento, incluída a carência; e iii) carência de seis meses para início do pagamento, com capitalização de juros durante a carência. Há ainda a vedação de cobrança, por parte das instituições financeiras, de tarifas por saques ou por transferências de valores às contas dos empregados com recursos do programa.

O art. 7º preceitua que as instituições financeiras participantes concederão os financiamentos com base em suas políticas próprias de crédito e facultativamente, com base nas eventuais restrições constantes de sistemas de proteção ao crédito nas datas das contratações e nos registros de inadimplência no Sistema de Informações de Crédito, mantido pelo Banco Central, nos seis meses anteriores à contratação, sem prejuízo da legislação vigente. Fica também estabelecido que as instituições financeiras privadas e públicas estaduais participantes, conforme o caso, estão dispensadas de: i) exigir certificado de regularidade da entrega da Rais; ii) aplicar punição relativa à vedação à contratação de empréstimos ao eleitor que não votar, não justificar o seu voto ou não pagar a devida multa; iii) exigir o certificado de regularidade do FGTS; iv) exigir certidão negativa de débitos previdenciários; v) exigir o recolhimento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural; e vi) consultar o Cadin. Essas dispensas se aplicam às instituições financeiras públicas federais, observadas as disposições da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020.

O art. 8º regula o tratamento a ser dispensado pelas instituições financeiras participantes do programa na recuperação de valores inadimplentes das operações de crédito. Eventuais valores inadimplidos pelos contratantes serão cobrados, mediante os melhores esforços e sem interrupção ou negligência do acompanhamento, pelas instituições financeiras participantes em nome próprio conforme suas políticas de crédito, vedada a adoção de procedimento para recuperação de crédito da União menos rigoroso do que aqueles usualmente empregados por elas em suas próprias operações de crédito.

Os valores recuperados pertencentes à União, equivalentes aos valores recuperados multiplicados pelo mesmo percentual de sua participação nas linhas de crédito ofertadas, serão recolhidos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que os restituirá àquela, observados os critérios de atualização de que trata o art. 9º, comentado mais adiante. Por sua parte, os custos para a recuperação dos créditos inadimplidos serão arcados pelas instituições financeiras, que também serão responsáveis pela veracidade das informações prestadas e pela exatidão dos valores a serem reembolsados à União, nos termos de ato do Conselho Monetário Nacional (CMN). Após o prazo para amortização da última parcela passível de vencimento, as instituições financeiras participantes leiloarão todos os créditos remanescentes a título de



recuperação e efetuarão o recolhimento do saldo final à União por meio do BNDES. Se, após o último leilão, ainda houver parcela de crédito lastreado em recursos públicos não alienada, essa parcela será considerada extinta de pleno direito. Ato do CMN disciplinará os limites, condições e prazos para a realização de leilão de créditos.

O capítulo III do PLV disciplina a transferência de recursos da União ao BNDES e a atuação deste como agente financeiro daquela no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos, em seus arts. 9º a 14.

O art. 9º estatui que a União transferirá ao BNDES R\$34 bilhões para a execução do programa. Os recursos a serem transferidos continuarão sendo de titularidade da União e serão remunerados pela taxa média referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), enquanto mantidos nas disponibilidades do BNDES e pela taxa de juros de 3,75% ao ano, enquanto aplicados nas operações de crédito do programa.

O art. 10 obriga o BNDES a atuar sem nenhum tipo de remuneração como agente financeiro da União no programa. Ao banco competirá: i) repassar os recursos de propriedade da União às instituições financeiras que protocolarem operações de crédito no BNDES, nos termos de seu ato regulamentar; ii) receber os reembolsos de recursos das instituições financeiras participantes; iii) repassar à União, em até 30 dias, contados da data do recebimento, os reembolsos de recursos recebidos; e iv) prestar as informações requeridas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e pelo Banco Central. Caso haja recursos da União não repassados às instituições financeiras participantes até o término do prazo para formalização dos contratos, o BNDES devolverá esses recursos à União no prazo de 30 dias, devidamente remunerados.

O art. 11 prescreve que as operações de crédito protocoladas no BNDES que se enquadrem nos requisitos formais do programa não terão cláusula nem previsão de remuneração em prol das instituições financeiras participantes, além do que o risco de crédito da parcela das operações de crédito lastreadas em recursos públicos ficará sob responsabilidade da União.

O art. 12 assegura ao BNDES isenção de responsabilidade sobre a solvência das instituições financeiras participantes do programa e sobre a atuação delas na realização dos pleitos de crédito, sobretudo quanto ao cumprimento da destinação exclusiva da aplicação do principal das operações contratadas e dos requisitos de realização e de recuperação dos créditos lastreados em recursos públicos.

O art. 13 reza que, se a instituição financeira participante entrar em falência ou liquidação extrajudicial ou sofrer intervenção, a União ficará automaticamente sub-rogada, de pleno direito, na proporção de 85% dos créditos e garantias constituídos em favor da instituição financeira, com fundamento nas operações de crédito lastreadas em recursos públicos (*Pausa.*)

... operações lastreadas em recursos desta, para fins de encaminhamento dos valores envolvidos ao liquidante, interventor ou juízo responsável, ou mesmo à cobrança judicial.

Por seu turno, o art. 14 fixa a destinação exclusiva das receitas decorrentes do retorno dos empréstimos contratados no âmbito do programa à Secretaria do Tesouro para o pagamento da dívida pública federal.

O capítulo IV do projeto de lei especifica a quem compete regular e supervisionar as operações de crédito realizadas no âmbito do programa, em seus arts. 15 e 16. O art. 15 garante ao Banco Central competência para fiscalizar o cumprimento, por parte das instituições financeiras participantes, das condições estabelecidas para a realização de operações de crédito com base no programa. Já o art. 16 normatiza que tanto o CMN como o BCB poderão disciplinar



os aspectos necessários para a operacionalização e fiscalização das instituições financeiras participantes, observada a Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, que, entre outros assuntos, trata do processo administrativo sancionador na esfera de atuação do Banco Central.

O capítulo V do PLV abriga as disposições finais da proposição, em seus arts. 17 a 20. O art. 17 propõe que, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, o Fundo Geral de Turismo, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971, poderá prover recursos para viabilizar programas de crédito que tenham como meta, direta ou indireta, a manutenção e a geração de postos de trabalho.

O Fundo também poderá ainda estabelecer condições financeiras especiais para linhas de crédito operacionalizadas por seus agentes credenciados, observado o disposto na Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que, entre outros assuntos, trata da Política Nacional de Turismo. A remuneração do fundo a ser paga pelos agentes financeiros credenciados ocorrerá à taxa de juros fixa de até 1% ao ano sobre os valores repassados.

O art. 18 acresce à Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que, entre outros temas, dispõe sobre a legislação tributária federal, novo art. 9º-A, estipulando que, para fins de dedução na apuração do lucro real, a exigência de judicialização pode ser substituída pelo protesto cartorial para as dívidas sem garantia de valor superior a R\$100 mil vencidas há mais de um ano, para as dívidas com garantia de valor superior a R\$50 mil vencidas há mais de dois anos e para os encargos financeiros de créditos sem recebimento há mais de dois meses após o vencimento. Essa faculdade concedida ao credor depende do pagamento antecipado de acréscimos legais, de taxas e de demais despesas por ocasião da protocolização e dos demais atos.

O art. 19 acrescenta ao art. 2º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que, sobretudo, institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), novo §11 para assegurar que as instituições financeiras que utilizam recursos do Fungetur poderão aderir ao Pronampe e requerer garantia do Fundo de Garantia de Operações para essas operações, as quais deverão ser reunidas como carteira específica no âmbito de cada instituição, para fins da apuração do percentual da carteira de cada agente financeiro garantida pelo Fundo de Garantia de Operações.

Finalmente, o art. 20 contém cláusula de vigência usual, a partir da publicação da lei resultante do PLV.

No Plenário, houve a apresentação das Emendas nºs 262 a 281.

Análise.

Admissibilidade, constitucionalidade e juridicidade.

Examinamos, a seguir, a admissibilidade da proposta, nos termos do *caput* e do §5º do art. 62 da Constituição Federal, que permite a adoção de medida provisória pelo Presidente da República nos casos de relevância e urgência.

Entendemos que os requisitos de relevância e urgência estão atendidos. A exposição de motivos interministerial do Banco Central que acompanha a Medida Provisória 944, de 2020, justifica a relevância da medida provisória, principalmente com base: i) em seu objetivo principal, qual seja, de mitigação dos efeitos da aguda queda na atividade econômica sobre o mercado laboral, preservando empregos e renda dos trabalhadores durante o enfrentamento da pandemia da Covid-19; e ii) no fato de que, quando ocorrer a normalização da atividade econômica, as



pequenas e médias empresas poderão voltar a exercer suas atividades e colaborar com o resgate do crescimento econômico.

Ainda segundo a citada exposição de motivos, a urgência da medida provisória é justificada pela rápida deterioração da situação financeira das pequenas e médias empresas e pela perspectiva de aumento relevante no número de demissões decorrentes da falta de alternativas para fazer frente a obrigações financeiras.

Quanto à constitucionalidade da MP, a União é competente para legislar privativamente sobre a matéria nela contida, com fundamento no inciso VII do art. 22 e no inciso II do art. 48, todos da Constituição Federal. Por seu lado, o Presidente da República tem legitimidade para editar medida provisória sobre política de crédito, com fundamento no art. 62 da Lei Maior, tendo em vista que a matéria não consta do rol de vedações do §1º do mencionado artigo nem das listas de competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expressas nos arts. 49, 51 e 52 da Carta Magna.

No que se refere à juridicidade, a medida provisória inova o ordenamento jurídico e é equipada de atributos como abstratividade, coercitividade, generalidade e imperatividade, ou seja, é munida de juridicidade. Também cumpre as disposições de técnica legislativa constantes da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que disciplina a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, em cumprimento ao parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

Da adequação financeira e orçamentária.

O impacto orçamentário e financeiro do Programa Emergencial de Suporte a Empregos é de R\$34 bilhões em 2020, a ser custeado com dotações oriundas de crédito extraordinário de igual montante ao orçamento vigente, consoante a Medida Provisória 943, de 3 de abril de 2020. Nos termos desta proposição, R\$27 bilhões advêm da fonte orçamentária 329 (recursos do Tesouro de exercícios anteriores oriundos de concessões e permissões) e R\$7 bilhões da fonte 388 (recursos do Tesouro de exercícios anteriores oriundos da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional).

Tomado isoladamente, o programa tem efeito líquido positivo sobre o cumprimento da regra de ouro. A receita advinda de concessões e permissões é receita corrente, enquanto o recurso decorrente da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional é receita de capital. Em outras palavras, as receitas que irão custear o programa não são receitas de operações de crédito realizadas no exercício. Em contrapartida, a despesa do programa, por equivaler a financiamentos reembolsáveis destinados ao pagamento da folha salarial das empresas, corresponde a uma inversão financeira enquadrada como despesa de capital.

Todavia, tomado conjuntamente com as demais despesas do orçamento, o programa tem efeito nulo sobre o cumprimento da regra de ouro, pois as receitas que o financiam deixariam de financiar outras despesas correntes, as quais precisariam ser financiadas por meio da emissão de títulos da dívida pública. Na prática, tudo se passa como se o programa fosse financiado pelo aumento da dívida pública mobiliária federal. Independentemente disso, com fundamento no art. 4º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, conhecida como emenda do orçamento de guerra, fica dispensada a observância do cumprimento da regra de ouro no exercício de 2020.

A despesa do programa equivale a financiamentos reembolsáveis, ou seja, é de natureza financeira, de maneira que não há impacto sobre os limites de despesas primárias de que trata o



Novo Regime Fiscal, instituído pela EC nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Mais ainda, mesmo que hipoteticamente fosse despesa primária, o que é um absurdo, a despesa do programa não seria incluída na base de cálculo nem no limite de despesas primárias do Poder Executivo federal, por ser custeada por crédito extraordinário, conforme consta do inciso II do §6º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Por força do deferimento de medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.357, subscrito pelo Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, enquanto vigente estado de calamidade pública relacionado à pandemia da Covid-19, estão excepcionalmente afastados, entre outros, o art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que trata...

As diretrizes contidas nos arts. 26 e 27 da Lei de Responsabilidade Fiscal que dizem respeito à destinação de recursos públicos para o setor privado são cumpridas. Com relação ao art. 26, a Medida Provisória nº 944, de 2020, exerce o papel de lei específica determinando expressamente que as instituições financeiras estarão sujeitas às disposições da LDO 2020 e a Medida Provisória nº 943, de 2020, atua como veículo do crédito extraordinário requerido. Quanto ao art. 27, os encargos financeiros dos financiamentos são fixados em 3,75% ao ano. Logo, eles são superiores ao custo de captação representado pela meta da taxa Selic determinada pelo Comitê de Política Monetária.

Do mérito.

Como já dito, o principal objetivo do Programa Emergencial de Suporte a Empregos é mitigar os efeitos da aguda queda na atividade econômica sobre o mercado laboral, facilitando a preservação de empregos e renda durante o enfrentamento da pandemia. O programa cumpre dois outros objetivos relevantes, quais sejam, o fornecimento de crédito às pequenas e microempresas e a mitigação de riscos ao Sistema Financeiro Nacional.

Em relação ao primeiro objetivo, é notória a dificuldade das pequenas e microempresas, que estão mais sujeitas ao fechamento da torneira do crédito convencional em cenário de aversão a riscos e de preferência pela liquidez. Consequentemente, o programa facilita a quitação trabalhista.

Vejam bem, Srs. Senadores: tudo isso aqui está justificando a medida provisória, que é do conhecimento de todos nós – não há ninguém aqui que não a conheça. Então, no mérito, a medida provisória é mais do que justa. Com as adequações que o Senado está fazendo, eu vou passar ao mérito e vou às principais modificações propostas pela medida ao texto, que aprimoram o Programa Emergencial de Suporte a Empregos para que o alcance de seus objetivos seja apresentado.

Ei-las:

- 1) possibilidade de contratação de financiamentos para quitação de débitos de condenações ou acordos trabalhistas ou de verbas rescisórias de demissões sem justa causa;
- 2) ampliação do público-alvo da linha de crédito, que passa a incorporar as organizações da sociedade civil, os empregadores rurais e as sociedades simples;
- 3) ampliação do limite superior de receita bruta no exercício de 2019, que passa a ser de R\$50 milhões, em vez de R\$10 milhões como consta na medida provisória, ampliando, portanto, o alcance da linha de crédito para as médias empresas;
- 4) linha de crédito disponibilizada para cobrir a folha de pagamento do contratante, parcial ou integralmente, pelo período de quatro meses, no lugar de dois meses, e integralmente como



proponho pela medida provisória, assegurando melhor acesso das empresas ao programa, pois nem todas as empresas pretendem financiar 100% dos salários de seus respectivos empregados;

5) não obrigatoriedade de processamento da folha de pagamento pela instituição financeira participante do programa, o que tende a ampliar a participação das empresas de pequeno porte na linha de crédito ofertada, uma vez que o serviço de processamento bancário da folha de pagamento tende a ser mais utilizado por empresas de maior faturamento;

6) possibilidade de demissão de empregados pelas empresas beneficiadas parcialmente pelo programa, em contraposição à vedação total proposta pela medida provisória, conforme fundamento na “escolha de Sofia”: necessidade de demissão de alguns empregados para evitar a falência enfrentada por diversos empreendimentos econômicos atualmente;

7) proibição de cobrança de tarifas por saques ou transferências de valores com recursos do programa por parte das instituições financeiras participantes;

8) permissão para que o Fungetur estabeleça programa de crédito ao setor turístico para preservar e, se possível, aumentar o número de empregos, dado que esse setor teve queda acentuada da demanda por seus serviços ofertados em decorrência da adoção de medidas de restrição de circulação de pessoas.

Ademais, trago quatro contribuições à matéria. Em primeiro, a alínea *c* do inciso I do art. 2º da Lei nº 13.019, de 2014, define que as organizações religiosas que se dediquem às atividades de interesse público e de cunho social distintas das atividades exclusivamente religiosas são consideradas organizações da sociedade civil. Entendemos que o conceito de organizações da sociedade civil para os fins da lei resultante do projeto de lei deveria abranger toda e qualquer organização religiosa conforme o entendimento derivado do inciso IV do art. 44 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Assim, propomos a alteração do inciso IV do art. 1º do projeto de lei para incluir também essas entidades.

Em segundo lugar, ao contrário do programa instituído pela Medida Provisória nº 944, de 2020, cujo volume de crédito concedido ainda é baixo, o Pronampe, que concede crédito às micro e pequenas empresas, “decolou”.

Por exemplo, o Banco do Brasil inicialmente tinha recebido uma cota de R\$3,7 bilhões de financiamentos a conceder, do total de R\$ 18,7 bilhões do Pronampe. Mesmo tendo aumentado sua cota para R\$ 5 bilhões, essa instituição financeira em apenas dois dias atingiu sua cota majorada. No total, o Banco do Brasil já beneficiou, via Pronampe, 80 mil empresas, das quais 51 mil são microempresas.

Fato semelhante também foi observado na Caixa Econômica Federal. Como as microempresas não constituem o público-alvo do Programa Emergencial de Suporte a Empregos Federal tem sido utilizado de maneira eficiente no âmbito do Pronampe, é plenamente aceitável realocar mais recursos para este programa. Portanto, propomos a alteração do *caput* do art. 9º diminuindo o repasse de recursos da União para o BNDES em R\$17 bilhões e o acréscimo de novo art. 20, renumerando o atual como art. 21, aumentando em R\$12 bilhões o repasse de recursos da União ao Fundo Garantidor, administrado pelo Banco do Brasil, de modo a propiciar maior concessão de operações de crédito no âmbito do Pronampe.

Em terceiro lugar, propomos ainda, via acréscimo de §5º ao art. 10, que o BNDES devolva, a partir de 30 de setembro de 2020, 50% dos recursos não repassados à instituição financeira em até 30 dias, desde que haja solicitação da União com este teor. Em quarto lugar, impugnamos o art...
(*Pausa.*)



Não, isso aqui... Não há impugnação do art. 18, Srs. Senadores. Se quiserem, depois eu explico para os senhores. Muito pelo contrário, haverá um acréscimo. É o 18-A, que vou ler lá na frente para vocês.

Então, nessa parte aqui, não é impugnado. Tem que tirar essa parte aqui, suprimir isso e dizer que nós estamos fazendo, além do 18, o 18-A, para que deixe mais explícita essa questão de que trata esse artigo.

Emendas Parlamentares.

Como citado anteriormente, o projeto de lei recebeu vinte emendas no Plenário desta Casa Legislativa, as quais passamos a analisar a seguir.

O Senador Espiridião Amin apresentou as Emendas nos 262, 265 e 266. A Emenda nº 262 acrescenta § 3º ao art. 9º do PLV, para determinar que, dos recursos transferidos pelo Tesouro Nacional ao BNDES e ainda não utilizados no Programa Emergencial de Suporte a Empregos, R\$20 bilhões serão transferidos ao Fundo Garantidor, que é administrado pelo Banco do Brasil. Esta emenda deve ser rejeitada, pois a ideia por nós apresentada é transferir os recursos diretamente da União ao Fundo Garantidor, pois o BNDES ainda não recebeu todo o montante inicialmente previsto para a execução do programa criado pela Medida Provisória nº 944, de 2020.

A Emenda nº 265 altera os arts. 2º, 5º e 9º. A modificação do art. 2º diz respeito: i) à possibilidade de concessão de crédito somente às empresas e empresários com receita bruta não superior a R\$10 milhões; ii) à permissão de que as microempresas possam utilizar livremente 40% dos recursos dos principais contratados, salvo para distribuição de lucros e dividendos entre os sócios; e iii) à autorização para que as plataformas tecnológicas de serviços financeiros (*fintechs*) e as organizações da sociedade civil de interesse público de crédito possam participar do Programa Emergencial de Suporte a Empregos.

Já a alteração do art. 5º determina que os financiamentos às microempresas serão custeados integralmente com recursos da União. A seu tempo, a mudança no art. 9º diz respeito à alteração da taxa de remuneração dos recursos da União aplicados no programa, que será de 3% ao ano ou a taxa média Selic, o que for menor, com a diferença entre a taxa de 3,75% ao ano e a menor das duas taxas anteriores sendo a remuneração da instituição financeira, no caso de operações contratadas pelas microempresas.

Já a Emenda nº 266 modifica o art. 2º do PLV nos mesmos termos descritos na apresentação da Emenda nº 265. A recomendação é acatar as duas emendas parcialmente, tão somente no que se refere à autorização para que as *fintechs* e as organizações da sociedade civil de interesse público de crédito possam participar do programa. Os demais acréscimos sugeridos contrariam o espírito do PLV: i) diminuindo a remuneração da União nos financiamentos concedidos às microempresas em benefícios das instituições financeiras e ao mesmo tempo estimulando comportamento relaxado das instituições financeiras na cobrança dos financiamentos concedidos a esse tipo de empresa; ii) reduzindo a participação das médias empresas nas linhas de crédito ofertadas; e iii) permitindo utilização parcial dos recursos das operações de crédito contratadas pelas microempresas quase que livremente, o que, em certo grau, adentra no objeto do Pronampe.

A Emenda nº 263, de autoria do Senador Paulo Paim, altera o *caput* do art. 2 do projeto de lei para reduzir o limite mínimo de receita bruta anual, com o intuito de ampliar o rol de empresários e empresas que poderá contratar as operações de crédito de que trata o projeto de lei. Em vez de a receita bruta ter que ser superior a R\$360 mil em 2019, ela terá que ser superior a R\$81 mil. Adicionalmente, tal emenda modifica o *caput* do art. 9º do projeto de lei para criar



obrigatoriedade de transferência adicional de recursos da União para o BNDES no valor de R\$17 bilhões, a ser utilizado exclusivamente na concessão de crédito ao público-alvo da proposição com receita bruta anual superior a R\$81 mil e igual ou inferior a R\$360 mil.

É nobre a preocupação do autor em conceder mais crédito às microempresas, motivo pelo qual a Emenda nº 263 deve ser acatada parcialmente, somente no que diz respeito à redução do limite mínimo de receita bruta anual para incluir uma parcela significativa das microempresas.

E eu estou acatando esta emenda porque o ano de 2019 também não foi um ano de crescimento das empresas. Nós tivemos uma queda no faturamento das empresas. E aí entra 2020, numa perspectiva do crescimento do PIB, do crescimento da economia, com as medidas que o Congresso Nacional já tinha tomado, e veio o Covid-19. Então, muitas empresas estão aos trancos e barrancos, porque têm um faturamento menor do que R\$360 mil. Por isso, eu estou acatando a emenda do Senador Paulo Paim em parte, por entender que é justa a preocupação dele, até para que a gente mantenha o equilíbrio dessas que estão abaixo dos R\$360 mil.

A Emenda nº 264, de autoria do Senador Rogério Carvalho, acrescenta o inciso VI no art. 1º do projeto de lei, para definir que os microempreendedores individuais estão incluídos entre os potenciais beneficiários das operações de crédito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos. Paralelamente a isso, modifica o *caput* do art. 2º da matéria, para suprimir o piso de receita bruta anual, deixando expresso que, no caso dos microempreendedores individuais, o teto da receita bruta anual é estipulado em R\$81 milhões.

É digna de louvor a preocupação do autor em conceder crédito aos microempreendedores individuais. Entretanto, o ideal é ampliar o valor do Pronampe, nos termos por nós propostos, para beneficiar o público-alvo pretendido, que, a bem da verdade, está abarcado neste programa. Por isso, a Emenda nº 264 não merece prosperar.

A Emenda nº 267, de autoria do Senador Jorginho, altera o art. 3º do projeto de lei para permitir a formalização de operações no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos por até quatro meses, prorrogáveis por quatro meses; o art. 6º, para aumentar o aporte da União no FGO em R\$ 79,9 bilhões; e o art. 14, para prever que, até o montante de R\$ 17 bilhões, as receitas provenientes do retorno ao Fundo de Garantia de Operações, para utilização no Pronampe, com o excedente sendo destinado ao pagamento da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Esta emenda não deve ser acatada, pois a solução por nós encontrada é de aportar recursos no fundo de garantia conforme a disponibilidade da União. É preciso lembrar que a capacidade de endividamento federal não é ilimitada. Em março e abril deste ano, os resgates superaram as emissões de títulos públicos.

A Emenda nº 268, de autoria da Senadora Kátia Abreu, tem conteúdo similar ao teor da Emenda nº 262, com a única diferença sendo o montante da transferência do BNDES para o Fundo de Garantia de Operações: R\$ 20 bilhões na Emenda nº 262 e R\$ 17 bilhões na Emenda nº 268. Como já argumentado, a Emenda nº 268 deve ser rejeitada, tendo em vista o encaminhamento que propomos ao tema, visando potencializar o uso de escassos recursos públicos na preservação dos pequenos negócios.

Não deu para acatar os R\$20 bilhões e R\$17 bilhões, mas nós estamos acatando R\$12 bilhões.

A emenda da Senadora Rose de Freitas suprime o §12 do art. 3º. A emenda é meritória e merece ser acatada.



O público-alvo do Programa Emergencial de Suporte a Empregos está claramente delimitado no art. 1º da proposição, de modo que é redundante afirmar que os financiamentos no âmbito do Programa destinados ao pagamento de verbas trabalhistas não atingem os órgãos da administração direta e indireta das três esferas de governo, aos organismos internacionais, às instituições financeiras e às sociedades de crédito.

A Emenda nº 270, de autoria do Senador Irajá, propõe a inclusão de artigo no PLV para autorizar, até 31 de dezembro de 2020, a concessão de rebate para liquidação e a repactuação de dívidas oriundas de crédito rural de acordo com as regras da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, ou seja, contratadas até 31 de dezembro de 2011. Além do mais, a concessão de rebate para liquidação e a repactuação de dívidas alcança as dívidas de até em R\$ 4,8 milhões decorrentes de operações de crédito subsidiadas contratadas por parte dos produtores rurais e das empresas voltadas unicamente ao agronegócio, independentemente do lançamento em prejuízo. Trata-se de tema estranho ao objeto.

Eu expliquei ao Senador Irajá que quanto ao mérito da emenda dele eu sou amplamente favorável, mas que não caberia nesse momento nós estarmos discutindo isso. Mas creio que futuramente a gente possa tratar desse assunto.

As Emendas 271 a 274 são de autoria do Senador Fabiano Contarato. A Emenda 271 modifica o art. 7º do projeto de lei para vedar que a existência de dívidas não pagas entre 20 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2020 interfira na concessão de crédito no âmbito do programa instituído pela Medida Provisória 944. A concessão de financiamento para inadimplentes amplia o risco de calote no programa. Como a União não arcará com a integralidade do risco de crédito, haverá pouco interesse das instituições financeiras em operar o programa, que deixará de cumprir os seus objetivos. Essa é a razão, meu caro amigo Contarato, da rejeição da Emenda 271.

A Emenda 272 altera a redação dos incisos I e II do art. 5º do projeto de lei para modificar a participação no compartilhamento do risco de inadimplência no Programa Emergencial de Suporte a Empregos entre as instituições financeiras e a União. A parcela da fonte de recursos própria no programa e a participação no risco de inadimplência aumentará de 15% para 25% para as instituições financeiras. A emenda não poderá ser acatada, por reduzir a atratividade do programa para os bancos, gerando risco à sua execução.

O grande problema é que se não houver atrativo para os bancos a gente não consegue fazer essa linha de crédito. Os bancos não têm obrigação de entrar nessa linha de crédito. Tem que haver uma negociação.

A Emenda 273 inclui no rol de agentes que poderão contratar operação de crédito no âmbito do programa os empreendimentos econômicos solidários e as cooperativas ou outras formas de associação. Esses agentes poderão utilizar os recursos com a finalidade de pagamento de pró-labore. Esta emenda não deve ser acatada, pois implica tratamento diferenciado entre os agentes econômicos beneficiários do programa. Os agentes econômicos que constam do projeto de lei não teriam direito ao mesmo benefício.

A Emenda 274 altera os incisos do art. 6º do projeto de lei para reduzir a taxa de juros de 3,75% para 3%, ampliar a carência de seis para doze meses e, por consequência, estender o prazo de pagamento do financiamento contratado de 36 para 42 meses. Embora beneficiem o tomador da operação de crédito, as mudanças propostas reduzem a atratividade do programa. Por mim era 1% nessa crise. Os juros seriam de 1% para quem fosse pegar linha de crédito para pagar trabalhador e manter emprego, porque o empresário está pegando uma linha de crédito para pagar



e manter os empregos no Brasil, e nós estamos cobrando juro de 3,25%. O problema é que nós caímos nessa mesma ladainha: os bancos públicos e os bancos privados acham que os juros têm que ser 3,75%, 3,25%, o que gera risco à própria continuidade da política de crédito.

Eu estou aqui recebendo uma mensagem da Eliziane: "Omar, você termina quando?".

Eu já estou rouco, mas tenho que ler, Eliziane. Não tem jeito. Eu vou terminar daqui a pouco. Ainda faltam uma, duas, três... Seis páginas.

As Emendas nºs 275 e 277 são de autoria do Senador Jacques Wagner. A Emenda nº 275 altera o §5º do art. 2º do PLV para prever que o contratante da operação de crédito deve manter, no mínimo, 80% da folha salarial. Esta emenda deve ser rejeitada, pois cria amarras à sobrevivência das empresas. Como já afirmado anteriormente, a demissão parcial em alguns casos é uma forma de se evitar o fechamento definitivo das empresas. Isso implica que nós temos é que trabalhar – e aí eu peço desculpas ao meu querido Governador Jaques Wagner; o Brasil vai ter que trabalhar muito para que a gente gere novos empregos – e modificar; nós temos que diversificar. A gente está passando por uma experiência em que a diversificação para gerar empregos é muito importante, porque muda muita coisa com a pandemia infelizmente. Por mim, a gente dava... Se o juro fosse mais baixo, em vez de ser 3,25%, a emenda do Senador Jaques Wagner seria contemplada. Se fosse juro de 1% ao ano, seria contemplada se mantivesse 80%, mas com juro de 3,25%... O "cara" não está produzindo nada, não está vendendo nada; está pegando um dinheiro emprestado para pagar e manter trabalhadores. Aí é difícil a gente obrigar as empresas a irem para o suicídio, porque depois, para elas produzirem e pagarem essa dívida com juros de 3,75%, é muito mais difícil. Por isso, a gente não está acatando essa sua emenda, Senador Jaques Wagner.

A Emenda 276, do meu querido Senador Ciro Nogueira, trata da exclusão, da base de cálculo de qualquer tributo, de importâncias pagas ou bens fornecidos no âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador. Trata-se de tema estranho ao objeto da medida provisória, o que justifica a rejeição da Emenda 276. Por sua parte, a Emenda 278, de autoria da Senadora Zenaide Maia, amplia a participação da União no Fundo Garantidor para cobertura de operações do Pronampe em R\$50 bilhões. Tendo em vista o encaminhamento que propomos ao tema, a Emenda 278 também deverá ser rejeitada. Não serão R\$50 bilhões, Senadora Zenaide; serão R\$12 bilhões.

As Emendas 279 a 281 são de autoria do Senador Eduardo Braga. As Emendas 279 e 280 apresentam o mesmo teor. Elas estipulam que o poder regulamentar do CMN e do Banco Central deverão prever um sistema de garantia mínima e suficiente para as operações de forma simplificada, eliminando burocracias, para facilitar o acesso ao crédito. Manifestamos concordância com o conteúdo destas duas emendas, as quais merecerem ser acatadas.

De pouco adiantaria a oferta da linha de crédito se houvesse uma miríade de condições que dificultassem o acesso dos empresários e das empresas ao crédito emergencial necessário para a sobrevivência deles.

Essas duas emendas têm praticamente o mesmo teor. Quanto mais a gente puder facilitar, mais rápido ele vai ter acesso ao crédito. Então, a emenda do Senador Eduardo Braga contempla esse caso, e a gente está acatando a emenda.

A Emenda nº 281 altera o inciso I do §1º do art. 2º do projeto de lei. A intenção é possibilitar o financiamento da folha de pagamento por seis meses, limitada a até quatro salários mínimos. Essa emenda deve ser rejeitada, pois nossa proposta é realocar parcialmente os recursos



originais do Programa Emergencial de Suporte a Empregos para o Pronampe, para atingir mais empresas, sobretudo de pequeno porte.

Se nós aumentarmos para quatro salários mínimos, não teremos recursos, neste momento, para repassar esses 12 bilhões para o Pronampe. Essa foi a preocupação no mérito da lei.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade e juridicidade da Medida Provisória 944, de 2020, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância, urgência e adequação.

No mérito, votamos pela sua aprovação, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2020, aprovado pela Câmara dos Deputados.

Em acréscimo, somos pela aprovação integral das Emendas 269, 279 e 280, pela aprovação parcial das Emendas nºs 263, 265 e 266, na forma de emenda de Relator, e pela rejeição, infelizmente – peço desculpas aos meus colegas Senadores e Senadoras –, das demais, com a adição de outras emendas de Relator.

EMENDA Nº – PLEN

O inciso IV do art. 1º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2020, da Medida Provisória nº 944, de 3 de abril [...], passa a vigorar [...]:

"Art. 1º

.....

IV – organizações da sociedade civil, definidas no inciso I do *caput* do art. 2º da Lei nº 13.019 [...], e no inciso IV [...] da Lei [...] de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e

....."

Programa emergencial... Lei de conversão... Medida provisória... Destinado aos agentes...

Esse art. 1º, em que nós inserimos o inciso IV, trata das organizações religiosas, que também tiveram grande problema pela não presença do seu público-alvo. E muitos pastores recebem mensalmente, vivem dessa remuneração mensal. Nós estamos, então, socorrendo as igrejas, as instituições religiosas, de um modo geral, que queiram também acessar esse crédito. Esse é o objetivo desse inciso no art. 1º.

EMENDA Nº – PLEN

[...]

"Art. 2º O Programa Emergencial de Suporte a Empregos é destinado aos agentes econômicos a que se refere o art. 1º desta Lei com receita bruta anual superior a R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais) e igual ou inferior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), calculada com base no exercício de 2019.

.....

§ 2º Poderão participar do Programa todas as instituições financeiras sujeitas à supervisão do Banco Central [...], as plataformas tecnológicas de serviços financeiros [...] e as organizações da sociedade civil de interesse público de crédito.

....."

EMENDA Nº – PLEN

O *caput* do art. 9º do Projeto de Lei de Conversão [...]:

"Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir até R\$ 17.000.000.000,00 (dezesete bilhões de reais) da União para o BNDES, destinados à execução do Programa Emergencial de Suporte a Empregos.



....."

EMENDA Nº – PLEN

O art. 10 do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2020, da Medida Provisória nº 944 [...]:

"Art. 10.

§ 5º A partir de 30 de setembro de 2020 a União poderá demandar a devolução de até 50% (cinquenta por cento) dos recursos não repassados às instituições financeiras, devendo estes serem devolvidos em até 30 (trinta) dias após a solicitação."

EMENDA Nº – PLEN

O Projeto de Lei de Conversão [...], da Medida Provisória [...] de abril [...] passa a vigorar acrescido do seguinte art. 18-A:

"Art. 18-A. O credor ou apresentante poderá solicitar ao tabelião de protestos, diretamente ou por intermédio de sua Central Nacional de Serviços Eletrônicos Compartilhados, o envio da anotação e registro do débito protestado, mediante pagamento dos valores dos emolumentos nas mesmas bases dos valores exigidos para o ato elisivo do protesto e demais despesas, inclusive aquelas exigidas para integração de dados e derivados, relativos à remuneração e custos operacionais devidos à manutenção, gestão e ao permanente aprimoramento do sistema e estrutura da Central Nacional de Serviços Eletrônicos Compartilhados, para averbação na matrícula dos bens imóveis de sua propriedade plena e nos órgãos ou sistemas [...]:

I – será expedida nova intimação ao devedor, nos termos dos artigos 14 e 15, dando-lhe o prazo de 15 dias úteis para saldar o débito, e requerer o cancelamento do protesto, sob pena das averbações de anotações requeridas;

II – não atendida a intimação, ou não havendo questionamento judicial dentro desse prazo, o débito protestado será enviado para as averbações e anotações solicitadas;

III – o cancelamento das averbações realizadas pelos cartórios de registro de imóveis ou as anotações pelas entidades ou órgãos dos débitos protestados, depende do prévio cancelamento do protesto comunicado pelo tabelionato de protestos ou pela Central Nacional de Serviços Eletrônicos Compartilhados."

EMENDA Nº – PLEN

O Projeto de Lei de Conversão nº 20 [...]:

"Art. 20. A União poderá aumentar sua participação no Fundo Garantidor [...], adicionalmente aos recursos previstos [...] da Lei [...], em R\$ 12.000.000.00,00 (doze bilhões de reais), para a concessão de garantias no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe)."

Este é o relatório, Sr. Presidente. (**Íntegra do Parecer nº 85/2020-PLEN-SF – Vide item 2.2.2 do Sumário**)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O parecer é favorável ao projeto de lei de conversão, pela aprovação integral das Emendas nºs 269, 279 e 280, pela aprovação parcial das Emendas nºs 263, 265 e 266, na forma da emenda de Relator, e pela rejeição das demais, com as Emendas nºs 282, 287, do Relator... Perdão, 282 a 287 do Relator.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua apreciação.



Foram apresentados os seguintes requerimentos: Requerimento 1.401, de autoria do Senador Ciro Nogueira, Líder do Progressistas, de destaque da Emenda nº 268. O destaque fica deferido. Requerimento do Líder Rogério Carvalho nº 1.403, de destaque da Emenda nº 275. Requerimento de destaque também deferido.

Requerimento 1.411, de autoria do Líder do PROS, Senador Telmário Mota, de destaque da Emenda 278. Também deferido.

Requerimento 1.412, de autoria do Líder da Rede, Senador Randolfe Rodrigues. Requerimento de destaque da Emenda nº 266. Também deferido.

Informo ao Líder da Rede, Senador Randolfe Rodrigues, que essa emenda foi parcialmente acatada pelo Relator da matéria. Portanto, faço uma manifestação a V. Exa.: se permanece o destaque apresentado pela Rede ou se foi atendido pelo Relator.

Requerimento nº 1.415 e Requerimento 1.418, de autoria do Líder da Bancada do MDB, Senador Eduardo Braga, de destaque das Emendas nºs 280 e 281, respectivamente.

Informo ao Líder do MDB, Senador Eduardo Braga, que a emenda destacada por S. Exa. foi acatada pelo Relator, a Emenda 280. Portanto, fica prejudicado o Requerimento 1.415.

Emenda 1.418. Fica deferido. Relacionada ao destaque da Emenda nº 281. Portanto, o MDB foi atendido na Emenda 280 – portanto, fica prejudicado –, e fica deferida a Emenda 281, um destaque do MDB.

Requerimento 1.419 e 1.423, de autoria do Líder do Podemos, Senador Alvaro Dias. Requerimento de destaque do art. 18 do projeto de lei de conversão e da Emenda nº 266, respectivamente. Informo que estão deferidos. **(Requerimentos de Destaque para Votação em Separado – Vide item 2.2.2 do Sumário)**

Gostaria também de dizer ao Senador Alvaro Dias que ele possa fazer o entendimento com o Relator: se o acatamento parcial feito pelo Relator da Emenda 266 atende V. Exa. ou se ficam os dois destaques.

As matérias destacadas serão votadas após a matéria principal.

Deixem-me aproveitar... Antes de colocar a matéria, eu vou consultar o Senador Alvaro Dias logo para ajudar porque, até aqui, a gente está falando de seis votações nominais destacadas. Se o Líder Alvaro Dias estiver contemplado com a emenda parcial, diminui uma. E, se o Líder Randolfe Rodrigues estiver atendido com o destaque parcial, também diminui uma.

Aliás, é a mesma emenda destacada pela Rede e pelo Podemos? Portanto, se os dois se sentirem contemplados, a gente vai retirar porque foi acatada parcialmente.

Senador Líder Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela Liderança.) – Presidente, como V. Exa. muito bem já percebeu, a nossa emenda é a mesma destacada pelo Podemos, inclusive pode ser colocada somente como uma emenda.

S. Exa. o Senador Omar Aziz melhorou bastante, mas mantém algumas restrições.

Veja, Presidente, quando o Presidente da República editou essa medida provisória e a encaminhou ao Congresso, o limite máximo de faturamento por microempresa era de R\$10 milhões. Esse aumento do limite foi lá por conta da Câmara e esse aumento deixa de contemplar muitas micro e médias empresas no Brasil. O ideal, no meu sentir, seria a restauração do texto original da medida provisória que tinha o limite de R\$10 milhões, conforme foi estabelecido.

A outra questão é a seguinte: a MP estabelece uma limitação para a obtenção de crédito somente para custear a folha de pagamento. Ocorre, Presidente, que nós estamos com um



problema enorme – o Líder Fernando Bezerra sabe disso, todos os Líderes sabem disso –, estamos com um problema dramático de acesso ao crédito no Brasil. Só 17% das micro, médias e pequenas empresas conseguiram acessar o crédito no País até hoje, em que pesem todos os esforços, inclusive, que este Congresso fez com a aprovação do Pronampe. O ideal, no nosso sentir, seria estender mais essa possibilidade também para que as microempresas tivessem acesso a financiamento de custeio. É esse o sentido de nossa emenda.

Então, o Líder Omar Aziz avançou, mas se puder avançar mais um pouquinho, Presidente... Estou sentido que o Líder Fernando Bezerra também quer ajudar nisso daí, então, é um dos momentos em que Oposição e Governo sempre trabalham juntos e em que todo mundo sai ganhando. Acho que o Líder Fernando vai ajudar também nesse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Randolfe.

De fato, temos ainda prazo para fazermos alteração nessa medida provisória, ainda bem! Temos dez dias para fazer. Então, completamente, não estamos amarrados em função do prazo temporal, portanto, a gente tem como votar os destaques, sim. O destaque, se tiver maioria, vai ser incorporado ao texto e vai retornar para a Câmara dos Deputados, sem o problema que nós tivemos com a medida provisória passada, em que a gente ficou... Retiraram os destaques porque não tínhamos mais prazo. Agora, os destaques podem ser incorporados porque temos prazo. Portanto, estamos cumprindo com o papel de Casa revisora.

Vou conceder a palavra à Senadora Kátia, que pediu ali, e daqui a pouco ao Senador Fernando.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela Liderança.) – Obrigada, Presidente.

Eu gostaria de um minuto da atenção dos colegas. Nós estamos aqui todos imbuídos em ajudar a micro e pequena empresa.

Com relação ao atendimento e à mudança feitos pela Câmara dos Deputados, de aumentar o atendimento para quem fatura até R\$50 milhões, nessa hora nós estamos incluindo uma minoria de empresas que é de médias empresas e que têm uma capacidade melhor de tomar crédito. Quando nós vamos para as micro e pequenas empresas, elas significam, Sr. Presidente, 27% do PIB Nacional. Os R\$16 bilhões do Pronampe só vão atingir, atingir não, beneficiar, 3% das empresas do País, 3% de 7 milhões de empresas. As pequenas e as micro – as que são 27% do PIB, para termos uma ideia... Mesmo assim, as pequenas, que são só 1 milhão, e as micro, que são 6 milhões, as pequenas já pegam mais do que as micro. Se nós incluirmos as médias, não vai sobrar é nada para as microempresas.

O MEI, que é o Microempreendedor Individual, já ficou de fora. O destaque do Randolfe, do Espiridião Amin e do Podemos inclui também os MEIs na possibilidade, que são a grande maioria, de tomarem esse crédito.

Eu agradeço a Deus nós termos votado aqui hoje uma MP da aviação civil e uma MP, agora, da micro e pequena empresa, e eu quero fazer dois números muito simplificados. Eu votei a favor da MP da aviação civil, a primeira coisa que eu quero dizer é isso, mas isso não me tirou a indignação. A aviação civil representa 1,5% do PIB, emprega 600 mil pessoas diretamente. As micro e pequenas empresas representam 27% do PIB e empregam, Sr. Presidente, 16 milhões de brasileiros diretamente, com carteira assinada.



Se eu for fazer uma regra de três simples, porque eu não sou matemática e nem economista, mas regra de três eu aprendi, se eles, que representam 1,5% do PIB, receberam R\$14 bilhões nessa brincadeira, nós deveríamos receber – nós, eu digo, as micro e pequenas empresas – de crédito R\$270 bilhões, Sr. Presidente, e nós já recebemos até agora, se não for aprovada a medida do Omar Aziz, R\$73 bilhões. Nós deveríamos receber, em proporção do PIB, R\$270 bilhões.

Se eu fizer em proporção do emprego, que é o que os países inteligentes e desenvolvidos fazem, enquanto a aviação civil recebeu R\$14 bilhões, as micro e pequenas empresas deveriam receber R\$270 bilhões de crédito, Sr. Presidente.

E nós estamos cansados de assistir à literatura internacional em área de economia que o papel do crédito – e isso já está comprovadíssimo com números econométricos –, que o crédito não é facilitado não. O crédito acessível, com alta penetração, como é nos Estados Unidos e nos países desenvolvidos, combate à desigualdade.

Então, com essas duas MPs – quando eu digo que agradei a Deus e votei nessa desigualdade –, eu não podia deixar de registrar o absurdo que nós estamos vivendo. Não estou falando contra Paulo Guedes, contra esse Governo, isso é histórico. Agora, nós precisamos interromper essa cultura do privilégio para alguns em detrimento de um setor em que são milhares, porque, se quebrarem três empresas, o impacto na mídia é grande, o impacto negativo na sociedade é grande. Agora, milhões, sete milhões de empresas fecharem as portas não dá o mesmo impacto, entendeu?

Então, é isso que nós precisamos evitar, e esse destaque do Espiridião Amin, do Randolfe, do Podemos, que está sendo apoiado... Eu, inclusive, vou retirar o meu destaque, em que eu solicitava R\$17 bilhões, porque o Omar Aziz atendeu em R\$12 bilhões de crédito de recursos para o Pronampe. Não é nada, nós vamos passar aí para pouco mais de... Eu já estou contabilizando. Dos R\$73 bilhões, eu já coloquei os R\$12 bilhões do relatório Omar Aziz, certo? Só não coloquei os R\$17 bilhões novos que ele está colocando. Eu vou eliminar, mas vou votar no destaque do Podemos, da Rede e do Espiridião Amin, que retira as médias empresas. Elas têm muita condição de crédito, não tenho nada contra elas, muito pelo contrário, elas são úteis, todas as empresas, até as enormes são úteis para o País, mas elas não podem se beneficiar desse crédito de quem representa 27% do PIB e 16 milhões dos empregos.

É a hora de nós fazermos justiça com as micro e pequenas empresas, que morrem, a sua grande maioria, em três anos de vida, exatamente pela dificuldade de crédito. E agora que Jorginho Mello teve essa brilhante ideia de criarmos o Pronampe e criarmos crédito e recurso, junto com o Pese, o próprio Governo Federal colocou o Pese em até R\$4 milhões, Sr. Presidente, e nós vamos ampliar para R\$50 milhões? Não! Sinto muito, mas com o meu voto não. Eu vou priorizar aqueles que representam mais no PIB e nos empregos brasileiros.

Assim, retiro o meu destaque, porque fui contemplada – não com 17, mas com 12 –, mas anuncio que, se não forem retirados os destaques da Rede e do Espiridião Amin, que são à 266, eu vou votar a favor.

E lembro que nós temos tempo para voltar para a Câmara e, depois, voltar para cá de novo.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senadora Kátia. Eu agradeço a V. Exa. pela sensibilidade, que já retirou o destaque do Progressistas.

Temos ainda alguns destaques que vamos colocar em votação. Pelo andar da carruagem, ninguém retirou esses destaques.



Eu vou passar a palavra ao Senador Fernando, porque a gente vai votar e, depois, votaremos os destaques.

Como o Líder do Governo deseja fazer uma manifestação, com a palavra o Líder Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria apenas complementar a argumentação da Senadora Kátia Abreu para lembrar que o Pese foi aquele programa de folha de pagamento que não andou bem. Foram anunciados aqueles R\$34 bilhões, que, com o complemento dos bancos, chegariam a R\$40 bilhões, e esse dinheiro era voltado exclusivamente para o pagamento da folha salarial. Houve uma série de exigências que se colocaram na primeira medida provisória desse programa, como por exemplo a de não demitir, o que terminou não criando atratividade. Assim, renovou-se o Pese, que foi desenhado pelo BNDES, tendo em vista as demandas que estão sendo colocadas dentro do banco, e o banco é que trabalhou com o pessoal do Banco Central para alterar... Essas alterações que ocorreram na Câmara se deram a pedido do próprio Governo, no sentido de ampliar essa faixa de faturamento, para que o programa da folha salarial pudesse cumprir com os seus objetivos.

Eu, ontem, falava com o Presidente Montezano, porque o que nós queríamos é aquilo que a Kátia defende, que o Senador Jorginho defende, que é reforçar o Pronampe. E o Montezano concordou, o Roberto Campos concordou e o Paulo Guedes concordou em tirar o dinheiro do Pese. Portanto, estão sendo tirados R\$12 bilhões – e esse é o grande mérito do relatório do Senador Omar Aziz – e estão sendo retirados R\$5 bilhões para a Medida Provisória nº 975, que é a das maquininhas. Então, as maquininhas vão para o microempresário, para o pequeno empresário; o Pronampe vai para os micro e pequenos empresários.

E o apelo que faço, já contando com a sensibilidade da Senadora Kátia, que retirou o destaque, agora se dirige ao Senador Randolfe e ao Senador Alvaro Dias. Esse programa, o Pese, é voltado para o financiamento da folha. A folha é paga agora no final de julho e no início de agosto. Então, na realidade, é muito importante que a gente possa votar rapidamente essa medida provisória, embora a gente tenha ainda 10 dias de prazo.

Eu, inclusive, falei com o Presidente da Câmara, o Deputado Rodrigo Maia. A gente votando hoje, com as alterações que o Senado julgar importantes, ele assumiu o compromisso de votar essa matéria amanhã na Câmara, para que a gente possa pegar o pagamento da folha salarial do mês de julho.

Então, eu faço um apelo. Não quero que ninguém retire destaques, eu apenas estou trazendo elementos de informação, porque o relatório do Senador Aziz, ao retirar os recursos do Pese, está, por assim dizer, colocando mais dinheiro para a micro e pequena empresa, e a gente está deixando metade do que estava previsto para o Pese, metade do dinheiro agora é que vai para o Pese, e o próprio BNDES é quem pede para que essa faixa de faturamento seja elevada para se poder aplicar esses recursos do Pese.

Então, essa é a informação que trago para uma avaliação por parte dos Senadores e um apelo para que a gente possa votar o relatório do Senador Omar Aziz sem destaques, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Fernando.

O Senador Eduardo Braga pede a palavra também.



O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela Liderança.) – Meu caro Davi Alcolumbre, colegas Senadores e Senadoras, primeiro quero cumprimentar o Senador Omar Aziz.

De fato, o Pese, o programa para a folha de pagamento, implementado logo no início da pandemia, como nós sabemos, foi muito pouco efetivo por questões de dificuldades na operação e exigências muito grandes na própria medida provisória.

Creio que, com as adequações e, inclusive, com a aprovação da nossa Emenda 280 – e eu quero agradecer ao Relator –, nós estamos facilitando o mecanismo de acesso ao crédito para o pagamento da folha, que também é muito importante. E a decisão do Relator de baixar o limite para R\$81 mil de faturamento coloca dentro desse programa das micro até as médias empresas.

Portanto, eu creio que nós estaremos dando uma opção para que nós possamos socorrer o trabalhador e o empresário.

Eu quero aqui destacar a decisão não apenas do Senador Omar, mas de todos os Senadores e Senadoras. Eu conversei muito com o Jorginho, com a própria Kátia, com o Fernando Bezerra, com o próprio Governo, e aqui quero reconhecer que o Governo Bolsonaro aderiu à ideia do Pronampe. Na minha opinião, ao lado do *voucher* do programa emergencial de ajuda de R\$600 aos brasileiros, o Pronampe foi uma grande decisão, que é permanente para o povo brasileiro, ela não é apenas durante a pandemia, e eu acho que esse é um grande mérito.

E colocar mais R\$12 bilhões no Pronampe é, sem dúvida, um avanço. Cinco bilhões de reais para as maquininhas é, também, sem dúvida, um avanço que vai dar mais acesso às micro e pequenas empresas. E eu confesso: eu acho que ainda teremos que colocar mais recursos no Pronampe, porque o Pronampe é uma ideia que veio para ficar e que está muito certa.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de defender o financiamento de até quatro salários mínimos, mas compreendo que, em função de estarmos fazendo um movimento para o Pronampe, micro e pequenas empresas, e para as maquininhas, nós reduzimos pela metade o volume de financiamento.

Para poder dar acesso a mais empresas e, portanto, dar a possibilidade de salvar diversos segmentos da nossa economia, eu, então, retiro o nosso destaque da Emenda 281, entendendo que nós estamos com isso contribuindo, atendendo o apelo do nosso Senador Fernando Bezerra, Líder do Governo, atendendo também as ponderações de V. Exa., para poder socorrer, imediatamente, as micro e pequenas empresas através do Pronampe. Sem dúvida, é algo meritório.

Eu quero parabenizar, mais uma vez, o Senador Omar pelo esforço de construção de uma arquitetura dentro do PLV que melhora, sem dúvida, o acesso ao crédito e o financiamento para micro, pequenas e médias empresas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Líder Eduardo Braga.

O Senador Omar Aziz pediu a palavra, mas, antes, como o Senador é o Relator da matéria, só falta eu ouvir o Senador Alvaro Dias sobre se mantém o destaque ou se o retira.

O SR. ALVARO DIAS (PODEMOS - PR. Pela Liderança.) – Presidente, eu consultei agora a Senadora Rose de Freitas, que é autora da Emenda 18, que destacamos, e ela me autoriza, com o objetivo de colaborar... Atendendo ao apelo do Líder Fernando Bezerra, a Senadora Rose me autoriza a retirar o destaque em relação à Emenda nº 18.

Em relação à emenda do Senador Amin, fica a critério do autor. Se o Senador entender que é conveniente retirar o destaque, da nossa parte haverá a concordância.



Nós sabemos que é muito complexo legislar nestas circunstâncias, sempre em regime de urgência, sempre de forma emergencial. Fica difícil aprimorar as propostas que chegam ao Senado Federal, e o importante é atender especialmente as microempresas. No caso da emenda do Senador Amin, é exatamente este o objetivo: atender a microempresa. E o atendimento parcial do Senador Omar Aziz não chega a alcançar os objetivos do Senador Amin.

Por essa razão, certamente seria justo – isto seria complementar à proposta e sobretudo complementar a esse esforço notável do Senador Omar Aziz, que se debruçou sobre a matéria com muita dedicação e competência – se nós pudéssemos votar esse destaque. Eu repito que há sempre essa disposição à colaboração. E, dessa forma, nós entregamos ao Senador Amin a responsabilidade de decidir se ele deseja manter esse destaque ou não. Da nossa parte, há o objetivo da colaboração.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Alvaro.

Só quero esclarecer que V. Exa. retirou o destaque do art. 18 e deixou a Emenda 266 a critério do Senador Amin. Como o Senador Randolfe Rodrigues tem a mesma Emenda 266, nós vamos votar o destaque da Rede, que é o destaque da Emenda 266, que atende o Senador Amin e outros Senadores. Então, já que V. Exa. retirou o do art. 18, o Podemos fica sem destaques, porque já está contemplado no destaque do Líder Senador Randolfe, que não vai retirar.

O SR. ALVARO DIAS (PODEMOS - PR) – Correto, Presidente. Concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Líder Alvaro.

O MDB retira o seu destaque que estava deferido.

Portanto, nós teremos três votações nominais de destaque.

Vou conceder a palavra ao Relator Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Como Relator.) – Primeiro, quero agradecer aos Líderes que falaram sobre o esforço que nós fizemos para chegar a um acordo. Eu acatei aquilo que era possível, na dificuldade para negociar com o Governo, para que a gente não fizesse uma lei aqui, como tem acontecido em emendas, que fosse vetada lá na frente.

Veja bem: nós temos uma cadeia produtiva no Brasil. Eu compreendo a angústia sobre micro e pequena empresa. Eu também sou favorável. Acontece que, se médias e grandes empresas quebram, essas pequenas e microempresas que fornecem e produzem para as médias e grandes empresas vão junto! Há uma cadeia produtiva. Se uma costureira faz farda para uma empresa que tem 20, 30 ou 40 funcionários, se essa empresa que tem 30 a 40 funcionários e que faz o fardamento com duas ou três costureiras que têm uma microempresa quebrar, a costureira vai junto! Então, nós temos de fazer um arranjo, para que a gente mantenha a cadeia produtiva produzindo no Brasil.

Quando o Senador Eduardo Braga coloca quatro salários mínimos, ele, com muita sensatez, pensa na Zona Franca de Manaus, nas indústrias que estão instaladas aqui. Dificilmente, há um trabalhador numa fábrica ganhando menos de quatro salários mínimos; é acima de quatro salários mínimos. Uma pessoa que trabalha na montagem de uma moto não ganha um salário mínimo, pois é um soldador de qualificação, é qualificado. Quando o Senador coloca... E aí eu não acatei por essa razão, Senador Eduardo Braga, mas vi a sua preocupação em relação ao nosso Distrito Industrial em Manaus, que tem empresas com média salarial de R\$7 mil por mês e que não estão



faturando absolutamente nada! Vão perder a competitividade para a China, que tem estoques altíssimos hoje para poder inundar o mundo, na hora em que quiser, com produtos finais, com produtos finalizados, e que tem hoje até a guarida do Ministro da Fazenda, quando fala que tem que abrir as fronteiras.

Então, eu não tenho absolutamente nada... Eu respeito todos os Senadores que fizeram emenda. O Senador Amin, que é uma pessoa que eu reputo de grande qualidade como Senador, tem conhecimento e vai a fundo. Infelizmente, eu não consegui acatar por completo as emendas dele. O Senador Randolfe é uma pessoa que, a todo momento, defende os trabalhadores, como todos nós, Senadores, defendemos.

Então, quanto àquilo que os Senadores decidirem nos destaques, eu não tenho absolutamente nada contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Líder Omar, Presidente Omar Aziz, Relator da matéria.

O Senador Randolfe pede a palavra.

Eu quero concedê-la a V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela Liderança.) – Obrigado, Presidente.

Presidente, como já foi ressaltado, essa emenda é a "emenda Amin" e é muito meritória, pelas razões que foram colocadas, para contemplar principalmente as microempresas.

Por mim, eu queria sugerir a V. Exa. que o autor da emenda, o Senador Espiridião Amin, fosse ouvido em relação a essa matéria. E, suplementarmente, Presidente, caso seja da concordância também do Senador Amin – eu sou sócio minoritário dessa emenda, o sócio majoritário é o autor, o Senador Esperidião Amin; em relação a mim só coube o destaque –, caso o Senador Amin concorde com a retirada, eu queria que V. Exa., em seguida, para nós construirmos um acordo aqui, já que não estamos presentes... Seria melhor se estivéssemos presentes no Plenário, porque neste momento nós já estaríamos conversando e costurando esse acordo. Suplementarmente, se o Sr. Líder do Governo, o Senador Fernando Bezerra, assumir conosco um compromisso em relação a essa demanda, conforme ele informou sobre o que está sendo encaminhado na Câmara dos Deputados sobre calendário e prazos para essa votação e o encaminhamento em seguida para o Senado, então, a partir da palavra do Líder do Governo dando essa garantia, obviamente com a chancela do autor da emenda, o Senador Esperidião Amin, conforme essas circunstâncias, se essas circunstâncias forem combinadas, nós retiraremos a emenda.

Mas eu sugiro, eu peço a V. Exa. que nós possamos ouvir, em primeiro lugar, o autor da emenda, o Senador Esperidião Amin, e, suplementarmente, o Senador Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu vou conceder a palavra ao Senador Amin, mas eu queria, rapidamente, antes, só ouvir o Líder do PROS, que também tem um destaque de uma emenda, e o Líder do PT, para saber se vão retirar ou se vão manter. Como eu estou vendo que há um entendimento amplo em relação à Emenda 266, eu não sei se o Líder Rogério Carvalho deseja votar, como também o Líder Telmário, as suas emendas. Eu vejo que há um sentimento na Casa, pelas manifestações, de apoio ao destaque da Rede, que foi encaminhado pela Rede Sustentabilidade, por um pleito do Senador Esperidião Amin, que regimentalmente foi amparado, tanto é que foi deferido.



Eu queria saber rapidamente, para a gente não entrar na discussão – vamos votar o texto principal –, se o PROS mantém o destaque e se o PT mantém o destaque, porque teremos efetivamente três votações nominais após o texto principal.

O Senador Rogério Carvalho pode, rapidamente, fazer uma manifestação?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela Liderança.) – Presidente, primeiro, o programa é para a manutenção do emprego, para a garantia do emprego e também para a manutenção das micro, pequenas e, no caso, médias empresas que se beneficiam dessa medida provisória. Acontece que os micro e pequenos empresários podem utilizar todo o empréstimo para pagar integralmente dívidas previdenciárias, trabalhistas, ou seja, pode o empresário, pelo texto, não priorizar o pagamento de salários e não priorizar a manutenção do funcionamento da sua própria atividade. Por isso, veio o nosso destaque. A gente propõe que pelo menos uma parte desse recurso seja destinada para a manutenção do emprego, para a manutenção da atividade econômica em si. Se a empresa toma um empréstimo e se ela consome integralmente esse empréstimo para pagar dívida, o que sobra para essa empresa manter emprego, manter salários, manter a demanda no mercado? Já há quase 20 milhões de pessoas desempregadas neste momento. Então, como a gente vai resolver essa questão? Eu sei da importância da medida provisória, do papel que ela vai cumprir, mas eu queria ouvir do Relator o que pode ser feito, se há alguma coisa que pode ser feita, porque está integralmente para o pagamento... O empresário pode integralmente pagar dívidas previdenciárias, trabalhistas e de outras naturezas e não aplicar na manutenção do emprego, ou seja, não há nenhuma garantia da manutenção do emprego desses funcionários.

Eu queria só ouvir o Relator, para poder tomar uma decisão em nome da bancada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Aparentemente, o Partido dos Trabalhadores não retira o destaque.

Senadora Zenaide, pela Liderança do PROS, V. Exa. tem alguma decisão sobre o destaque? A gente quer iniciar as votações.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, primeiro, eu queria agradecer ao Senador Omar Aziz por acatar minha emenda parcialmente. Mas eu queria deixar clara a importância da minha emenda. Eu não queria que se comprometesse a linha de crédito da Emenda 944, que é de importância fundamental, para se colocar dinheiro no Pronampe. Eu acho que tinha de ser o recurso... A gente sabe que o Pronampe está com uma grande demanda. Como a Senadora Kátia já falou aí, eu tinha colocado R\$50 bilhões, porque acho que isso é necessário. Quando se olha o Impostômetro... Não estou falando aqui de PIB. A gente sabe que 70%, praticamente, dos empregos estão na micro e pequena empresa.

Com que eu não concordei? Por exemplo, eu queria que a emenda fosse acatada sem comprometer os recursos da Emenda 944. Se você tirar da Emenda 944, relacionada com salário e com manutenção de empregos, para colocar no Pronampe... Eu queria o recurso novo no Pronampe. Por esses R\$12 bilhões eu quero agradecer, mas, como foi dito, como a Kátia Abreu falou aí, isso não vai resolver. Tira-se da Emenda 944 para se colocar no Pronampe. No Pronampe, deveriam ser recursos novos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senadora Zenaide. O PROS também não retira o seu destaque.

Então, temos três destaques para votar em seguida à votação do texto principal.



A pedido do Senador Randolfe, vou conceder a palavra ao Líder do Bloco, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu tenho o dever de agradecer. Primeiro, quero agradecer ao Senador Omar Aziz, que acolheu em parte duas emendas que eu apresentei: as Emendas 265 e 266. E quero agradecer, de maneira muito especial, aos Líderes e às bancadas que têm como Líderes o Senador Randolfe Rodrigues e o Senador Alvaro Dias, que agasalharam, acolheram e enalteciram a totalidade da Emenda 266.

Diante do conflito que está posto, eu tenho uma sugestão para dar, sem trair a lealdade com que se houve a Senadora Kátia Abreu, que defendeu de maneira brilhante, assim como o Senador Randolfe e como o Senador Alvaro Dias, o espírito da Emenda 266. Ela pôde discorrer sobre o assunto de maneira mais extensa. Então, eu não quero trair aqueles que foram conquistados pela emenda. Até parodiando o Pequeno Príncipe, digo que você é responsável por aqueles que a ideia conquistou. E a ideia é muito importante. Por quê? Porque, além do atendimento generoso do Senador Omar Aziz, ela complementa o engordamento do Pronampe. O Pronampe cresceu graças ao Fundo Garantidor.

Senadora Zenaide, Muhammad Yunus nos ensinou isso lá atrás. O sistema financeiro tradicional só empresta se você tiver garantia. O pequeno, o muito pequeno, o informal, o empresário individual, não tem garantia para oferecer. Então, o Fundo Garantidor nas suas diversas formas: primeiro, 80% sobre cada operação; depois, sobre a carteira. E agora grandes empresas estão, Senador Randolfe, formando uma rede de apoio aos seus fornecedores. Se o dono de um grande magazine – não vou fazer propaganda aqui – tiver 200 fornecedores, ele complementa os 15% de garantia e fideliza o seu fornecedor, como já faziam lá nos anos 40 e 50 os integrados da bem-sucedida agricultura baseada na pequena propriedade aqui em Santa Catarina, gerando grandes marcas no mundo, marcas no mundo que nos orgulham.

Então, nós estamos tecendo uma rede de suporte até por efeito de demonstração. Se eu tenho uma indústria com 20 fornecedores, é importante que eles não quebrem, é importante que eles fiquem de pé. Com 80% de participação do Governo, eu complemento; com 85%, eu complemento com 15%, porque essa gente é minha. A manutenção deles... Isso vai criar pelo menos um pouco mais de solidariedade no nosso capitalismo, que tem muitas coisas avançadas e muitas coisas primitivas ainda, de sorte que nós precisamos de mais dinheiro para aumentar a garantia, o Fundo Garantidor, que vitaminou o Pronampe. O que deu vida... O Pronampe é uma estátua. Fala, Moisés, parodiando o que aconteceu... O que fez Moisés andar e ter vida foi o Fundo Garantidor, porque já dizia Muhammad Yunus: o banco não quer outra coisa, a fisiologia dele é a garantia.

De sorte que, com esses R\$12 bilhões que nós temos que responsavelmente fazer sair do PESE, que até aqui não foi um programa bem-sucedido... Os números mostram: R\$40 bilhões em três meses e 12 dias. O Pronampe... A medida provisória é de 3 de abril. Se, em 112 dias, emprestou menos de 11%, é porque não deu certo.

Então, em função disso, o que eu cobraria, como prioridade do Governo – só para concluir, Presidente –, é que o Líder do Governo nos afiançasse que nós vamos rediscutir os limites do Pronampe, ou seja, o fundo Garantidor do Fampe, que é o que deu vida a ele e que nós estamos cobrando toda semana, Senadora Zenaide, lá na Comissão da Covid, junto com a Senadora Kátia Abreu, muito diligente, junto com o time todo, para que o Governo assuma este compromisso conosco: de reabrir o limite dos fundos garantidores que escoram o Pronampe, descendo até os



empreendedores individuais, como o Senador Omar Aziz já começou a fazer agora – e é com esse agradecimento que eu concluo as minhas palavras.

Eu concordo em retirar se o Líder Fernando Bezerra nos der uma resposta afirmativa para um diálogo sério que dê vida ao Moisés, ou seja, ao fundo garantidor que deu vida ao Pronampe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu sei que a fala do Senador Esperidião Amin foi dirigida ao Senador Fernando Bezerra. Eu, na posição de Presidente, tento, na maioria das vezes, ser imparcial, mas, ouvindo a manifestação do Senador Esperidião Amin, eu teria uma sugestão: acho que nós votaríamos o destaque que foi apresentado por V. Exa. e pela Rede e não abriríamos mão do diálogo para ampliar o Pronampe, o recurso do Pronampe. Mas aqui já seria uma parte, já seria um grande gesto feito pelo Parlamento. Respeitamos a posição do Executivo, mas acho que aqui a gente vai fazer um gesto de Parlamento, tirando recursos de um programa que, infelizmente, não foi bem-sucedido até agora. E isso não fecha a porta, Senador Amin, para um diálogo posterior. Além desses recursos que serão garantidos se tivermos a maioria na votação aqui... Isso não tira, em hipótese nenhuma, a possibilidade de o Líder Fernando, do Parlamento, dialogar com o Governo para ampliar esse programa importante, que foi uma bandeira do Senado Federal e que está dando muito certo.

A Presidência colocará em discussão e em votação conjunta os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria e o mérito do projeto de lei de conversão, que tem preferência regimental, e as emendas a ele apresentadas, nos termos do parecer do Relator Senador Omar Aziz, ressalvados, naturalmente, os destaques.

Antes de eu iniciar a votação, como o Senador Fernando pediu a palavra, eu vou dar a palavra a S. Exa. Mas já informo que temos três destaques que estão assegurados e deferidos para votarmos após o texto principal.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela Liderança.) – Diante dessa decisão que V. Exa. toma e, de certa forma, direciona o trabalho do Senado Federal na articulação com o Ministro Paulo Guedes e com a equipe econômica, permita-me fazer uma sugestão.

Já que a gente vai encaminhar para aprovar o destaque do Senador Amin, quem sabe a gente poderia sensibilizar a Senadora Zenaide e o Senador Rogério Carvalho para que eles retirassem os destaques e nós votássemos só esse destaque do Amin. Seria uma única votação, porque nós estaríamos trabalhando no sentido de alcançar todos os objetivos que foram aqui manifestados pelos diversos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu acho também que, da mesma forma que fiz uma manifestação buscando aprimorar o debate aqui do Senado Federal... Eu consulto mais uma vez... Atendido o apelo que o Senador Fernando faz ao Líder Rogério e à Líder Zenaide, nós teríamos apenas a votação de um destaque, que, praticamente consensuado com todos os Líderes, venceria e seria incorporado ao relatório do Senador Omar Aziz.

Eu quero ouvir a Senadora Zenaide e ouvir o Senador Rogério sobre a proposta levantada pelo Líder do Governo, o Senador Fernando Bezerra Coelho.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, eu vejo que o Senador Esperidião Amin e a Kátia Abreu...



Qual é o porquê deste meu destaque? Primeiro, porque eu acho que não deve comprometer, e o fundo garantidor...

Eu queria esse recurso até porque a gente sabe que a demanda do Pronampe cresceu demais, é quem mais está emprestando para micro e pequenas empresas. Mas, no caso de haver esse acordo, o PROS vai retirar o destaque.

O meu amigo Telmário e o meu outro colega, a gente vai retirar, porque este destaque é do PROS e de uma importância fundamental. Nós vamos continuar cobrando a ampliação do fundo garantidor para o Pronampe.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senadora Zenaide, obrigado Senador Fernando, Senador Amin. Acho que a gente constrói, em todas as sessões, esse entendimento.

Queria abraçar todos os Senadores e Senadoras porque, sem dúvida nenhuma, as argumentações feitas pelo Senador Amin foram contundentes e honestas na votação desta matéria. Por isso merecem apoio e por isso mereceu, Senador, a minha manifestação, saindo um pouco da imparcialidade e indo para o mundo real, para a prática.

A gente aprova um limite maior, contempla os empreendedores do Brasil, na fala da Senadora Kátia, que também foi muito esclarecedora e muito honesta, e atende ao Governo, que vai ter a oportunidade de discutir um novo limite daqui a alguns dias para ampliar esse programa que deu certo.

Líder Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela Liderança.) – O nosso destaque trata de uma outra matéria, de um outro tema, que é a garantia do emprego.

O programa não assegura que o recurso vá para pagar salário, ele pode ser integralmente utilizado para pagar – o recurso público – dívidas trabalhistas e outras dívidas. Portanto, eu queria ainda ouvir o Senador Omar Aziz. O que pode ser feito? O que a gente pode fazer para garantir que parte dos empregos sejam assegurados com esse recurso que está sendo disponibilizado, recurso público, com essa medida provisória? Há algum meio para fazer com que 30%, 40% do recurso seja utilizado para a manutenção do emprego, para pagar salário? Porque, veja, pode ser integralmente utilizado para pagar dívida trabalhista ou outras dívidas. O empresário pode fazer essa opção e a gente ter desemprego. Aí não haverá demanda, não haverá movimentação da economia, e a gente não faz aquilo a que ela se propõe, que é aquecer a economia e evitar uma queda do PIB do tamanho previsto, entre 6% e 9%.

É isso. Queria ouvir o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Rogério.

Ficaram dois destaques remanescentes.

O Senador Omar está pedindo a palavra aqui, e eu acho importante a gente ter esse ponto para dialogar, porque nós estamos construindo, por exemplo, a retirada de muitos destaques, o que vai ajudar também o Relator Omar, que deseja se manifestar agora. Eu vou conceder a palavra ao Presidente Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Como Relator.) – Se todos estiverem de acordo quanto a manter a emenda do Senador Amin, a 266, eu posso fazer aqui uma emenda de redação mantendo a emenda, sem precisar ir à votação, se todos estiverem de acordo.



Em relação ao destaque do Senador Rogério, do meu querido Rogério, no meu entendimento, você pode pagar até R\$15 mil para dívidas trabalhistas, mas, a partir do momento em que você paga essa dívida e faz um acordo, você tem que reintegrar aquele trabalhador por dois meses; você o reintegra. A lei... Toda essa medida provisória não teria valor algum se não fosse para garantir empregos. Como é que a gente vai fazer uma medida provisória sem garantir empregos?

Há uma outra coisa, veja bem: dívidas trabalhistas. Mesmo com o recurso que o empresário pega, ao adquirir esse crédito, ele pode pagar dívidas trabalhistas, mas tenha certeza, Senador Rogério, de que ele vai ter que pagar, o empresário não vai dar calote no Governo. Ele vai pagar, porque ele está dando garantias. O fundo garantidor vai garantir, mas ele tem que pagar. Tanto é que, no art. 18-A – a Câmara tinha introduzido o art. 18-A –, eu fiz uma modificação, até para dar mais prazo ao empresário para ele poder quitar suas dívidas.

No meu entendimento... Eu não vejo da forma como o senhor está vendo, Senador Rogério. Eu posso estar totalmente equivocado, mas a medida provisória é para garantir emprego, não é para você pegar o dinheiro todo e fazer o que quiser com o dinheiro. Existem, sim, regras para que você adquira esses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Omar.

Pela fala que está registrada nas notas taquigráficas, aqui, na sessão do Senado, o Senador Omar Aziz incorpora integralmente o texto destacado na Emenda 266, e fez isso agora verbalmente aqui, na sessão do Senado Federal. Nós vamos retirar das notas taquigráficas e incorporar ao texto. Mas, aparentemente, ele não aceitou o destaque ou um entendimento com o Líder do PT. Como...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não... Senador Omar...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Não. Eu acho que o objetivo maior de todos nós, Senadores do Congresso, é manter emprego. Se o Senador Rogério está entendendo que isso não mantém emprego, nós temos que ver por que não mantém emprego. Não, V. Exa. não está fazendo um esforço quando construiu um grande acordo em várias matérias que nós votamos... O único objetivo de votar essas matérias é manter as empresas com empregos. Como é que a gente vai manter aqui uma medida provisória não dando a garantia dos empregados?

Eu não estou entendendo... Eu queria saber onde é que está isso aqui, porque até agora eu não consegui enxergar, de que não garante os empregos. É isto que eu quero saber: onde é que não está essa garantia de emprego?

O objetivo maior...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não, Senador Omar, eu acho que V. Exa. está certo. O que eu entendi é que V. Exa. incorpora ao texto de V. Exa. o Destaque 266; portanto, a gente não precisa votá-lo. Como nós...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não é isso?

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Correto, o 266 do Esperidião Amin. Até porque o próprio Líder do Governo disse que construiria isso num acordo. Agora, depende da anuência de



todos os Senadores, porque, se não houver anuência, eu não posso incorporar. Então, se alguém estiver contra...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu acho melhor V. Exa. incorporar, porque a ampla manifestação do Senado é no sentido de apoio a esse destaque. Ninguém falou contra esse destaque; todo mundo falou apoiando o Destaque da Rede 266.

A Senadora Zenaide retirou o destaque do PROS, porque entendeu que esse entendimento na 266 contempla o PROS. O Senador Rogério Carvalho fez uma manifestação sobre o emprego e V. Exa. pede uma explicação por que esse destaque garante o emprego. Então, eu ouvi o Senador Rogério Carvalho e vou decidir se nós vamos votar ou não esse destaque.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela Liderança.) – Não vamos empurrar com a barriga.

Deixe-me...

Davi, Davi...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pois não, Líder.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... eu vou retirar o destaque, mas, considerando as argumentações do Relator Omar Aziz, que tem uma larga experiência, fica aqui a minha preocupação, porque no texto a gente não tem a garantia do emprego, apesar de tudo ser feito para garantir o emprego.

Então, eu vou retirar o destaque em consideração ao Relator Omar Aziz e para que a gente possa votar essa matéria e dar respostas que o País precisa.

Obrigado.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Obrigado, Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado ao Líder Rogério Carvalho.

Portanto, ficará incorporada ao texto apresentado e acordado com os Senadores na votação a Emenda nº 266, apresentada pela Rede Sustentabilidade e apoiada por todos os Líderes partidários.

Então, nós não votaremos nenhum destaque, e o texto principal será votado como única votação dessa medida provisória com essa requalificação, digamos assim, do relatório, acrescentando a Emenda 266.

É isso? (*Pausa.*)

Correto. Perfeitamente.

A Presidência colocará em discussão e em votação conjunta, com as observações levantadas pelo Plenário, os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria e o mérito do projeto de lei de conversão, que tem preferência regimental, e as emendas a ele apresentadas, inclusive a emenda apresentada de Plenário, nos termos do parecer.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação remota.

Os Senadores e Senadoras já podem votar e eu vou colher as orientações da bancada.

(*Procede-se à votação.*)



O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Como vota o MDB, Líder Eduardo Braga?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para orientar a bancada.) – Presidente, colegas Senadores, colegas Senadoras, o MDB apoia o relatório do eminente Senador Omar Aziz, primeiro porque nós queremos defender emprego e empresas no Brasil e segundo porque efetivamente, como eu disse ainda há pouco, a experiência do Pronampe demonstra que nós acertamos quando criamos o fundo garantidor e fortalecemos as garantias para poder dar acesso aos micro e pequenos empresários. E, nesta data, nós estamos adicionando, praticamente dobrando o tamanho do Pronampe, o que vai trazer ganhos absolutos.

Eu insisto que parte desse projeto é para financiamento de folha de pagamento, em que, portanto, nós estamos também atuando para as médias e pequenas empresas, enfim, em todas as direções, para salvar empregos e empresas.

O voto é "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O MDB orienta o voto "sim".

Como vota o PSB, Líder Otto?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, primeiro quero destacar o trabalho do nobre Senador Omar Aziz, que se dedicou muito a estudar essa matéria, acolheu emendas, sugestões, melhorou o texto. E, nesse ponto de dar mais suporte ao Pronampe, às pequenas e micro empresas, eu acho fundamental, até porque, em alguns locais, algumas localidades aqui no meu Estado, alguns Municípios, já faltam recursos para suprimento desse setor fundamental na geração de emprego, e é importante que se mantenha essa situação.

Portanto, o PSD vota "sim", acompanhando o relatório do Senador Omar Aziz.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O PSD orienta o voto "sim".

Como vota o Podemos, Líder Alvaro?

O SR. ALVARO DIAS (PODEMOS - PR. Para orientar a bancada.) – Presidente, o papel do Estado num momento de calamidade pública é a salvação das empresas e preservação dos empregos. Este é o objetivo dessa medida provisória. Lamentamos que haja sempre uma distância enorme entre a lei aprovada e a aplicação dela, como ocorreu até aqui, com apenas 11% dos recursos alocados pelo Governo aos bancos. O Governo chegou tarde com o fundo garantidor infelizmente. O fundo garantidor é a alma dessa proposta.

Nós tivemos, no Paraná, uma grande experiência com o fundo garantidor, quando, em determinado momento, durante o nosso Governo, houve uma crise enorme em determinada região do Estado do Paraná. Foi uma frustração da safra, as propriedades estavam sendo leiloadas pelos bancos privados. Nós criamos o fundo garantidor, assumimos os riscos e, com isso, salvamos as pequenas propriedades rurais que estavam em praça pública, em leilão. Então, o fundo garantidor é a alma dessa linha de crédito para atender especialmente micro e pequenas empresas.

O Podemos vota "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Podemos orienta o voto "sim".

Como vota o PSDB, Líder Izalci Lucas?



O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para orientar a bancada.) – Bem, em primeiro lugar, tenho que realmente parabenizar meu querido amigo Senador Omar Aziz pelo excelente trabalho, um relatório bastante completo.

Agora, o fundo garantidor, Presidente, na prática, foi criado para garantir eventuais inadimplências. Infelizmente, o sistema financeiro emprestou exatamente o valor do fundo, ou seja, deixou de ser um fundo garantidor para ser o valor que foi realmente financiado integralmente. Então faltou, por parte do sistema financeiro, essa sensibilidade de realmente colocar mais recurso em contrapartida ao fundo garantidor. Mas, de qualquer forma, foram praticamente atendidos, parcialmente, os pequenos empresários, os microempresários.

Então, o PSDB vota "sim" neste relatório, parabenizando o nosso nobre Senador Omar Aziz.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O PSDB orienta o voto "sim".

Como vota o Democratas, Líder Rodrigo Pacheco?

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para orientar a bancada.) – Pelo Democratas, Sr. Presidente, nós cumprimentamos o Relator pelo trabalho, Senador Omar Aziz, e orientamos o voto "sim".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O Democratas orienta o voto "sim".

Como vota o Progressista, Líder Daniella? (*Pausa.*)

Perdão. Quem vai orientar é a Senadora Kátia Abreu.

Como vota o Progressista, Senadora Kátia?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para orientar a bancada.) – Muito obrigada, Daniella, minha Líder, meu partido, o PP.

E quero te parabenizar, Davi. Você é um Presidente nota dez. Na próxima eleição, não vou lhe tomar a pasta; vou lhe dar um arquivo inteiro! Porque hoje nós fizemos uma coisa maravilhosa: justiça, gente! Justiça, combate à desigualdade – é isso aí!

E ainda quero deixar uma notícia boa aqui: o PESE não atende só micro e pequenos, e agora os MEIs, como a emenda do Esperidião Amin; ele atende até 10 milhões. Então, de 4,8 milhões a 10 milhões, grande parte dos médios empreendedores já estão dentro. Nós estamos tirando de 10 milhões a 50 milhões, que são os médios, que já estão quase indo para grande empresa. Então, nós vamos ficar agora no PESE atendendo o MEI, atendendo o micro e o pequeno e atendendo o médio até R\$10 milhões. Isso é ótimo. Depois eu vou verificar o número de empresas que faturam o percentual até R\$10 milhões, que estão dentro das médias empresas. Agora, o Pronampe atende apenas as micro e pequenas empresas.

Então, eu repito só para ficar registrado que, em todo o nosso Pronampe, que agora são 16 bilhões mais 12 bilhões, que dá 28 bilhões, se nós mantivermos o tíquete médio, nós ainda vamos beneficiar 5,5% das micro e pequenas empresas do País. Olha o que está ficando para trás ainda, mas vamos comemorar hoje e lutar pelo futuro para aumentar ainda mais. Nós precisamos atender, no mínimo, 20% das micro e pequenas empresas deste País durante esta pandemia. Foi o que de crédito elas tomaram de 2019, um crédito normal, sem pandemia – 19% das micro e pequenas empresas conseguiram pegar um dinheiro. Agora, imaginem na pandemia! Não vou dizer 40%, mas nós temos que, no mínimo, manter 2019, 20% de atendimento.

Obrigada, Presidente Davi. Obrigada, colegas.



Parabéns ao Senado Federal!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Kátia. Obrigado pelas palavras. Agradeço à Senadora Daniella. Sei da luta, fiz questão de falar da fala de V. Exa., que foi uma fala honesta, de uma mulher que tem o nosso respeito e a nossa admiração. Eu agradeço também ao Líder Fernando, agradeço ao Líder Eduardo, agradeço ao Governo, que compreenderam e, por isso, aceitaram ser incorporado no relatório do Senador Omar essa proposta, porque ela, de fato, corrige uma injustiça com o programa que está dando certo e refaz um programa que infelizmente, não sei por que motivo, não deu certo.

Então, ao fazer um programa que não teve êxito e ter a capacidade de articulação, de transferir esses recursos para um programa que é um sucesso, a gente está fazendo e cumprindo com as nossas obrigações. Então, eu agradeço à Kátia, ao Amin, ao Alvaro, ao Randolfe, a todos os atores que se envolveram nessa construção e agradeço a compreensão do Senador Fernando Bezerra Coelho, que tem sido um grande interlocutor do Governo nesta Casa.

O Progressista orienta o voto "sim".

Como vota o PT, Líder Rogério Carvalho?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para orientar a bancada.) – Presidente, eu, primeiro, quero cumprimentar V. Exa.; cumprimentar o Relator, que fez um trabalho exaustivo; cumprimentar a Senadora Kátia Abreu, que fez uma digressão muito importante e esclarecedora sobre o tema; o Senador Esperidião Amin; todos os Senadores e Senadoras; a Senadora Zenaide, que retirou o destaque; todos que, no dia de hoje, retiraram os destaques, o que ajuda a aprovar esse projeto de lei, que vai contribuir para que a gente diminua o sofrimento das empresas e dos trabalhadores. Espero que isso aconteça também, que isso se reverta em benefício para os trabalhadores.

Por isso, o PT orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O PT orienta o voto "sim".

Informo aos Senadores e Senadoras que o Senadores e as Senadoras já podem votar. Nós estamos em processo de votação nominal e ainda temos 23 Senadores que ainda não exerceram o direito do voto.

Como vota o Cidadania, Senadora Eliziane?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. me ouve, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para orientar a bancada.) – Eu queria cumprimentar o Senador Omar. Agora há pouco, eu brincava com ele sobre a leitura do relatório, mas, ao final, a gente vê aí um relatório pleno, a sua sensibilidade, a sua articulação com os demais colegas e todos os Senadores que deram uma contribuição importante com a retirada dos destaques, entre eles a Senadora Kátia, que tem se notabilizado na sua luta na defesa das micro e pequenas empresas e da classe empresarial como um todo no Brasil, que a gente sabe que é fundamental para a geração de emprego e renda, Presidente.

Esse projeto, na verdade, facilita a vida do pequeno empresário, que a gente sabe que é hoje aquele que está mais sofrendo com essa pandemia. Eu tenho aqui um dado que aponta que 45%



das despesas hoje dessas empresas, de toda sua produção, é o percentual que é referente, por exemplo, à quitação de débitos trabalhistas. Então, é, de fato, uma grande contribuição.

Eu queria cumprimentar mais uma vez o Omar, parabenizá-lo pelo grande relatório e, só rapidinho, Presidente, destacar uma coisa muito importante: o Omar melhorou ainda mais o relatório e trouxe uma coisa fundamental, que é o apoio às comunidades religiosas de todo País. Elas passam a ter também o caráter de organização da sociedade civil, porque elas já fazem, de fato, um grande trabalho. Então, essa melhoria foi muito importante para o Brasil, Omar. Parabéns a você!

E é claro: o partido faz o encaminhamento favorável, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O Cidadania orienta o voto "sim".

Como vota o PDT, Líder Acir?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Para orientar a bancada.) – Muito bem, Sr. Presidente.

É uma matéria importantíssima. Para geração de emprego e geração de renda, o nosso País depende muito da capacidade de sobrevivência das empresas nessa crise que nós estamos atravessando, uma crise que eu imagino que possa ainda se ampliar no pós-pandemia. Então, é um instrumento importante para que a gente possa continuar gerando emprego e renda para o nosso País.

Cumprimentando o Senador Omar Aziz, digo que ele coloca de uma forma muito importante que toda cadeia precisa ser preservada, as micro, pequenas e médias empresas. Uma depende da outra para sobreviver, com matéria-prima, com todo um trabalho em equipe.

Portanto, o PDT encaminha o voto "sim", cumprimentando mais uma vez o Senador Omar Aziz.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O PDT orienta o voto "sim".

Como vota a Rede, Líder Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar mais uma vez o Senador Omar Aziz pelo trabalho que fez na construção do relatório dessa medida provisória, mas, em especial, eu não poderia deixar de fazer um cumprimento todo especial ao Senador Esperidião Amin, que possibilitou que o meu partido apresentasse o destaque à Emenda 266, que é uma salvaguarda para as microempresas do Brasil.

Como já foi dito aqui, as microempresas do Brasil representam 17% das empresas registradas, representam 16 milhões empregos. E são empresas, Sr. Presidente – como as daqui, do Amapá –, que estão sendo fortemente afetadas pela crise. Só no setor de bares e restaurantes, segundo dados da Abrasel, 460 empresas, só aqui no Amapá, não voltarão depois da pandemia. Mas terão a possibilidade, uma chance com essa emenda, que é a emenda do Senador Esperidião Amin, destacada por nós e, em especial, defendida por V. Exa.

Permita-me assim dizer: se não fosse a determinação de V. Exa., se não fosse a convicção de V. Exa. nos ajudando a convencer o Plenário e a convencer o Governo, essa emenda não seria acatada. E essa emenda será fundamental para apoiar as microempresas no Brasil e, quem sabe, para sensibilizar o Governo.



Então, em especial, Presidente Davi, quero registrar o papel do senhor para melhorar o texto dessa medida provisória que vai ser devolvida para a Câmara.

A Rede encaminha, com muita felicidade, o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador e Líder Randolfe, pelas palavras de V. Exa.

Eu tenho certeza de que, aqui neste Plenário, o Senado tem conseguido muitos avanços, muitas conquistas em nome do povo brasileiro, engrandecendo esta Casa, votando matérias importantes, de interesse do nosso País, de todas as regiões do País, do setor produtivo, dos trabalhadores, defendendo a sociedade. São votações como esta, da sessão de hoje, Líder Randolfe, que engrandecem esta Casa. Tivemos a possibilidade de aprimorar um texto, de termos o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos relatando uma matéria tão importante, que construiu, com todos nós, essa votação, que aprimorou, que aperfeiçoou, que recepcionou as demandas, com humildade.

Senador Omar Aziz, eu queria reconhecer a humildade de V. Exa. Tem o nosso carinho, o nosso respeito, a nossa admiração. V. Exa. é um grande cidadão brasileiro, um grande Líder político do seu Estado, defendendo o Amazonas aqui e o Brasil. Eu quero abraçar V. Exa. pela humildade, pelo carinho, pela atenção que dispensa a todos nós.

E, nas palavras do Senador Randolfe, cumprimento o Plenário, cumprimento o Governo, que sai hoje daqui com uma matéria aperfeiçoada, aprimorada, melhorada, graças ao embate, graças à percepção de Líderes como o Senador Amin, graças à confiança e ao preparo das Lideranças que aceitaram – porque a gente sabe que neste modelo remoto só as Lideranças partidárias podem – apresentar destaques. E outros partidos, neste caso a Rede e o Podemos, abraçaram esta causa. Isso tudo foi uma construção. Isso não aconteceu por acaso.

Então, eu acho importante dividir essa vitória, nas falas do Senador Randolfe Rodrigues, com o Brasil. O Senado tem dado demonstrações de serenidade, de equilíbrio. No tempo em que é chamado, responde à altura. Então, eu aproveito essa manifestação para agradecer a V. Exa. e para abraçar todos os Senadores que ajudam a fazer desta Casa a Casa da Federação, o Congresso do Brasil, o Poder Legislativo forte.

Muito obrigado a V. Exa. e a todos os Senadores da República do Brasil.

Como vota o PROS, Líder Telmário?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, eu quero, de antemão, parabenizar o Senador Omar por ter feito essa obra-prima, que teve esse apoio fundamental da experiência, da capacidade, do conhecimento do Senador Esperidião Amin. Mas a Kátia, sempre como uma grande Parlamentar, essa pessoa que nos convence, uma pessoa convicta, coerente – Kátia, você abraça as causas com muito amor, com muita determinação –, foi realmente essencial na sua colocação. E quero saudar a Senadora Zenaide, do meu partido, que tem feito bons destaques, fazendo com que o debate realmente possa crescer.

Agora, Presidente, sem nenhuma dúvida, o Senador Fernando Bezerra, homem preparadíssimo, querido por todos nós, tem navegado bem na Liderança, porque tem recebido esse apoio fundamental do nosso Presidente. O Presidente realmente tem se apresentado nas horas certas, no momento certo e, com isso, tem realmente se consolidado como Liderança. Ele acaba de receber uma declaração importantíssima – não é, Senadora Kátia, aqui você acabou de falar para



ele? Então, realmente, a cada dia, ele está bem melhor. Imagine se o Senador Davi atendesse ao telefone todo mundo, não é, Mecias e Omar? Ele seria mais querido ainda, com certeza.

O PROS vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Deixa eu aproveitar, Senador Telmário...

O PROS orienta o voto "sim".

Eu tive um problema – eu peço desculpas; vários Senadores estão me ligando – no meu aparelho, houve uma pane. Eu acho, eu desconfio que foi em função da nossa votação aqui da *fake news*. Desde aquele dia, apareceram alguns problemas. Inclusive, eu quero socializar com os Senadores, porque a equipe técnica ainda não conseguiu detectar aquela pane que nós tivemos na sessão. Infelizmente, a sessão caiu, e não conseguimos detectar o que aconteceu naquele problema logo após a votação daquele projeto, mas, desde sexta-feira, a minha rede do celular entra e sai. Eu passei sábado e domingo sem aparelho. Quando transferi, na segunda-feira, para outro aparelho, entrou uma mensagem: "iPhone morto", e cheio de caracteres na mensagem. Eu bloqueei de novo e tive que transferir para outro. Então, eu estou, praticamente há quatro dias, mais ou menos, com o celular avariado, encaminhando para a Polícia Legislativa, para ver se detecta algum problema no meu celular de ordem externa.

Então, eu dou essa explicação a V. Exa., mas, aparentemente, hoje, de 10h da manhã para cá, ele começou a dar sinais positivos.

O PROS orienta o voto "sim".

Como vota o PL, Senador Jorginho?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente Davi, eu gostaria de...

O senhor está me ouvindo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Sim.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para orientar a bancada.) – Eu gostaria de pedir a V. Exa. mais um pouquinho de tempo. Eu tenho pedido clemência para falar, e não tem sido possível. Mas quero aproveitar agora, Presidente, porque sei que V. Exa. vai conceder, para agradecer pela votação de ontem ao Senador Irajá, ao Senador Rodrigo Pacheco, ao Senador Rogério Carvalho, ao Senador Randolfe Rodrigues, ao Senador Jean Paul, ao Senador Fabiano Contarato, à Senadora Rose de Freitas, ao Senador Luiz do Carmo e à Senadora Soraya, que entenderam a grandeza de, pela primeira vez na história, o Senado permitir que não houvesse nenhuma alteração do texto, para que a gente votasse e fosse direto para a sanção, colocando o micro e o pequeno empresário na condição de ter a possibilidade de fazer transações tributárias que nunca teve, nunca teve. Pela primeira vez, nós conseguimos, no ano passado, o Refis, com muita luta.

Quero também, Presidente, cumprimentar o Senador Omar Aziz, que fez um belíssimo trabalho – ampliou e se dedicou. Mas nós deveríamos pegar esse dinheiro do Pese, todo ele, e colocar para a micro e pequena empresa, porque a folha de pagamento das médias e das grandes empresas já é negociada com banco. Não vai ajudar em nada isso.

E o Pronampe não é uma estátua, Senador Amin. É uma criança que nós concebemos. Eu tive o privilégio de ser o pai; a Senadora Kátia, a mãe, foi Relatora; e os senhores, padrinhos. É a melhor linha de crédito criada até hoje no Brasil. Já acabou o dinheiro, porque os bancos não



emprestam se correrem um milímetro de risco. Eles transformaram um fundo garantidor em fundo financiador. Não alavancaram nada. Os bancos não estão prestando nenhum serviço ao micro e pequeno empresário. Nenhum serviço. Eles têm que alavancar.

O Governo precisa chamar pelo menos a Caixa Econômica e o Banco do Brasil, senão tem que pensar em privatização, para que eles possam emprestar dinheiro para o micro e pequeno empresário. Já acabou o dinheiro. Foi colocado que nem pão jogado num açude de peixe, com todos famintos. Acabou o dinheiro porque eles estão emprestando só o dinheiro que o Governo colocou no fundo. Não estão fazendo nada, nada para ajudar o micro e pequeno empresário. Estão alavancando o quê? Têm 3% atendido. Nós temos 7 milhões de micro e pequenos empresários.

Por favor, Sr. Presidente, eu faço um apelo ao Líder do Governo. Nós temos que convencer o Paulo Guedes e o Bolsonaro de que nós temos que arrumar dinheiro.

Eu fiz uma emenda, a 267, que está no relatório do Senador Omar, que pede para a gente conseguir tirar fundos de onde estiver sobrando para colocar no Pronampe. Pela primeira vez é um programa que deu certo. É um programa de que nós precisamos cuidar, porque ele é permanente. Os micro estão quebrando. Ninguém vai lá. Banco nenhum vai atender o micro que fatura menos de R\$81 mil, que também é micro, para fazer empréstimo para folha de pagamento? Ele tem um funcionário só.

Deveriam ter pego esse dinheiro todo e colocado no Pronampe. Não funcionou no Pese. Não funcionou! De 40% a 10%. No Pronampe funcionou, porque acabou o dinheiro, e os bancos não fizeram nada. Então, nós temos que aprender com isso.

Eu quero implorar a todos os senhores: nós temos que procurar recursos no fundo que for para colocar no Pronampe e salvar as empresas, porque o microempresário representa o emprego. A grande empresa mexe com o PIB, e o micro e pequeno empresário mexem com emprego na veia. Se nós quisermos ajudar o Brasil na retomada, nós precisamos arrumar dinheiro no Pronampe, essa linha de crédito maravilhosa, que nós aprovamos e que é um sucesso em todo o Brasil.

Os bancos estão entrando agora. O Itaú entrou para fazer média, as cooperativas de crédito também entraram, os bancos privados estão querendo entrar, mas parece que não têm mais garantia, porque eles viram que estavam perdendo muito cliente para o Banco do Brasil e para a Caixa Econômica, que foram os dois que fizeram alguma coisa.

Então, Presidente, é um desabafo: nós precisamos arrumar dinheiro para o micro e pequeno empresário, porque esses outros programas não funcionaram e não vão funcionar. Vai haver dinheiro para o Pese, e nós vamos conferir: não vai ter o sucesso esperado para compensar o esforço do Senador Omar, o esforço de todos nós. Não vai ter eficácia. Eficácia tem o Pronampe, que atende direto o micro e pequeno empresário.

O Ministério Público do meu Estado, a nosso pedido, está fiscalizando as agências de banco, a superintendência, para ver como é que está o Pronampe. Pela primeira vez, eles estão pedindo para os superintendentes de banco quanto se emprestou para colaborar com o "Emprestômetro" – viu, Senadora Kátia? E nós vamos ver que, quando nós tivermos presencialmente aquela informação que o Banco Central está passando, que os bancos estão passando, já acabou o dinheiro, é só o que eles sabem dizer. Cadê a alavancagem deles? Transformaram um fundo garantidor num fundo financiador. Os bancos não contribuem com nada no Brasil.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Jorginho.



O PL orienta o voto "sim".

Como vota o PSB, Líder Veneziano?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente, me ouve?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Sim, perfeitamente.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, muito rapidamente, porque tudo já foi muito bem discutido, eu quero cumprimentar a sensibilidade de V. Exa., que conduziu, claro, com o *placet* dos demais outros companheiros que tiveram a ideia a partir do Senador Amin, que foi acolhido, agasalhado pelo Senador Randolfe, pelo Senador Alvaro Dias, enfim, tudo foi muito bem dito, muito bem argumentado, eu acho que o posicionamento do Senado é o de garantir a vitória da razoabilidade em relação àquilo que deu certo.

Essa exposição emocionada, essa exposição que mostra o valor da boa ideia, que foi defendida pelo Senador Jorginho Mello, nosso aniversariante, e pela Senadora Kátia Abreu, deu certo, e nós não poderíamos deixar de constatar e, mais do que isso, de privilegiar aí as sugestões para que recursos, ou parte desses recursos desta proposta de ajuda emergencial, que foi tão brilhantemente defendida e posta no parecer pelo Senador Omar Aziz, possam ser carregados para o fortalecimento do Pronampe.

Então, por essas razões, Sr. Presidente, muito rapidamente, numa orientação em que nela só cabe exatamente fazer esse encaminhamento, o PSB junta-se a todos os demais pelo voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – PSB orienta o voto "sim".

Republicanos, Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, o Republicanos também encaminha o voto "sim", mas quero, antes de concluir, também cumprimentar o nobre, eminente Senador Omar Aziz, que fez um belíssimo relatório, discutiu, conversou. Ele entende, conhece a matéria. Portanto, chegou-se a esse relatório tão específico, que vai ajudar, sem dúvida nenhuma, na geração de empregos, vai ajudar as pequenas empresas, as médias empresas, vai ajudar este País.

Eu quero cumprimentar também os nossos queridos Senadores, grandes debatedores, conhecedores da matéria, o Senador Randolfe Rodrigues, o Senador Esperidião Amin e a nossa querida Senadora Kátia Abreu.

E eu também quero aproveitar para mandar um abraço ao querido amigo Senador Jorginho, que é, sem dúvida nenhuma, um entusiasta desta matéria e que é nosso aniversariante de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O Republicanos orienta o voto "sim".

Como vota o PSL, Líder Major Olimpio?

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Para orientar a bancada.) – O PSL vota "sim", Presidente, até fazendo o meu cumprimento ao Aziz, com seu esforço, ao Amin, à Kátia, ao Randolfe, ao Jorginho e a todos aqueles que se posicionaram.

Eu gostaria até de oportunamente discutir mais, porque empresas que faturam mais de R\$50 milhões ou mais de R\$4,2 milhões por mês não estão numa condição tão favorável, como foi dito



em algumas circunstâncias aí, não, Presidente! Elas estão até mais quebradas do que as pequenas. Nós temos que olhar isso também.

Eu quero lembrar agora a V. Exa. e a todo o Senado que estou vendo na imprensa – com a imprensa me perguntando, porque eu sou o Sub-Relator Revisor da Comissão Especial Mista de Reforma Tributária – que o Presidente da Câmara, o Maia, convocou a Comissão Especial de Reforma Tributária só da PEC 45 da Câmara para amanhã, às 10h da manhã, dizendo que vai dar andamento e vai votar por lá. Isso rompe o acordo com o Senado e é uma desconsideração com V. Exa., com o Senado! Eu queria que todos os Senadores soubessem disso neste momento! Esse protagonismo por imprensa para desconsiderar... Não sei se é porque o Governo falou que vai mandar um projeto também, eu não sei o que está por trás disso, mas é um desrespeito à Comissão Mista que foi montada por V. Exa., com todos os partidos, que fizeram indicações. E agora está na imprensa que amanhã, às 10h da manhã – eu já vi a convocação mesmo... E o Maia dizendo: "Eu vou votar a PEC 45 e atropelar". Ele está esquecendo que o sistema é bicameral, que vai ter que chegar à gente, que se não respeitar... E nós temos a PEC 110 e estamos aguardando se vai vir projeto do Governo ou não, para fazermos a discussão, as audiências públicas. Agora, no tranco e na porrada, não vai mesmo! E eu pediria aos Senadores que tivessem uma postura agora de apoio a V. Exa., como Presidente do Senado e Presidente do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senado Major Olímpio, pela manifestação de V. Exa.

De fato, no ano passado, nós, na busca do diálogo e do entendimento com o Governo, constituímos uma Comissão Mista. Indicamos o Senador Roberto Rocha, que era o Relator da matéria da reforma tributária aqui no Senado Federal. Ele aceitou – o Líder do PSDB também, para buscar o diálogo, o entendimento – sair da relatoria da PEC 110 e assumir a Presidência da Comissão Mista. O Deputado Federal Aguinaldo, que relatava a PEC 45 na Câmara dos Deputados, assumiu também o papel de Relator dessa Comissão Mista. E, desde o primeiro momento, o intuito nosso, em todas as minhas falas, foi o de que a gente pudesse conciliar um texto.

E reafirmo novamente o que disse no ano passado e o que direi todos os dias enquanto tiver a missão de presidir o Senado Federal: já que vivemos num sistema bicameral, precisamos naturalmente ouvir o Governo Federal em uma proposta de reforma tributária. Não há como termos três propostas: não dá para o Governo ter a sua proposta, não dá para o Senado ter a sua proposta e não dá para a Câmara ter a sua proposta. Então, desde o primeiro momento, a busca do diálogo, a forma com que eu trato a condução da Presidência do Senado sempre foi na busca da conciliação.

Olhem só. A Câmara dos Deputados tem legitimidade para discutir a PEC 45? Tem, mas, se o Senado não estiver inserido – e esse foi o interesse, o intuito da construção da Comissão Mista –, a PEC 45 vai ser votada na Câmara dos Deputados e não vai tramitar no Senado Federal. Se o Senado Federal votar a PEC 110, que estava assinada por muitos Senadores aqui no Senado Federal... E foi paralisada a sua tramitação, inclusive contrariando alguns Senadores que queriam votar a PEC 110. Então, eu acho que é um momento de entendimento e de diálogo. Eu sei que cada Casa – a Câmara e o Senado – pode tramitar as matérias. É importante que a gente possa continuar debatendo este assunto, mas, de fato, se a Câmara dos Deputados não estiver alinhada com uma proposta do Senado e com a participação decisiva do Governo... Alguém acha honestamente que sai uma reforma tributária sem a participação do Governo?



São essas perguntas que ficam para uma avaliação nossa, dos Senadores. Não posso impedir a tramitação de uma matéria na Câmara, como a Câmara não pode impedir a tramitação de uma matéria no Senado, mas nem a PEC 110 nem a PEC 45 vão ter êxito sem a participação do Governo – não vão. É por isso que se fala há 30 anos na reforma tributária e não se consegue fazer a reforma tributária que vai modernizar e vai simplificar. A tese da reforma tributária não é para diminuir imposto, é para simplificar. E, se a tese for para simplificar, ela precisa estar alinhada com as propostas do Governo, da área econômica do Governo.

Eu acho que a gente precisa conversar um pouco mais sobre isso, mas, concretamente, se não for uma proposta consensuada, indo na linha da fala do Líder Major Olímpio, não vão nem a 45 e nem a 110. Então, acho que a gente tem que abrir e continuar permanentemente com o diálogo. É da minha conduta e da minha prática conversar, ouvir, ponderar e pacificar.

Eu tenho certeza de que o Presidente Rodrigo Maia, o Governo Federal, através do Ministro Paulo Guedes, e os Senadores aqui no Senado Federal vamos chegar a um bom termo e vamos construir um texto que possa contemplar os interesses do Senado, legítimos, da Câmara, legítimos, do Governo e do povo brasileiro. Essa reforma tributária que nós estamos discutindo aqui é para simplificar e melhorar a vida das pessoas que vivem no Brasil. Não é uma reforma tributária do Major Olímpio ou do Davi, não é uma reforma tributária do Aguinaldo, do Roberto Rocha ou do Rodrigo Maia, é uma reforma tributária do Brasil.

A minha manifestação, aproveitando a fala de V. Exa., é que nós vamos dialogar, nós vamos buscar um entendimento, porque essa é a forma da minha conduta desde o primeiro dia. O embate, a divergência, o atrito, o conflito não levam a um bom caminho. Portanto, há um ditado lá no Amapá, que também já ouvi em outros cantos do Brasil, que diz o seguinte: "Quando um não quer, dois não brigam". Então, da minha parte, eu não quero. Vamos tocar, vamos fazer o que é certo.

O PSL orienta o voto "sim".

Como vota o PSC, Senador Zequinha?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para orientar a bancada.) – Presidente, o PSC, inicialmente, já declara o seu voto "sim", acompanhando o Relator da matéria, que melhorou, ampliou, enfim, construiu um programa que certamente dará suporte ao emprego no momento de tanta necessidade quanto este.

E eu quero acrescentar aqui o meu elogio ao Relator em função de ter incluído a possibilidade de o benefício chegar também às instituições religiosas, às nossas igrejas.

Mais uma vez, nós votamos com o Relator e votamos "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O PSC orienta o voto "sim".

O Senador Renan Calheiros, o Senador Eduardo Girão, o Senador Jader Barbalho e o Senador José Serra estão conectados e ainda não votaram. Nós vamos terminar a orientação e eu vou encerrar a votação.

Para orientação da bancada, como vota o Governo?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria, inicialmente, cumprimentar o Senador Omar Aziz e agradecer-lo pelo belíssimo trabalho que ele desenvolveu na construção deste relatório. E esta votação, que me parece unânime, demonstra, portanto, um acerto das suas iniciativas, ampliando o diálogo não só com o Governo, mas com



todas as Lideranças partidárias, que permitiu esse grande entendimento que nós estamos celebrando.

Eu queria também agradecer à Senadora Zenaide, ao Senador Amin, ao Senador Randolfe, à Senadora Kátia e ao Senador Rogério Carvalho, que contribuíram com a retirada dos seus destaques e com contribuições positivas para a formação desse entendimento.

Sr. Presidente, uma palavra final dirigida a V. Exa.: mais uma vez, só foi possível esse ambiente de entendimento, de concórdia pela participação de V. Exa., que conseguiu sensibilizar os Líderes partidários para que a gente pudesse hoje dar um passo importantíssimo na definição de uma iniciativa legal que ampliará a fonte de recursos para o financiamento a micro e pequenos empresários no nosso País. Portanto, eu quero aqui destacar – e o Governo quer reconhecer isto – o papel relevante que V. Exa. teve na construção da aprovação desta importante medida provisória.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Líder Fernando.

Consulto se há algum Senador na linha, no sistema para votar. (*Pausa.*)

Não havendo mais Senadores para exercer o direito do voto, eu vou encerrar esta votação. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que divulgue o resultado.

(*Procede-se à apuração.*) (**Lista de votação – Vide item 2.2.2 do Sumário**)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Votaram SIM 72 Senadores; NÃO, nenhum Senador.

Está aprovado, por unanimidade.

Aprovado o projeto de lei de conversão com emendas, ficam prejudicadas a medida provisória e as demais emendas a ela apresentadas.

A consolidação do texto e as adequações de técnica legislativa serão apostas aos autógrafos da matéria, dispensada a redação final.

A matéria retorna à Câmara dos Deputados. (*Pausa.*)

Item 3 da pauta.

Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2020, que dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19 (proveniente da Medida Provisória nº 927, de 2020).

Durante o prazo regimental perante a Comissão Mista, foram apresentadas 1.082 emendas.

As Emendas nºs 30, 88, 208 e 377 foram retiradas pelo autor.

Não foram aceitas emendas perante a Mesa do Senado Federal tendo em vista que o prazo de emendamento perante a Comissão Mista se encerrou antes da edição do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 2020.

Pareceres proferidos no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, o Relator da matéria foi o Deputado Celso Maldaner, que foi favorável à medida provisória e à parte das emendas, na forma do projeto de lei de conversão apresentado.



A matéria foi aprovada no Plenário da Câmara dos Deputados em 17 de junho; e seu prazo de vigência se esgota no dia 19 de julho.

O projeto de lei de conversão constou como item único da pauta da sessão deliberativa remota de 9 de julho, oportunidade em que foi adiada sua apreciação.

A matéria depende de parecer de Plenário.

Tenho aqui seis pedidos de Líderes para questão de ordem.

Vou conceder a palavra, pela ordem, à Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V. Exa. e queria fazer aqui um apelo a V. Exa.

Nós já falamos reiteradamente da nossa preocupação com este projeto. Ele traz mudanças profundas na CLT, e votar um projeto dessa envergadura, com uma complexidade tão grande, que vai trazer mudanças permanentes e substanciais, com a retirada de direitos trabalhistas, Presidente, é algo que a gente não pode admitir. Seria até desumano.

Nós já vamos para 21h, depois de, se não me foge à memória, seis horas de sessão legislativa. Então, realmente fica inviável.

Nós estamos tratando aqui, Presidente, de alguns pontos que são realmente muito graves. Por exemplo, o texto aprovado na Câmara prevê a dispensa da realização de exames demissionais, Presidente, nos contratos de trabalho de curta duração e também de safra. Outro ponto que eu poderia destacar aqui é exatamente que o projeto determina a devolução de remuneração de férias antecipadas e gozadas por parte do empregado quando ele não houver completado o período aquisitivo e também pedir demissão. Então, veja V. Exa. que são realmente mudanças significativas.

Eu quero pedir a benevolência de V. Exa. e pedir que esta medida provisória, que este projeto de lei não venha a ser votado hoje. Ele não vai caducar amanhã. Então, nós ainda temos tempo de fazer uma avaliação melhor e uma reflexão melhor.

Então, eu queria pedir ao senhor, pedir que o senhor remetesse aos Líderes se for o caso, pedir aos demais colegas Líderes que realmente tivessem essa sensibilidade porque não há condições, de fato, de nós votarmos esse projeto a essa hora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senadora Eliziane.

Eu concedo a palavra...

De fato, deixa eu aproveitar aqui essa oportunidade antes de passar a palavra, há vários Líderes inscritos. Na sessão passada, o Senador Weverton estava presidindo a sessão, infelizmente nós não chegamos a um acordo, foi adiada a votação dessa matéria, e eu pensei que a gente ia conseguir construir um entendimento pelas Lideranças e, naturalmente, pelo Governo. E a informação que eu tenho de muitos Líderes partidários, e a Senadora Eliziane faz menção também ao horário que nós estamos aqui – essa matéria, para V. Exas. terem ideia, tem 17 destaques apresentados –, então é humanamente impossível construir um entendimento, num sistema remoto de votação em que se tem a ampla maioria dos Líderes encaminhando ofício para retirada da pauta da votação.

Eu tenho um compromisso político. A matéria foi pautada, a medida provisória vai expirar, mas ela está há 120 dias tramitando na Câmara e, no Senado Federal, há o conhecimento da matéria. E a gente vê que infelizmente não se conseguiu avançar nessa situação.



Esse sistema remoto já é difícil porque está todo mundo distante e a gente está aqui tentando falar com um, falar com outro e buscar o entendimento, mas, concretamente, quando não se tem um entendimento, é praticamente impossível votar uma medida provisória ou uma matéria com as complexidades dessa. Então, eu vou ouvir todos os Líderes que vão se manifestar, tenho inscrição aqui de vários. A gente tem ideia e a gente sabe que é muito complicado. A gente tenta em todas as matérias buscar o consenso para retirar destaque, todo mundo retira destaque e incorpora no texto, como foi feito com o Senador Omar. Ninguém retirou os destaques, eu falei com todos os Senadores. É complicado, mas eu vou ouvir os Senadores para a gente decidir conjuntamente.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, a questão de ordem é no mesmo sentido. Eu poderia inclusive buscar um fundamento regimental. Diz o art. 403 do Regimento Interno, art. 155, que diz que: "A sessão terá início de segunda a quinta-feira, às quatorze horas, e, às sextas-feiras, às nove horas, pelo relógio do plenário (...)". Enfim, o que diz o art. 155, combinado com o art. 403 do Regimento Interno, Presidente, é que a sessão "terá a duração máxima de quatro horas e trinta minutos". Ou seja, a sessão começou às 16h25, nós passamos do horário.

Então, eu poderia arguir esse fundamento regimental, para inclusive dar a V. Exa. instrumento para o encerramento desta sessão. Mas, além do fundamento regimental, Presidente, eu queria dialogar com V. Exa. e com o Plenário tal qual a Senadora Eliziane falou, argumentou sobre as razões do bom senso.

Veja, essa é uma matéria amplamente controversa. Eu acredito, e V. Exa. pode confirmar, que nós temos vários destaques de quase todos os partidos. Pelo menos os cinco partidos da oposição, Rede, PDT, PSB, Cidadania e PT terão destaques, salvo outros destaques que outros partidos terão. Se nós levarmos em consideração o tempo que teremos para discutir a matéria, para debater destaque por destaque... E essa não é uma matéria em que se supera destaque. Isso é tão grave ou pior do que o chamado PL das *fake news*, Presidente. Então, não é uma matéria em que a gente vai conseguir, mesmo com toda a habilidade que V. Exa. tem para construir uma mediação e avançarmos, nessa não conseguiremos, porque são temas muito controversos, são direitos dos trabalhadores elementares, basilares, presentes na Constituição.

Então, Presidente, por já se tratar de 20h52, no horário daí de Brasília e também da minha Macapá – da nossa Macapá, minha e do senhor –, e pelas circunstâncias que o tempo nos impõe, a minha questão de ordem é para que V. Exa. encerre esta sessão do dia de hoje e, enfim, ou levemos essa medida provisória para ser votada no dia de amanhã ou não. Não é demérito não votar essa medida provisória. O Governo deveria arcar com a responsabilidade de ter mandado aqui para o Parlamento uma MP tão controversa, em um tempo tão difícil, que não tem emergência para ser aprovada.

Então, a questão de ordem que faço é basicamente no mesmo sentido e buscando também um argumento regimental para que V. Exa. encerre esta sessão do dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Líder Randolfe.

Líder Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, meu caro Presidente Davi, eu vou na mesma



direção. É uma matéria extremamente complexa que envolve direitos trabalhistas. É uma situação em que todos nós precisamos ter muita segurança para votar temas que estão dentro dessa MP.

Eu quero aqui reconhecer o esforço do nosso talentoso e jovem Senador Irajá, que já teve vários projetos aprovados no Senado em apenas um ano e meio de mandato, o que mostra a sua competência. Mas, Presidente, eu não me sinto tranquilo para que nós possamos adentrar no mérito dessa matéria. Existem efetivamente questões, como foi levantado aqui pelos colegas que me antecederam, que são delicadas: a questão da prevalência do acordo individual sobre a negociação coletiva; a questão de parcelamento do salário-educação; a questão do parcelamento na previdência, o que pode causar grandes déficits fiscais. Nós estamos aumentando brutalmente a dívida pública para poder socorrer trabalhadores, empresas. E mais: acho que há a possibilidade de construirmos uma solução junto com o Governo para, em uma dessas medidas provisórias, nós podermos colocar boa parte dessas medidas que são importantes para o País.

No entanto, sem dúvida nenhuma, o ideal, muitas vezes é o inimigo do possível, Sr. Presidente.

Eu queria fazer um apelo a V. Exa. porque acho que nós não deveríamos deliberar essa matéria no dia de hoje. Conversei com vários Líderes, todos estão indo na mesma direção e veja, é importante dizer para o Brasil que, desde o início dessa pandemia, nós do Senado e do Congresso em geral temos buscado nos antecipar. Votamos várias matérias para beneficiar aqueles que estavam excluídos, e daí surgiu a ajuda emergencial; criamos o Pronampe; aprovamos várias linhas de crédito; inovamos com o Banco Central; fizemos inúmeras medidas, mas eu creio, Sr. Presidente, que este projeto é um projeto que merece uma profunda reflexão.

Se nós formos para a deliberação, nós não resolveremos esse projeto talvez nem no dia de hoje e no dia inteiro de amanhã ainda estaremos debatendo sobre ele. E se aprovarmos o relatório, o relatório vai para a Câmara e, muito provavelmente, este projeto não será deliberado retornando para a Câmara.

Portanto, eu quero aqui me juntar aos companheiros e fazer um apelo a V. Exa., e dizer do meu carinho e do meu respeito ao trabalho do Senador Irajá. O Senador Irajá é um grande Senador, um grande representante do Estado do Tocantins, a quem eu sempre apoio e sempre acompanho, mas sinceramente acho que essa é uma matéria que precisa da reflexão de todos os nossos Senadores e Senadoras. Eu queria fazer essa ponderação e esse apelo a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Líder Eduardo.

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela Liderança.) – Eu vou seguir a mesma orientação dos demais Líderes, mas eu queria pedir permissão a V. Exa. para passar a palavra para o Senador Paulo Paim, para ele falar em nome da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Claro.

Vice-líder Paulo Paim com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela Liderança.) – Presidente Davi, eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar o nobre Relator, Senador Irajá.



Conversamos muito. Ele ouviu o movimento sindical, ouviu associações das mais variadas áreas do Judiciário, da área específica também dos trabalhadores mais ligados ao setor que é mais atingido. Enfim, ele conversou com todo mundo, não se negou a conversar com ninguém. Ouviu praticamente todos os presidentes das centrais sindicais. Fez o máximo para diminuir os danos da complexidade desse projeto.

Rapidamente, eu vou pontuar alguns – já foram citados também: prevalência do acordo individual; ultratividade da convenção na visão do empregador somente; parcelamento do débito trabalhista em cinco anos – cinco anos –, o que já está regulamentado pelo TST; prorrogação da jornada para os profissionais da saúde; banco de horas para os profissionais que estão na linha de ponta, o que pode ultrapassar em muito, inclusive, o período da pandemia, ainda mais, pode chegar a 18 meses; dispensa de exames demissionais – só estou pegando o título; teletrabalho. O texto fixa a premissa de que o tempo de exercício do trabalho após jornada não é tempo de disposição do empregador.

Por fim, Presidente, no caminho para a manutenção do emprego e da renda, nós olhamos muito para o pequeno, para o micro, para o médio e até para o grande empresário. Eu não tenho nada contra, eles é que mantêm o emprego.

Recentemente aprovamos a medida provisória de desoneração da folha para 17 setores. Alguns foram vetados. Bom, vamos trabalhar para derrubar o veto.

Meus elogios muito firmes para os Senadores Jorginho Mello e Katia Abreu pelo Pronampe, que vai levar aí em torno de R\$16 bilhões, e já falam que vão ampliar para mais 6 ou 7. Só estou elogiando, Sr. Presidente.

A MPV 936 aprovada pelo Congresso já permitiu a redução de jornada de trabalho e de salários ou suspensão do contrato com o salário, em parte, pago pelo Estado.

A Medida Provisória 932 reduziu as contribuições ao Sistema S.

Aprovamos a suspensão de pagamento de tributos para as empresas, e a própria MP 927 difere o pagamento do FGTS durante o período de calamidade pública. Além do FGTS, também entram ali, como já foi dito, contribuições previdenciárias, contribuições decorrentes de riscos ambientais do trabalho, contribuição social sobre a educação.

Segundo matéria de *O Estado de S. Paulo* que li, Presidente, só o FGTS teria um prejuízo de R\$36 bilhões. Tudo isso nos preocupa, porque é o mundo do trabalho, é o mundo do trabalhador.

Aqui, em nenhum momento, estou fazendo críticas ao Relator; ao Relator só elogios. Ele tentou de tudo. Recentemente ainda, há questão de 20 minutos, falou comigo novamente. Quero cumprimentar o Senador Irajá, mas, de fato, o tema é muito, muito complexo, daí porque o apelo que faço é o mesmo de todos os Líderes: vamos não votar a matéria hoje. E já faço esse apelo pensando que outra MP, como aqui foi dito, pode contemplar alguns dos pontos que nós não votaremos hoje e que, quem sabe, o próprio Senador Irajá, pela sensibilidade que demonstrou e pelo carinho com todos os setores, seja ele mesmo o Relator.

Era isso, Sr. Presidente.

Agradeço a todos a sensibilidade com esse tema, que, de fato, é muito caro a todos nós.

Eu confesso que, para mim, é muito prazeroso votar temas no Senado por unanimidade. Eu acho que 98% dos temas nós votamos por unanimidade pela grandeza de todos os Senadores. E assim é que eu vejo o nosso querido Senador Irajá.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Líder Paim.



Líder Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, eu quero deixar bem claro a V. Exa. que o trabalho do Senador Irajá foi muito meritório. O Senador Paulo Paim falou exatamente de todo o esforço que ele fez no sentido de encontrar uma letra de lei nessa medida provisória que pudesse atender não só o setor que emprega, mas também os interesses do trabalhador.

Ele melhorou muito o texto que veio da Câmara dos Deputados: suprimiu o art. 28, restringiu essas alterações de ordem trabalhista apenas ao período do decreto de calamidade pública, acatou outras alterações no texto que melhoraram e davam mais garantias ao trabalhador.

O que eu lamento – essa matéria foi colocada na semana passada e também houve essa reação de todos os Líderes para que ela não fosse votada – é o comprometimento do Senador Irajá, a energia que ele gastou discutindo com todas as centrais sindicais, ouvindo os Senadores todos que se posicionaram contra. Inclusive, cheguei a conversar sobre esse tema com o Senador Paulo Paim e com o Senador Rogério Carvalho e ficamos aqui até agora.

No momento em que ouvi, Presidente, que era o último item da pauta, eu sabia que se iria repetir hoje o que aconteceu na semana passada: não votar a matéria, que realmente é muito polêmica.

No entanto, eu quero fazer um registro aqui: recebi também de vários setores da indústria, sobretudo setores intensivos na absorção de mão de obra, que geram muitos empregos, a possibilidade de mais desemprego.

Eu faço um apelo a V. Exa., já que não votaremos essa matéria hoje: que V. Exa., na reunião do Congresso Nacional, coloque como primeiro item da pauta o veto que foi dado na Medida Provisória 936, na desoneração da folha, que o Governo, de forma equivocada e sem sensibilidade, vetou.

Nós precisamos derrubar aquele veto para manutenção dos empregos. São 17 atividades altamente importantes, que geram emprego para o povo trabalhador do Brasil, e não pode ficar sem votação. Eu sei que isso seria colocado na quinta-feira agora, amanhã. V. Exa., parece-me, vai tomar a decisão, e se tomar a decisão todos nós concordaremos em não apreciar os vetos amanhã, mas eu peço a V. Exa. que, quando for para votar veto, coloque esse veto da desoneração da folha para garantir os empregos.

A situação do desemprego está muito grave, vai se ampliar, vai piorar. O setor de serviços do Brasil vai completamente à estaca zero a continuar como vai, não só pelo isolamento – que é importante fazer para a contenção da pandemia do coronavírus –, mas também pela falta de capital e de recursos para manutenção, sobretudo da pequena e micro empresa, como bem falaram a Senadora Kátia Abreu e o Senador Jorginho Mello a respeito da falta já de recursos nos bancos, até porque esse poder invisível da Avenida Faria Lima, da Avenida Paulista, que domina o grande capital no Brasil e 82% de todo o crédito e não solta o dinheiro; o Governo quer, mas não chega à ponta como deveria chegar. Portanto, esse é o apelo que faço a V. Exa.

Eu peço até desculpas ao Senador Irajá Abreu pelo esforço que fez: S. Exa. se comprometeu muito, trabalhou bastante por isso. Conversei com o Líder Fernando Bezerra – e ele inclusive ligou para o Senador Irajá Abreu, mandou três propostas para serem acolhidas –, mas já vi que não há possibilidade de votação, eu me rendo à maioria – como sempre, claro –, para que talvez lá na frente se possa observar um outro projeto que possa atender os dois lados, o lado de quem



emprega e o lado de quem trabalha. Não há emprego sem empresa e também não há empresa sem trabalhador. É preciso se encontrar o equilíbrio que dê condição de que isso possa prosperar para todos aqueles empregadores e trabalhadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Líder Otto Alencar.

A Senadora Rose pediu pela ordem.

Queria conceder a palavra a V. Exa.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu, a bem da verdade, vi e participei de toda a construção que V. Exa. tem feito, sessão a sessão, preocupado em organizar as demandas dos Senadores, dialogando, construindo diálogos, que, até hoje, ao longo de tantos mandatos, eu achava até impossíveis de acontecer, mas aconteceram. Não é o efeito da pandemia; é o efeito do trabalho dedicado de V. Exa., da seriedade. E uma coisa importante que, na minha vida inteira, sempre me chamou, foi a minha maior motivação de estar na vida pública é o empenho, e a luta, e a palavra empenhada. A palavra tem uma força quase de uma lei imperativa da dignidade que norteia o nosso trabalho. V. Exa. não sabe como é bom e como deixa que todos nós fiquemos contemplados, apesar desse quadrinho aqui, em que nós nos reportamos aos Líderes. Muitas vezes, até – e isso não é uma reclamação; é uma observação da qual eu tenho certeza de que V. Exa. vai cuidar –, muitas vezes, agradece ao Senador Líder por ele ter feito a concessão do destaque, retirado o destaque, quando, atrás disso, há um trabalho imenso do Parlamentar. E eu vi, outro dia, isso acontecer; a Senadora Zenaide falou muito bem, na hora de usar a palavra.

Mas eu queria dizer a V. Exa. o seguinte: vejo a dedicação, como vi a dedicação do Omar Aziz, mas eu vi, acompanhei de perto – no debate com o Senador Paim, com o próprio Senador Fernando, mas o debate com o Senador Paim eu quero destacar – a dedicação com que o Irajá se empenhou no debate que nós tivemos, na *live* com as centrais, com os trabalhadores; a Zenaide estava, estavam outros Senadores. Quero dizer a V. Exa. que não há como nós agora colocarmos que é possível votar uma matéria com tanto empenho com que se realizou. Talvez tenha faltado um pouquinho de visibilidade do Governo de entender que, neste momento, não vai qualquer coisa de qualquer jeito – não vai, não é possível! É possível V. Exa. chegar e dizer: "Olha, estamos perto, há um *time* que nós temos que respeitar", como eu retirei o destaque, até em função da palavra do próprio Bezerra. Mas quero dizer a V. Exa. que eu jamais presenciei tudo isso. Na Constituinte, a gente varava a madrugada, ia parar na padaria, para comprar sanduíche, para conseguir construir entendimento; era a Constituinte.

Mas olha, veja o que V. Exa. consegue fazer: V. Exa. consegue, neste momento... Eu não tinha dúvida de que, ao arbitrar as questões que são colocadas pelos Senadores, V. Exa. é quem teria a maior sensibilidade – não foi o Governo, não foi o Governo! – para entender que, de qualquer maneira, é como pegar uma caneta e achar que ela desce assim; ela só desce assim, não desce de uma maneira diferente. Então, V. Exa. age com sensibilidade, historicamente constrói capítulos dentro desse cenário, com debate, com coesão de força, de raciocínio, como jamais presenciei. Não sabe que, às vezes, fico caladinha, ouvindo aqui e dizendo, assim: "Meu Deus, como é que ele aprendeu assim rapidamente a nos conquistar?", porque cada Parlamentar não é



uma agremiação partidária; é uma legenda própria de luta política. V. Exa. conseguiu essa coesão, conseguiu olhar com sensibilidade o momento.

Veja bem: não há como votar essa matéria. V. Exa. sabe disso. Não precisava nem eu fazer uso da palavra, mas não seria justo se eu não fizesse duas coisas: dar pertinência ao trabalho que V. Exa. faz, que me dá a dignidade pessoal da luta de ser uma Senadora, porque jamais chegaria, com a minha história, ao Senado Federal, sem padrinho, sem marido importante, sem grupo importante, sem financiamento importante, a não ser a confiança do povo do meu Estado. E a outra, o trabalho que o Irajá fez. O Irajá foi incansável. Era no sábado, no domingo, a gente conversando, e o Paim lá, como... Se ele fosse um jogador de basquete, teria acertado todas as cestas, porque, quando ele ia com mais uma demanda para o Irajá, ele estava trazendo a demanda da sociedade, dos trabalhadores. Então, eu quero agradecer... Eu não sei se o Irajá está na tela, mas, se não estiver... Se estiver me ouvindo, Irajá, olha só: "Tudo vale a pena se a alma não é pequena". Isso é tão velho quanto eu, mas a sua alma é muito generosa na política, e isso faz história entre seus companheiros.

E ao Davi eu quero dizer assim: Davi, se eu, amanhã, saísse da política, de todas as lembranças que eu levaria, ao lado do Covas, ao lado do Richa, ao lado do Simon, ao lado de grandes companheiros, eu diria que eu levaria uma lembrança indelével da sua conduta. Está certo? Eu não sou muito... Você, um dia, alcunhou uma frase que eu vou levar comigo também. Você disse: "Olha, Senador Fernando, o senhor tentou, mas não conseguiu; bateu na trave, e não agradou a Senadora Rose". Eu me sinto sempre satisfeita quando a luta chega ao desfecho que está chegando neste momento, e com alguém tão jovem fazendo a história tão bonita e registrando, ao lado do Paim, ao meu lado, como companheira, a capacidade de colecionar forças e, outra coisa, de consolar corações numa batalha tão incisiva quanto a que os trabalhadores tratam, para conseguir ganhos e conquistas que, muitas vezes, são quase uma história inteira de vida.

Eu quero agradecer a V. Exa. e deixar um beijo aqui muito grande para o Irajá e reconhecer, Paim, que você é um grande companheiro de caminhada. Viu? Escreva na sua biografia também que você viu esse menino aí, que está sentado, Presidente desta Casa, fazer história entre os grandes batalhadores deste País, que são os trabalhadores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senadora Rose!

Confesso a V. Exa. que eu vou mandar a Secretaria-Geral da Mesa retirar esse pronunciamento, essa fala que V. Exa. fez com o coração. Com certeza emocionou a todos nós, especialmente a mim, que estou cumprindo essa missão aqui.

Muito obrigado, Rose. Você fez um grande pronunciamento me exaltando, e eu divido com todo mundo, porque essa questão da decisão, do poder de decidir, de fato, é um fardo muito pesado. E eu quero dividir com V. Exas. esses 110 dias que estou aqui em Brasília tentando tocar as sessões do Senado, tentando mostrar para a sociedade brasileira que é possível fazer as coisas acontecerem num momento de muita dificuldade, em que milhares de brasileiros perderam as suas vidas, a gente fica aqui nessa missão de decidir, tentando... Podem ter certeza V. Exas., todos os Senadores e Senadoras desta Casa: eu, todos os dias de manhã e à noite, agradeço a Deus a oportunidade de estar aqui e peço sabedoria para que no outro dia os desafios sejam encarados de cabeça erguida, sejam enfrentados e que eu possa dar o melhor de mim para esta Casa, para o



Brasil e para V. Exas., que me deram a honra de estar aqui. Falo em nome do povo do Amapá, que me confiou este mandato, e agora, em nome do povo brasileiro e do Congresso Nacional, eu agradeço do fundo do meu coração. Vou parar de falar, porque senão não vamos encerrar a sessão, mas estou muito tocado e muito emocionado com as palavras de V. Exa.

Muito obrigado, Rose.

Líder Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PODEMOS - PR. Pela Liderança.) – Presidente, primeiramente as minhas homenagens à Rose, que ela é um exemplo de que o coração fala. E, quando se fala com o coração, todos nós devemos nos curvar. O coração fala com mais sabedoria do que o cérebro. Parabéns, Rose!

Presidente, eu me associo aos demais Líderes. Não temos condições de votar esta medida provisória no dia de hoje, em que pese a competência, o esforço, a habilidade do Senador Irajá Abreu.

É uma medida provisória controversa. E, olha, muitas vezes, a intenção é beneficiar os trabalhadores, mas acabamos por prejudicá-los. Quando se procura legislar ansiosamente, desesperadamente para beneficiar trabalhadores, somos surpreendidos muitas vezes com os prejuízos que acarretamos a eles. E longe de nós esse desejo. Não queremos em uma hora como esta, de pandemia, de dificuldades incriveis, valermos dessa tragédia humana que estamos vivendo para promover alterações na legislação trabalhista que possam vir a ser um grande prejuízo aos trabalhadores brasileiros.

É por essa razão, Presidente, que nós defendemos que o Governo tem de buscar as alternativas todas. Nós temos de colaborar com todas as alternativas buscadas para dar sustentação às empresas, evidentemente vinculando a manutenção dos empregos, mas sem alterar a legislação trabalhista, alcançando direitos adquiridos ao longo do tempo por quem trabalha – e trabalha muito – para o sustento da sua família.

Por essa razão, Sr. Presidente, o apelo que fazemos é o mesmo dos outros Líderes que já se pronunciaram: não vamos deliberar sobre essa matéria no dia de hoje. As alternativas devem ser buscadas, todas, de todas as formas. E nós estamos dispostos, inclusive, a correr o risco de sermos depois acusados de legislarmos mal. Mas, quando é muito visível que o prejuízo será maior que o benefício, não há razão para teimosia. É claro que nós homenageamos Irajá Abreu pelo seu trabalho e apostamos no seu futuro político, mas neste momento nós não queremos colocar o nosso DNA numa proposta que possa significar prejuízos irreparáveis a trabalhadores deste País.

É essa a nossa posição, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Senador, Líder do PSDB, Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela Liderança.) – Presidente, depois da fala da Senadora Rose, nós teríamos mais é que encerrar a sessão, realmente. Tenho certeza de que a fala da Rose traduz a fala de muitos dos Senadores. E eu também quero aqui fazer das palavras dela, do coração dela, as minhas palavras quanto à admiração pela competência com que V. Exa. tem conduzido o processo.

Presidente, eu também vou no mesmo caminho dos demais Líderes, tendo em vista que a medida vence dia 19, e nós sabemos que é impossível a Câmara votar essa matéria até dia 19.



Então, perderíamos aqui... Lógico, faríamos o bom debate, mas, mesmo se chegássemos a um acordo, dificilmente haveria essa votação na Câmara.

Então, eu quero elogiar o trabalho do grande e destacado Senador Irajá, que é uma figura de muita competência; apesar de bem jovem, já demonstra realmente bastante maturidade. E quero parabenizar, então, todo o esforço dele.

Agora, Presidente, eu estive hoje na Caixa Econômica Federal. O relatório do Senador Irajá contemplava a questão das guias do fundo de garantia, de que falei com V. Exa. E V. Exa. brincou, ainda na reunião de Líderes, dizendo para o Fernando correr atrás do problema. E o problema existe! A medida vai prevalecer, os atos foram feitos, mas de qualquer forma a Caixa não conseguiu, a tempo, fazer com que todas as empresas recolhessem a primeira parcela do fundo de garantia.

Eu já conversei com o Ministério da Economia, com o Vitor, e falei na Caixa Econômica hoje de manhã. Nós precisamos buscar, em alguma medida provisória, ressaltar essa questão da multa e dos juros dessa primeira parcela do fundo de garantia. Então, peço o empenho de V. Exa., peço o empenho também do Senador Fernando, para a gente não cometer mais uma injustiça com os contadores, principalmente. É o apelo que faço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Líder Izalci.

Líder Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentá-lo pela forma com que vem conduzindo as sessões, com o seu equilíbrio; e de cumprimentar o Irajá por todo esforço, por toda a atenção, por toda a humildade com todo mundo.

Eu ainda sou recruta na Casa, Sr. Presidente, e achei que ia tentar uma jogada quando pedi a V. Exa., no começo da sessão, para inverter a 927, tendo em vista que ela venceria domingo. Olhe aqui: o inocente bobão achando que ia vencer os veteranos! Aqui já era a missa de corpo presente da medida provisória. Desculpem-me, mas já estava tudo acordado. O Governo lavou as mãos e disse: dane-se! A tal oposição chegou e disse: vamos! E está acontecendo isso.

Agora há coisas que vão ficar: a insegurança jurídica, que está provocada, porque não se vai mais votar, vai levar para a caducidade e vamos ter mais insegurança jurídica no setor; a questão que falei agora para o Izalci do parcelamento do fundo de garantia não resolvida; os acordos que foram realizados no período; o parcelamento de débitos trabalhistas... O Irajá levou para 18 meses, e 18 meses as empresas também não vão aguentar! O problema que nós estamos defendendo agora... Ou não vamos mexer na legislação trabalhista? As empresas estão arrebitadas, elas estão quebradas! Não se vai receber débito trabalhista de jeito nenhum. Vai ser com a penhora de bens daqui a alguns anos. Esqueça! Hoje, com essa morte da medida provisória, nós aceleramos muito a tragédia para muitas empresas.

E eu concluo me aliando com a manifestação do meu guru Otto Alencar, Sr. Presidente. Quando se colocarem vetos para votar – eu não sei se vai ficar a sessão de vetos para amanhã... Para amanhã, não estava a 936 aí.

Essa desoneração da folha de pagamento para esses 17 setores que geram 6,5 milhões de empregos... Não dá para ir na cascata do Governo. Aquele negócio de "na semana que vem, a gente faz", quando se fala com a imprensa. "Agora nós vamos desonerar todo mundo e vamos criar um tributo só". O Maia já lançou agora que vai fazer a reforma tributária dele sozinho no Brasil



dele, e não vão andar coisa nenhuma. E nós vamos arrebentar de vez, a partir de 1º de janeiro, 6,5 milhões de empregos, podendo perder 1,2 milhão desses empregos diretos, pelo menos 20% já de imediato! Nós temos que fazer alguma coisa.

Hoje nós não temos o que comemorar. A jovialidade, a capacidade do Irajá, sim! Nós já começamos essa missa de corpo presente no início da sessão. Então, quero dizer que nós temos que fazer andar: alguma compensação que seja possível para salvar alguns que não morrerão em função da caducidade dessa MP; pelo menos, na desoneração da folha, a gente derrubar aquele veto, porque ele é impróprio. As alegações de que há inconstitucionalidade não são pertinentes. Nós temos amparo no art. 195 da Constituição; nós temos vasta legislação. Tentar alegar que a reforma da previdência impede de haver processo semelhante à desoneração, não! É protelar demais! Não se pode criar um novo, a não ser que a gente faça a reforma tributária, que eu não estou mais acreditando que se fará. Talvez V. Exa. tenha a paciência e a sapiência de construir novamente isso com o Maia e com o próprio Governo.

V. Exa. disse, e isto é mais do que claro: sem as simulações do Governo, sem ter o aparato da Receita e a estrutura do Estado, dizer que vai fazer reforma tributária é brincadeira! Agora dizer que vai fazer sozinho na Câmara, sem o Senado, é uma piada de mau gosto!

Aqui nós temos representantes de todos os Estados, e nós nos vamos fazer representar por conta disso.

Eu lamento não votar. Pior do que não evoluir é não votar nada e ir para a caducidade.

Isso de que não vai dar tempo na Câmara... Quando a Câmara manda para a gente e falta um dia, a gente vota, como se votou hoje a primeira medida provisória. Quando é com a Câmara, a gente sabe que lá não há palavra empenhada... Aliás, há palavra empenhada, mas não há palavra cumprida. Aí a gente já sabe que não vai dar tempo mesmo.

Eu agradeço a todos. Tenho muito orgulho, hoje, de pertencer a este Senado. Aqui eu só aprendo o tempo todo. E hoje, no começo da sessão, eu fui um recruta, achando que ia ganhar dos veteranos: perdi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Major Olimpio.

Só para informar a V. Exa. e ao Plenário, todos os atos praticados durante a vigência da medida provisória seguem por ela regidos, ou seja, serão convalidados. Portanto, durante esses 120 dias, ela vai ter a sua eficácia mantida, conforme texto constitucional, como diria o nosso grande jurista, o Líder Rodrigo Pacheco.

Concedo a palavra à Senadora Daniella Ribeiro, Líder do Progressistas.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Pela Liderança.) – Olá, Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras.

Primeiro, quero parabenizar, mais uma vez, o nosso colega Senador Irajá – os elogios, eu os atualizo, da semana passada para o dia de hoje –, que esteve extremamente empenhado no relatório dessa medida provisória. Mas realmente é uma matéria muito, mas muito eu diria, complexa, pelo alcance que ela exige, pela necessidade das discussões que ela exige. Eu vou mais além, porque nós estamos num período realmente de pandemia, e, mesmo ela tratando de situações que são correlatas a ela notadamente, por outro lado, ao mesmo tempo, ela afeta ou pode afetar, de forma muito contundente, negativamente aqueles que a gente – com toda a certeza, todos nós – quer defender.



Nesse sentido, o meu entendimento, como Líder do Progressistas, é de que possamos realmente, Sr. Presidente, com o apoio de todos e com o entendimento daquilo que já foi colocado por todos, retirar de pauta a medida provisória, e, num momento mais oportuno, possamos discutir de forma mais contundente e muito mais responsável. E a responsabilidade vem justamente por esse diálogo, que é o mais importante, da forma correta, da forma mais próxima da nossa realidade, daquilo que a gente sabe, porque existe uma diferença muito grande da proximidade e da vivência que da questão remota que a gente está vivenciando por uma necessidade.

Então, nesse sentido, eu vou acompanhar a maioria dos Líderes neste entendimento de que é necessária essa retirada de pauta, Sr. Presidente. É assim que me posiciono como Líder do Progressistas na noite de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Último Líder inscrito: Líder Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Pela Liderança.) – Presidente Davi Alcolumbre, primeiro quero dizer, dessa manifestação da Senadora Rose de Freitas, que V. Exa. vai mesmo ter que colher as notas taquigráficas, imprimir e guardar com muito carinho, porque foi uma homenagem muito bonita. Eu mesmo me emocionei aqui e sei que V. Exa. também se emocionou, e ela expressou o sentimento de muitos de nós, inclusive do meu sentimento em relação a V. Exa., ao seu comportamento, às suas qualidades e à forma como conduz a Presidência do Congresso Nacional e a Presidência do Senado. Então, também rendo as minhas homenagens a V. Exa. na noite de hoje. V. Exa. está fazendo o que é possível fazer com as limitações das circunstâncias; as circunstâncias de uma pandemia, que nos impõe fazer sessões remotas, e essas sessões nos limitam muito.

Sobre essa medida provisória, está aí uma limitação realmente que a tornou muito difícil de ser apreciada, não obstante o trabalho extraordinário do Senador Irajá Abreu, que se dedicou a esta medida provisória, a este texto e – uma qualidade importante – não se rendeu àquilo que a Câmara decidiu, ou seja, fez suas próprias opções no seu parecer. E isso é digno de nota; nós precisamos reconhecer isso. Mas as circunstâncias, infelizmente, não militam a favor da apreciação neste momento da medida provisória: o adiantado da hora; os muitos destaques; a complexidade do tema; a necessidade de voltar para a Câmara justamente porque o Senador Irajá aperfeiçoou aquilo que veio da Câmara; e, fundamentalmente, as limitações próprias do Plenário virtual, por ser uma matéria que mitiga direitos e que interfere, evidentemente, na vida das pessoas, com muito mérito, inclusive, em alguns aspectos, mas que precisa ser muito mais e melhor debatida. Então, realmente, a sessão remota nos atrapalha neste momento para poder ter o aperfeiçoamento disso.

A propósito – e já concordando com os demais Líderes em relação a retirada desse item da pauta –, quando se fala da reforma tributária, apavora-me, Presidente Davi, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, a possibilidade de nós pensarmos em discutir reforma tributária em sessão remota. Não é verdade? Se há uma reforma em que não pode haver erro no Brasil, é a reforma tributária, que se refere à arrecadação do País. Qualquer mudança que seja errada vai quebrar setores inteiros, vai prejudicar Estados da Federação. Nós temos que ter muita prudência nisso e fazer um debate muito amplo, com audiências públicas, recebendo setores, recebendo segmentos, ouvindo Governadores, para a gente fazer algo que seja realmente proveitoso para o Brasil.



Vejam: se hoje o Estado não admite a possibilidade de queda de arrecadação por razões óbvias – nós estamos vivendo uma crise sem precedentes no Brasil –, e se, por outro lado, a sociedade não concorda com o aumento da carga tributária – então, não se pode reduzir nem aumentar –, qual vai ser a solução da reforma tributária? Remanejar tributos e arrecadação? Tirar de setores e colocar para outros? Então, isso é realmente muito complexo e precisa da retomada das atividades normais do Senado e da Câmara, e que não haja, realmente, a vaidade de se querer ser protagonista.

Repito, o erro pode ser fatal na aprovação de uma reforma tributária a toque de caixa, sem o devido debate, e com conceitos e premissas às vezes muito teóricas, que não condizem com a prática. Nova CPMF? Será que isso é razoável neste momento? Não seria melhor pensarmos na desoneração da folha de pagamento para gerar empregos? Eu posso estar errado, não sou dos mais especialistas nisso, não, e por isso eu preciso ouvir pessoas, eu preciso ouvir segmentos, eu preciso ouvir especialistas. E é preciso haver o funcionamento pleno do Senado Federal para que haja essa discussão.

Quanto a esse item específico dessa medida provisória, Presidente, lamentando muito – e compartilhando, solidarizando-me com a frustração que certamente é a do nosso companheiro Irajá Abreu e que também é minha em relação a ela –, vamos nos render às circunstâncias da impossibilidade de sua apreciação na noite de hoje.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Líder Rodrigo.

Eu ainda tenho o Senador Fernando Bezerra Coelho, Líder do Governo, que gostaria de fazer a sua manifestação...

Perdão, Líder Fernando! A Líder Zenaide gostaria de falar também pelo PROS – perdão.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, eu queria dizer que as palavras de Rose de Freitas emocionaram a gente, mas queria acrescentar algo pelo pouco tempo de convivência que tenho com o senhor: o lado humano. Este Senado eu acho que foi um dos únicos segmentos desta sociedade que parou um minuto para se confraternizar, se solidarizar com as famílias dos brasileiros e brasileiras que foram a óbito. Isso foi emocionante.

E queria dizer o seguinte: o PROS, em nome de Telmário e do Senador Collor, segue a orientação de todos os Líderes. Eu acho que não é hora de a gente estar pensando em tirar direito de trabalhadores, principalmente dos que estão na linha de frente. Se a gente for analisar, como o Paulo Paim falou, Presidente, a gente está aqui, e isso me orgulha, porque todos os dias da semana, de segunda a sexta, muitas vezes, o senhor bota aqui algo que é da função do Parlamento: descobrir uma maneira de salvar quem gera emprego e renda ou quem mantém o povo brasileiro empregado.

Parabéns, Sr. Presidente.

Também concordo com os que estão pedindo os vetos: a derrubada do veto da 873, que ampliava, da qual o Esperidião Amin tem tanto orgulho... O art. 16 do marco do saneamento, como foi falado. E também acho que não é hora de tirar a desoneração das folhas, que é uma maneira de manter brasileiros e brasileiras empregados.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senadora Zenaide.



Eu gostaria de fazer uma manifestação antes do Senador Fernando Bezerra Coelho. Eu imagino, Senador Fernando, que, como Líder do Governo, V. Exa. é um que tem sempre cuidado com a questão das medidas provisórias, logicamente das outras matérias importantes também, mas eu queria fazer uma fala, já que colhi a manifestação de todos os Líderes, praticamente, do Senado Federal, e a minha fala é, de fato, para cumprimentar e abraçar o Senador Irajá.

O Senador Irajá, hoje, é o nosso mais jovem Senador da Casa: chegou à Casa no limite constitucional; foi eleito pelo povo do Estado do Tocantins; cumpre o seu mandato; é muito dedicado; é um grande Senador; é um grande homem público; jovem, mas muito experiente. Sem dúvida nenhuma, depois de tantas manifestações aqui proferidas por todos os Líderes, o que me resta, como Presidente do Senado, tendo a obrigação de cumprir o meu papel, de pautar medidas importantes e de tentar buscar, dentro do diálogo, do entendimento, a conciliação – e a gente tenta fazer isso todos os dias aqui; as falas dos Senadores são prova incontestada da nossa condução –, é dar a minha palavra agora de agradecimento e de cumprimento ao Senador Irajá Abreu. Ele assumiu essa missão, dedicou-se muito. Eu sei que ele participou de inúmeras reuniões, sempre buscando tentar conciliar os entendimentos, a participação do Governo, mas, de fato, ele se dedicou e, naturalmente, deve estar frustrado, hoje, acompanhando essas manifestações.

A impossibilidade de nós deliberarmos essa matéria na sessão de hoje é clara. Eu tive a manifestação aqui de praticamente 68 Senadores representados pelos seus Líderes, contando todos os partidos: Democratas, PSB, MDB, PT, Rede, Progressistas, PSD, PDT, Cidadania, Podemos, enfim, PSDB. Então, de fato, é uma constatação, não há o entendimento, mas eu queria, ao tempo, Senador Fernando, em que eu queria passar a palavra a V. Exa., abraçar o Senador Irajá, dizer que ele pode contar com esta Presidência, porque eu sei o papel que ele desempenha. Com certeza ele tentou dar o máximo de si, mas infelizmente essa medida provisória veio já com muitos problemas, teve mais de mil emendas na Comissão.

Então, acabou que o alvo e o que se desejava da sua eficiência e eficácia imediata, quando da sua edição, se transformaram em um problema novamente levantado por vários Senadores aqui em relação aos direitos trabalhistas. Então, concretamente isso dificultou muito, e vem dificultando ao longo dos últimos dias, o debate e a votação dessa matéria.

Diante de todas as manifestações, eu quero informar ao Plenário que eu, Senador Fernando, vou ouvir V. Exa., mas já tomei a decisão: eu vou retirar essa medida provisória de pauta. Essa medida provisória não será pautada ainda esta semana, portanto ela vai perder a sua eficácia no próximo domingo, porque não adianta nós pautarmos uma matéria com tanta divergência.

Eu vou ter que tomar essa decisão e eu vou me curvar à maioria: não temos como colocar essa medida provisória na sessão de amanhã. Com essa decisão, eu vou cancelar a sessão do Congresso de amanhã. E também a gente está tendo muito problema, porque não houve um entendimento ainda com os Líderes, inclusive sobre os vetos – e eu já recolhi a manifestação de vários Senadores, e nós vamos organizar a votação de vetos.

A única coisa que eu não posso é, com aqueles vetos que já têm, pela decisão do Supremo, preferência de ordem de votação, colocar outro na frente, mas os PLNs e os vetos a gente vai construir juntos, conversando com os Líderes. E novamente eu faço um apelo para que os Senadores possam se entender em uma reunião ou em uma videoconferência com o Líder Fernando, com o Líder Eduardo, que é Líder do Governo no Congresso, e com os Líderes na Câmara e dos respectivos partidos do Senado, para que a gente possa, na próxima semana, de



fato, concretizar a sessão do Congresso, para a gente colocar os vetos que são pleiteados pelos Senadores e pelos Deputados na pauta da sessão do Congresso.

Então, eu vou retirar a medida provisória – nós não a deliberaremos nem hoje, nem amanhã, portanto ela vai caducar no domingo, dia 19 –; vou cancelar a sessão do Congresso de amanhã, porque não houve novamente entendimento; e o que nós iremos votar amanhã é a questão do procedimento de aquisição de equipamentos para o coronavírus, que é uma medida provisória que vai expirar também ainda esta semana, que a Câmara dos Deputados já votou, que é a 926. Então, amanhã nós teremos já como item único da pauta a Medida Provisória 926.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é evidente que a sessão de hoje é uma sessão diferenciada, porque nós estamos tomando a decisão, após ouvidas as manifestações das diversas Lideranças partidárias com assento no Senado Federal, pela caducidade de uma medida provisória. A minha primeira manifestação é que, se ela não vai à deliberação, faltou argumento por parte da Liderança do Governo para haver o convencimento para que a medida provisória pudesse ser apreciada e pudesse ser deliberada, sobretudo quando ela já ultrapassou essa fase na Câmara dos Deputados, faltando apenas a deliberação na Casa Alta do Congresso Nacional. Portanto, quero reconhecer as limitações desta Liderança para o convencimento necessário para que a matéria pudesse merecer a deliberação por meus pares.

Queria, Sr. Presidente, fazer também aqui justiça ao esforço, à iniciativa, ao talento, à disposição do Senador Irajá Abreu. Ele sempre buscou o diálogo, sempre buscou se colocar à disposição para que essa medida provisória pudesse ter sido deliberada, mesmo com as alterações que foram promovidas na Câmara e também pelo seu relatório. Mas há determinados assuntos que, independentemente da nossa vontade ou do nosso esforço, terminam caminhando e criando consensos e entendimentos que a gente às vezes não consegue ultrapassar. Eu percebi, desde a semana passada, quando foi solicitado um prazo maior para a busca desse entendimento, que seria muito difícil a gente alcançar um clima que pudesse permitir a deliberação dessa medida provisória. Quero portanto, fazer o registro do esforço do Senador Irajá de poder colaborar com a Liderança do Governo de conseguir o objetivo, o intento, que é a deliberação das medidas provisórias que o Governo encaminha à apreciação do Congresso Nacional.

Quero, Sr. Presidente, fazer minhas as palavras da minha amiga Rose de Freitas. Rose também se empenhou muito por essa matéria. Ela buscou o diálogo com muitos Senadores, ela me provocou em diversas ocasiões para que a gente pudesse levar a efeito essa deliberação. Portanto, Rose, quero aqui reconhecer o seu empenho, a sua dedicação, o seu trabalho e o estímulo que você deu para que essa matéria pudesse alcançar a possibilidade de aprovação.

Sr. Presidente, ela falou por todos nós. Na realidade, mesmo em uma situação difícil como esta, em que o Governo tem o seu interesse contrariado, V. Exa. buscou construir isso com muita harmonia, com muita elegância, procurando deixar todos os Líderes muito à vontade, até porque vai existir espaço para que o Governo possa buscar soluções dos problemas que não foram deliberados em outras iniciativas nesta Casa ou na Câmara dos Deputados para que a gente possa alcançar os objetivos que dela se esperam e se aguardam.

V. Exa. tem surpreendido todos nós, que já temos uma estrada na vida pública muito maior, por essa maneira sensata, cordata, equilibrada com que V. Exa. decide questões muito complexas e questões muito importantes para o interesse do Brasil e para os interesses da sociedade brasileira.



Eu quero dizer que os que estão apostando no fracasso do diálogo vão quebrar a cara. Eu tenho muita confiança de que, sob a sua liderança, como Presidente do Poder Legislativo, como Presidente do Congresso Nacional, nós vamos, sim, buscar ampliar o diálogo e o entendimento em matérias como, por exemplo, a reforma tributária. Ela não pode ser açodada, como bem falou Rodrigo Pacheco; ela não pode ser atropelada, como bem falou o Senador Major Olimpio; ela tem que ser uma reforma tributária que seja do interesse nacional; ela tem que contar com a participação da Câmara; ela tem que contar com a participação do Governo, da União. E eu tenho muita convicção de que V. Exa. será o catalizador, será o denominador comum para que a gente possa construir um ambiente de entendimento que vai fazer com que a agenda nacional possa prosperar, não a agenda do Governo – certamente, o Governo terá muitos dos seus interesses atendidos –, mas a agenda nacional, que interessa ao Brasil, para que a gente possa sair dessa crise econômica tão grave como consequência dessa pandemia que se abate sobre o mundo inteiro.

Portanto, Presidente Davi, os meus reconhecimentos pela sua liderança, pelo seu trabalho e pelas suas decisões. Se hoje o Governo teve duas medidas provisórias aprovadas e teve uma medida provisória que, pela sua decisão, vai à caducidade, V. Exa. decidiu – decidiu bem e decidiu ouvindo a todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Líder Fernando, pelas palavras de V. Exa.

E faço um reconhecimento publicamente da capacidade de articulação de V. Exa. nesta Casa, sendo, sem dúvida nenhuma, um grande elo com o Governo, reconhecendo que a gente, no trabalho de Presidente, na missão de Presidente do Senado Federal, tenta sempre conciliar os interesses do Brasil, dos brasileiros, sejam eles em matéria vinda do Executivo ou matérias oriundas do Parlamento brasileiro, da Câmara ou do Senado.

De fato, quando disse, Senador Fernando, que reconheço o trabalho de V. Exa., reconheço a presteza de V. Exa., reconheço a grandeza de V. Exa. quando reconhece, como Líder do Governo, que de fato não tínhamos possibilidade de votarmos essa matéria, pela discordância absolutamente total dos Senadores na sua esmagadora maioria, pelas manifestações dadas aqui em Plenário. Naturalmente, o caminho que eu poderia tomar... E, nesse caminho, quem tem o poder de decidir tem que decidir. Então, a minha decisão sempre será ouvindo a maioria e buscando essa conciliação. Atendemos o Governo e o Brasil que pôde ser atendido. Infelizmente, com essa divergência enorme dessa matéria, não poderíamos fazer diferente: fazer o que a maioria desejava e desejava, como foi esclarecido aqui pela fala de todos os Senadores.

Eu tenho um requerimento extrapauta.

O Senador Lucas Barreto pediu pela ordem, é o último orador inscrito. Em seguida, vou encerrar a sessão.

Eu só quero, Senador Lucas, pedir a V. Exa. um minuto de paciência, porque o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e outros Senadores que fizeram contato comigo nesta semana manifestaram preocupação com as agressões que brasileiros estão sofrendo em Angola. Eu acho que isso foi noticiado. Vários Senadores acompanharam isso, especialmente o Senador Nelsinho, o Senador Major Olimpio e o Senador Marcos do Val – quero fazer justiça –, que entraram em contato com a Presidência, em nome da Comissão de Relações Exteriores, porque são muitos brasileiros que estão sendo vítimas, em Angola, de agressões, de ameaças constantes. E, como são brasileiros, a Comissão de Relações Exteriores apresentou à Mesa um requerimento extrapauta,



que eu quero colocar em votação. Eu quero incluir extrapauta esse requerimento, porque é um requerimento que vem do Presidente da Comissão de Relações Exteriores, que tem a dimensão e o tamanho de tudo que está acontecendo em outro país.

É lógico e evidente que nós vamos votar o requerimento e que vamos coordenar no Plenário do Senado Federal o momento adequado para se fazer essa viagem, com todo o aparato diplomático que está sendo construído, que o Senador Nelsinho, o Senador Major Olímpio e o Senador Marcos do Val têm conduzido com o Ministério de Relações Exteriores daqui e com o do outro país também. Isso será feito, com certeza, dentro de todos os critérios de segurança e de proteção também aos Senadores, dentro de uma relação diplomática amigável. Mas brasileiros são vítimas de agressões constantes lá.

Então, eu vou colocar o requerimento como item extrapauta. Eu preciso da votação e da aprovação do Senado. Eu vou fazer a leitura do requerimento que foi apresentado, vou passar a palavra para o Senador Nelsinho e vou submeter o requerimento à votação. Vou passar a palavra para o Senador Lucas, como último orador inscrito, e vou encerrar a sessão.

Requerimento nº 1.381, de 2020, item extrapauta.

Requerimento de autoria do Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, solicitando a criação de uma Comissão Temporária Externa, composta de quatro membros titulares e igual quantidade de suplentes, para constituir uma comissão de Parlamentares a fim de verificar, em Angola, a grave situação de pastores e bispos que sofrem perseguição religiosa naquele país.

Concedo a palavra ao Presidente Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, apenas quero ressaltar que nós estamos atentos a essa questão, cuidando das prerrogativas que V. Exas. colocaram sob a minha responsabilidade como Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

Digo a todos que, nesse tempo em que estou lá, eu nunca vi uma situação similar a esta: brasileiros em outro país sendo agredidos, sendo ameaçados de morte, inclusive, sendo expulsos de suas residências, muitos deles sem conseguir pegar seus objetos pessoais, e sendo colocados à mercê da própria sorte.

Dessa forma, nós estamos dando essa resposta não só diplomática, como também no contexto de uma questão de civilidade humana que se deve ter em um momento como este, porque é um país considerado um país irmão nosso, que fala a mesma língua que a gente. Nós não podemos admitir uma situação como essa, do mesmo jeito que nós não iríamos admitir que, aqui no nosso País, houvesse alguma situação semelhante com outro ser humano de outro país.

Então, dessa forma, nós encaminhamos esse requerimento para que o Congresso se posicione, demarque o seu território e demonstre às autoridades angolanas que nós não podemos compactuar com uma situação como essa.

Eu já falei, hoje mesmo, com o Ministro Ernesto Araújo – todas as vezes em que precisei, ele sempre me atendeu prontamente –, que está acompanhando *pari passu* essa questão. Já delimitamos ações a serem feitas, porque o país está fechado por causa do coronavírus até o dia 9 de agosto. Mas nós já delimitamos o que vamos poder fazer sob o ponto de vista de atividades remotas. E, tão logo isso esteja organizado, eu volto a comunicar a V. Exa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado aos demais pares.



O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Nelsinho, pela manifestação de V. Exa.

Eu coloco agora em votação simbólica a criação da Comissão Temporária Externa proposta pelo Presidente da CRE, Senador Nelsinho Trad (**Requerimento nº 1.381/2020**).

Em votação o requerimento extrapauta.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade o requerimento.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Concedo a palavra ao último Senador inscrito, Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar a Senadora Rose pelas palavras que teceu a V. Exa. sobre o seu trabalho à frente da Presidência.

Quero cumprimentar também o Senador Irajá, que foi incansável na tentativa de aprovar essa matéria. Ele ligou para cada Senador, trabalhou junto com a Senadora Rose. Eles trabalharam muito, preocupados que são com a crise e com a pandemia que vivemos hoje no País.

Eu também quero fazer um comentário a respeito de V. Exa. A Senadora Rose foi sucinta quando ela disse... Eu penso que ela até incorporou a frase do Pe. Vieira: "Quem tem o poder de decidir pode errar, mas quem não decide já errou". E o Senador Davi, além de decidir ouvindo a todos, tem a capacidade de agregar. Ele está numa posição em que há radicais de extrema (*Falha no áudio.*) ... da direita, da esquerda. Ele está ali entre cristais e consegue apaziguar, consegue agradar não a todos, é claro, mas consegue agradar a maioria com as decisões que toma.

Então, eu fico muito feliz, Senador Davi, por ser seu amigo, por termos sido – e somos – amigos de infância, por ver a posição em que o senhor está. E eu falo isto todo dia no Amapá: se não fosse o senhor, nós estaríamos vivendo uma crise institucional jamais vista neste Brasil, neste País, uma crise sem precedentes. E o senhor, com a sua capacidade de pacificar, é quem tem feito com que o Brasil possa avançar nesta pandemia.

Ouvi hoje o Ministro Guedes falando que a previsão de queda no PIB diminuiu, o que significa que as ações que foram tomadas, em conjunto com o Senado Federal, com a Câmara, com o Congresso e com o Governo Federal, são ações acertadas.

Então, fica aqui, nesta questão de ordem, a minha palavra de agradecimento ao senhor por conduzir tão bem essa missão que lhe foi dada no auge da sua juventude, para que nós tivéssemos um Presidente equilibrado, pacificador, neste momento tão difícil que nós vivemos. Parabéns, Senador Davi!

Parabéns à Senadora Rose e ao Senador Irajá, que, por sua juventude, traz a todos nós essa alegria e esse trabalho que ele tem feito. Quantas matérias ele já aprovou! Ele já conseguiu emplacar projetos de lei que foram tão importantes para o nosso País. Fica aqui também o meu cumprimento ao Senador Irajá.

Quero dizer a todos os Senadores: cuidem-se. Tem que cair a ficha. Em cada Estado, nós temos que falar para o povo que essa doença é uma roleta-russa e que nós precisamos estar atentos, protegendo, orientando, para que possamos, em breve, sair dessa pandemia e aguardar a chegada da vacina.

Saúde a todos! Saudade de todos!

Um abraço, Presidente!

Muito obrigado pela deferência.



O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Lucas. Muito obrigado, novamente, pelas palavras.

Na nossa família, o meu pai – faço uma confidência aqui, na sessão do Senado Federal – era o confidente do pai do Lucas, e o Sr. Arinaldo também era amigo da família desde criança. Então, eu tenho a honra e o privilégio de conviver com Lucas Barreto, de ouvir os seus ensinamentos, de ouvir os seus conselhos e de aprender com Lucas.

Muito obrigado, Lucas, pelo carinho de sempre, pelo apoio.

Para tentar atender a bancada feminina, senão depois vão dizer que eu atendi só a bancada masculina, e, para eu não perder para o Weverton, Rose... O Weverton deu uma de esperto aqui: na minha ausência, ele fez uma pauta em que chamou só as Senadoras para falar, desconsiderando os Senadores que estavam inscritos. Se eu não voltasse a tempo, já estava meio que armada a casinha, como a gente diria no Amapá, porque, ao atender as Senadoras, já contemplou também os Senadores.

Então, Rose, para eu pegar o gancho do Weverton e tentar fazer a minha média também com as nossas Senadoras queridas, em vez de encerrar com o Senador Lucas, que é meu amigo e meu irmão, mas que vai compreender meus argumentos, eu vou encerrar a sessão de hoje com certeza com uma imagem muito mais bonita que a do Lucas, vou dar como última Senadora inscrita a Senadora Soraya Thronicke.

Com a palavra, Senadora Soraya, V. Exa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Presidente, muito obrigada, mas eu estou com as mãos levantadas há muito tempo. Eu sei que o senhor quer... Segundo o Bandeira... Agora eu vou fazer uma confidência: o Bandeira falou que o Presidente está louco para vazar. (*Risos.*)

Mas vai se fazer o quê? Desculpa, Bandeira, mas eu fiquei para trás hoje.

E o Weverton está ganhando, ouviu, Presidente? O Weverton está ganhando, porque, pelo menos, ele está vendo que a gente está inscrito. Ele só põe um pouquinho na frente. O Senador Weverton realmente está fazendo um jogo que está bonito, que está bom para nós mulheres.

Quero parabenizar, Presidente, também o Senado Federal neste momento de grande harmonia. Nesta semana, eu estive bastante em contato com o Palácio do Planalto e fiz questão de narrar o que tem acontecido dentro da nossa Casa: a união dos Senadores, a vontade de passar por cima de todas as nossas diferenças e de fazer com que o Brasil caminhe. Nós estamos sentindo falta disso.

Estamos sentindo falta, Presidente, das nossas reuniões de Comissões. É possível fazer isso *on-line*. Eu sugiro que façamos principalmente a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que é a mola propulsora da economia brasileira. Nós precisamos voltar a decidir. É de extrema importância tudo que temos ainda parado nas nossas gavetas e, creio, nas das outras Comissões também. É possível levar isso adiante.

Por isso, eu lhe peço sensibilidade, porque às vezes imaginamos que não voltaremos, e isso me preocupa muito. Não podemos parar. É possível conseguir.

Eu só quero relatar que hoje, no Senado Federal, no meu gabinete, eu recebi o Fábio e a Roberta, da Azul.

Quero agradecer aos Senadores por facilitarem e não deixarem caducar essa medida provisória, mas quero lembrar aos senhores que decidimos, logo no começo do isolamento, sobre o valor de um recurso para empréstimo para as companhias aéreas, e esses valores ainda não



chegaram às mãos das companhias aéreas. Esse é um setor que não demitiu ninguém. Ele está com um plano de demissão voluntária e está fazendo de tudo para não demitir. Mas, infelizmente, eles não vão suportar e, em dois ou três meses, não terão condição mais de suportar a folha de pagamento.

Uma notícia que o Brasil precisa saber é que o custo das passagens tem diminuído cada vez mais. Eles estão aumentando as ofertas para ver se conseguem voltar ao normal. Nós não estamos nem procurando passagens. Nós desistimos. Eu tenho vindo de Campo Grande de carro e nem tenho pesquisado, porque estava muito caro mesmo, e isso eu tirei de cogitação. Mas é importante que nós voltemos a analisar a possibilidade de voar. Como os outros Senadores disseram, os outros meios de transporte também estão sofrendo. O Brasil sofre.

Infelizmente, por mais que eu elogie, a questão da flexibilização das normas trabalhistas, meus amigos, é importante. Os nossos funcionários das companhias aéreas são os mais caros do mundo, não porque eles recebem mais, mas pelo custo Brasil. Então, essas regras rígidas acabam atrapalhando a empregabilidade. Pelo amor de Deus, prestem atenção nisso! Prestem muita atenção nisso porque assim nós inviabilizamos e vamos breçar a roda do desenvolvimento, que precisamos dar um jeito de fazer acontecer.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Vou liberá-lo.

Quero mandar um abraço para o Weverton.

Weverton, obrigada! Deixou pelo menos o nosso Presidente aí...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Sofrendo, não é? Ele me deixou sofrendo aqui e foi embora para os Lençóis Maranhenses. Estou aqui sem o suporte do Secretário da Mesa, e ele ainda está com esse crédito. Eu vou lutar para me redimir com V. Exas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Boa noite!

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. Fala da Presidência.) – Muito obrigado.

Agradeço a todos os Senadores.

Agradeço a Deus por mais esta sessão muito exitosa.

Eu vejo o Senador Paulo Paim, o Senador Izalci, o Senador Carlos Fávaro, o Senador Esperidião Amin, o Senador Jean Paul, o próprio Senador Nelsinho, que participou.

Eu queria agradecer a Deus esta oportunidade. Tenho a certeza de que nós fizemos uma sessão hoje muito produtiva, que dará muitos frutos ao Brasil. Cumprimos com as nossas obrigações.

Quero lembrar que o Parlamento brasileiro foi homenageado num congresso do qual o nosso Secretário-Geral da Mesa participou, de mais de 70 países, como o primeiro Parlamento que, no sistema remoto de deliberação, tratou da votação de matérias, mesmo na pandemia. Então, o Brasil, o Congresso brasileiro, está sendo reconhecido no mundo pela forma da nossa condução. O Senador Anastasia conduziu a construção do ato, o Deputado Rodrigo Maia, todos nós, que compreendemos a importância da votação remota.

Vejam só, em todas as matérias, em todos os estudos, em todos os levantamentos, o Senado da República produziu muito: nove de cada dez matérias de enfrentamento ao coronavírus – relativas ao fortalecimento da economia, à geração de emprego e ao enfrentamento de fato dessa



doença – saíram do Congresso. Então, isso foi uma resposta que estará guardada nos *Anais* desta Casa, e cada um é ator dessa história, e todos são atores importantes, e todos são atores principais. Por isso, eu divido todas as conquistas com V. Exas. e agradeço o carinho, agradeço as manifestações de apoio. Ficam a certeza do dever cumprido e a consciência de que estou todos os dias tentando, da melhor maneira possível, sempre acertar. Logicamente que, como seres humanos, todos nós temos qualidades e temos defeitos. A gente tenta sempre exaltar as nossas qualidades, mas todos nós somos seres humanos: temos defeitos, acertamos e erramos. De fato, o que nosso coração manda é que todo dia a gente tente acertar mais do que errar.

Muito obrigado a todos, muito obrigado a todos os servidores do Senado Federal. Eu não canso, e nunca é demais falar: neste momento todos os servidores estão trabalhando remotamente, fazendo a gravação do que acontece na reunião, a Secretaria-Geral, a Sabrina, o José Roberto, todos os que estão aqui, o Bandeira, todos os que estão nos acompanhando. Nas pessoas do Dr. Fernando, que é o Advogado-Geral, e do Dr. Danilo, que é o nosso Consultor-Geral, quero abraçar os milhares de servidores que nos ajudam a cumprir a nossa missão delegada pelo povo dos nossos Estados, povo brasileiro ao qual a gente responde todos os dias.

Informo ao Senado Federal e ao Congresso Nacional que a sessão deliberativa remota do Congresso Nacional que estava prevista para amanhã, quinta-feira, dia 16 de julho, está cancelada.

A Presidência informa aos Senadores e Senadoras que está convocada sessão deliberativa remota do Senado Federal para amanhã, quinta-feira, dia 16 de julho, às 16 horas, tendo na pauta, como único item:

– Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2020 (proveniente da Medida Provisória nº 926, de 2020), que dispõe sobre procedimentos para a aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Muito obrigado novamente.

Cumprida a finalidade desta sessão deliberativa remota do Senado da República, a Presidência declara o seu encerramento.

Boa noite!

(Levanta-se a sessão às 22 horas e 12 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 69ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Nota Técnica



NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 03/2020

Assunto: Avaliação da necessidade de ajuste da Mensagem nº 34 (CN), de 21 de maio de 2020, por intermédio da qual o Congresso Nacional solicitou ao Poder Executivo retificação, em razão de inexatidão material, dos autógrafos do Projeto de Lei nº 22, de 2019-CN, convertido na Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, que "Estima a Receita e fixa a despesa da União para o Exercício financeiro de 2020".

Interessado: Congresso Nacional

I - Introdução

Esta Nota Técnica tem por objetivo avaliar a necessidade de ajuste da Mensagem nº 34 (CN), de 21 de maio de 2020, por meio da qual o Congresso Nacional solicitou ao Poder Executivo retificação, em razão de inexatidão material, dos autógrafos do Projeto de Lei nº 22, de 2019-CN (PLOA 2020), convertido na Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o Exercício financeiro de 2020", tendo em vista as sugestões/justificativas do Poder Executivo, encaminhadas ao Congresso Nacional, em 13 de julho de 2020, por meio do Ofício nº 394/2020/SG/PR/SG/PR, da Secretaria Geral da Presidência da República.

Vale destacar que, no processamento do PLOA 2020, foram identificados erros relacionados com o processamento da emenda nº 8100.1460, do Relator-Geral, e das emendas nº 7125.0021 e nº 7125.0022, da bancada de São Paulo, sendo então comunicados ao Poder Executivo por meio da Mensagem nº 34 (CN), de 21 de maio de 2020.

De acordo com a avaliação do Executivo, nos termos da Nota Técnica nº 149/2020/AS/SAFIN/SAG, diante da execução orçamentária já realizada no decorrer deste exercício, somente parte da referida solicitação poderia ser atendida. Assim, a seguir, serão tecidas considerações a respeito das alegações trazidas pelo Executivo sobre a impossibilidade de atendimento total das retificações solicitadas pelo Congresso Nacional.

II - Análise da Matéria

A Nota Técnica encaminhada pelo Poder Executivo alega a impossibilidade de implementação da totalidade da correção relativa à emenda de relator nº 8100.1460, de R\$ 47.811.189,00, uma vez que parte das dotações indicadas para cancelamento da ação "00LV – Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), na unidade orçamentária 24201 – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico", classificada com Iduso "0", no valor de R\$ 20.400.371,00, já foi integralmente empenhada e parcialmente liquidada e paga. Nesse caso, propõe o cancelamento apenas da parcela que ainda não foi executada, classificada com Iduso "9", no valor de R\$ 27.410.818,00.



Haveria a necessidade ainda de ajuste da modalidade de aplicação da programação a ser cancelada, uma vez que, equivocadamente, foi indicada a modalidade “30”, quando o correto seria a indicação da modalidade de aplicação “90”, conforme consta da LOA 2020 publicada do Diário Oficial da União.

Em consulta à execução da referida ação no portal SIOP, constata-se que esta apresenta, em 15/07/2020, valor empenhado de R\$ 20.400.371,00, portanto já em fase de execução da despesa, corroborando os argumentos apresentados pelo Executivo. Tais valores, portanto, por já se encontrarem em fase de execução, não estariam mais aptos à correção apontada na Mensagem 34/2020, do Congresso Nacional. Nesse caso, resta ao Executivo acolher apenas a solicitação de alteração da parcela que ainda não foi empenhada. Quanto ao ajuste da modalidade, da mesma forma, deve-se proceder ao cancelamento da programação na modalidade de aplicação constante da LOA, ou seja, modalidade “90”.

No tocante às Emendas nº 7125.0021 e 7125.0022, o Executivo acata integralmente, no mérito, a retificação indicada pelo Congresso Nacional. Entretanto, reitera a sugestão feita pela Secretaria de Orçamento Federal por meio da Nota Técnica SEI nº 20787/2020-ME, para promover “..... se possível, a inclusão do quantitativo físico de 370 cargos também na coluna de criação de cargos do Anexo V, da LOA-2020, conforme justificado no item 18 desta Nota Técnica, para plena eficácia da alteração”. Nesse ponto, a fim de dar mais clareza à modificação contida na Errata, entendemos cabível a execução na forma proposta pelo Poder Executivo, tendo em vista que a autorização para a contratação de 370 servidores deve ser precedida da criação dos respectivos cargos e funções, evidenciando erro material.

Por fim, a referida Nota Técnica destaca que não haveria, “... quanto ao mérito, óbices ao citado pedido de correção de erros materiais verificados no processamento das emendas apresentadas ao PL nº 22, de 2019- CN, por ocasião de sua submissão à apreciação do Senhor Presidente da República.”.

III - Conclusão

Ante o exposto, entendemos que as sugestões do Poder Executivo, apresentadas nos termos da Nota Técnica nº 149/2020/AS/SAFIN/SAG, sob análise, quanto à implementação das retificações dos Autógrafos do PLOA 2020 solicitadas pelo Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 34 (CN), de 21 de maio de 2020, encontram-se embasadas nas melhores técnicas e práticas orçamentárias. Sendo assim, as correções de ordem formal apontadas na referida Nota devem ocorrer conforme indicado, a fim de viabilizar sua plena eficácia.

Wagner Primo Figueiredo Júnior
Diretor da CONOF

Ana Claudia Castro Silva Borges
Consultora-Geral da CONORF



Retificação da errata ao PLN 22/2019 (Lei Orçamentária para 2020)

Na sessão do Congresso Nacional de 13 de maio de 2020, o Plenário foi consultado e aprovou uma errata para correção de erros materiais identificados nos autógrafos do PLN 22/2020 (LOA para 2020) enviados ao Poder Executivo.

Em resposta à Mensagem 34 do Congresso Nacional, que solicitou a retificação dos autógrafos do PLN 22/2020, a Secretaria Geral da Presidência da República, por meio do ofício 394, informou que só seria possível o atendimento parcial da retificação, dados os ajustes impostos pela execução orçamentária já realizada no decorrer deste exercício.

As consultorias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, por meio da Nota técnica conjunta nº 3/2020, entendem que as sugestões encaminhadas pelo Poder Executivo encontram-se embasadas nas melhores técnicas e práticas orçamentárias. Sendo assim, as correções de ordem formal apontadas devem ocorrer conforme indicado, a fim de viabilizar sua plena eficácia.



Retificação da errata ao PLN 22/2019 (Lei Orçamentária para 2020)

Não havendo objeção do Plenário, a Presidência tomará as necessárias providências.

()

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados e ao Presidente da República.



Matérias recebidas da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 20, DE 2020

(Proveniente da Medida Provisória nº 944, de 2020)

Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos; altera as Leis nºs 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências.

DOCUMENTOS:

- Legislação citada

- Medida provisória original

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1873080&filename=MPV-944-2020

- Emendas apresentadas perante a Comissão Mista

<https://legis.senado.gov.br/sdleg-getter/documento/download/c852553e-fdba-4729-90bd-609d4f0a0283>

- Nota técnica

<https://legis.senado.gov.br/sdleg-getter/documento/download/718dd4f3-3186-4728-a945-be782de8021d>

- Sinopse de tramitação na Câmara

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_imp;.proposicoesWeb2?idProposicao=2242887&ord=1&tp=completa



[Página da matéria](#)



Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos; altera as Leis n°s 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Programa Emergencial de Suporte a Empregos, destinado à realização de operações de crédito com os seguintes agentes econômicos, com a finalidade de pagamento de folha salarial de seus empregados ou de verbas trabalhistas, na forma desta Lei:

- I - empresários;
- II - sociedades simples;
- III - sociedades empresárias e sociedades cooperativas, exceto as sociedades de crédito;
- IV - organizações da sociedade civil, definidas no inciso I do *caput* do art. 2º da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014; e
- V - empregadores rurais, definidos no art. 3º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973.

CAPÍTULO II
DO PROGRAMA EMERGENCIAL DE SUPORTE A EMPREGOS

Art. 2º O Programa Emergencial de Suporte a Empregos é destinado aos agentes econômicos a que se refere o art. 1º desta Lei com receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$



50.00.00 ,00 (cinquenta milhões de reais), calculada com base no exercício de 2019.

§ 1º As linhas de crédito concedidas no âmbito do Programa:

I - abrangerão até 100% (cem por cento) da folha de pagamento do contratante, pelo período de 4 (quatro) meses, limitadas ao valor equivalente a até 2 (duas) vezes o salário-mínimo por empregado; e

II - serão destinadas exclusivamente às finalidades previstas no art. 1º desta Lei.

§ 2º Poderão participar do Programa todas as instituições financeiras sujeitas à supervisão do Banco Central do Brasil.

§ 3º As pessoas a que se refere o art. 1º desta Lei que contratarem as linhas de crédito no âmbito do Programa assumirão contratualmente as seguintes obrigações:

I - fornecer informações verídicas;

II - não utilizar os recursos para finalidade distinta do pagamento de seus empregados;

III - efetuar o pagamento de seus empregados com os recursos do Programa, por meio de transferência para a conta de depósito, para a conta-salário ou para a conta de pagamento pré-paga de titularidade de cada um deles, mantida em instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e

IV - não rescindir sem justa causa o contrato de trabalho de seus empregados, no período compreendido entre a data da contratação da linha de crédito e o sexagésimo dia



3

após a liberação dos valores referentes à última parcela da linha de crédito pela instituição financeira.

§ 4º Caso a folha de pagamento seja processada por instituição financeira participante do Programa, o pagamento de que trata o inciso III do § 3º deste artigo dar-se-á mediante depósito direto feito pela instituição financeira nas contas dos empregados.

§ 5º A vedação a que se refere o inciso IV do § 3º deste artigo incidirá na mesma proporção do total da folha de pagamento que, por opção do contratante, tiver sido paga com recursos do Programa.

§ 6º O não atendimento a qualquer das obrigações de que tratam os §§ 3º, 4º e 5º deste artigo implica o vencimento antecipado da dívida.

Art. 3º O Programa Emergencial de Suporte a Empregos poderá ser utilizado para financiar a quitação das seguintes verbas trabalhistas devidas pelos contratantes:

I - débitos referentes a condenações transitadas em julgado perante a Justiça do Trabalho, cujas execuções tenham sido iniciadas a partir do início da vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, ou venham a ser iniciadas até 18 (dezoito) meses após o encerramento de sua vigência;

II - débitos decorrentes de acordos homologados pela Justiça do Trabalho entre o início da vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e 18 (dezoito) meses após o encerramento de sua vigência, com a finalidade de terminar litígios, incluídos os acordos extrajudiciais de que



trata o art. 855-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e

III - verbas rescisórias pagas ou pendentes de adimplemento decorrentes de demissões sem justa causa ocorridas entre a data de publicação da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e a data de publicação desta Lei, incluídos os eventuais débitos relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) correspondentes, para fins de recontratação do empregado demitido.

§ 1º Os contratantes que optarem pela modalidade de financiamento de que trata este artigo não poderão estar com suas atividades encerradas, com falência decretada ou em estado de insolvência civil.

§ 2º Não estão sujeitas ao financiamento de que trata este artigo as verbas trabalhistas de natureza exclusivamente indenizatória ou que tenham como fato gerador o trabalho escravo ou infantil.

§ 3º Na hipótese dos incisos I e II do *caput* deste artigo, a instituição financeira participante do Programa depositará o montante do financiamento contratado em conta judicial à disposição do juízo, com indicação do número do processo e do nome dos reclamantes.

§ 4º O juízo competente para a execução trabalhista promoverá a expedição de alvará, inclusive por meio eletrônico, em nome dos interessados, para a liberação do valor depositado, nos termos do § 3º deste artigo, e promoverá o recolhimento dos valores referentes ao FGTS, às contribuições previdenciárias e aos demais tributos eventualmente devidos, por meio de guias próprias.



5

§ 5º O valor depositado em conta judicial guardará proporcionalidade entre as parcelas com naturezas jurídicas distintas constantes da condenação ou do acordo homologado, inclusive entre os limites de responsabilidade de cada parte pelo pagamento das verbas sucumbenciais e pelo recolhimento da contribuição previdenciária, se for o caso, nos termos do art. 832 da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

§ 6º O contrato de financiamento previsto no § 3º deste artigo somente será aperfeiçoado com o efetivo depósito do crédito contratado em conta judicial.

§ 7º A contratação das linhas de crédito previstas neste artigo, observado o disposto no § 6º deste artigo, constitui confissão de dívida irrevogável e irretratável e implica a renúncia tácita a qualquer impugnação ou recurso em relação ao montante principal devido, às verbas sucumbenciais e às respectivas contribuições previdenciárias decorrentes da condenação ou do acordo homologado.

§ 8º As linhas de crédito de que trata este artigo somente poderão ser utilizadas para acordos homologados perante a Justiça do Trabalho cujo valor total não ultrapasse R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

§ 9º Na hipótese prevista no inciso III do *caput* deste artigo, somente poderá ser liberada a linha de crédito, no limite de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por contrato de trabalho, caso seja comprovada a recontratação perante o mesmo empregador do empregado anteriormente demitido, conforme ato do Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.



§ 10. Os agentes econômicos a que se refere o art. 1º desta Lei que contratarem o financiamento para os fins de que trata este artigo assumirão contratualmente as seguintes obrigações:

I - fornecer informações atualizadas e verídicas;

II - não utilizar os recursos para finalidade distinta da quitação dos débitos referidos no *caput* deste artigo; e

III - manter, na hipótese prevista no inciso III do *caput* deste artigo, o vínculo empregatício do trabalhador readmitido pelo período de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

§ 11. O não atendimento a qualquer das obrigações de que trata o § 10 deste artigo implica o vencimento antecipado da dívida.

§ 12. O disposto neste artigo não se aplica, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos órgãos da administração pública direta e indireta, às empresas públicas e às sociedades de economia mista, inclusive as suas subsidiárias, aos organismos internacionais, às instituições financeiras e às sociedades de crédito.

Art. 4º As instituições financeiras participantes do Programa Emergencial de Suporte a Empregos deverão assegurar que os recursos sejam utilizados exclusivamente para os fins previstos nos arts. 2º e 3º desta Lei.

Parágrafo único. A obrigação de que trata o *caput* deste artigo será cumprida pelas instituições financeiras participantes do Programa por meio da inclusão das obrigações de que tratam o § 3º do art. 2º e o § 10 do art. 3º desta Lei



no instrumento que formalizar a contratação da operação de crédito.

Art. 5º Nas operações de crédito contratadas no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos:

I - 15% (quinze por cento) do valor de cada financiamento serão custeados com recursos próprios das instituições financeiras participantes; e

II - 85% (oitenta e cinco por cento) do valor de cada financiamento serão custeados com recursos da União alocados ao Programa.

Parágrafo único. O risco de inadimplemento das operações de crédito e as eventuais perdas financeiras decorrentes serão suportados na mesma proporção da participação estabelecida no *caput* deste artigo.

Art. 6º As instituições financeiras participantes do Programa Emergencial de Suporte a Empregos poderão formalizar operações de crédito no âmbito do Programa até 31 de outubro de 2020, observados os seguintes requisitos:

I - taxa de juros de 3,75% (três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o valor concedido;

II - carência de 6 (seis) meses para início do pagamento, com capitalização de juros durante esse período; e

III - prazo de 36 (trinta e seis) meses para o pagamento, já incluído o prazo de carência de que trata o inciso II do *caput* deste artigo.

Parágrafo único. É vedada às instituições financeiras participantes do Programa a cobrança de tarifas por saques, totais ou parciais, ou pela transferência a outras



contas dos valores creditados nas contas dos empregados com recursos do Programa.

Art. 7º Para fins de concessão de crédito no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos, as instituições financeiras dele participantes observarão políticas próprias de crédito e poderão considerar eventuais restrições em sistemas de proteção ao crédito na data da contratação e registros de inadimplência no sistema de informações de crédito mantido pelo Banco Central do Brasil nos 6 (seis) meses anteriores à contratação, sem prejuízo do disposto na legislação vigente.

§ 1º Para fins de contratação das operações de crédito no âmbito do Programa, as instituições financeiras privadas e públicas estaduais dele participantes ficam dispensadas de observar as seguintes disposições:

I - § 1º do art. 362 da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

II - inciso IV do § 1º do art. 7º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965;

III - alíneas *b* e *c* do *caput* do art. 27 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;

IV - alínea *a* do inciso I do *caput* do art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

V - art. 10 da Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994;

VI - art. 1º da Lei nº 9.012, de 30 de março de 1995;

VII - art. 20 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e

VIII - art. 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.



§ 2º Aplica-se às instituições financeiras públicas federais a dispensa prevista no § 1º deste artigo, observado o disposto na Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019.

Art. 8º Na hipótese de inadimplemento do contratante, as instituições financeiras participantes do Programa Emergencial de Suporte a Empregos farão a cobrança da dívida em nome próprio, em conformidade com as suas políticas de crédito, e recolherão os valores recuperados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que os restituirá à União, observados os mesmos critérios de atualização previstos no § 1º do art. 9º desta Lei.

§ 1º Na cobrança do crédito inadimplido, lastreado em recursos públicos, não se admitirá, por parte das instituições financeiras participantes do Programa, a adoção de procedimento para recuperação de crédito menos rigoroso do que aqueles usualmente empregados nas próprias operações de crédito.

§ 2º As instituições financeiras participantes do Programa arcarão com todas as despesas necessárias para a recuperação dos créditos inadimplidos.

§ 3º As instituições financeiras participantes do Programa, em conformidade com as suas políticas de crédito, deverão empregar os melhores esforços e adotar os procedimentos necessários à recuperação dos créditos no âmbito do Programa e não poderão interromper ou negligenciar o acompanhamento.

§ 4º As instituições financeiras participantes do Programa serão responsáveis pela veracidade das informações fornecidas e pela exatidão dos valores a serem reembolsados à União, por intermédio do BNDES.



§ 5º A repartição dos recursos recuperados observará a proporção de participação estabelecida no art. 5º desta Lei.

§ 6º As instituições financeiras participantes do Programa deverão leiloar, após o período de amortização da última parcela passível de vencimento no âmbito do Programa, observados os limites, as condições e os prazos estabelecidos no ato de que trata o § 8º deste artigo, todos os créditos eventualmente remanescentes a título de recuperação e recolher o saldo final à União por intermédio do BNDES.

§ 7º Após a realização do último leilão de que trata o § 6º deste artigo pelas instituições financeiras participantes do Programa, a parcela do crédito lastreado em recursos públicos eventualmente não alienada será considerada extinta de pleno direito.

§ 8º Ato do Conselho Monetário Nacional estabelecerá mecanismos de controle e de aferição de resultados quanto ao cumprimento do disposto nos §§ 4º, 5º, 6º e 7º deste artigo e os limites, as condições e os prazos para a realização de leilão dos créditos de que tratam os §§ 6º e 7º deste artigo.

CAPÍTULO III

DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DA UNIÃO PARA O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES) E DA ATUAÇÃO DO BNDES COMO AGENTE FINANCEIRO DA UNIÃO

Art. 9º Ficam transferidos R\$ 34.000.000.000,00 (trinta e quatro bilhões de reais) da União para o BNDES, destinados à execução do Programa Emergencial de Suporte a Empregos.

§ 1º Os recursos transferidos ao BNDES são de titularidade da União e serão remunerados, *pro rata die*, pela:



11

I - taxa média referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), enquanto mantidos nas disponibilidades do BNDES; e

II - taxa de juros de 3,75% (três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, enquanto aplicados nas operações de crédito contratadas no âmbito do Programa.

§ 2º O aporte de que trata o *caput* deste artigo não transferirá a propriedade dos recursos ao BNDES, que permanecerão de titularidade da União, de acordo com instrumento firmado entre as partes.

Art. 10. O BNDES atuará como agente financeiro da União no Programa Emergencial de Suporte a Empregos.

§ 1º A atuação do BNDES será a título gratuito.

§ 2º Caberá ao BNDES, na condição de agente financeiro da União:

I - realizar os repasses dos recursos da União às instituições financeiras que protocolarem no BNDES operações de crédito a serem contratadas no âmbito do Programa;

II - receber os reembolsos de recursos das instituições financeiras participantes do Programa decorrentes dos repasses;

III - repassar à União, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento, os reembolsos de recursos recebidos; e

IV - prestar as informações solicitadas pela Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia e pelo Banco Central do Brasil.



§ 3º Ato do BNDES regulamentará os aspectos operacionais referentes ao protocolo das operações de crédito.

§ 4º Os eventuais recursos aportados ao BNDES pela União e não repassados às instituições financeiras participantes para o Programa até o término do prazo para formalização dos contratos serão devolvidos à União no prazo de 30 (trinta) dias, observado o disposto no inciso I do § 1º do art. 9º desta Lei.

Art. 11. Na hipótese de a operação de crédito protocolada no BNDES atender aos requisitos formais do Programa Emergencial de Suporte a Empregos, não haverá cláusula *del credere* nem remuneração às instituições financeiras participantes do Programa, e o risco de crédito da parcela das operações de crédito lastreadas em recursos públicos ficará a cargo da União.

Art. 12. O BNDES não se responsabilizará pela solvabilidade das instituições financeiras participantes do Programa Emergencial de Suporte a Empregos nem pela sua atuação na realização das operações de crédito, especialmente quanto ao cumprimento da finalidade dessas operações, dos requisitos exigidos para a sua realização e das condições de recuperação dos créditos lastreados em recursos públicos.

Art. 13. Nas hipóteses de falência, de liquidação extrajudicial ou de intervenção em instituição financeira participante do Programa Emergencial de Suporte a Empregos, a União ficará sub-rogada automaticamente, de pleno direito, na proporção estabelecida no inciso II do *caput* do art. 5º desta Lei, nos créditos e garantias constituídos em favor da instituição financeira, decorrentes das respectivas operações



de crédito lastreadas em recursos públicos realizadas no âmbito do Programa.

Parágrafo único. Caberá ao BNDES informar à União os dados relativos às operações de crédito lastreadas em recursos públicos realizadas no âmbito do Programa, com vistas ao seu encaminhamento ao liquidante, ao interventor ou ao juízo responsável ou, ainda, à cobrança judicial dos valores envolvidos.

Art. 14. As receitas provenientes do retorno dos empréstimos à União, nos termos desta Lei, serão integralmente utilizadas para pagamento da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional.

CAPÍTULO IV
DA REGULAÇÃO E DA SUPERVISÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
REALIZADAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA EMERGENCIAL DE SUPORTE A
EMPREGOS

Art. 15. Compete ao Banco Central do Brasil fiscalizar o cumprimento, pelas instituições financeiras participantes do Programa Emergencial de Suporte a Empregos, das condições estabelecidas para as operações de crédito realizadas no âmbito do Programa.

Art. 16. O Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil, no âmbito de suas competências, poderão disciplinar os aspectos necessários para operacionalizar e para fiscalizar as instituições financeiras participantes do Programa Emergencial de Suporte a Empregos quanto ao disposto nesta Lei, observado o disposto na Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017.



CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, o Fundo Geral de Turismo (Fungetur), de que trata o art. 11 do Decreto-Lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971, poderá estabelecer programas de crédito que tenham por objetivo, direto ou indireto, a preservação e a geração de emprego e definir condições financeiras especiais para linhas e programas de crédito operacionalizados por seus agentes financeiros credenciados, observado o disposto na Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.

Parágrafo único. A remuneração do Fungetur a ser paga pelos agentes financeiros credenciados dar-se-á por meio de uma taxa fixa efetiva de juros de até 1% (um por cento) ao ano sobre o valor total repassado à instituição.

Art. 18. A Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 9º-A:

“Art. 9º-A Na hipótese de inadimplência do débito, as exigências de judicialização de que tratam a alínea c do inciso II e a alínea b do inciso III do § 7º do art. 9º e o art. 11 desta Lei poderão ser substituídas pelo instrumento de que trata a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, e os credores deverão arcar, nesse caso, com o pagamento antecipado de taxas, de emolumentos, de acréscimos legais e de demais despesas por ocasião da protocolização e dos demais atos.”



15

Art. 19. O art. 2º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, passa a vigorar acrescido do seguinte § 11:

“Art. 2º

.....

§ 11. As instituições financeiras que utilizem recursos do Fundo Geral de Turismo (Fungetur), de que trata o art. 11 do Decreto-Lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971, poderão aderir ao Pronampe e requerer garantia do FGO para essas operações, as quais, para fins do disposto nos §§ 4º e 4º-A do art. 6º desta Lei, deverão ser agrupadas como carteira específica no âmbito da cada instituição.”(NR)

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 30 de junho de 2020.

RODRIGO MAIA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 474/2020/SGM-P

Brasília, 30 de junho de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: Envio de PLv para apreciação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, o Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2020 (Medida Provisória nº 944, de 2020, do Poder Executivo), que “Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos; altera as Leis nºs 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências”.

Informamos que o link de acesso aos documentos relativos à referida Medida Provisória é:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2242887>.

Atenciosamente,


RODRIGO MAIA

Presidente da Câmara dos Deputados

\$229388\$220404\$
\$229388\$220404\$

Documento : 86461 - 2



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - artigo 62
 - parágrafo 3º do artigo 195
- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); CLT - 5452/43
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;5452>
 - parágrafo 1º do artigo 362
- Lei nº 4.737, de 15 de Julho de 1965 - Código Eleitoral (1965) - 4737/65
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1965;4737>
 - inciso IV do parágrafo 1º do artigo 7º
- Lei nº 8.036, de 11 de Maio de 1990 - Lei do FGTS; Lei do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - 8036/90
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8036>
 - artigo 27
- Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991 - Lei Orgânica da Seguridade Social; Lei do Custeio da Previdência Social - 8212/91
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1991;8212>
 - inciso I do artigo 47
- Lei nº 8.870, de 15 de Abril de 1994 - LEI-8870-1994-04-15 - 8870/94
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1994;8870>
 - artigo 10
- Lei nº 9.012, de 30 de Março de 1995 - LEI-9012-1995-03-30 - 9012/95
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1995;9012>
 - artigo 1º
- Lei nº 9.393, de 19 de Dezembro de 1996 - Lei do ITR e Pagamento das Dívidas por Títulos da Dívida Agrária - 9393/96
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996;9393>
 - artigo 20
- Lei nº 10.522, de 19 de Julho de 2002 - LEI-10522-2002-07-19 - 10522/02
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2002;10522>
 - artigo 6º
- Lei nº 13.506, de 13 de Novembro de 2017 - LEI-13506-2017-11-13 - 13506/17
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2017;13506>
- Lei nº 13.898 de 11/11/2019 - LEI-13898-2019-11-11 - 13898/19
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2019;13898>
- urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2020;944
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2020;944>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 23, DE 2020

(Proveniente da Medida Provisória nº 925, de 2020)

Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19; e altera as Leis nºs 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 6.009, de 26 de dezembro de 1973, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 13.319, de 25 de julho de 2016, 13.499, de 26 de outubro de 2017, e 9.825, de 23 de agosto de 1999.

DOCUMENTOS:

- Legislação citada

- Medida provisória original

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1869759&filename=MPV-925-2020

- Emendas apresentadas perante a Comissão Mista

<https://legis.senado.gov.br/sdleg-getter/documento/download/1667126f-287d-48cb-921e-b19864fadda8>

- Nota técnica

<https://legis.senado.gov.br/sdleg-getter/documento/download/01148a3c-7661-4cfb-ba1f-c908b19b6c9b>

- Sinopse de tramitação na Câmara

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_imp;proposicoesWeb2?idProposicao=2241642&ord=1&tp=completa



Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19; e altera as Leis n°s 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 6.009, de 26 de dezembro de 1973, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 13.319, de 25 de julho de 2016, 13.499, de 26 de outubro de 2017, e 9.825, de 23 de agosto de 1999.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei prevê medidas emergenciais para atenuar os efeitos da crise decorrente da pandemia da Covid-19 na aviação civil brasileira.

Art. 2º As contribuições fixas e variáveis com vencimento no ano de 2020 previstas em contratos de concessão de aeroportos firmados pelo governo federal poderão ser pagas até o dia 18 de dezembro de 2020, com atualização monetária calculada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Parágrafo único. É vedado ao governo federal promover o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos referidos no *caput* deste artigo em decorrência exclusivamente do adiamento dos pagamentos de que trata este artigo.

Art. 3º O reembolso do valor da passagem aérea devido ao consumidor por cancelamento de voo no período compreendido entre 19 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2020 será realizado pelo transportador no prazo de 12 (doze) meses, contado da data do voo cancelado, observadas a atualização



monetária calculada com base no INPC e, quando cabível, a prestação de assistência material, nos termos da regulamentação vigente.

§ 1º Em substituição ao reembolso na forma prevista no *caput* deste artigo, poderá ser concedida ao consumidor a opção de receber crédito de valor maior ou igual ao da passagem aérea, a ser utilizado, em nome próprio ou de terceiro, para a aquisição de produtos ou serviços oferecidos pelo transportador, em até 18 (dezoito) meses, contados de seu recebimento.

§ 2º Se houver cancelamento de voo, o transportador deve oferecer ao consumidor, sempre que possível, como alternativa ao reembolso, as opções de reacomodação em outro voo, próprio ou de terceiro, e de remarcação da passagem aérea, sem ônus, mantidas as condições aplicáveis ao serviço contratado.

§ 3º O consumidor que desistir de voo com data de início no período entre 19 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2020 poderá optar por receber reembolso, na forma e no prazo previstos no *caput* deste artigo, sujeito ao pagamento de eventuais penalidades contratuais, ou por obter crédito de valor correspondente ao da passagem aérea, sem incidência de quaisquer penalidades contratuais, o qual poderá ser utilizado na forma do § 1º deste artigo.

§ 4º O crédito a que se referem os §§ 1º e 3º deste artigo deverá ser concedido no prazo máximo de 7 (sete) dias, contado de sua solicitação pelo passageiro.



§ 5º O disposto neste artigo aplica-se também às hipóteses de atraso e de interrupção previstas nos arts. 230 e 231 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986.

§ 6º O disposto no § 3º deste artigo não se aplica ao consumidor que desistir da passagem aérea adquirida com antecedência igual ou superior a 7 (sete) dias em relação à data de embarque, desde que o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do recebimento do comprovante de aquisição do bilhete de passagem, caso em que prevalecerá o disposto nas condições gerais aplicáveis ao transporte aéreo regular de passageiros, doméstico e internacional, estabelecidas em ato normativo da autoridade de aviação civil.

§ 7º O direito ao reembolso, ao crédito, à reacomodação ou à remarcação do voo previsto neste artigo independe do meio de pagamento utilizado para a compra da passagem, que pode ter sido efetuada em pecúnia, crédito, pontos ou milhas.

§ 8º Em caso de cancelamento do voo, o transportador, por solicitação do consumidor, deve adotar as providências necessárias perante a instituição emissora do cartão de crédito ou de outros instrumentos de pagamento utilizados para aquisição do bilhete de passagem, com vistas à imediata interrupção da cobrança de eventuais parcelas que ainda não tenham sido debitadas, sem prejuízo da restituição de valores já pagos, na forma do *caput* e do § 1º deste artigo.

§ 9º O reembolso dos valores referentes às tarifas aeroportuárias ou de outros valores devidos a entes governamentais, pagos pelo adquirente da passagem e arrecadados por intermédio do transportador, deverá ser



realizado em até 7 (sete) dias, contados da solicitação, salvo se, por opção do consumidor, a restituição for feita mediante crédito, o qual poderá ser utilizado na forma do § 1º deste artigo.

Art. 4º A Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 251-A. A indenização por dano extrapatrimonial em decorrência de falha na execução do contrato de transporte fica condicionada à demonstração da efetiva ocorrência do prejuízo e de sua extensão pelo passageiro ou pelo expedidor ou destinatário de carga.”

“Art. 256.

§ 1º

a) (revogada);

b) (revogada).

I - no caso do inciso I do *caput* deste artigo, se a morte ou lesão resultar, exclusivamente, do estado de saúde do passageiro, ou se o acidente decorrer de sua culpa exclusiva;

II - no caso do inciso II do *caput* deste artigo, se comprovar que, por motivo de caso fortuito ou de força maior, foi impossível adotar medidas necessárias, suficientes e adequadas para evitar o dano.

.....

§ 3º Constitui caso fortuito ou força maior, para fins do inciso II do § 1º deste artigo, a ocorrência de um ou mais dos seguintes eventos,



desde que supervenientes, imprevisíveis e inevitáveis:

I - restrições ao pouso ou à decolagem decorrentes de condições meteorológicas adversas impostas por órgão do sistema de controle do espaço aéreo;

II - restrições ao pouso ou à decolagem decorrentes de indisponibilidade da infraestrutura aeroportuária;

III - restrições ao voo, ao pouso ou à decolagem decorrentes de determinações da autoridade de aviação civil ou de qualquer outra autoridade ou órgão da administração pública, que será responsabilizada;

IV - decretação de pandemia ou publicação de atos de governo que dela decorram, com vistas a impedir ou a restringir o transporte aéreo ou as atividades aeroportuárias.

§ 4º A previsão constante do inciso II do § 1º deste artigo não desobriga o transportador de oferecer assistência material ao passageiro, bem como de oferecer as alternativas de reembolso do valor pago pela passagem e por eventuais serviços acessórios ao contrato de transporte, de acomodação ou de reexecução do serviço por outra modalidade de transporte, inclusive nas hipóteses de atraso e de interrupção do voo por período superior a 4 (quatro) horas de que tratam os arts. 230 e 231 desta Lei." (NR)



“Art. 264.

I - que o atraso na entrega da carga foi causado pela ocorrência de um ou mais dos eventos previstos no § 3º do art. 256 desta Lei;

.....” (NR)

Art. 5º Aos aeronautas e aeroviários titulares de conta vinculada ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), de que trata a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que tiverem suspensão total ou redução de salário em razão do enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, fica disponível o saque mensal de recursos, por trabalhador e até o limite do saldo existente na conta vinculada, em 6 (seis) parcelas de:

I - R\$ 3.135,00 (três mil cento e trinta e cinco reais), no caso de suspensão total de salário;

II - R\$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais), no caso de redução de salário.

§ 1º Para a aferição da remuneração suspensa ou reduzida a que se referem os incisos I e II do *caput* deste artigo, serão considerados os dados mensais declarados pelo empregador no período de 1º de abril de 2020 a 31 de dezembro de 2020 como base de cálculo dos depósitos no FGTS, nos termos dos arts. 15 e 17-A da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

§ 2º O disposto no *caput* deste artigo aplica-se apenas aos titulares das contas vinculadas dos empregados de



7

empresa detentora de concessão ou de autorização para a prestação de serviços de transporte aéreo regular.

Art. 6º A Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

Parágrafo único. Os preços de que trata este artigo serão devidos à entidade responsável pela administração do aeroporto e serão representados:

.....” (NR)

“Art. 5º

.....

II - das entidades que administram aeroporto.

Parágrafo único. As entidades responsáveis pela administração dos aeroportos poderão estabelecer sistema próprio para processamento, cobrança e arrecadação das tarifas aeroportuárias, com anuência da autoridade de aviação civil, permitida a cobrança da tarifa de embarque juntamente com a cobrança da passagem, e o proprietário ou o explorador da aeronave deverão entregar os respectivos valores tarifários à entidade responsável pela administração dos aeroportos.” (NR)

Art. 7º A Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 63.

§ 1º



.....

II - (revogado);

.....

§ 5º Os recursos do FNAC também poderão ser aplicados:

I - no desenvolvimento, na ampliação e na reestruturação de aeroportos concedidos, desde que tais ações não constituam obrigação do concessionário, conforme estabelecido no contrato de concessão, nos termos das normas expedidas pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e pela Secretaria de Aviação Civil (SAC) da Presidência da República, observadas as respectivas competências;

II - no custeio de eventuais despesas decorrentes de responsabilidade civil perante terceiros, na hipótese da ocorrência de danos a bens e a pessoas, passageiros ou não, provocados por atentados terroristas, por atos de guerra ou por eventos correlatos contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo.

.....

§ 7º Os recursos do FNAC poderão ser objeto e garantia de empréstimo, a ser celebrado até 31 de dezembro de 2020, aos detentores de concessão aeroportuária ou de concessão para a prestação de serviço regular de transporte aéreo e aos prestadores de serviço auxiliar ao transporte aéreo,



desde que comprovem ter sofrido prejuízo decorrente da pandemia da Covid-19.

§ 8º Os limites de taxa de juros, de carência, de prazo de pagamento e de demais condições contratuais serão estabelecidos em regulamento, observados os seguintes parâmetros:

I - taxa de juros não inferior à Taxa de Longo Prazo (TLP), de que trata a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017;

II - carência não superior a 30 (trinta) meses;

III - quitação da dívida até 31 de dezembro de 2031;

IV - garantia de empréstimo limitada a R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais); e

V - garantia de empréstimo executável a partir de 1º de janeiro de 2021.”(NR)

Art. 8º O art. 6º da Lei nº 13.319, de 25 de julho de 2016, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 6º.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, compreende-se por acumulados os débitos decorrentes das atividades de faturamento, de cobrança, de arrecadação ou de repasse do tributo de que trata o *caput* deste artigo, ainda que de responsabilidade de terceiros.”(NR)

Art. 9º O art. 2º da Lei nº 13.499, de 26 de outubro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:



“Art. 2º A alteração do cronograma observará as seguintes condições:

I - manifestação do interessado nos prazos estabelecidos no ato de regulamentação de que trata o art. 1º desta Lei;

.....

III - (revogado);

.....

V - (revogado);

VI - limitação de cada parcela de contribuição reprogramada ao mínimo de 50% (cinquenta por cento) abaixo e ao máximo de 75% (setenta e cinco por cento) acima do valor da parcela da contribuição originalmente pactuada para cada exercício.

§ 1º

§ 2º Fica permitida, a critério do poder concedente, a substituição da outorga fixa pela outorga variável, mantido o valor presente líquido original.

§ 3º Em 2020, os efeitos orçamentários e financeiros das alterações previstas neste artigo serão compensados pela devolução total ou parcial de recursos transferidos para a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) com a finalidade de aporte de capital nas concessionárias de aeroportos e pelo cancelamento de dotações ou restos a pagar que tenham essa mesma finalidade, e a regulamentação deverá ajustar os percentuais de



que trata o inciso VI do *caput* deste artigo de modo compatível com os recursos disponíveis para a compensação e a sua efetiva utilização.” (NR)

Art. 10. Será extinta, em 1º de janeiro de 2021, a cobrança da parcela correspondente ao aumento concedido pela Portaria nº 861/GM-2, de 9 de dezembro de 1997, do Ministério da Aeronáutica, às tarifas de embarque internacional vigentes naquela data.

Art. 11. Até que o disposto no art. 12 desta Lei produza efeitos, o inciso II do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, vigorará com a seguinte redação:

“Art. 1º
Parágrafo único.

.....
II - promover, até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente à arrecadação, o recolhimento ao FNAC dos valores que lhe forem efetivamente repassados pelas empresas de transporte aéreo;

.....” (NR)

Art. 12. Ficam revogados:

I - a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999;

II - o inciso II do § 1º do art. 63 da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011; e

III - os incisos III e V do *caput* do art. 2º da Lei nº 13.499, de 26 de outubro de 2017.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos, quanto ao § 5º do art. 63 da



12

Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, alterado pelo art. 7º,
e quanto aos incisos I e II do *caput* do art. 12 desta Lei, em
1º de janeiro de 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 8 de julho de 2020.

RODRIGO MAIA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 492/2020/SGM-P

Brasília, 8 de julho de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PLv para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, o Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2020 (Medida Provisória nº 925, de 2020, do Poder Executivo), que “Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19; e altera as Leis nºs 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 6.009, de 26 de dezembro de 1973, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 13.319, de 25 de julho de 2016, 13.499, de 26 de outubro de 2017, e 9.825, de 23 de agosto de 1999”.

Informamos que o link de acesso aos documentos relativos à referida Medida Provisória é:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2241642>.

Atenciosamente,



RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados

\$229544\$232854\$
\$229544\$232854\$

Documento : 86554 - 2



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- artigo 62

- urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2020;925

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2020;925>



DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Projeto de Lei de Conversão nº 23/2020 (proveniente da Medida Provisória nº 925/2020)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Eduardo Gomes

PARECER Nº 84 , DE 2020 - PLEN/SF

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2020, da Câmara dos Deputados, oriunda da Medida Provisória nº 925, de 2020, que *dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da covid-19.*

Relator: Senador **EDUARDO GOMES****I – RELATÓRIO**

Vem ao exame do Plenário do Senado Federal, para emissão de parecer após apreciação da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 23, de 2020, da Medida Provisória (MPV) nº 925, publicada em 18 de março de 2020, que estabelece medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da *covid-19*.

Com quatro artigos, a MPV permitiu a postergação de pagamentos à União das parcelas das outorgas de concessões aeroportuárias, e alongou o prazo para reembolso de passagens aéreas de sete dias para um ano, e suspendeu as multas por cancelamento de passagens para os consumidores que aceitassem receber créditos junto à empresa aérea.

No prazo regimental, foram apresentadas 79 emendas por Deputados e Senadores. Na Câmara dos Deputados, o relatório, de autoria do Deputado Arthur Oliveira Maia, introduziu novas emendas e, durante a



discussão em Plenário daquela Casa, foram apresentadas outras 27 emendas.

Das emendas originais, o relatório decidiu por acatar integralmente as de nº 3, 13, 17, 27, 37, 38, 70, 73 e 77; acatar parcialmente as emendas nº 2, 4, 14, 19, 24, 25, 26, 29, 35, 39, 47, 56, 59, 64, 65, 67, 69, 74 e 78; e rejeitar as demais. Quanto às emendas de Plenário, foram aprovadas as de nº 8, 13, 15, 23 e 26; aprovadas parcialmente as de nº 7 e 17, e rejeitadas as demais.

O resultado final é o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 23, de 2020, sobre o qual passamos a discorrer.

Segundo sua ementa, o PLV “dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19; e altera as Leis nºs 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 6.009, de 26 de dezembro de 1973, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 13.319, de 25 de julho de 2016, 13.499, de 26 de outubro de 2017, e 9.825, de 23 de agosto de 1999”.

A matéria é estruturada em treze artigos, dos quais o primeiro explicita o objetivo de veicular “medidas emergenciais para atenuar os efeitos da crise decorrente da pandemia da *covid-19* na aviação civil brasileira”.

O artigo 2º, que consta do texto original, permite que as concessionárias de aeroportos contratadas pelo Governo Federal possam pagar suas contribuições fixas e variáveis até o dia 18 de dezembro de 2020. O *caput* foi alterado para prever que os valores sofram atualização monetária com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Foi-lhe acrescido, também, um parágrafo único para vedar o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos em decorrência do adiamento dos pagamentos.

O artigo 3º, também presente no texto original, trata do cancelamento e reembolso de passagens aéreas, e passou por diversas alterações, com a inclusão de parágrafos para dirimir questões que surgiram em função da redação original da MPV.

Ficou esclarecido, no *caput*, que as regras se aplicam para voos compreendidos no período de 19 de março de 2020 a 31 de dezembro de 2020. O texto continua a estender o prazo para o reembolso de



SF/20550.80614-56



passagens aéreas, que antes da pandemia era de uma semana, para doze meses, porém o PLV exige atualização monetária com base no INPC. Continua mantida a assistência material disposta na regulamentação da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

O § 1º concede ao consumidor a opção de receber crédito junto ao transportador, em valor no mínimo igual ao da passagem aérea, para compra de produtos ou serviços para si ou para terceiros. A validade dos créditos deverá ser de 18 meses (no texto original, são 12 meses).

O § 2º comanda que, em caso de cancelamento, o transportador ofereça, além do reembolso, a remarcação sem ônus da passagem aérea, e, quando possível, a reacomodação em voo próprio ou de outra empresa.

O § 3º esclarece que o reembolso é sujeito às penalidades contratuais, mas o crédito de que trata o § 1º é isento delas. Já o § 4º estabelece o prazo de uma semana para concessão dos créditos.

O § 5º, por sua vez, elucida que as novas disposições sobre reembolso aplicam-se também às hipóteses de atraso e de interrupção de voo previstas nos arts. 230 e 231 do Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986). Os artigos preveem a devolução imediata do valor do bilhete de passagem caso o atraso ou interrupção se estenda por mais de quatro horas.

O § 6º excetua da nova regra o consumidor que desista da passagem aérea adquirida com antecedência de no mínimo sete dias em relação à data de embarque, no prazo de vinte e quatro horas após a compra. Nesse caso, o prazo de reembolso permanece sendo de sete dias. A controvérsia causada pelo texto original da MPV foi sanada pela Resolução nº 557, de 13 de maio de 2020, da ANAC, cuja orientação é idêntica à que se encontra no PLV.

O § 7º esclarece que as passagens pagas com milhas, pontos ou crédito são abrangidas pelas novas regras. Quanto a esse ponto, o texto original da MPV era omissivo.

Já os §§ 8º e 9º, frutos de emendas de Plenário, inovam ao prever que o transportador peça a interrupção da cobrança de parcelas de passagens aéreas que ainda não tenham sido debitadas, em caso de



cancelamento, e que o reembolso dos valores referentes às tarifas aeroportuárias continue sendo realizado em até sete dias.

O art. 4º, acrescido durante a tramitação, altera o Código Brasileiro de Aeronáutica. A norma passa a vigorar com um novo art. 251-A, que prevê que a indenização por dano extrapatrimonial por falha da execução de transporte fique condicionada à demonstração por parte do reclamante. O art. 256 é alterado para prever que o dano decorrente de atraso do transporte aéreo de passageiro não será de responsabilidade do transportador quando se “comprovar que, por motivo de caso fortuito ou de força maior, foi impossível adotar medidas necessárias, suficientes e adequadas para evitar o dano”. A assistência material, nesses casos, fica mantida. O art. 264 traz previsão similar quanto ao atraso na entrega de cargas. Em ambos os casos, são listadas como hipóteses de força maior:

I – restrições ao pouso ou à decolagem decorrentes de condições meteorológicas adversas impostas por órgão do sistema de controle do espaço aéreo;

II - restrições ao pouso ou à decolagem decorrentes de indisponibilidade da infraestrutura aeroportuária;

III - restrições ao voo, ao pouso ou à decolagem decorrentes de determinações da autoridade de aviação civil ou de qualquer outra autoridade ou órgão da administração pública, que será responsabilizada;

IV - decretação de pandemia ou publicação de atos de governo que dela decorram, com vistas a impedir ou a restringir o transporte aéreo ou as atividades aeroportuárias.

O art. 5º, acrescido por emenda, permite o saque do saldo de contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) por aeronautas e aeroviários atingidos por suspensão ou redução de salário, até o limite de seis parcelas de R\$ 3.135, no primeiro caso, e R\$ 1.045, no segundo.

O art. 6º, escrito pelo relator da matéria na Câmara, altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos e das facilidades à navegação aérea, para prever que os preços pagos pela utilização de áreas, edifícios, instalações, equipamentos, facilidades e serviços de um aeroporto sejam devidos “à entidade responsável pela administração do aeroporto”. A redação atual, desatualizada, prevê o pagamento ao extinto Ministério da Aeronáutica ou à Infraero. Além disso, permite que as administradoras dos aeroportos estabeleçam sistema próprio para processamento, cobrança e arrecadação



SF/20550.80614-56



das tarifas aeroportuárias, de modo a permitir a cobrança da tarifa de embarque juntamente com a cobrança da passagem.

O art. 7º, resultado de emendas, altera a Lei nº 12.462, de 2011, que cria o Fundo Nacional da Aviação Civil, com duas finalidades. O primeiro é trazer para a lei de criação a hipótese de uso de recursos do Fundo no custeio de eventuais despesas decorrentes de responsabilidade civil por danos causados por atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo. Tal finalidade constava na Lei nº 9.825, de 1999, que será revogada. O segundo é permitir que os recursos do Fundo sejam objeto e garantia de empréstimo aos detentores de concessão aeroportuária, ou de concessão para a prestação de serviço regular de transporte aéreo, e aos prestadores de serviços auxiliares ao transporte aéreo. Estabelecem-se as seguintes condições, além das que vierem a ser estipuladas em regulamento: taxa de juros não inferior à Taxa de Longo Prazo (TLP), carência não superior a trinta meses; quitação da dívida até 31 de dezembro de 2031; garantia de empréstimo limitada a três bilhões de reais e garantia de empréstimo executável a partir de 1º de janeiro de 2021.

O novo art. 8º, acrescido pelo relator, altera a Lei nº 13.319, de 2016, que extingue o Adicional de Tarifa Aeroportuária, para incluir na remissão de débitos da Infraero aqueles decorrentes das atividades de faturamento, de cobrança, de arrecadação ou de repasse do Adicional de Tarifa Aeroportuária, ainda que de responsabilidade de terceiros.

O art. 9º, também de lavra do relator, altera a Lei nº 13.499, de 2017, que estabelece critérios para a celebração de aditivos contratuais relativos às outorgas nos contratos de parceria no setor aeroportuário, para estabelecer que as repactuações possam ser feitas mais de uma vez, havendo manifestação de interessados no prazo estabelecido pelo Ministério da Infraestrutura. Além disso, permite a redução do pagamento de parcelas fixas em até 50% do originalmente pactuado, amplia o limite de aumento da parcela original de 50% para 75%, e prevê a possibilidade de troca da outorga fixa pela outorga variável. Os efeitos orçamentários e financeiros das alterações previstas, em 2020, serão compensados pela devolução de recursos transferidos para a Infraero com a finalidade de aporte de capital nas concessionárias de aeroportos e pelo cancelamento de dotações ou restos a pagar com a mesma finalidade.



SF/20550.80614-56



Os novos arts. 10 e 11 tratam do adicional sobre a taxa de embarque internacional que era direcionado ao FNAC. Prevê-se sua extinção a partir de 1º de janeiro de 2021. Até que se efetive tal medida, a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, que “dispõe sobre o recolhimento ao Tesouro Nacional de parcela da Tarifa de Embarque Internacional”, passa a limitar o repasse do mesmo adicional, por parte dos operadores aeroportuários, aos valores por sua vez repassados pelas empresas aéreas. Ou seja, caso as empresas aéreas deixem de repassar os valores devidos ao FNAC, os operadores aeroportuários não precisarão cobrir a diferença.

O art. 12 é a cláusula de revogação, que atinge:

(1) a Lei nº 9.825, de 1999, integralmente, já que o adicional de que ela trata será extinto;

(2) o inciso II do § 1º do art. 63 da Lei nº 12.462, de 2011, que previa o mesmo adicional como fonte de recursos do FNAC; e

(3) os incisos III e V do caput do art. 2º da Lei nº 13.499, de 2017, que estabelecem como condições para alteração do cronograma de pagamentos das outorgas nos contratos de parceria no setor aeroportuário celebrados até 31 de dezembro de 2016: a apresentação pelo contratado de pagamento antecipado de parcela de valores das contribuições fixas e a limitação do saldo da reprogramação aos valores das contribuições fixas antecipadas durante o período remanescente do contrato.

O art. 13 é a cláusula de vigência, que seria imediata, com produção de efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021 apenas quanto às alterações que dizem respeito ao adicional da tarifa de embarque internacional, de modo a não haver impacto sobre o orçamento do Ministério da Infraestrutura deste ano.

II – ANÁLISE

A Exposição de Motivos nº 10, de 2020, do Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, justificou a adoção da Medida Provisória pela necessidade de “promover um alívio imediato no fluxo de caixa das empresas do setor de aviação civil”, já que a “queda brusca na demanda por serviços de transporte aéreo provocada pela pandemia do



SF/20550.80614-56



Coronavírus (COVID-19)” causou “uma forte pressão sobre o fluxo de caixa” dessas empresas. A necessidade de criar para essas empresas “algum espaço no curto prazo para o gerenciamento dos seus fluxos de caixa” não só permaneceu, como se agravou, conforme a reabertura das atividades econômicas sofreu sucessivos adiamentos.

Em relação aos operadores aeroportuários, a Exposição de Motivos explica que sua principal despesa financeira é “o pagamento das contribuições devidas ao Poder Concedente”, ou seja, à União. Por isso, a Medida propõe que possam cumprir essas obrigações “em data posterior àquela disciplinada no contrato de concessão”.

Quanto ao disposto no art. 3º, Sua Excelência relembra que a regulação infralegal exige o prazo de sete dias para reembolso de passagens aéreas. Este prazo passa a ser de um ano, com a compensação para o passageiro da “isenção das penalidades usualmente dispostas nos contratos de transporte aéreo para aqueles que aceitarem a conversão dos valores despendidos em créditos para utilização futura”, o que trará “uma desejável flexibilidade aos consumidores em face da incerteza sobre o tempo de propagação do vírus e a retomada da economia”.

O relator da matéria na Câmara, Deputado Arthur Oliveira Maia, avaliou que os critérios constitucionais de urgência e relevância estão atendidos, lembrando que em função “da adoção generalizada de políticas de isolamento ou de distanciamento social, as quais acabam por inviabilizar grande parte das viagens aéreas, as ocorrências de cancelamento de serviços e de passagens aéreas, anteriormente limitadas a uma pequena parte da totalidade dos voos ou dos assentos comercializados, passaram a se tornar ubíquas, colocando empresas de transporte aéreo e de infraestrutura aeroportuária e passageiros em posição de vulnerabilidade”.

De fato, a Organização de Aviação Civil Internacional (OACI, ou, em inglês, ICAO), agência especializada da Organização das Nações Unidas para o setor, estima o prejuízo dos transportadores em nível mundial em US\$ 418 bilhões, e o dos operadores aeroportuários em US\$ 97 bilhões, com uma perda de até 65% da movimentação de passageiros. Somadas, as cifras equivalem atualmente a R\$ 2,75 trilhões, ou o equivalente, aproximadamente, a todo o Produto Interno Bruto da Argentina.



SF/20550.80614-56



O Brasil, evidentemente, não saiu ileso. No segmento de passageiros, a demanda por voos domésticos caiu 93%, e a de voos internacionais, 98%.

Concordamos, portanto, com a relevância e urgência da matéria.

Quanto à juridicidade, observa-se que o PLV possui os atributos de generalidade e abstratividade, pois recai sobre todos os passageiros, operadores aéreos e aeroportos sem distinção. Além disso, é imperativa e coercitiva, pois obriga a União e os passageiros a aceitarem pagamentos e reembolsos nas condições nela dispostas. O PLV altera as normas vigentes quando necessário, reservando os artigos esparsos às medidas de vigência temporária.

Em relação à técnica legislativa, notamos a necessidade de corrigir a redação do *caput* do art. 11, onde se lê “[até] que o disposto do art. 12 desta Lei produza efeitos [...]”. A referência correta seria ao inciso I do art. 12, ou seja, à revogação da lei que o art. 11 propõe alterar.

No mérito, em relação ao art. 2º, concordamos tanto com a postergação dos pagamentos quanto com a vedação ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. A cobrança de correção monetária se faz necessária para preservar o valor presente dos contratos. Essa providência, acreditamos, deve facilitar o processo de repactuação das outorgas, quando necessário.

No art. 3º, acreditamos haver um desejável equilíbrio entre as necessidades dos consumidores e a situação atual das empresas aéreas diante da pandemia.

É essencial para a segurança jurídica a alteração do *caput* para esclarecer que os contratos afetados são os que têm voos marcados entre 19 de março e 31 de dezembro de 2020. Pelo mesmo motivo, é desejável a expressa manutenção da assistência material (oferta de comunicação, alimentação e hospedagem a passageiros que tenham voos atrasados ou cancelados por iniciativa das empresas aéreas), assim como da continuidade das demais regras contratuais e regulatórias. Do mesmo modo, a correção monetária dos valores evita possíveis questionamentos de passageiros que compraram passagens que previam tal direito.



SF/20550.80614-56



Se, por um lado, aumenta-se o atual prazo para reembolso de passagens, em troca, suspendem-se as pesadas multas para cancelamento e remarcação de passagens que incidem sobre a grande maioria das tarifas comercializadas no Brasil.

Com isso, em curto prazo, busca-se preservar o caixa das empresas, que deixam de ter que arcar imediatamente com reembolsos, em um momento de queda abrupta de receitas. Em médio prazo, suaviza-se a queda de demanda, fazendo com que muitas viagens possam ser adiadas, em vez de canceladas.

As principais controvérsias surgidas na vigência da MPV estão resolvidas nos parágrafos acrescidos ao art. 3º. Concordamos com aplicação das novas regras às passagens com milhas e pontos, e também com a manutenção do reembolso em sete dias para a desistência de compra em até vinte e quatro horas.

Segundo o relator da MPV na Câmara, a inclusão do art. 4º se destina a rever a responsabilidade contratual dos transportadores, visto que há, em sua opinião uma “excessiva judicialização nas relações de consumo”, que representou um impacto de “aproximadamente 1% dos custos e despesas operacionais das empresas aéreas brasileiras, [...] equivalente a R\$ 311 milhões”. De fato, é notória nesse campo a lacuna que permite comportamentos oportunistas por parte de consumidores inescrupulosos, em especial nos tempos atuais.

Quanto ao art. 5º, nada mais justo que os trabalhadores poderem acessar recursos que lhe pertencem, em meio à situação de calamidade pública que precisam enfrentar. É exatamente para situações como essa que existe o FGTS, que não deixa de ser uma poupança forçada.

O art. 6º traz uma salutar atualização dos termos empregados na Lei, promovendo segurança jurídica aos operadores de aeroportos.

Em relação ao art. 7º, vemos como positivos os novos usos para o FNAC. De fato, as empresas aéreas pouco podem fazer contra terrorismo ou atos de guerra, de modo que, tal como já reconhece a Lei nº 9.825, de 1999, a ser revogada, não seria justo responsabilizá-las. Já o empréstimo de recursos do FNAC parece uma boa solução para a oferta de crédito barato, de modo a facilitar a recuperação das empresas que atuam no mercado.



SF/20550.80614-56



Quanto ao art. 8º, esclarece o relator que “tem por objetivo esclarecer a interpretação a ser dada ao *caput* do referido artigo quanto à compreensão adequada da remissão dos débitos da Infraero acumulados em razão da ausência dos repasses do Adicional de Tarifa de Aeroportuária – ATAERO em favor do Fundo Nacional de Aviação Civil”, já que “a redação empregada careceu de precisão técnica, uma vez que no conceito de ‘remissão dos débitos’ pretendia-se alcançar não somente os valores arrecadados pela Infraero na condição de administradora aeroportuária, como também aqueles decorrentes das atividades de faturamento, cobrança, arrecadação ou repasse que tenham sido realizadas em favor de terceiros, como ocorre quando a Infraero desempenha tais atividades em nome de Estados e Municípios, ou na fase inicial e de transição dos contratos de concessão de aeroportos”.

Quanto ao art. 9º, afirma o relator que “é inevitável que novos e profundos ajustes sejam realizados nos contratos de concessão aeroportuária, a começar pela revisão do pagamento das chamadas contribuições fixas, parcelas do valor total da outorga que ainda são devidas ao poder concedente”, já que, em sua opinião, “o adiamento do pagamento da contribuição fixa deste ano, proposta na MPV, é medida necessária, contudo insuficiente para dar conta do problema financeiro causado pela gigantesca queda de demanda, já em parte efetivada, que se seguiu ao coronavírus”. Por isso, prossegue, “é necessário desde já fazer a revisão que estiver ao alcance do legislador, para que não se corra o risco de, brevemente, haver descontinuidade dos serviços aeroportuários”. Concordamos integralmente com os argumentos apresentados. Os detalhes das repactuações devem ser discutidos caso a caso pelo Poder Executivo, que detém as informações necessárias para tal tarefa.

Em relação ao art. 10, que extingue o Adicional à Tarifa de Embarque Internacional, somos também favoráveis. Como bem descreve o relator, a contribuição “acrescenta US\$ 18,00 (dezoito dólares) ao preço das passagens internacionais, para voos saídos do Brasil”, o que “pode representar mais de 20% do preço do bilhete”. Aduz, ainda que “o Ministro da Infraestrutura é favorável ao fim dessa cobrança, que dificulta a política de preços das empresas *low-cost*”. Informa ainda o relatório votado na Câmara que o impacto orçamentário estimado pelo próprio Poder Executivo foi de R\$ 743 milhões em 2021, R\$ 913 milhões em 2022 e R\$ 986 milhões em 2023, o que não deve causar problema já que “[o] FNAC possui volumoso estoque de recursos e seu fluxo anual, independentemente do referido adicional, pode bem responder às finalidades que lhe foram atribuídas”. De fato, qualquer tipo de desoneração das viagens aéreas parece-nos em linha com a ideia de



SF/20550.80614-56



promover a recuperação da demanda depois de encerrada a fase aguda da pandemia.

O art. 11, afirma o Relatório, “visa a impedir, durante este ano, que o administrador aeroportuário se responsabilize pelo repasse ao FNAC dos recursos que forem arrecadados junto aos passageiros, a título de Adicional à Tarifa de Embarque Internacional, mas que não lhe sejam repassados pelas empresas aéreas”, o que consideramos justo.

Em resumo, o PLV resolveu as principais dificuldades surgidas durante a vigência da MPV nº 925, de 2020, até o momento, e avançou sobre pontos importantes e igualmente urgentes do setor aéreo. Por isso, somos favoráveis à sua aprovação, na forma do texto enviado pela Câmara dos Deputados, com as correções de redação necessárias.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e de adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 925, bem como por sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. No mérito, o voto é por sua **APROVAÇÃO**, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2020, com a adequação redacional a seguir:

EMENDA Nº 80 (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no *caput* do art. 11 do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2020, a expressão “no art. 12 desta Lei” por “no art. 12, I, desta Lei”.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator



SF/20550.80614-56





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1405, DE 2020

Destaque para votação em separado do art. 4º do PLV n° 23/2020, proveniente da MPV n° 925/2020.

AUTORIA: Líder do CIDADANIA Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança do CIDADANIA, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, do art. 4º do PLV 23/2020, oriundo da MPV 925/2020.

Sala das Sessões, 15 de julho de 2020.

Senadora Eliziane Gama
(CIDADANIA - MA)
Líder do CIDADANIA

|||
SF/20688.67032-34 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1424, DE 2020

Destaque para votação em separado da Emenda nº 36, apresentada à MPV nº 925/2020.

AUTORIA: Líder do PT Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)




SF/20084.30786-27 (LexEdit)**REQUERIMENTO Nº DE**

Requeiro, em nome da Liderança do PT, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 36 à MPV 925/2020, que “dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da covid-19”.

Sala das Sessões, 15 de julho de 2020.

Senador Rogério Carvalho
(PT - SE)
Líder do PT





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1425, DE 2020

Impugnação do art. 4º do PLV nº 23/2020, por tratar de matéria estranha à MPV nº 925/2020.

AUTORIA: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)



[Página da matéria](#)

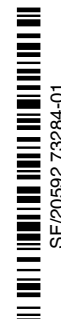


RQS
01425/2020

REQUERIMENTO Nº , de 2020

Exmo. Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, art. 48, XI e do inciso II, do art. 7º, da Lei Complementar 95, de 1998, baseado no entendimento exarado na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5127, **a impugnação do artigo 4º do PLV nº 23, de 2020**, por tratar de matéria estranha à Medida Provisória nº 925, de 2020.



JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei de Conversão aprovado na Câmara dos Deputados introduziu o art. 4º, que consideramos matéria estranha à MP, pois não guarda relação estrita com a pandemia de Covid-19, além de ser extremamente prejudicial ao consumidor.

O referido artigo traz alterações definitivas no Código Brasileiro de Aeronáutica. A primeira delas é a inserção do Art. 251-A que estabelece que “a indenização por dano extrapatrimonial em decorrência de falha na execução do contrato de transporte fica condicionada à demonstração da efetiva ocorrência do prejuízo e de sua extensão pelo passageiro ou pelo expedidor ou destinatário de carga.”

Trata-se de um padrão “diabólico” de prova, quase impossível de ser efetivado, para situações como acidentes aéreos que causem a morte dos passageiros ou extravio de bagagens. O padrão requerido de prova tornará extremamente difícil a fixação de indenizações para hipóteses graves de falha na prestação do serviço, tirando o incentivo à eficiência e qualidade do transportador aéreo.




SF/20592.73284-01

Há ainda a inserção do § 3º no inciso III do art. 256 do Código Brasileiro de Aeronáutica, estipulando hipóteses de exoneração de responsabilidade do fornecedor, sendo que apenas o inciso IV guarda relação com a pandemia. As demais hipóteses não deveriam ser acatadas, pois transferem ao consumidor o risco do negócio, que cabe ao fornecedor.

A aprovação do PLV sem exclusão do art. 4º será um dos maiores retrocessos em matéria de legislação de defesa do consumidor da história brasileira. Dessa forma, requeremos a exclusão do referido artigo.

Portanto, o PLV da MPV 925 não poderia abordar tais alterações, sob pena de infração ao devido processo legislativo, conforme decidido pelo STF na ADI 5.127:

“DIREITO CONSTITUCIONAL. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. EMENDA PARLAMENTAR EM PROJETO DE CONVERSÃO DE MEDIDA PROVISÓRIA EM LEI. CONTEÚDO TEMÁTICO DISTINTO DAQUELE ORIGINÁRIO DA MEDIDA PROVISÓRIA. PRÁTICA EM DESACORDO COM O PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO E COM O DEVIDO PROCESSO LEGAL (DEVIDO PROCESSO LEGISLATIVO). 1. Viola a Constituição da República, notadamente o princípio democrático e o devido processo legislativo (arts. 1º, caput, parágrafo único, 2º, caput, 5º, caput, e LIV, CRFB), a prática da inserção, mediante emenda parlamentar no processo legislativo de conversão de medida provisória em lei, de **matérias de conteúdo temático estranho ao objeto originário da medida provisória**. 2. Em atenção ao princípio da segurança jurídica (art. 1º e 5º, XXXVI, CRFB), mantém-se hígidas todas as leis de conversão fruto dessa prática promulgadas até a data do presente julgamento, inclusive aquela impugnada nesta ação. 3.



Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente por maioria de votos.”

Ante o exposto, pugna-se pela declaração como não escrito o art. 4º do PLV nº 23, de 2020, que promoveu alterações na Medida Provisória nº 925, de 2020.

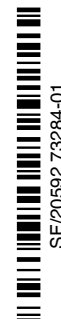
Certo do atendimento do pleito, despeço-me renovando votos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, 07 de julho de 2020.

Senadora **ELIZIANE GAMA**

(CIDADANIA – MA)

Líder do CIDADANIA



SF/20592.73284-01





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1426, DE 2020

Impugnação do art. 4º do PLV nº 23/2020, por tratar de matéria estranha à MPV nº 925/2020.

AUTORIA: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)



RQS
01426/2020

REQUERIMENTO Nº , DE 2020 – PLEN

Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, do inciso II, do art. 7º, da Lei Complementar 95, de 1998, e baseado no entendimento do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5127, **requeiro a Vossa Excelência que declare como não escrito o artigo 4º do PLV nº 23, de 2020, por tratar de matéria estranha à Medida Provisória no 925, de 2020, que dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da covid-19.**



SF/20346.55926-78

JUSTIFICAÇÃO

Em 18 de março de 2020, o Presidente da República, no uso da atribuição constitucional que lhe confere o art. 62 da Carta Magna, editou a Medida Provisória no 925, de 2020, que “dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da covid-19”.

A norma, em síntese, tratou de três temas relativos a medidas emergenciais para a aviação civil brasileira durante a pandemia da covid-19: (i) permitiu a postergação de pagamentos à União das parcelas das outorgas de concessões aeroportuárias; (ii) alongou o prazo para reembolso de passagens aéreas de sete dias para um ano; e (iii) suspendeu as multas por cancelamento de passagens para os consumidores que aceitassem receber créditos junto à empresa aérea.

Durante a tramitação na Câmara dos Deputados, diversas emendas foram acatadas pelo relator, alterando substancialmente a redação originária. Nesse contexto, foram inseridas diversas matérias estranhas ao objeto original da Medida Provisória, que fazem mudanças permanentes nas relações entre os consumidores e as empresas do setor aéreo, não tendo qualquer relação com medida emergencial em razão da pandemia da covid-19.

Destaca-se o art. 4º do PLV 23, de 2020, que altera o Código Brasileiro de Aeronáutica, dificultando de forma permanente, pedidos de indenizações por parte dos consumidores.



Pelas razões expostas, com fundamento no inciso II, do art. 7º, da Lei Complementar 95, de 1998, baseado no entendimento do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5127, e em homenagem ao devido processo legislativo, requeiro a Vossa Excelência que declare como não escrito o artigo 4º do PLV no 23, de 2020.

Sala das Sessões, em 15 de julho de 2020.





Senado Federal
56ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Simples

PLV nº 23/2020 e Pressupostos da MPV nº 925/2020, nos termos do Parecer, ressalvado o destaque

Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19.

Matéria **PLV 23/2020**

Início Votação **15/07/2020 17:23:07**

Término Votação **15/07/2020 17:59:29**

Sessão **69º Sessão Deliberativa Remota**

Data Sessão

15/07/2020 16:00:00

Partido	Orientação
MDB	SIM
PSD	SIM
Podemos	SIM
PSDB	SIM
DEM	SIM
PROGRES	SIM
PT	SIM
Cidadania	SIM
PDT	SIM
REDE	SIM
PROS	SIM
PL	SIM
PSB	SIM
Republica	SIM
PSL	SIM
PSC	SIM
Governo	SIM

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	SIM
Podemos	PR	Alvaro Dias	SIM
PSD	BA	Angelo Coronel	SIM
PSD	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSD	RJ	Arolde de Oliveira	SIM
PSD	MT	Carlos Fávaro	SIM
PSD	MG	Carlos Viana	SIM
DEM	RR	Chico Rodrigues	SIM
PROGRES	PI	Ciro Nogueira	SIM
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SIM
MDB	SC	Dário Berger	SIM
MDB	AM	Eduardo Braga	SIM
Podemos	CE	Eduardo Girão	SIM
MDB	TO	Eduardo Gomes	SIM
Cidadania	MA	Eliziane Gama	SIM

Emissão 15/07/2020 17:59:33





Senado Federal
56ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Simples

PLV nº 23/2020 e Pressupostos da MPV nº 925/2020, nos termos do Parecer, ressalvado o destaque

Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19.

Matéria **PLV 23/2020** Início Votação **15/07/2020 17:23:07** Término Votação **15/07/2020 17:59:29**
 Sessão **69º Sessão Deliberativa Remota** Data Sessão **15/07/2020 16:00:00**

Podemos	PI	Elmano Férrer	SIM
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SIM
REDE	ES	Fabiano Contarato	SIM
MDB	PE	Fernando Coelho	SIM
PROS	AL	Fernando Collor	SIM
REDE	PR	Flávio Arns	SIM
Republica	RJ	Flávio Bolsonaro	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PSD	TO	Irajá	SIM
PSDB	DF	Izalci Lucas	SIM
PT	BA	Jaques Wagner	SIM
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SIM
DEM	MT	Jayme Campos	SIM
PT	RN	Jean Paul Prates	SIM
Cidadania	GO	Jorge Kajuru	SIM
PL	SC	Jorginho Mello	SIM
MDB	PB	José Maranhão	SIM
PSDB	SP	José Serra	SIM
PROGRES	TO	Kátia Abreu	SIM
Podemos	RS	Lasier Martins	SIM
PSD	AP	Lucas Barreto	SIM
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SIM
MDB	GO	Luiz do Carmo	SIM
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SIM
PSL	SP	Major Olimpio	SIM
MDB	PI	Marcelo Castro	SIM
MDB	AC	Marcio Bittar	SIM
Podemos	ES	Marcos do Val	SIM
DEM	RO	Marcos Rogério	SIM
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SIM
Republica	RR	Mecias de Jesus	SIM
PSD	MS	Nelsinho Trad	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PSDB	AM	Plínio Valério	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
Podemos	DF	Reguffe	SIM
MDB	AL	Renan Calheiros	SIM
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	NÃO

Emissão 15/07/2020 17:59:33





Senado Federal
56ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Simples

PLV nº 23/2020 e Pressupostos da MPV nº 925/2020, nos termos do Parecer, ressalvado o destaque

Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19.

Matéria **PLV 23/2020** Início Votação **15/07/2020 17:23:07** Término Votação **15/07/2020 17:59:29**

Sessão **69º Sessão Deliberativa Remota**

Data Sessão **15/07/2020 16:00:00**

DEM	MG	Rodrigo Pacheco	SIM
PT	SE	Rogério Carvalho	SIM
Podemos	RJ	Romário	NÃO
Podemos	ES	Rose de Freitas	SIM
PSD	AC	Sérgio Petecão	SIM
MDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSL	MS	Soraya Thronicke	SIM
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PROS	RR	Telmário Mota	SIM
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SIM
PSB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SIM
PL	MT	Wellington Fagundes	SIM
PDT	MA	Weverton	SIM
PROS	RN	Zenaide Maia	SIM
PSC	PA	Zequinha Marinho	SIM

Presidente: *Davi Alcolumbre*

SIM:72 NÃO:2 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:75

Primeiro-Secretário

Emissão 15/07/2020 17:59:33



Projeto de Lei de Conversão nº 20/2020 (proveniente da Medida Provisória nº 944/2020)





SENADO FEDERAL

EMENDAS

Apresentadas à **Medida Provisória nº944, de 2020**, que *"Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senador Esperidião Amin (PP/SC)	262; 265; 266
Senador Paulo Paim (PT/RS)	263
Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	264
Senador Jorginho Mello (PL/SC)	267
Senadora Kátia Abreu (PP/TO)	268
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES)	269
Senador Irajá (PSD/TO)	270
Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)	271; 272; 273; 274
Senador Jaques Wagner (PT/BA)	275; 277
Senador Ciro Nogueira (PP/PI)	276
Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)	278
Senador Eduardo Braga (MDB/AM)	279; 280; 281

TOTAL DE EMENDAS: 20



[Página da matéria](#)



MPV 944
00262

EMENDA Nº - PLEN
(ao PLV nº 20, de 2020)

O art. 9º do PLV nº 20, de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º

.....
“§ 3º Dos recursos descritos no *caput* do art. 9º transferidos pelo Tesouro Nacional ao BNDES e ainda não utilizados, R\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de reais) serão transferidos ao Fundo Garantidor de Operações, administrado pelo Banco do Brasil S.A., no âmbito do Pronampe, instituído pela Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020.”

JUSTIFICAÇÃO

As microempresas, ou seja, empresas com faturamento anual de até R\$ 360 mil, conforme a Lei Complementar nº 123, de 2006, foram excluídas da Medida Provisória nº 944, de 2020. Estas respondem por grande parte do volume de empregos no país e precisam de auxílio emergencial neste momento tão difícil de pandemia.

De acordo com pesquisa do Sebrae, o impacto da pandemia sobre os pequenos negócios foi avassalador. Dos respondentes da pesquisa, 89% já registram quedas no faturamento mensal. A queda de faturamento média no período foi de 64%.

Esses números revelam a situação desesperadora desse segmento e da importância de que sejam incluídos em ações emergenciais de crédito.

Assim, consideramos que são as microempresas que devem receber apoio prioritário do Governo Federal e das instituições financeiras. Dessa forma, dado o baixo volume de empréstimos dos recursos alocados para o PESE, consideramos que a transferência dos recursos não utilizados pelo PESE para o Pronampe, com o intuito de garantir operações de crédito das instituições financeiras para as micros e também para as pequenas



empresas, isto é, aquelas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões, a melhor alternativa para que a política pública tenha foco e eficiência.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para esta emenda.

Sala das Sessões,

Senador ESPERIDIÃO AMIN



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

MPV 944
00263



PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 20, DE 2020,
À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 944, DE 3 DE ABRIL DE 2020

Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos; altera as Leis nºs 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

I – Dê-se ao “caput” do art. 2º a seguinte redação:

“Art. 2º O Programa Emergencial de Suporte a Empregos é destinado aos agentes econômicos a que se refere o art. 1º desta Lei com receita bruta anual superior a R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais) e igual ou inferior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), calculada com base no exercício de 2019.

.....”

II - Dê-se ao “caput” do art. 9º a seguinte redação:

“Art. 9º Ficam transferidos, da União para o BNDES:

I - R\$ 34.000.000.000,00 (trinta e quatro bilhões de reais), destinados à execução do Programa Emergencial de Suporte a Empregos para as pessoas a que se refere o art. 1º com receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), calculada com base no exercício de 2019.

II - R\$ 17.000.000.000,00 (dezessete bilhões de reais), destinados à execução do Programa Emergencial de Suporte a Empregos para as pessoas a que se refere o art. 1º com receita bruta anual superior a R\$ 81.000,00 (oitenta mil reais) a até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), calculada com base no exercício de 2019.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

O art. 2º do PLV sob exame desta Casa, oferecido pela Câmara dos Deputados à MPV 944, não corrigiu a falha do Programa Emergencial de Suporte a Empregos, que, ao ser concebido, deixou de fora as microempresas, que têm faturamento acima de R\$ 81 mil anuais, e até R\$ 360 mil anuais, atendendo apenas as pequenas empresas, as médias empresas e as empresas com faturamento até R\$ 50 milhões anuais.

Ademais, o art. 9º do PLV 20/2020 prevê a transferência para o BNDES de R\$ 34 bilhões, destinados à execução do Programa Emergencial de Suporte a Empregos, mas apenas as empresas e organizações da sociedade civil, com receita bruta anual superior a R\$



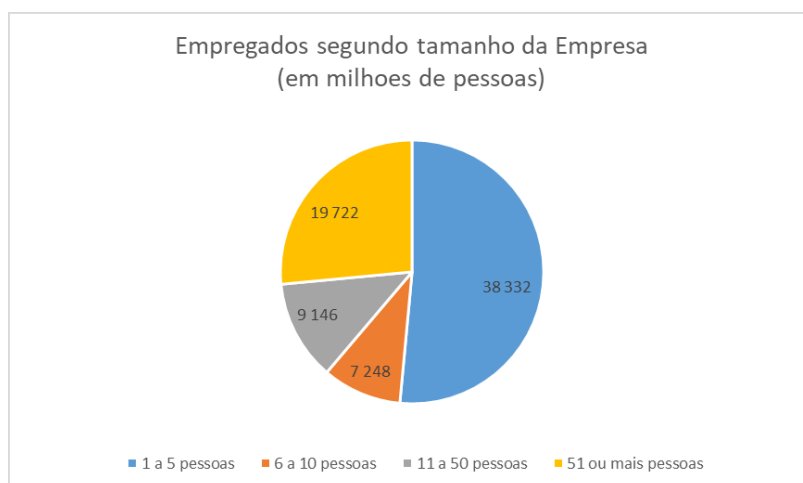
SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM



360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seja, sem alcançar as microempresas, que têm faturamento de até R\$ 360 mil anuais. Assim, o Programa atende desde as pequenas empresas, que tem faturamento de mais R\$ 360 mil até R\$ 4,8 milhões, mas até mesmo médias ou grandes empresas.

Trata-se de grave deficiência do Programa, que deixa de atender ao setor da economia que mais demanda apoio nesse momento de grave crise e desaquecimento, e que pode ter consequências gravíssimas nas taxas de desemprego, notadamente quanto aos trabalhadores com renda mensal de até R\$ 2 mil mensais, que é o objetivo do Programa.

Segundo o IBGE, com dados de 2018, nada menos do que 38,2 milhões de trabalhadores são empregados de empresas com até 5 empregados. E mais de 60% dos empregados pertencem a empresas com até 10 empregados:



Fonte: IBGE, Características adicionais do mercado de trabalho 2018

No Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, o quadro é o mesmo: 59,8% dos empregos estão em empresas com até 10 empregados. E 49,8% estão em microempresas.

Na Região Norte, são 67,2%, e na Região Nordeste, 62,1% dos trabalhadores que são empregados de microempresas.

Assim, essas empresas devem receber atenção imediata e prioritária, não podendo ser deixado apenas ao Fundo de Aval do SEBRAE cobrir a necessidade de facilitar o financiamento de suas necessidades, ainda mais quanto ao pagamento de seus empregados.

A aprovação do PRONAMPE, nos termos da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, não resolveu o problema, dado que os recursos daquele programa devem ser destinados ao financiamento da atividade empresarial nas suas diversas dimensões e poderão ser utilizados para investimentos e para capital de giro isolado e associado, vedada a sua destinação para distribuição de lucros e dividendos entre os sócios. Não são, portanto, direcionados a custeio da folha de pagamentos dessas empresas.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM



A presente emenda visa, simultaneamente, corrigir o “caput” do art. 2º para incluir as microempresas no Programa e ampliar a linha de crédito em 50%, assegurando, pelo menos, mais R\$ 17 bilhões, de imediato, para o pagamento da folha de microempresas. Sem tal aporte, não haverá a priorização das microempresas na destinação dos recursos, perpetuando-se a situação já vivida por elas, que não conseguem, com efeito, acessar as linhas de crédito.

Sala da Comissão,

SENADOR PAULO PAIM



**MPV 944**
00264SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho**EMENDA Nº - PLEN**

(Ao PLV 20, de 2020, proveniente da MPV nº 944, de 2020)

O Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2020, proveniente da Medida Provisória nº 944, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 1º**

.....
VI – microempreendedores individuais, nos termos do art. 18-A, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.”

“**Art. 2º** O Programa Emergencial de Suporte a Empregos é destinado aos agentes econômicos a que se refere o art. 1º desta Lei com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), calculada com base no exercício de 2019, e, no caso de microempreendedores individuais, com receita bruta anual de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), calculada com base no exercício de 2019.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A crise econômica em curso vem afetando sobremaneira o mercado de trabalho brasileiro. Segundo a Pnad 00COVID-19, em maio de 2020, quase 19 milhões de pessoas estavam afastadas do trabalho, sendo que 9,7 milhões não receberam remunerações. Ademais, havia 10,1 milhões de desempregados e 18,5 milhões de pessoas fora da força de trabalho, mas que gostariam de trabalhar e não procuram trabalho em razão da pandemia ou por falta de trabalho na localidade.

A crise atual afeta simultaneamente o lado da oferta e da demanda, provocando retração do PIB em 2020, estimada entre 6,4% e 9,1%. Neste cenário, é crucial que se amplie a linha de crédito prevista no PLV 20, abrangendo microempresas e microempreendedores individuais (que podem





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

ter até um empregado), mesmo porque o PRONAMPE, criado pela Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que as microempresas podem acessar, está sendo executado de forma vagarosa, incompatível com a natureza da atual crise econômica. Vale lembrar que as empresas de pequeno porte poderão acessar a linha prevista no PLV 20 e o PRONAMPE. Para mitigar os efeitos do cenário econômico adverso, é fundamental incluir as microempresas e microempreendedores individuais no Programa Emergencial de Suporte a Empregos.

Solicita-se apoio dos pares à presente emenda.

Sala das Sessões,

Senador ROGÉRIO CARVALHO

PT-SE



MPV 944
00265

EMENDA Nº - PLEN
(ao PLV nº 20, de 2020)

Dê-se ao caput do art. 2º e §§ 1º e 2º, arts. 5º e 9º do PLV nº 20, de 2020, proveniente da Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020, a seguinte redação:

“Art. 2º O Programa Emergencial de Suporte a Empregos é destinado aos agentes econômicos a que se refere o art. 1º desta Lei com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), calculada com base no exercício de 2019.

§ 1º As linhas de crédito concedidas no âmbito do Programa:

I – No caso de empresas com faturamento superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), abrangerão até 100% (cem por cento) da folha de pagamento do contratante, pelo período de 4 (quatro) meses, limitadas ao valor equivalente a até 2 (duas) vezes o salário-mínimo por empregado; e serão destinadas exclusivamente às finalidades previstas no art. 1º desta Lei.

II – No caso de empresas com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), terá valor de até 40% da receita anual da empresa e terão destinação livre, vedada a sua destinação para distribuição de lucros e dividendos entre os sócios.

.....
§ 2º Poderão participar do Programa todas as instituições financeiras sujeitas à supervisão do Banco Central do Brasil, as plataformas tecnológicas de serviços financeiros (fintechs) e as organizações da sociedade civil de interesse público de crédito.”

“Art. 5º Nas operações de crédito contratadas, no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos, com empresas com faturamento superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais):

I – 15% (quinze por cento) do valor de cada financiamento serão custeados com recursos próprios das instituições financeiras participantes; e

II – 85% (oitenta e cinco por cento) do valor de cada financiamento serão custeados com recursos da União alocados ao Programa.



§ 1º O risco de inadimplemento das operações de crédito e as eventuais perdas financeiras decorrentes serão suportados na mesma proporção da participação estabelecida no caput deste artigo.

§ 2º No caso de empresas com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), 100% (cem por cento) do valor de cada financiamento serão custeados com recursos da União alocados ao Programa.”

“Art. 9º

.....

II - No caso de empresas com faturamento superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), taxa de juros de 3,75% (três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, enquanto aplicados nas operações de crédito contratadas no âmbito do Programa.

III - No caso de empresas com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), taxa juros de 3,00% (três inteiros por cento) ao ano ou a taxa média referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), o que for menor, enquanto aplicados nas operações de crédito contratadas no âmbito do Programa.

.....

§ 3º A diferença entre a taxa cobrada por instituições financeiras consoante art. 6º, inciso I, desta lei e a taxa de remuneração do inciso III deste artigo remunerará as instituições financeiras pelas operações de crédito contratadas no âmbito do Programa, com empresas com faturamento igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).”

JUSTIFICAÇÃO

As microempresas foram excluídas da Medida Provisória nº 944, de 2020. Estas respondem por grande parte do volume de empregos no país e precisam de auxílio emergencial neste momento tão difícil de pandemia.

De acordo com pesquisa do Sebrae, o impacto da pandemia sobre os pequenos negócios foi avassalador. Dos respondentes da pesquisa



89% já registram quedas no faturamento mensal. A queda de faturamento média no período foi de 64%.

Esses números revelam a situação desesperadora desse segmento e da importância de que sejam incluídos em ações emergenciais de crédito.

Para que os recursos possam chegar às mãos das microempresas é essencial que possamos incluir as plataformas tecnológicas de serviços financeiros (conhecidas como *fintechs*) e as organizações da sociedade civil de interesse público de crédito no Programa Emergencial de Sustentação do Emprego (PESE).

Essas organizações já constam da Lei 13.999, de 18 de maio de 2020, como instituições que poderão aderir ao Pronampe e requerer a garantia do Fundo Garantidor de Operações (FGO), de que trata a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009.

Entendemos que da mesma forma, que poderiam também estar contempladas no PESE, propiciando *funding* para que essas organizações possam aumentar a capilaridade da rede que estará efetuando os repasses de recursos.

Incluimos nesta emenda dispositivo que permite que 100% do valor de cada financiamento seja custeado com recursos da União alocados ao Programa para operações de crédito com empresas com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00. Esta alteração reduz a exposição das instituições financeiras nessas operações e estimula que se concedam esses empréstimos.

Dispositivo que permite que as empresas com faturamento igual ou inferior a R\$ 360.000,00 possam usar os recursos livremente, vedada a sua distribuição como lucro ou dividendos aos sócios da empresa.

Incluimos uma redução da taxa de juros menor, 3% ou Selic, o que for menor, para remunerar o Tesouro Nacional, no caso de operações de crédito com empresas com faturamento igual ou inferior a R\$ 360.000,00. Assim, a diferença entre esta taxa e a cobrada por instituições financeiras, 3,75% ao ano, será das instituições financeiras o que gera incentivos para que as mesmas celebrem operações com as microempresas.

Também reduzimos o valor máximo de elegibilidade para que a empresa participe do programa de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Esta redução permite que o foco do programa recaia sobre as microempresas e empresas de pequeno porte.



Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para esta emenda.

Sala das Sessões,

Senador ESPERIDIÃO AMIN



**MPV 944
00266**

EMENDA Nº - PLEN
(ao PLV nº 20, de 2020)

Dê-se ao caput do art. 2º e §§ 1º e 2º do PLV nº 20, de 2020, proveniente da Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020, a seguinte redação:

“Art. 2º O Programa Emergencial de Suporte a Empregos é destinado aos agentes econômicos a que se refere o art. 1º desta Lei com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), calculada com base no exercício de 2019.

§ 1º As linhas de crédito concedidas no âmbito do Programa:

I – No caso de empresas com faturamento superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), abrangerão até 100% (cem por cento) da folha de pagamento do contratante, pelo período de 4 (quatro) meses, limitadas ao valor equivalente a até 2 (duas) vezes o salário-mínimo por empregado; e serão destinadas exclusivamente às finalidades previstas no art. 1º desta Lei.

II – No caso de empresas com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), terá valor de até 40% da receita anual da empresa e terão destinação livre, vedada a sua destinação para distribuição de lucros e dividendos entre os sócios.

.....
§ 2º Poderão participar do Programa todas as instituições financeiras sujeitas à supervisão do Banco Central do Brasil, as plataformas tecnológicas de serviços financeiros (fintechs) e as organizações da sociedade civil de interesse público de crédito.”

JUSTIFICAÇÃO

As microempresas foram excluídas da Medida Provisória nº 944, de 2020. Estas respondem por grande parte do volume de empregos no país e precisam de auxílio emergencial neste momento tão difícil de pandemia.



De acordo com pesquisa do Sebrae, o impacto da pandemia sobre os pequenos negócios foi avassalador. Dos respondentes da pesquisa 89% já registram quedas no faturamento mensal. A queda de faturamento média no período foi de 64%.

Esses números revelam a situação desesperadora desse segmento e da importância de que sejam incluídos em ações emergenciais de crédito.

Para que os recursos possam chegar às mãos das microempresas é essencial que possamos incluir as plataformas tecnológicas de serviços financeiros (conhecidas como *fintechs*) e as organizações da sociedade civil de interesse público de crédito no Programa Emergencial de Sustentação do Emprego (PESE).

Essas organizações já constam da Lei 13.999, de 18 de maio de 2020, como instituições que poderão aderir ao Pronampe e requerer a garantia do Fundo Garantidor de Operações (FGO), de que trata a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009.

Entendemos que da mesma forma, que poderiam também estar contempladas no PESE, propiciando *funding* para que essas organizações possam aumentar a capilaridade da rede que estará efetuando os repasses de recursos.

Incluímos dispositivo que permite que as empresas com faturamento igual ou inferior a R\$ 360.000,00 possam usar os recursos livremente, vedada a sua distribuição como lucro ou dividendos aos sócios da empresa.

Também reduzimos o valor máximo de elegibilidade para que a empresa participe do programa de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Esta redução permite que o foco do programa recaia sobre as microempresas e empresas de pequeno porte.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para esta emenda.

Sala das Sessões,

Senador ESPERIDIÃO AMIN



**MPV 944
00267**

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorginho Mello

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 944 DE 2020

Institui o Programa Emergencial de
Suporte a Empregos.

EMENDA ADITIVA

Incluem-se os seguintes artigos onde couber:

Art. 1º. O art. 3º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º. As instituições financeiras participantes poderão formalizar operações de crédito no âmbito do PRONAMPE até 4 (quatro) meses após a entrada em vigor desta Lei, prorrogáveis por mais 4 (quatro) meses, observados o § 9º do art. 2º e os seguintes parâmetros.”(NR)

Art. 2º. O art. 6º da Lei nº 13.999, de 2020, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º. A União aumentará sua participação no FGO em R\$ 79.900.000.000,00 (setenta e nove bilhões e novecentos milhões de reais), independentemente do limite estabelecido nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, exclusivamente para cobertura das operações contratadas no âmbito do PRONAMPE.”(NR)

.....
§ 8º O Programa de Garantia FGO PRONAMPE do Fundo de Garantia de Operações – FGO poderá permitir, na forma do regulamento, a estipulação de *stop loss* de até 8% (oito por cento), com alavancagem de até 12,5 (doze vírgula cinco) vezes.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorginho Mello

§ 9º Na hipótese de a concessão de honra ultrapassar o montante estabelecido no caput, pela extrapolação do *stop loss* de que trata o § 8º depois do período de carência, a União poderá aumentar sua participação no FGO nos estritos montantes necessários, respeitada a disponibilidade orçamentária.

§10 Os recursos reservados para execução do PESE, instituído pela Medida Provisória 944 de 2020, não transferidos pelo Tesouro Nacional ao BNDES, serão realocados no FGO, instituído pela Lei nº 13.999 de 18 de maio de 2020 até o valor máximo de 20 bilhões de reais. (NR)

§11 Fica a União autorizada a realocar, em qualquer tempo, recursos aportados em fundos diversos e que não estejam sendo devidamente utilizados, a fim de compor o valor estabelecido no *caput* deste artigo.” (NR)

Art. 3º. O art. 14 do PLV nº 20, de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. As receitas provenientes do retorno dos empréstimos à União, nos termos desta Lei, serão:

I – transferidas ao FGO instituído pela Lei nº 13.999 de 18 de maio de 2020, para serem utilizadas no âmbito do PRONAMPE, até o valor de R\$ 17.000.000.000,00 (dezesete bilhões);

II – retornarão à União e serão utilizadas para pagamento da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional, no que exceder o valor previsto no inciso I deste artigo.

JUSTIFICAÇÃO

O Programa de Nacional de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – PRONAMPE iniciou suas atividades no dia 16 de junho de 2020. Naquela data a União as operações iniciaram e tinham um aporte orçamentário de R\$ 15.9 bilhões de reais, que seriam divididos entre as instituições financeiras.

Para nossa surpresa no dia 11 de julho, ou seja menos de um mês depois, os recursos praticamente já se esgotaram. Isso demonstra o sucesso que o programa teve em meio aos micro e pequenos empreendedores, mas demonstrou também que é preciso mais recursos.

Desta fora, apresento esta emenda na Medida Provisória 944 de 2020 contendo três objetivos claros, o primeiro é aumentar o valor do FGO para R\$ 79.9 bilhões de reais. Na segunda parte, permitimos que os bancos possam alavancar os recursos presentes no FGO em





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jorginho Mello

até 12,5 vezes, cabendo a União garantir o pagamento dos recursos caso a inadimplência se torne alta.

Esta emenda permite também que a União, em qualquer momento, poderá transferir recursos de fundo que não estejam sendo utilizados para o FGO no âmbito do PRONAMPE.

Por último, definimos também que os recursos que já foram transferidos do Tesouro para o BNDES e que não foram utilizados no PESE possam ser também transferidos para o FGO para serem utilizados no PRONAMPE.

Sala das Sessões, em de julho de 2020

JORGINHO MELLO

Senador – PL/SC

Presidente da Frente Parlamentar Mista

Em Defesa das Micro e Pequenas Empresas



**MPV 944
00268****SENADO FEDERAL**
Gabinete da Senadora Kátia Abreu**EMENDA Nº - PLEN**
(ao PLV nº 20, de 2020 oriundo da MP 944/2020)

Dê-se ao § 6º do art. 9º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2020, a seguinte redação:

“Art. 9º

.....
“§ 3º Dos recursos descritos no *caput* do art. 9º transferidos pelo Tesouro Nacional ao BNDES e ainda não utilizados, R\$ 17.000.000.000,00 (dezesete bilhões de reais) serão transferidos ao Fundo Garantidor de Operações, administrado pelo Banco do Brasil S.A., no âmbito do Pronampe, instituído pela Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020.”

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo dessa emenda é de melhorar a eficiência e o foco dos programas de crédito destinados a atender micro e pequenas empresas durante o período de calamidade pública decorrente dos efeitos da pandemia da Covid-19. Assim propomos a transferência de parte dos recursos subutilizados no Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE) para o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

Essa transferência se justifica pelo diferencial de desempenho dos dois programas até a presente data explicado em função do modelo da linha do crédito. O PESE, entre 08/04 a 30/06, concedeu somente R\$ 4,5 bilhões atendendo a 113.383 empresas, o que equivale a apenas 11,3% do potencial do programa, que é de R\$ 40 bilhões.





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Kátia Abreu

Por outro lado, o Pronampe, que somente começou a operar em 17/06 já efetivou em concessões de crédito até 10/07, mais de R\$ 8,2 bilhões atendendo num total de 110.273 empresas, sendo 68.921 microempresas com R\$ 3,3 bilhões e 41.352 pequenas empresas com R\$ 4,9 bilhões. Esse desempenho indica que a demanda de recursos pelo Pronampe tem sido crescente e que precisaremos reforçar rapidamente os recursos do Programa, de modo a não causar uma escassez indesejada do crédito.

Portanto, contamos com o seu apoio dos Nobres Pares para a aprovar essa emenda e desse modo autorizar essa transferência de recursos para Pronampe, contribuindo para que esse programa possa alcançar um universo ainda maior de micro e pequenas empresas em todo País.

Sala das Sessões,

Senadora **KÁTIA ABREU**





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Kátia Abreu



**MPV 944
00269**

EMENDA Nº - PLEN
(ao PLV nº 20, de 2020)

Suprima-se o § 12º do art. 3º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2020, da Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020.

JUSTIFICAÇÃO

O parágrafo que se pretende suprimir do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 20, de 2020, diz respeito à não aplicação das regras para contratação de financiamento para quitação de verbas trabalhistas aos órgãos da administração direta e indireta das três esferas de governo, aos organismos internacionais, às instituições financeiras e às sociedades de crédito.

Porém, o público-alvo do financiamento no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos está claramente delimitado no art. 1º do PLV, a saber: i) empresários; ii) sociedades simples; iii) sociedades empresárias e sociedades cooperativas, salvo as de crédito; iv) organizações da sociedade civil, nos termos definidos na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014; e v) empregadores rurais, conforme a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973.

A presente emenda objetiva corrigir a redundância apontada. Razão pela qual peço aos Nobres Senadores e às Nobres Senadoras o seu acolhimento.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS



**MPV 944
00270**

**EMENDA Nº - PLEN
(ao PLV nº 20, de 2020)**

Inclua-se onde couber o seguinte artigo, no Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2020:

“Art. ... Ficam autorizadas, até 31 de dezembro de 2020, a concessão de rebate para liquidação e a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, nos termos estabelecidos na Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016.

Parágrafo único. O disposto no caput estende-se às dívidas, com valores originalmente contratados que não excedam a receita bruta anual máxima atualmente estabelecida para pequenas empresas, no inciso II, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, oriundas de operações de crédito subsidiadas contratadas em quaisquer bancos oficiais federais, por produtores rurais e empresas exclusivamente voltadas ao agronegócio, independente do lançamento em prejuízo.”

JUSTIFICAÇÃO

A atual crise planetária causada pela pandemia do novo coronavírus afetou significativamente todos os setores da agricultura brasileira e não tão somente a agricultura familiar.

A MPV nº 944/2020 tem a finalidade de promover o suporte a empregos, por meio de realização de operações de crédito. Portanto, nada mais pertinente, do que possibilitar que aqueles que já obtiveram crédito no passado possam receber condições mais favoráveis para honrar suas obrigações, sem comprometer suas operações e os empregos que mantêm.

Diante desse contexto, propomos a autorização para concessão de rebate para liquidação e repactuação de dívidas rurais constantes da Lei nº 13.340, de 2016, até 31 de dezembro de 2021, estendendo as



condições estabelecidas para dívidas oriundas de operações contratadas com recursos do FNE e do FNO também para outras operações de crédito subsidiadas contratadas junto a bancos oficiais federais.

Outra alteração proposta é o alcance das condições para liquidação e repactuação das dívidas para todas as indústrias exclusivamente voltadas ao agronegócio, e não apenas para aquelas classificadas como agroindústrias. A medida, acreditamos, atenderá a um espectro maior de indústrias cujas atividades estão diretamente ligadas ao agronegócio.

Adicionalmente, para condizer de forma mais adequada com a realidade atual, estabelecemos que a referência para as dívidas contempladas seja a soma dos valores originalmente contratados, considerando como limite a receita anual máxima atualmente prevista para empresas de pequeno porte na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Em síntese, é preciso lidar não somente com o inadimplemento novo causado pela queda dos preços dos produtos agropecuários e redução de mercado, mas também com o estoque de dívidas rurais que foram afetadas de todos os atores que atuam no agronegócio brasileiro.

Perante a situação crítica da atual pandemia de Covid-19 no Brasil e crendo que as medidas veiculadas nesta proposta são essenciais para o agronegócio e para o Brasil, rogamos apoio a presente Emenda.

Sala das Sessões,

Senador IRAJÁ
(PSD-TO)



**MPV 944
00271****EMENDA Nº - PLEN**
(ao PLV nº 20, de 2020)

Dê-se ao *caput* do art. 7º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2020, da Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020, a seguinte redação:

“**Art. 7º** Para fins de concessão de crédito no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos, as instituições financeiras dele participantes observarão políticas próprias de crédito e poderão considerar eventuais restrições em sistemas de proteção ao crédito na data da contratação e registros de inadimplência no sistema de informações de crédito mantido pelo Banco Central do Brasil nos seis meses anteriores à contratação, desde que não se refiram a dívidas não pagas durante o período de vigência da emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus, de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, sem prejuízo do disposto na legislação vigente.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

A emenda que ora apresentamos ao PLV nº 20, de 2020, determina que, ao consultar os cadastros de inadimplência e restrição ao crédito, as instituições financeiras não levem em consideração dívidas não pagas referentes ao período da pandemia da covid-19. Na ausência dessa ressalva, é grande o risco de que uma parte expressiva dos agentes econômicos que necessitam e de outro modo se enquadrariam nos critérios para obtenção dos empréstimos que se pretende instituir acabem alijados desse socorro vital. Claro está, portanto, que a atual redação do art. 7º da proposição vai contra o espírito da norma que se pretende gerar. Desta feita, rogamos aos Nobres Senadores e às Nobres Senadoras que nos apoiem para que essa modificação seja acatada.

Sala das Sessões,

Senador FABIANO CONTARATO
(REDE/ES)



hb2020-06918



**MPV 944
00272**

EMENDA Nº - PLEN
(ao PLV nº 20, de 2020)

Dê-se aos incisos I e II do *caput* do art. 5º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2020, da Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020, a seguinte redação:

“Art. 5º

I – 25% (vinte e cinco por cento) do valor de cada financiamento será custeado com recursos próprios das instituições financeiras participantes; e

II – 75% (setenta e cinco por cento) do valor de cada financiamento será custeado com recursos da União alocados ao Programa.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

O PLV nº 20, de 2020, estabelece uma estrutura financeira salutar em vários sentidos, como, por exemplo, o compartilhamento do risco de inadimplemento entre as instituições financeiras e o Erário. Todavia, é importante aumentar o percentual de financiamento que será custeado com recursos próprios das instituições financeiras participantes, com redução proporcional da parte custeada com recursos da União. Tal sugestão se justifica em face do cenário de severa restrição fiscal já vigente e que tende a perdurar por vários anos. Ademais, é justo que o setor financeiro colabore mais no esforço de manter as empresas brasileiras vivas, produtivas e empregando pessoas. Contamos, portanto, com o apoio dos Nobres Pares para que essa importante emenda seja acatada.

Sala das Sessões,

Senador FABIANO CONTARATO
(REDE/ES)



MPV 944
00273

EMENDA Nº - PLEN
(ao PLV nº 20, de 2020)

Sejam acrescidos ao art. 1º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2020, da Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020, os seguintes incisos VI e VII, assim como o seguinte parágrafo único:

“Art. 1º

VI - empreendimentos econômicos solidários, definidos como organizações cujos participantes ou associados exerçam coletivamente a gestão das atividades econômicas e a decisão sobre a partilha dos seus resultados, através da administração transparente e democrática, soberania assemblear e singularidade de voto dos sócios, conforme dispuser o seu estatuto ou regimento interno, podendo assumir diferentes formas societárias, excluindo-se aquelas cujo objeto social seja a intermediação de mão de obra subordinada; e

VII - cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, referidas na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

Parágrafo único. No caso dos agentes econômicos referidos nos incisos VI e VII, os recursos das operações de crédito de que trata o *caput* poderão ser utilizados com a finalidade de pagamento de pró-labore dos associados.”

JUSTIFICAÇÃO

O PLV nº 20, de 2020, estabelece um rol taxativo de agentes econômicos elegíveis para acesso às operações de crédito no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos. No entanto, a lista deixa de fora os empreendimentos econômicos solidários e as cooperativas de catadores de materiais recicláveis, que são duas formas de organização caracterizadas pela gestão e distribuição democrática dos ganhos econômicos, assim como pelo fato de que frequentemente são algumas das únicas alternativas de acesso à economia de mercado para as camadas mais vulneráveis da população. A presente emenda pretende corrigir essa lacuna.



Por essa razão, peço o apoio das Nobres Senadoras e dos Nobres Senadores para seu acolhimento.

Sala das Sessões,

Senador FABIANO CONTARATO
(REDE/ES)

hb2020-06918



MPV 944
00274

EMENDA Nº - PLEN
(ao PLV nº 20, de 2020)

Dê-se aos incisos de I a III do *caput* do art. 6º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2020, da Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020, a seguinte redação:

“Art. 6º

I - taxa de juros de 2% (dois por cento) ao ano sobre o valor concedido;

II - carência de 12 (doze) meses para início do pagamento, com capitalização de juros durante esse período; e

III - prazo de 42 (quarenta e dois) meses para o pagamento, já incluído o prazo de carência de que trata o inciso II do *caput* deste artigo.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

Em que pese o caráter meritório do PLV nº 20, de 2020, ainda cabem aperfeiçoamentos ao texto. Um deles diz respeito aos prazos de carência e de pagamento, bem como à taxa de juros dos financiamentos. A razão é bastante simples: nos patamares ora estabelecidos, imporão um pesado fardo aos beneficiários no delicadíssimo período de recapitalização de seus negócios. Afinal, o mais provável é que passado o pior da crise, a atividade econômica seja retomada em ritmo lento, particularmente em razão da baixa demanda agregada.

Por esta razão, propomos a presente emenda, que aumenta os prazos de carência e de pagamento em seis meses, além de reduzir os juros dos empréstimos de 3,75% para 2% ao ano.

Para seu acolhimento, contamos com o apoio dos senhores e das senhoras Parlamentares.

Sala das Sessões,

Senador FABIANO CONTARATO
(REDE/ES)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

**MPV 944
00275****EMENDA N°**

(Ao PLV 20, de 2020, proveniente da MPV n° 944, de 2020)

Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos, destinado à realização de operações de crédito com empresários, sociedades empresárias e sociedades cooperativas, excetuadas as sociedades de crédito, com a finalidade de pagamento de folha salarial de seus empregados.

EMENDA MODIFICATIVA N° 2020

O § 5º do art. 2º do Projeto de Lei de Conversão n° 20, de 2020, proveniente da Medida Provisória n° 944, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

§ 5º A vedação a que se refere o inciso IV do § 3º deste artigo incidirá na mesma proporção do total da folha de pagamento que, por opção do contratante, tiver sido paga com recursos do Programa, garantindo-se, no mínimo, a manutenção de 80% (oitenta por cento) da folha salarial.
.....”

JUSTIFICAÇÃO

A crise econômica em curso vem afetando sobremaneira o mercado de trabalho brasileiro. Segundo a Pnad COVID-19, em maio de 2020, quase 19 milhões de pessoas estavam afastadas do trabalho, sendo que 9,7 milhões não receberam remunerações. Ademais, havia 10,1 milhões de desempregados e 18,5 milhões de pessoas fora da força de trabalho, mas que gostariam de trabalhar e não procuram trabalho em razão da pandemia ou por falta de trabalho na localidade.

A crise atual afeta simultaneamente o lado da oferta e da demanda, provocando retração do PIB em 2020, estimada entre 6,4% e 9,1%. Neste cenário, é crucial proteger empregos. Do contrário, a crise se aprofundará, com efeitos econômicos e sociais ainda maiores. Nos termos aprovados pelo PLV 20, os recursos podem ser integralmente utilizados para o pagamento de dívidas trabalhistas, sem a garantia de manutenção de empregos. Não faz sentido que o recurso público seja utilizado para enfrentamento da pandemia num Programa Emergencial de Suporte a Empregos, sem o benefício da manutenção dos empregos. Portanto, a emenda prevê que pelo menos 80% da folha salarial será mantida, de modo que a linha possa atender às empresas, mas também aos empregados.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

Por essas razões, solicito o apoio dos eminentes pares para a aprovação da presente proposta.

Sala da Sessão.

SENADOR JAQUES WAGNER
PT – BA



MPV 944
00276

EMENDA Nº , de 2020

(ao PLV nº 20, de 2020 oriundo da MP nº 944, de 2020)

Acrescentem-se os seguintes artigos 20 e 21, promovendo-se a devida renumeração do atual art. 20:

Art. 20. O Art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 457.....

.....

§ 2º As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, **concedido no âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) de que trata a Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976**, vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.

§ 2º-A O fornecimento de alimentação, seja in natura ou por meio de documentos de legitimação destinados à aquisição de refeições ou de gêneros alimentícios não possui natureza salarial, não é tributável para os efeitos da contribuição previdenciária e dos demais tributos incidentes sobre a folha de salários e não integra a base de cálculo do imposto sobre a renda da pessoa física.

Art. 21. Para efeito de aplicação do inciso I do caput do art. 106 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), tem caráter interpretativo a alteração promovida nesta Lei no art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

JUSTIFICAÇÃO

Durante o período de pandemia, um inegável alento que os trabalhadores brasileiros tiveram veio por meio do Programa de Alimentação do Trabalhador –PAT, voltado exclusivamente à segurança alimentar dos empregados. Isso porque, mesmo as



empresas que reduziram jornadas e salários, dos mais diversos setores, têm mantido inalterado o benefício, permitindo ao trabalhador utilizá-lo em prol da alimentação familiar, ajudando a atravessar esse bastante delicado momento.

A Receita Federal, por sua vez, insensível ao momento pelo qual passamos e ávida por recursos tem atacado esse benefício, que funciona bem há décadas e agora se vê ameaçado. Por meio de autuações para multar as empresas que forneceram o benefício aos seus empregados, a Receita Federal tem criado grande insegurança jurídica, o que ameaça o programa. O resultado: não bastasse a delicada situação econômica pela qual passam em função da pandemia essas empresas dos mais diversos setores, assustadas com tais autuações, estão sendo levadas a abandonar o oferecimento da alimentação. Em tudo isso, o maior prejudicado é o trabalhador.

Por isso, justifica-se a adoção de medidas urgentes para que, principalmente neste momento de grande redução do poder aquisitivo do empregado, a voracidade da Receita Federal não cause um dano ainda maior ao trabalhador, suprimindo-lhe a sagrada alimentação que, por meio do PAT, tem chegado a mais de vinte milhões de trabalhadores.

É uma prática reiterada da Receita Federal ignorar o que o Congresso Nacional aprova. O método utilizado é o da regulamentação. Ao regulamentar um dispositivo legal, o distorce, como aconteceu recentemente com o voto de qualidade do CARF. Por esse subterfúgio, a Receita Federal contraria disposições legais já aprovadas por este Congresso Nacional, exigindo um esforço redobrado por parte desta Casa para prevenir-se em torno dessas manobras.

Diante do exposto é muito importante: fazer a vinculação desse benefício à CLT, deixando claro que o mesmo não é passível de tributação; afastar a insegurança jurídica que ameaça os empregadores, inclusive para aqueles que concedem esse benefício há muito tempo (autuações da Receita podem retroceder anos); e garantir aos trabalhadores a manutenção desses recursos para alimentação, principalmente neste momento de pandemia quando as empresas, em delicada situação econômica, são ameaçadas.

Por essa importante medida, contamos com o apoio dos nobres pares.

Sala da Comissão

Senador CIRO NOGUEIRA (PP-PI)



**MPV 944
00277****SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Jaques Wagner

EMENDA N°

(Ao PLV 20, de 2020, proveniente da MPV n° 944, de 2020)

Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos, destinado à realização de operações de crédito com empresários, sociedades empresárias e sociedades cooperativas, excetuadas as sociedades de crédito, com a finalidade de pagamento de folha salarial de seus empregados.

EMENDA ADITIVA N° 2020

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo ao Projeto de Lei de Conversão n° 20, de 2020, proveniente da Medida Provisória n° 944:

Art. 1º. O art. 6º da Lei n° 13.999, de 18 de maio de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º A União aumentará sua participação no FGO em R\$ 32.000.000.000,00 (trinta e dois bilhões de reais), independentemente do limite estabelecido nos arts. 7º e 8º da Lei n° 12.087, de 11 de novembro de 2009, exclusivamente para cobertura das operações contratadas no âmbito do Pronampe.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A crise econômica em curso vem afetando sobremaneira o mercado de trabalho brasileiro. Segundo a Pnad COVID-19, em maio de 2020, quase 19 milhões de pessoas estavam afastadas do trabalho, sendo que 9,7 milhões não receberam remunerações. Ademais, havia 10,1 milhões de desempregados e 18,5 milhões de pessoas fora da força de trabalho, mas que gostariam de trabalhar e não procuram trabalho em razão da pandemia ou por falta de trabalho na localidade.

É fundamental que se amplie o crédito no âmbito do Pronampe, já que microempresas e empresas de pequeno porte são grandes geradoras de emprego no Brasil. Nesse sentido, a presente emenda propõe elevar o valor do FGO para R\$ 32 bilhões, viabilizando operações do Pronampe. Vale lembrar que, diante da pandemia, a ampliação é compatível com as regras fiscais vigentes.

Por essas razões, solicito o apoio dos eminentes pares para a aprovação da presente proposta.

Sala da Sessão.

SENADOR JAQUES WAGNER
PT – BA



**MPV 944
00278****SENADO FEDERAL**
Gabinete da Senadora **ZENAIDE MAIA** PROS | RN**EMENDA Nº - PLEN**

(Ao PLV 20, de 2020, proveniente da MPV nº 944, de 2020)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo ao Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2020, proveniente da Medida Provisória nº 944:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º A União aumentará sua participação no FGO em R\$ 50.000.000.000,00 (cinquenta bilhões de reais), independentemente do limite estabelecido nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, exclusivamente para cobertura das operações contratadas no âmbito do Pronampe.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A crise econômica em curso vem afetando sobremaneira o mercado de trabalho brasileiro. Segundo a Pnad COVID-19, em maio de 2020, quase 19 milhões de pessoas estavam afastadas do trabalho, sendo que 9,7 milhões não receberam remunerações. Ademais, havia 10,1 milhões de desempregados e 18,5 milhões de pessoas fora da força de trabalho, mas que gostariam de trabalhar e não procuram trabalho em razão da pandemia ou por falta de trabalho na localidade.

É fundamental que se amplie o crédito no âmbito do Pronampe, já que microempresas e empresas de pequeno porte são grandes geradoras de emprego no Brasil. Nesse sentido, a presente emenda propõe triplicar o valor do FGO para viabilizar operações do Pronampe, sobretudo levando em conta que a linha acelerou a execução nos últimos dias. A emenda é

Senado Federal – Anexo 1 – 8º andar – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2371/2372 – sen.zenaideamaia@senado.leg.br



**SENADO FEDERAL**Gabinete da Senadora **ZENAIDE MAIA** PROS | RN

compatível com as regras fiscais, já que não há meta de resultado primário, a regra de ouro está suspensa e a despesa pode ser autorizada por crédito extraordinário, sem contabilizar no teto.

Não apoiar as micro e pequenas empresas terá um custo ainda maior sobre a economia e os empregos, reduzindo-se a arrecadação.

Diante de todo o exposto, solicita-se o apoio dos pares para aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, em 15 de julho de 2020.

Senadora **ZENAIDE MAIA**
PROS/RN



**MPV 944
00279**

EMENDA Nº - PLEN
(AO PLV Nº 20 DE 2020 - MPV Nº 944, de 2020)

Inclua-se o parágrafo único ao artigo 16 da do Projeto de Lei de Conversão nº 20 de 2020, oriundo da Medida Provisória nº 944 de 2020, a seguinte redação:

Art. 16º

Parágrafo Único: a regulamentação prevista no Caput deverá prever um sistema de garantia mínima e suficiente para as operações, de forma simplificada e sem entraves burocráticos, de forma a facilitar o acesso ao crédito

JUSTIFICAÇÃO

Uma das grandes preocupações em relação ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos é a sua efetividade, é chegar até aqueles que de fato precisam de um suporte para se manterem no período de pandemia.

O Programa previa que 12,2 milhões de pessoas teriam seus salários financiados pelo benefício, dando sobrevida a 1,4 milhão de empresas. Um mês e meio depois, o socorro financeiro só atingiu 1,1 milhão de trabalhadores e menos de 69 mil empresas.

Os recursos anunciados pelo programa deveriam ser distribuídos com rapidez e sem burocracias.

No entanto, o principal fator que tornou a linha de crédito menos atrativa foram as exigências adicionais (garantias) feita pelos bancos e a



demora para analisar a contratação do crédito. Muitos empresários não possuem as garantias e não conseguem o acesso ao crédito.

Levantamento do Sebrae mostra que a quantidade de firmas que buscaram por recursos emergenciais aumentou, porém, apenas 14% delas tiveram suas solicitações aprovadas.

O artigo 16 da Medida Provisória estabeleceu que o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil, no âmbito de suas competências, poderão disciplinar os aspectos necessários para operacionalizar e para fiscalizar as instituições financeiras participantes do Programa Emergencial de Suporte a Empregos quanto ao disposto nesta Lei, observado o disposto na Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017

Neste sentido, sugerimos que a regulamentação estabeleça condições facilitadas em relação ao crédito, especialmente quanto às garantias a serem concedidas, de forma simplificada e sem entraves burocráticos, que facilite o acesso ao crédito.

Diante do exposto, solicito o apoio dos senadores para aprovação dessa emenda.

Sala das Sessões

Senador **EDUARDO BRAGA**



**MPV 944
00280**

EMENDA Nº - PLEN
(AO PLV Nº 20 DE 2020 - MPV Nº 944, de 2020)

Inclua-se o parágrafo único ao artigo 16 da do Projeto de Lei de Conversão nº 20 de 2020, oriundo da Medida Provisória nº 944 de 2020, a seguinte redação:

Art. 16º

Parágrafo Único: a regulamentação prevista no Caput deverá prever um sistema de garantia mínima e suficiente para as operações, de forma simplificada e sem entraves burocráticos, de forma a facilitar o acesso ao crédito

JUSTIFICAÇÃO

Uma das grandes preocupações em relação ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos é a sua efetividade, é chegar até aqueles que de fato precisam de um suporte para se manterem no período de pandemia.

O Programa previa que 12,2 milhões de pessoas teriam seus salários financiados pelo benefício, dando sobrevida a 1,4 milhão de empresas. Um mês e meio depois, o socorro financeiro só atingiu 1,1 milhão de trabalhadores e menos de 69 mil empresas.

Os recursos anunciados pelo programa deveriam ser distribuídos com rapidez e sem burocracias.

No entanto, o principal fator que tornou a linha de crédito menos atrativa foram as exigências adicionais (garantias) feita pelos bancos e a



demora para analisar a contratação do crédito. Muitos empresários não possuem as garantias e não conseguem o acesso ao crédito.

Levantamento do Sebrae mostra que a quantidade de firmas que buscaram por recursos emergenciais aumentou, porém, apenas 14% delas tiveram suas solicitações aprovadas.

O artigo 16 da Medida Provisória estabeleceu que o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil, no âmbito de suas competências, poderão disciplinar os aspectos necessários para operacionalizar e para fiscalizar as instituições financeiras participantes do Programa Emergencial de Suporte a Empregos quanto ao disposto nesta Lei, observado o disposto na Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017.

Neste sentido, sugerimos que a regulamentação estabeleça condições facilitadas em relação ao crédito, especialmente quanto às garantias a serem concedidas, de forma simplificada e sem entraves burocráticos, que facilite o acesso ao crédito.

Diante do exposto, solicito o apoio dos senadores para aprovação dessa emenda.

Sala das Sessões

Senador **EDUARDO BRAGA**



**MPV 944
00281**

EMENDA Nº - PLEN
(AO PLV Nº 20 DE 2020 (MPV Nº 944, de 2020))

Dê-se ao inciso I do § 1º ao artigo 2º do Projeto de Lei de Conversão nº 20 de 2020, oriundo da Medida Provisória nº 944 de 2020, a seguinte redação:

Art. 2º

§ 1º

I – abrangerão até 100% (cem por cento) da folha de pagamento do contratante, pelo período de 6 (seis) meses, limitadas ao valor equivalente a até 4 (quatro) vezes o salário mínimo por empregado; e

JUSTIFICAÇÃO

O PLV estabeleceu um período de 4 meses e um limite de 2 salários para cada empregado na concessão de crédito para pagamento da folha de pagamento das empresas enquadradas no Programa.

Uma das grandes preocupações em relação ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos é a sua efetividade, é chegar até aqueles que de fato precisam de um suporte para se manterem no período de pandemia.

Desde a edição da presente Medida Provisória, o Programa atingiu uma execução perto de 10% do valor disponível (4 bilhões aplicados dos 40 bilhões disponíveis), apesar de todas as dificuldades financeiras que sabemos estar vivendo grande parte das empresas. São as travas que dificultam o acesso que precisam ser revistas.



Neste sentido, sugerimos ampliar o numero de parcelas do salário a ser financiado de 4 para 6 meses, considerando que a pandemia ainda é fato presente e o pós pandemia terá um retorno lento das atividades econômicas e, ainda, aumentar o limite do valor para cada empregado de 2 para 4 salários mínimos.

Diante do exposto, solicito o apoio dos senadores para aprovação dessa emenda.

Sala das Sessões

Senador **EDUARDO BRAGA**

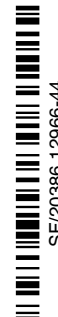




SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

PARECER Nº 85, DE 2020 - PLEN

De Plenário, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2020, oriundo da Medida Provisória nº 944, de 2020, que *institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos*.



Relator: Senador **OMAR AZIZ**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 20, de 2020, é resultado da aprovação, pela Câmara dos Deputados, de substitutivo à Medida Provisória (MPV) nº 944, de 3 de abril de 2020, que *institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos*.

Com dezesseis artigos, a MPV destina-se a instituir programa de crédito favorecido para as pequenas e médias empresas custearem a folha de pagamento de seus empregados.

No prazo regimental comum às duas Casas do Congresso Nacional que se encerrou em 7 de abril de 2020, foram apresentadas 261 emendas, sendo que a Emenda nº 188 foi retirada pelo autor.

Em seu Parecer, o relator da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Zé Vitor, votou: *pelo atendimento dos pressupostos constitucionais da Medida Provisória nº 944, de 2020; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 944, de 2020, e das emendas apresentadas perante a Comissão Mista, com a ressalva das Emendas nºs 20, 21, 24, 25, 26, 27, 42, 44, 45, 47, 48, 49, 52, 56, 63, 90, 91, 130, 168, 216, 225, 226, 241 e 247, por serem inconstitucionais, por versarem sobre matéria de conteúdo temático estranho ao objeto originário da referida Medida Provisória; e pela adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 944, de 2020, pela não implicação sobre as*





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

despesas ou receitas públicas das Emendas nºs 1, 2, 4 a 26, 28 a 41, 43 a 51, 53, 57 a 64, 66 a 76, 78 a 89, 91, 92, 94 a 112, 114 a 127, 129, 131 a 148, 150 a 154, 156 a 162, 164 a 181, 183 a 187, 189 a 192, 194 a 204, 206 a 210, 212 a 215, 217 a 220, 222 a 236, 238 a 244, 246 a 248, 250 a 261, pela adequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 3, 27, 42, 52, 54, 56, 90, 128, 155, 205, 216, 237, 245 e 249 e pela inadequação e incompatibilidade orçamentária e financeira das Emendas nºs 55, 65, 77, 93, 113, 130, 149, 163, 182, 193, 211 e 221.

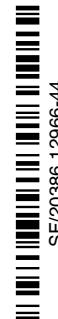
Quanto ao mérito, o relator votou *pela aprovação da Medida Provisória nº 944, de 2020, e das Emendas nºs 1, 2, 6, 8, 13, 18, 23, 37, 38, 40, 43, 50, 57, 61, 71, 72, 75, 83, 85, 106, 107, 133, 135, 136, 140, 141, 145, 147, 148, 157, 158, 170, 171, 173, 177, 184 a 186, 189, 201 a 203, 207, 218, 224, 258 e 259, na forma do Projeto de Lei de Conversão (...), e pela rejeição das demais Emendas apresentadas.*

Na Câmara dos Deputados, foram, ainda, apresentadas as Emendas nºs 1 a 21 de Plenário, com voto: *pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das Emendas de nºs 1 a 15 e 17 a 20; pela inconstitucionalidade da Emenda de nº 16; pela adequação financeira e orçamentária das Emendas de nºs 1 a 15 e 17 a 20; e, no mérito, pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 15 e 17 a 20, visto que a Emenda de nº 21 foi retirada pelo autor.*

Aprovada a redação final na Câmara dos Deputados, veio para a análise do Plenário do Senado Federal o PLV nº 20, de 2020, composto por vinte artigos, agrupados em cinco capítulos.

O capítulo I do PLV contém apenas o **art. 1**, que traz as disposições preliminares da proposição. Trata-se da instituição do Programa Emergencial de Suporte a Empregos, voltado à concessão de crédito para quitação da folha salarial ou de verbas trabalhistas dos seguintes agentes econômicos: i) empresários; ii) sociedades simples; iii) sociedades empresárias e sociedades cooperativas, salvo as de crédito; iv) organizações da sociedade civil, nos termos descritos na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014; e v) empregadores rurais, consoante definição constante da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973.

O capítulo II do PLV dispõe sobre o Programa Emergencial de Suporte a Empregos, em seus arts. 2º a 8º. O **art. 2º** estabelece que o Programa se destina aos agentes econômicos já apresentados que apuraram



SF/20386.12966-44





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

receita bruta no exercício de 2019 superior a R\$ 360 mil e igual ou inferior a R\$ 50 milhões. A linha de crédito disponibilizada cobrirá a folha de pagamento do contratante, parcial ou integralmente, pelo período de quatro meses, observada a limitação de até dois salários-mínimos por empregado, devendo os seus recursos serem utilizados exclusivamente para o pagamento da folha dos empregados ou de verbas trabalhistas.

Cada contratante poderá solicitar o financiamento em instituição financeira participante do Programa, que, em tese, poderá ser toda aquela sujeita à supervisão do Banco Central do Brasil (BCB). Para tanto, os contratantes comprometer-se-ão a cumprir os seguintes compromissos: i) fornecimento de informações verídicas; ii) não utilização dos recursos em finalidade diversa do pagamento de seus empregados; iii) pagamento dos seus empregados por meio de transferência para a conta de depósito, para a conta-salário ou para a conta de pagamento pré-paga de cada um deles em instituição autorizada a funcionar pelo BCB; e iv) não rescisão, sem justa causa, dos contratos de trabalho de seus empregados durante o intervalo de tempo compreendido entre a data da contratação do financiamento e o sexagésimo dia após o recebimento da última parcela do empréstimo.

O terceiro compromisso será cumprido pela instituição financeira participante do Programa por meio de depósito direto nas contas dos empregados caso ela processe a folha de pagamento da contratante do financiamento. Já a vedação do quarto compromisso incidirá na mesma proporção do total da folha de pagamento custeada com recursos do Programa. O descumprimento de qualquer um dos quatro compromissos assumidos implicará o vencimento antecipado da dívida.

O **art. 3º** informa que a nova hipótese de aplicação dos recursos advindos da contratação da linha de crédito relativa à quitação de verbas trabalhistas se restringe a três casos: i) débitos trabalhistas de sentenças judiciais transitadas em julgado cujas execuções tenham sido iniciadas ou se iniciem entre 20 de março de 2020 e 30 de junho de 2022; ii) débitos trabalhistas de acordos homologados pela Justiça do Trabalho, incluídos os extrajudiciais, entre 20 de março de 2020 e 30 de junho de 2022; e iii) verbas rescisórias pagas ou pendentes de adimplemento, incluindo débitos relativos ao FGTS, oriundas de demissões sem justa causa ocorridas entre a data de publicação da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que trata de medidas para enfrentamento da pandemia da covid-19, e a data da publicação da lei decorrente do PLV, para fins de recontração do empregado demitido.



SF/20386.12966-44





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

O financiamento em comento não beneficiará o agente com atividade econômica encerrada, com falência decretada ou em estado de insolvência civil e tampouco alcançará as verbas trabalhistas de natureza exclusivamente indenizatória ou que tenham como fato gerador o trabalho escravo ou infantil.

Quando se tratar de débitos trabalhistas de sentenças judiciais ou de acordos homologados, a instituição financeira participante do Programa depositará o montante do financiamento contratado em conta judicial específica. Essa conta será movimentada a partir de alvará expedido pelo juízo trabalhista competente em nome dos interessados, sem prejuízo do recolhimento de valores ao FGTS e dos tributos devidos. O referido depósito judicial guardará proporcionalidade entre as parcelas jurídicas diversas constantes da condenação ou do acordo homologado, inclusive entre os limites de responsabilidade das partes no tocante ao pagamento de verbas sucumbenciais e ao recolhimento da contribuição previdenciária.

Em qualquer caso, a contratação do financiamento para quitar verbas trabalhistas constitui confissão de dívida irrevogável e irretratável, implicando renúncia tácita a qualquer recurso em relação ao principal devido, às verbas sucumbenciais e às contribuições previdenciárias devidas. O financiamento somente poderá ser contratado para acordos homologados pela Justiça do Trabalho cujo valor total esteja limitado a R\$ 15 mil. No caso da quitação de verbas rescisórias, a liberação de valores do financiamento será de até R\$ 15 mil por contrato de trabalho se houver a comprovação da recontração do empregado demitido pelo mesmo empregador conforme ato do Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia (ME).

Para fazer jus ao financiamento, sob risco de vencimento antecipado da dívida, o contratante comprometer-se-á a cumprir as seguintes obrigações: i) fornecimento de informações verídicas; ii) não utilização dos recursos em finalidade diversa da quitação das verbas trabalhistas; e iii) manutenção do vínculo do trabalhador readmitido por, no mínimo, sessenta dias quando se tratar de financiamento para quitação de verbas rescisórias.

Ademais, as regras para contratação de financiamento para quitação de verbas trabalhistas não se aplicam aos órgãos da administração direta e indireta das três esferas de governo, aos organismos internacionais, às instituições financeiras e às sociedades de crédito.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

O **art. 4º** impõe que as instituições financeiras participantes do Programa deverão assegurar, por meio de cláusulas nos instrumentos contratuais, que os recursos dos financiamentos serão aplicados exclusivamente nas finalidades autorizadas pela lei decorrente do PLV. Por sua vez, o **art. 5º** prevê que as instituições financeiras participantes deverão utilizar fontes de recursos próprios para custear 15% do valor de cada financiamento. Os 85% restantes serão custeados por recursos da União. Tanto o risco de inadimplemento dos financiamentos como as perdas financeiras decorrentes serão repartidos entre as instituições financeiras e a União segundo os mesmos percentuais do *funding* das linhas de crédito.

O **art. 6º** especifica que a formalização das operações de crédito por parte das instituições financeiras participantes do Programa poderá ocorrer até 31 de outubro de 2020. As condições financeiras básicas são: i) taxa de juros de 3,75% ao ano; ii) prazo de 36 meses para o pagamento, incluída a carência; e iii) carência de seis meses para início do pagamento, com capitalização de juros durante a carência. Há ainda a vedação de cobrança, por parte das instituições financeiras, de tarifas por saques ou por transferências de valores às contas dos empregados com recursos do Programa.

O **art. 7º** preceitua que as instituições financeiras participantes concederão os financiamentos com base em suas políticas próprias de crédito e facultativamente com base nas eventuais restrições constantes de sistemas de proteção ao crédito nas datas das contratações e nos registros de inadimplência no sistema de informações de crédito mantido pelo BCB nos seis meses anteriores à contratação, sem prejuízo da legislação vigente.

Fica também estabelecido que as instituições financeiras privadas e públicas estaduais participantes, conforme o caso, estão dispensadas de: i) exigir certificado de regularidade da entrega da RAIS; ii) aplicar punição relativa à vedação à contratação de empréstimos ao eleitor que não votar, não justificar o seu voto ou não pagar a devida multa; iii) exigir o certificado de regularidade do FGTS; iv) exigir certidão negativa de débitos previdenciários; v) exigir o recolhimento do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural; e vi) consultar o Cadin. Essas dispensas se aplicam ainda às instituições financeiras públicas federais, observadas as disposições da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – para 2020).



SF/20386.12966-44





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

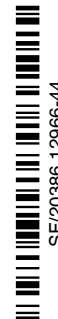
O **art. 8º** regula o tratamento a ser dispensado pelas instituições financeiras participantes do Programa na recuperação de valores inadimplidos das operações de crédito. Eventuais valores inadimplidos pelos contratantes serão cobrados, mediante os melhores esforços e sem interrupção ou negligência do acompanhamento, pelas instituições financeiras participantes em nome próprio conforme suas políticas de crédito, vedada a adoção de procedimento para recuperação de crédito da União menos rigoroso do que aqueles usualmente empregados por elas em suas próprias operações de crédito.

Os valores recuperados pertencentes à União, equivalentes aos valores recuperados multiplicados pelo mesmo percentual de sua participação nas linhas de crédito ofertadas, serão recolhidos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que os restituirá àquela, observados os critérios de atualização de trata o art. 9º, comentado mais adiante. Por sua parte, os custos para a recuperação dos créditos inadimplidos serão arcados pelas instituições financeiras, que também serão responsáveis pela veracidade das informações prestadas e pela exatidão dos valores a serem reembolsados à União, nos termos de ato do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Após o prazo para amortização da última parcela passível de vencimento, as instituições financeiras participantes leiloarão todos os créditos remanescentes a título de recuperação e efetuarão o recolhimento do saldo final à União por meio do BNDES. Se, após o último leilão, ainda houver parcela de crédito lastreado em recursos públicos não alienada, essa parcela será considerada extinta de pleno direito. Ato do CMN disciplinará os limites, condições e prazos para a realização de leilão de créditos.

O capítulo III do PLV disciplina a transferência de recursos da União ao BNDES e a atuação deste como agente financeiro daquela no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos, em seus arts. 9º a 14. O **art. 9º** estatui que a União transferirá ao BNDES R\$ 34 bilhões para a execução do Programa. Os recursos a serem transferidos continuarão sendo de titularidade da União e serão remunerados, *pro rata die*, pela taxa média referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) enquanto mantidos nas disponibilidades do BNDES e pela taxa de juros de 3,75% ao ano enquanto aplicados nas operações de crédito do Programa.

O **art. 10** obriga o BNDES a atuar sem nenhum tipo de remuneração como agente financeiro da União no Programa. Ao Banco



SF/20386.12966-44





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

competirá: i) repassar os recursos de propriedade da União às instituições financeiras que protocolarem operações de crédito no BNDES, nos termos de seu ato regulamentar; ii) receber os reembolsos de recursos das instituições financeiras participantes; iii) repassar à União, em até trinta dias, contados da data do recebimento, os reembolsos de recursos recebidos; e iv) prestar as informações requeridas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e pelo BCB. Caso haja recursos da União não repassados às instituições financeiras participantes até o término do prazo para formalização dos contratos, o BNDES devolverá esses recursos à União no prazo de trinta dias, devidamente remunerados.

O **art. 11** prescreve que as operações de crédito protocoladas no BNDES que se enquadrem nos requisitos formais do Programa não terão cláusula *del credere* nem previsão de remuneração em prol das instituições financeiras participantes, além do que o risco de crédito da parcela das operações de crédito lastreadas em recursos públicos ficará sob responsabilidade da União.

O **art. 12** assegura ao BNDES isenção de responsabilidade sobre a solvência das instituições financeiras participantes do Programa e sobre a atuação delas na realização dos pleitos de crédito, sobretudo quanto ao cumprimento da destinação exclusiva da aplicação do principal das operações contratadas e dos requisitos de realização e de recuperação dos créditos lastreados em recursos públicos.

O **art. 13** reza que, se a instituição financeira participante entrar em falência ou liquidação extrajudicial ou sofrer intervenção, a União ficará automaticamente sub-rogada, de pleno direito, na proporção de 85% dos créditos e garantias constituídos em favor da instituição financeira, com fundamento nas operações de crédito lastreadas em recursos públicos realizadas no Programa. O BNDES informará à União os dados referentes às operações lastreadas em recursos desta, para fins de encaminhamento dos valores envolvidos ao liquidante, interventor ou juízo responsável ou, mesmo, à cobrança judicial. Por seu turno, o **art. 14** fixa a destinação exclusiva das receitas decorrentes do retorno dos empréstimos contratados no âmbito do Programa à STN para o pagamento da dívida pública federal.

O capítulo IV do PLV especifica a quem compete regular e supervisionar as operações de crédito realizadas no âmbito do Programa, em seus arts. 15 e 16. O **art. 15** garante ao BCB competência para fiscalizar o cumprimento, por parte das instituições financeiras participantes, das



SF/20386.12966-44





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

condições estabelecidas para a realização de operações de crédito com base no Programa. Já o **art. 16** normatiza que tanto o CMN como o BCB poderão disciplinar os aspectos necessários para a operacionalização e fiscalização das instituições financeiras participantes, observada a Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, que, entre outros assuntos, trata do processo administrativo sancionador na esfera de atuação do BCB.

O capítulo V do PLV abriga as disposições finais da proposição, em seus arts. 17 a 20. O **art. 17** propõe que, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, o Fundo Geral de Turismo (Fungetur), instituído pelo Decreto-Lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971, poderá prover recursos para viabilizar programas de crédito que tenham como meta, direta ou indireta, a manutenção e a geração de postos de trabalho.

O Fundo também poderá ainda estabelecer condições financeiras especiais para linhas de crédito operacionalizadas por seus agentes credenciados, observado o disposto na Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que, entre outros assuntos, trata da Política Nacional de Turismo. A remuneração do Fundo a ser paga pelos agentes financeiros credenciados ocorrerá à taxa de juros fixa de até 1% ao ano sobre os valores repassados à instituição.

O **art. 18** acresce à Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que, entre outros temas, *dispõe sobre a legislação tributária federal*, novo art. 9º-A estipulando que, para fins de dedução na apuração do lucro real, a exigência de judicialização pode ser substituída pelo protesto cartorial para as dívidas sem garantia de valor superior a R\$ 100 mil vencidas há mais de um ano, para as dívidas com garantia de valor superior a R\$ 50 mil vencidas há mais de dois anos e para os encargos financeiros de créditos sem recebimento há mais de dois meses após o vencimento. Essa faculdade concedida ao credor depende do pagamento antecipado de acréscimos legais, de emolumentos, de taxas e de demais despesas por ocasião da protocolização e dos demais atos.

O **art. 19** acrescenta ao art. 2º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que, sobretudo, *institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe)*, novo § 11 para assegurar que as instituições financeiras que utilizam recursos do Fungetur poderão aderir ao Pronampe e requerer garantia do Fundo de Garantia de



SF/20386.12966-44





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

Operações (FGO) para essas operações, as quais deverão ser reunidas como carteira específica no âmbito de cada instituição, para fins da apuração do percentual da carteira de cada agente financeiro garantida pelo FGO.

Finalmente, o **art. 20** contém cláusula de vigência usual, a partir da publicação da lei resultante do PLV.

No Plenário, houve a apresentação das Emendas nºs 262 a 281.

II – ANÁLISE

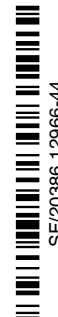
II.1. – Admissibilidade, Constitucionalidade e Juridicidade

Examinemos, a seguir, a admissibilidade da proposta, nos termos do *caput* e do § 5º do art. 62 da Constituição Federal (CF), que permite a adoção de medida provisória pelo Presidente da República nos casos de relevância e urgência.

Entendemos que os requisitos de relevância e urgência estão atendidos. A Exposição de Motivos Interministerial (EMI) nº 00008/2020, do BCB e do ME, que acompanha a MPV nº 944, de 2020, justifica a relevância da MPV, principalmente, com base: i) em seu objetivo principal, qual seja, de mitigação dos efeitos da aguda queda na atividade econômica sobre o mercado laboral, preservando empregos e renda dos trabalhadores durante o enfrentamento da pandemia da covid-19; e ii) no fato de que, quando ocorrer a normalização da atividade econômica, as pequenas e médias empresas (PMEs) poderão voltar a exercer suas atividades e colaborar com o resgate do crescimento econômico.

Ainda segunda a citada EMI, a urgência da MPV é justificada *pela rápida deterioração da situação financeira das PMEs e pela perspectiva de aumento relevante no número de demissões decorrentes da falta de alternativas para fazer frente a obrigações financeiras.*

Quanto à constitucionalidade da MPV, a União é competente para legislar privativamente sobre a matéria nela contida, com fundamento no inciso VII do art. 22 e no inciso II do art. 48, todos da CF. Por seu lado, o Presidente da República tem legitimidade para editar medida provisória sobre política de crédito, com fundamento no art. 62 da Lei Maior, tendo em vista que a matéria não consta do rol de vedações do § 1º do mencionado



SF/20386.12966-44





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

artigo, nem das listas de competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expressas nos arts. 49, 51 e 52 da Carta Magna.

No que se refere à juridicidade, a MPV inova o ordenamento jurídico e é equipada de atributos como abstratividade, coercitividade, generalidade e imperatividade, ou seja, é munida de juridicidade. Também cumpre as disposições de técnica legislativa constantes da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que disciplina a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, em cumprimento ao parágrafo único do art. 59 da CF.

II.2 – Da adequação financeira e orçamentária

O impacto orçamentário e financeiro do Programa Emergencial de Suporte a Empregos é de R\$ 34 bilhões em 2020, a ser custeado com dotações oriundas de crédito extraordinário de igual montante ao orçamento vigente, consoante a MPV nº 943, de 3 de abril de 2020. Nos termos desta proposição, R\$ 27 bilhões advêm da fonte orçamentária 329 (recursos do tesouro de exercícios anteriores oriundos de concessões e permissões) e R\$ 7 bilhões, da fonte 388 (recursos do tesouro de exercícios anteriores oriundos da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional).

Tomado isoladamente, o Programa tem efeito líquido positivo sobre o cumprimento da regra de ouro (receitas realizadas de operações de crédito não superiores ao montante de despesas de capital). A receita advinda de concessões e permissões é receita corrente, enquanto o recurso decorrente da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional é receita de capital. Em outras palavras, as receitas que irão custear o Programa não são receitas de operações de crédito realizadas no exercício. Em contrapartida, a despesa do Programa, por equivaler a financiamentos reembolsáveis destinados ao pagamento da folha salarial das empresas, corresponde a uma inversão financeira, enquadrada como despesa de capital.

Todavia, tomado conjuntamente com as demais despesas do orçamento, o Programa tem efeito nulo sobre o cumprimento da regra de ouro, pois as receitas que o financiam deixariam de financiar outras despesas correntes, as quais precisariam ser financiadas por meio da emissão de títulos da dívida pública. Na prática, tudo se passa como se o Programa fosse financiado pelo aumento da dívida pública mobiliária federal. Independentemente disso, com fundamento no art. 4º da Emenda Constitucional (EC) nº 106, de 7 de maio de 2020, conhecida como Emenda



SF/20386.12966-44





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

do Orçamento de Guerra, em 2020, fica dispensada a observância do cumprimento da regra de ouro no exercício de 2020.

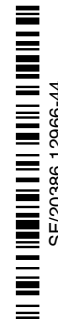
A despesa do Programa equivale a financiamentos reembolsáveis, ou seja, é de natureza financeira, de maneira que não há impacto sobre os limites de despesas primárias de que trata o Novo Regime Fiscal, instituído pela EC nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Mais ainda, mesmo que hipoteticamente fosse despesa primária, o que é um absurdo, a despesa do Programa não seria incluída na base de cálculo nem no limite de despesas primárias do Poder Executivo federal, por ser custeada por crédito extraordinário, conforme consta do inciso II do § 6º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Por força do deferimento de medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) nº 6.357, subscrito pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), enquanto vigente estado de calamidade pública relacionado à pandemia da covid-19, estão excepcionalmente afastados, entre outros, o art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), que trata da geração de despesa pública, e o art. 114, *caput* e § 14, da LDO 2020, que disciplina a compensação da diminuição de receita primária não tributária ou financeira com impacto primário. Essas dispensas estão consolidadas no art. 3º da Emenda do Orçamento de Guerra. Além disso, o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que reconhece na esfera federal o estado de calamidade pública em questão até 31 de dezembro de 2020, dispensa o cumprimento da meta de resultado primário proposta pelo art. 2º da LDO 2020.

As diretrizes contidas nos arts. 26 e 27 da LRF que dizem respeito à destinação de recursos públicos para o setor privado são cumpridas. Com relação ao art. 26, a MPV nº 944, de 2020, exerce o papel de lei específica determinando expressamente que as instituições financeiras federais estarão sujeitas às disposições da LDO 2020 e a MPV nº 943, de 2020, atua como veículo do crédito extraordinário requerido. Quanto ao art. 27, os encargos financeiros dos financiamentos são fixados em 3,75% ao ano. Logo, eles são superiores ao custo de captação representado pela meta da taxa Selic determinada pelo Comitê de Política Monetária.

II.3. Do mérito

Como já dito, o principal objetivo do Programa Emergencial de Suporte a Empregos é mitigar os efeitos da aguda queda na atividade



SF/20386.12966-44





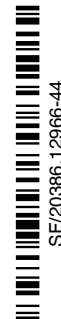
SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

econômica sobre o mercado laboral, facilitando a preservação de empregos e renda dos trabalhadores durante o enfrentamento da pandemia da covid-19. Acessoriamente, o Programa cumpre dois outros objetivos relevantes, quais sejam, o fornecimento de crédito às PMEs e a mitigação de riscos ao Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Em relação ao primeiro objetivo, é notória a dificuldade das PMEs em acessar o mercado de capitais para financiar suas despesas rotineiras e investimentos, de modo que elas dependem fortemente de crédito bancário para tanto. De um lado, a expansão do acesso ao mercado creditício nos últimos anos indica sucesso no mercado de crédito livre. De outro lado, isso significa que as PMEs estão mais sujeitas ao fechamento da torneira do crédito convencional em cenário de aversão a riscos e de preferência pela liquidez. Consequentemente, o Programa facilita a quitação de débitos trabalhistas, que representam cerca de 45% das despesas operacionais dessas empresas, possibilitando a travessia do grave quadro econômico-sanitário concomitantemente à conservação dos seus ativos tangíveis e intangíveis.

Com relação ao outro objetivo, a manutenção da estabilidade financeira é imprescindível no momento atual. A concessão de crédito emergencial aumenta a chance de sobrevivência das PMEs ao mesmo tempo que impede a deterioração dos outros financiamentos bancários já concedidos a essas empresas. É digno de nota ainda o fato de que o *funding* do Programa será misto, com participação da União e das instituições do SFN, bem como haverá compartilhamento do risco de retorno das operações de crédito, o que tende a desestimular comportamento relaxado das instituições financeiras na cobrança dos financiamentos concedidos, o qual tende a ocorrer com maior probabilidade quando os riscos recaem somente nas costas do tesouro federal.

O Programa também: i) colabora para o sucesso das medidas de isolamento social em vigor que visam ao achamento da curva de infecção pelo novo coronavírus; ii) mitiga a exposição financeira do contribuinte brasileiro na comparação com repasses a fundo perdido; iii) limita, em conjunto com outras medidas, o crescimento das despesas primárias do Programa de Seguro Desemprego; e iv) encontra amparo na experiência internacional como medida de amortecimento dos efeitos da pandemia da covid-19 sobre o sistema econômico. Sob esse último aspecto, a citada EMI informa, por exemplo, que o pacote econômico aprovado nos Estados Unidos de US\$ 2 trilhões contém recursos de cerca de R\$ 350 bilhões para empréstimos a pequenas empresas.



SF/20386.12966-44





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

As principais modificações propostas ao texto da MPV pelo PLV aprimoram o Programa Emergencial de Suporte a Empregos para que ele alcance os seus objetivos, recém-apresentados. Eis elas:

1) possibilidade de contratação de financiamentos para quitação de débitos de condenações ou acordos trabalhistas ou de verbas rescisórias de demissões sem justa causa em caso de recontração;

2) ampliação do público-alvo da linha de crédito, que passa a incorporar as organizações da sociedade civil, os empregadores rurais e as sociedades simples;

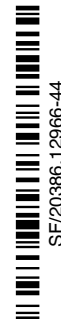
3) ampliação do limite superior de receita bruta no exercício de 2019, que passa a ser de R\$ 50 milhões, em vez de R\$ 10 milhões como consta na MPV, ampliando, portanto, o alcance da linha de crédito para as médias empresas;

4) linha de crédito disponibilizada para cobrir a folha de pagamento do contratante, parcial ou integralmente, pelo período de quatro meses, no lugar de dois meses e integralmente como proposto pela MPV, assegurando melhor acesso das empresas ao Programa, pois nem todas as empresas pretendem financiar 100% dos salários de seus respectivos empregados;

5) não obrigatoriedade de processamento da folha de pagamento pela instituição financeira participante do Programa, o que tende a ampliar a participação das empresas de pequeno porte na linha de crédito ofertada, uma vez que o serviço de processamento bancário da folha de pagamento tende a ser mais utilizado por empresas de maior faturamento;

6) possibilidade de demissão de empregados pelas empresas beneficiadas parcialmente pelo Programa, em contraposição à vedação total proposta pela MPV, com fundamento na “escolha de Sofia”, necessidade de demissão de alguns empregados para evitar a falência, enfrentada por diversos empreendimentos econômicos atualmente;

7) proibição de cobrança de tarifas por saques ou transferências de valores com recursos do Programa por parte das instituições financeiras participantes; e





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

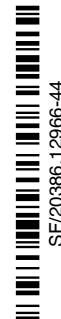
8) permissão para que o Fungetur estabeleça programa de crédito ao setor turístico para preservar e, se possível, aumentar o número de empregos, dado que esse setor teve queda acentuada da demanda por seus serviços ofertados em decorrência da adoção de medidas de restrição de circulação de pessoas para o enfrentamento da pandemia da covid-19 e a sua recuperação será mais lenta que a de diversos setores.

Ademais, trago quatro contribuições à matéria. Em primeiro lugar, a alínea *c* do inciso I do art. 2º da Lei nº 13.019, de 2014, define que as organizações religiosas que se dediquem a atividades de interesse público e de cunho social distintas das atividades exclusivamente religiosas são consideradas organizações da sociedade civil. Entendemos que o conceito de organizações da sociedade civil para os fins da lei resultante do PLV deveria abranger toda e qualquer organização religiosa conforme o entendimento derivado do inciso IV do art. 44 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Assim, propomos a alteração do inciso IV do art. 1º do PLV para incluir também essas entidades.

Em segundo lugar, ao contrário do programa instituído pela MPV nº 944, de 2020, cujo volume de crédito concedido ainda é baixo, o Pronampe, que concede crédito às micro e pequenas empresas, “decolou”. Por exemplo, o Banco do Brasil S.A. (BB) inicialmente tinha recebido uma cota de R\$ 3,7 bilhões de financiamentos a conceder, do total de R\$ 18,7 bilhões do Pronampe. Mesmo tendo aumentado sua cota para R\$ 5 bilhões, essa instituição financeira em apenas dois dias atingiu sua cota majorada. No total, o BB já beneficiou, via Pronampe, 80 mil empresas, das quais 51 mil são microempresas.

Fato semelhante também foi observado na Caixa Econômica Federal. Como as microempresas não constituem o público-alvo do Programa Emergencial de Suporte a Empregos e o *funding* federal tem sido utilizado de maneira eficiente no âmbito do Pronampe, é plenamente aceitável realocar mais recursos para este programa. Portanto, propomos a alteração do *caput* do art. 9º diminuindo o repasse de recursos da União para o BNDES em R\$ 17 bilhões e o acréscimo de novo art. 20, renumerando o atual como art. 21, aumentando em R\$ 12 bilhões o repasse de recursos da União ao FGO, administrado pelo BB, de modo a propiciar maior concessão de operações de crédito no âmbito do Pronampe.

Em terceiro lugar, propomos ainda, via acréscimo de § 5º ao art. 10, que o BNDES devolva, a partir de 30 de setembro de 2020, 50% dos



SF/20386.12966-44





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

recursos não repassados à instituição financeira em até 30 dias desde que haja solicitação da União com este teor.

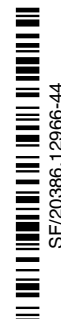
II.4. Emendas Parlamentares

Como citado anteriormente, o PLV recebeu vinte emendas no Plenário desta Casa Legislativa, as quais passamos a analisar a seguir.

O Senador Espiridião Amin apresentou as Emendas nºs 262, 265 e 266. A Emenda nº 262 acrescenta § 3º ao art. 9º do PLV, para determinar que, dos recursos transferidos pelo Tesouro Nacional ao BNDES e ainda não utilizados no Programa Emergencial de Suporte a Empregos, R\$ 20 bilhões serão transferidos ao FGO, que é administrado pelo BB. Esta emenda deve ser rejeitada, pois a ideia por nós apresentada é transferir os recursos diretamente da União ao FGO, pois o BNDES ainda não recebeu todo o montante inicialmente previsto para a execução do programa criado pela MPV nº 944, de 2020.

A Emenda nº 265 altera os arts. 2º, 5º e 9º do PLV. A modificação do art. 2º diz respeito: i) à possibilidade de concessão de crédito somente às empresas e empresários com receita bruta não superior a R\$ 10 milhões; ii) à permissão de que as microempresas possam utilizar livremente 40% dos recursos dos principais contratados, salvo para distribuição de lucros e dividendos entre os sócios; e iii) à autorização para que as plataformas tecnológicas de serviços financeiros (*fintechs*) e as organizações da sociedade civil de interesse público de crédito possam participar do Programa Emergencial de Suporte a Empregos. Já a alteração do art. 5º determina que os financiamentos às microempresas serão custeados integralmente com recursos da União. A seu tempo, a mudança no art. 9º diz respeito à alteração da taxa de remuneração dos recursos da União aplicados no Programa, que será de 3% ao ano ou a taxa média Selic, o que for menor, com a diferença entre a taxa de 3,75% ao ano e a menor das duas taxas anteriores sendo a remuneração da instituição financeira, no caso de operações contratadas pelas microempresas.

Já a Emenda nº 266 modifica apenas o art. 2º do PLV nos mesmos termos descritos na apresentação da Emenda nº 265. A recomendação é acatar integralmente a Emenda nº 266, acolhendo, dessa forma, parcialmente a Emenda nº 265, quanto à: i) à possibilidade de concessão de crédito somente às empresas e empresários com receita bruta não superior a R\$ 10 milhões; ii) à permissão de que as microempresas



SF/20386.12966-44





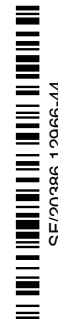
SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

possam utilizar livremente 40% dos recursos dos principais contratados, salvo para distribuição de lucros e dividendos entre os sócios; e iii) à autorização para que as plataformas tecnológicas de serviços financeiros (*fintechs*) e as organizações da sociedade civil de interesse público de crédito possam participar do Programa Emergencial de Suporte a Empregos. Os demais acréscimos sugeridos, em nosso entender, contrariam o espírito do PLV.

A Emenda nº 263, de autoria do Senador Paulo Paim, altera o *caput* do art. 2 do PLV para reduzir o limite mínimo de receita bruta anual, com o intuito de ampliar o rol de empresários e empresas que poderá contratar as operações de crédito de que trata o PLV. Em vez de a receita bruta ter que ser superior a R\$ 360 mil em 2019, ela terá que ser superior a R\$ 81 mil. Adicionalmente, tal emenda modifica o *caput* do art. 9º do PLV para criar obrigatoriedade de transferência adicional de recursos da União para o BNDES no valor de R\$ 17 bilhões, a ser utilizado exclusivamente na concessão de crédito ao público-alvo da proposição com receita bruta anual superior a R\$ 81 mil e igual ou inferior a R\$ 360 mil.

É nobre a preocupação do autor em conceder mais crédito às microempresas, motivo pelo qual a Emenda nº 263 deve ser acatada parcialmente, somente no que diz respeito à redução do limite mínimo de receita bruta anual para incluir uma parcela significativa das microempresas. Infelizmente, dada a execução do Pronampe vis-à-vis a execução do Programa Emergencial de Suporte a Empregos não é recomendável aportar mais recursos neste para evitar que o *funding* fique ocioso, enquanto que o Pronampe, voltado às microempresas e as empresas de pequeno porte, com maior facilidade para uso dos recursos tomados nos financiamentos ficará aquém do seu potencial, não por falta de demanda por crédito, mas por falta de crédito.

A Emenda nº 264, de autoria do Senador Rogério Carvalho, acrescenta inciso VI no art. 1º do PLV para definir que os microempreendedores individuais estão incluídos entre os potenciais beneficiários das operações de crédito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos. Paralelamente a isso, modifica o *caput* do art. 2º da matéria para suprimir o piso de receita bruta anual, deixando expresso que, no caso dos microempreendedores individuais, o teto da receita bruta anual é estipulado em R\$ 81 milhões. É digno de louvor a preocupação do autor em conceder crédito aos microempreendedores individuais. Entretanto, o ideal é ampliar o *funding* do Pronampe, nos termos por nós proposto, para beneficiar o



SF/20386.12966-44





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

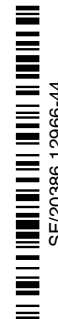
público-alvo pretendido, que, a bem da verdade, está abarcado neste Programa. Por isso, a Emenda nº 264 não merece prosperar.

A Emenda nº 267, de autoria do Senador Jorginho Mello, altera: o art. 3º do PLV para permitir a formalização de operações no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos por até quatro meses, prorrogáveis por mais quatro meses; o art. 6º para aumentar o aporte da União no FGO em R\$ 79,9 bilhões; e o art. 14 para prever que, até o montante de R\$ 17 bilhões, as receitas provenientes do retorno de empréstimos no âmbito do Programa pertencentes à União serão transferidas ao FGO para utilização no Pronampe, com o excedente sendo destinado ao pagamento da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional. Esta Emenda não deve ser acatada, pois a solução por nós encontrada de aportar recursos no FGO conforme a disponibilidade da União. É preciso lembrar que a capacidade de endividamento federal não é ilimitada. Em março e abril deste ano, os resgates superaram as emissões de títulos públicos.

A Emenda nº 268, de autoria da Senadora Kátia Abreu, tem conteúdo similar ao teor da Emenda nº 262, com a única diferença sendo o montante da transferência de recursos do BNDES para o FGO: R\$ 20 bilhões na Emenda nº 262 e R\$ 17 bilhões na Emenda nº 268. Como já argumentado, a Emenda nº 268 deve ser rejeitada, tendo em vista o encaminhamento que propomos ao tema, visando potencializar o uso de escassos recursos públicos na preservação dos pequenos negócios.

A Emenda nº 269, de autoria da Senadora Rose de Freitas, suprime o § 12 do art. 3º do PLV. A emenda é meritória e merece ser acatada. O público-alvo do Programa Emergencial de Suporte a Empregos está claramente delimitado no art. 1º da proposição, de modo que é redundante afirmar que os financiamentos no âmbito do Programa destinados ao pagamento de verbas trabalhistas não atingem os órgãos da administração direta e indireta das três esferas de governo, aos organismos internacionais, às instituições financeiras e às sociedades de crédito.

A Emenda nº 270, de autoria do Senador Irajá propõe a inclusão de artigo no PLV para autorizar, até 31 de dezembro de 2020, a concessão de rebate para liquidação e a repactuação de dívidas oriundas de crédito rural de acordo com as regras da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, ou seja, contratadas até 31 de dezembro de 2011. Além do mais, a concessão de rebate para liquidação e a repactuação de dívidas alcança as dívidas de até R\$ 4,8 milhões decorrentes de operações de crédito subsidiadas contratadas



SF/20386.12966-44





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

nos bancos oficiais federais por parte dos produtores rurais e das empresas voltadas unicamente ao agronegócio, independentemente do lançamento em prejuízo. Trata-se de tema estranho ao objeto da MPV nº 944, de 2020, o que, nos termos do julgamento proferido pelo STF, em 15 de outubro de 2015, na Adin nº 5.127, de 2014, é incompatível com a Constituição. Vale ressaltar que o STF reforçou essa posição ao rejeitar, em 1º de julho de 2016, os embargos de declaração interpostos à sua decisão anterior. Portanto, a Emenda nº 270 merece ser rejeitada.

As Emendas nºs 271 a 274 são de autoria do Senador Fabiano Contarato. A Emenda nº 271 modifica o art. 7º do PLV para vedar que a existência de dívidas não pagas entre 20 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2020 interfira na concessão de crédito no âmbito do Programa instituído pela MPV nº 944. A concessão de financiamento para inadimplentes amplia o risco de calote no Programa. Como a União não arcará com a integralidade do risco de crédito, haverá pouco interesse das instituições financeiras em operar o Programa, que deixará de cumprir os seus objetivos. Essa é a razão para a rejeição da Emenda nº 271.

A Emenda nº 272 altera a redação dos incisos I e II do art. 5º do PLV para modificar a participação no funding e o compartilhamento do risco de inadimplência no Programa Emergencial de Suporte a Empregos entre as instituições financeiras e a União. A parcela da fonte de recursos própria no Programa e a participação no risco de inadimplência aumentará de 15% para 25% para as instituições financeiras. A emenda não merece ser acatada, por reduzir a atratividade do Programa para os bancos, gerando risco à sua execução.

A Emenda nº 273, inclui no rol de agentes que poderão contratar operação de crédito no âmbito do Programa os empreendimentos econômicos solidários e as cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Esses agentes poderão utilizar os recursos com a finalidade de pagamento de pró-labore. Esta emenda não deve ser acatada, pois implica tratamento diferenciado entre os agentes econômicos beneficiários do Programa. Os agentes econômicos que constam do PLV não teriam direito ao mesmo benefício.

A Emenda nº 274 altera os incisos do art. 6º do PLV para reduzir a taxa de juros de 3,75% para 3%, ampliar a carência de seis para doze meses e, por consequência, estender o prazo de pagamento do financiamento contratado de 36 para 42 meses. Embora beneficiem o tomador da operação



SF/20386.12966-44





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

de crédito, as mudanças propostas reduzem a atratividade do Programa Emergencial de Suporte a Empregos para as instituições financeiras participantes, o que gera risco à própria continuidade da política de crédito. Razão pela qual a Emenda nº 274 não deve ser acatada, tal como a Emenda nº 272.

As Emendas nºs 275 e 277 são de autoria do Senador Jacques Wagner. A Emenda nº 275 altera o § 5º do art. 2º do PLV para prever que o contratante da operação de crédito deve manter, no mínimo, 80% da folha salarial. Esta emenda deve ser rejeitada, pois cria amarras à sobrevivência das empresas. Como já afirmado anteriormente, a demissão parcial em alguns casos é uma forma de se evitar o fechamento definitivo das empresas, que implica demissão de todos os empregados. Já a Emenda nº 277 amplia a participação da União no FGO para cobertura de operações do Pronampe em R\$ 32 bilhões. Tendo em vista o encaminhamento que propomos ao tema, a Emenda nº 277 deve ser rejeitada.

A Emenda nº 276, de autoria do Senador Ciro Nogueira, trata da exclusão, da base de cálculo de qualquer tributo, de importâncias pagas ou bens fornecidos no âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador. Trata-se de tema estranho ao objeto da MPV nº 944, de 2020, o que justifica a rejeição da Emenda nº 276. Por sua parte, a Emenda nº 278, de autoria da Senadora Zenaide Maia, amplia a participação da União no FGO para cobertura de operações do Pronampe em R\$ 50 bilhões. Tendo em vista o encaminhamento que propomos ao tema, a Emenda nº 278 também deve ser rejeitada.

As Emendas nºs 279 a 281 são de autoria do Senador Eduardo Braga. As Emendas nºs 279 e 280 apresentam o mesmo teor. Elas estipulam que o poder regulamentar do CMN e do BCB deverão prever um sistema de garantia mínima e suficiente para as operações de forma simplificada, eliminando burocracias, para facilitar o acesso ao crédito. Manifestamos concordância com o conteúdo destas duas emendas, as quais merecer ser acatadas. De pouco adiantaria a oferta da linha de crédito se houvesse uma miríade de condições que dificultassem o acesso dos empresários e das empresas ao crédito emergencial necessário para a sobrevivência deles.

A Emenda nº 281 altera o inciso I do § 1º do art. 2º do PLV. A intenção é possibilitar o financiamento da folha de pagamento por seis meses, limitada a até quatro salários-mínimos. Essa emenda deve ser rejeitada, pois nossa proposta é realocar parcialmente os recursos originais



SF/20386.12966-44





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

do Programa Emergencial de Suporte a Empregos para o Pronampe, para atingir mais empresas, sobretudo de pequeno porte.

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela **constitucionalidade e juridicidade** da Medida Provisória nº 944, de 2020, bem como pelo atendimento dos pressupostos de **relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária**.

No mérito, votamos pela sua **aprovação**, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2020, aprovado pela Câmara dos Deputados. Em acréscimo, somos pela aprovação integral das Emendas nºs 266, 269, 279 e 280, pela aprovação parcial das Emendas nºs 263 e 265, na forma de emenda de relator, e pela rejeição das demais, com a adição de outras emendas de relator.

EMENDA Nº 282 - PLEN

O inciso IV do art. 1º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2020, da Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

IV – organizações da sociedade civil, definidas no inciso I do *caput* do art. 2º da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e no inciso IV do art. 44 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e

.....”

EMENDA Nº 283 - PLEN

Dê ao art. 2º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2020, da Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020, a seguinte redação:

“Art. 2º O Programa Emergencial de Suporte a Empregos é destinado aos agentes econômicos a que se refere o art. 1º desta Lei com receita bruta anual superior a R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil



SF/20386.12966-44





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

reais) e igual ou inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), calculada com base no exercício de 2019.

§ 1º As linhas de crédito concedidas no âmbito do Programa:

I – No caso de empresas com faturamento superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), abrangerão até 100% (cem por cento) da folha de pagamento do contratante, pelo período de 4 (quatro) meses, limitadas ao valor equivalente a até 2 (duas) vezes o salário-mínimo por empregado; e serão destinadas exclusivamente às finalidades previstas no art. 1º desta Lei.

II – No caso de empresas com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), terá valor de até 40% da receita anual da empresa e terão destinação livre, vedada a sua destinação para distribuição de lucros e dividendos entre os sócios.

§ 2º Poderão participar do Programa todas as instituições financeiras sujeitas à supervisão do Banco Central do Brasil, as plataformas tecnológicas de serviços financeiros (fintechs) e as organizações da sociedade civil de interesse público de crédito.”

.....”

EMENDA Nº 284 - PLEN

O *caput* do art. 9º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2020, da Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 9º** Fica o Poder Executivo autorizado a transferir até R\$ 17.000.000.000,00 (dezesete bilhões de reais) da União para o BNDES, destinados à execução do Programa Emergencial de Suporte a Empregos.

.....”

EMENDA Nº 285 - PLEN

O art. 10 do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2020, da Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:



SF/20386.12966-44





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

“Art. 10.

.....

§ 5º A partir de 30 de setembro de 2020 a União poderá demandar a devolução de até 50% (cinquenta por cento) dos recursos não repassados às instituições financeiras, devendo estes serem devolvidos em até 30 (trinta) dias após a solicitação.”

EMENDA Nº 286 - PLEN

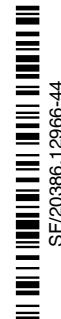
O Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2020, da Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 18-A:

“Art. 18-A. O credor ou apresentante poderá solicitar ao tabelião de protestos, diretamente ou por intermédio de sua Central Nacional de Serviços Eletrônicos Compartilhados, o envio da anotação e registro do débito protestado, mediante pagamento dos valores dos emolumentos nas mesmas bases dos valores exigidos para o ato elisivo do protesto e demais despesas, inclusive aquelas exigidas para integração de dados e derivados, relativos à remuneração e custos operacionais devidos à manutenção, gestão e ao permanente aprimoramento do sistema e estrutura da Central Nacional de Serviços Eletrônicos Compartilhados, para averbação na matrícula dos bens imóveis de sua propriedade plena e nos órgãos ou sistemas de registros de propriedade e gravames veiculares e de outros bens móveis, por ele indicados, para preservação da exigibilidade do crédito protestado e elidir prejuízos a terceiros de boa fé, observando-se o seguinte:

I - será expedida nova intimação ao devedor, nos termos dos artigos 14 e 15 da Lei nº 9492, de 10 de setembro de 1997, dando-lhe o prazo de 15 dias úteis para saldar o débito, e requerer o cancelamento do protesto, sob pena das averbações de anotações requeridas;

II – não atendida a intimação, ou não havendo questionamento judicial dentro desse prazo, o débito protestado será enviado para as averbações e anotações solicitadas;

III - O cancelamento das averbações realizadas pelos cartórios de registro de imóveis ou as anotações pelas entidades ou órgãos dos débitos protestados, depende do prévio cancelamento do protesto comunicado pelo tabelionato de protestos ou pela Central Nacional de Serviços Eletrônicos Compartilhados.



SF/20386.12966-44





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

EMENDA Nº 287 - PLEN

O Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2020, da Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 20, renumerando-se o atual art. 20 como art. 21:

“**Art. 20.** A União poderá aumentar sua participação no Fundo Garantidor de Operações (FGO), adicionalmente aos recursos previstos no art. 6º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, em R\$ 12.000.000.00,00 (doze bilhões de reais), para a concessão de garantias no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).”

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator



TRECHO DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO DELIBERATIVA REMOTA DE 15 DE JULHO DE 2020

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Rogério.

Ficaram dois destaques remanescentes.

O Senador Omar está pedindo a palavra aqui, e eu acho importante a gente ter esse ponto para dialogar, porque nós estamos construindo, por exemplo, a retirada de muitos destaques, o que vai ajudar também o Relator Omar, que deseja se manifestar agora. Eu vou conceder a palavra ao Presidente Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Como Relator.) – Se todos estiverem de acordo quanto a manter a emenda do Senador Amin, a 266, eu posso fazer aqui uma emenda de redação mantendo a emenda, sem precisar ir à votação, se todos estiverem de acordo. Em relação ao destaque do Senador Rogério, do meu querido Rogério, no meu entendimento, você pode pagar até R\$15 mil para dívidas trabalhistas, mas, a partir do momento em que você paga essa dívida e faz um acordo, você tem que reintegrar aquele trabalhador por dois meses; você o reintegra. A lei... Toda essa medida provisória não teria valor algum se não fosse para garantir empregos. Como é que a gente vai fazer uma medida provisória sem garantir empregos?

Há uma outra coisa, veja bem: dívidas trabalhistas. Mesmo com o recurso que o empresário pega, ao adquirir esse crédito, ele pode pagar dívidas trabalhistas, mas tenha certeza, Senador Rogério, de que ele vai ter que pagar, o empresário não vai dar calote no Governo. Ele vai pagar, porque ele está dando garantias. O fundo garantidor vai garantir, mas ele tem que pagar. Tanto é que, no art. 18-A – a Câmara tinha introduzido o art. 18-A –, eu fiz uma modificação, até para dar mais prazo ao empresário para ele poder quitar suas dívidas.

No meu entendimento... Eu não vejo da forma como o senhor está vendo, Senador Rogério. Eu posso estar totalmente equivocado, mas a medida provisória é para garantir emprego, não é para você pegar o dinheiro todo e fazer o que quiser com o dinheiro. Existem, sim, regras para que você adquira esses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Omar.

Pela fala que está registrada nas notas taquigráficas, aqui, na sessão do Senado, o Senador Omar Aziz incorpora integralmente o texto destacado na Emenda 266, e fez isso agora verbalmente aqui, na sessão do Senado Federal. Nós vamos retirar das notas taquigráficas e incorporar ao texto. Mas, aparentemente, ele não aceitou o destaque ou um entendimento com o Líder do PT. Como...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não... Senador Omar...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Não. Eu acho que o objetivo maior de todos nós, Senadores do Congresso, é manter emprego. Se o Senador Rogério está entendendo que isso não mantém emprego, nós temos que ver por que não mantém emprego. Não, V. Exa. não está fazendo um esforço quando construiu um grande acordo em várias matérias que nós votamos... O único objetivo de votar essas matérias é manter as empresas com empregos. Como é que a gente vai manter aqui uma medida provisória não dando a garantia dos empregados?

Eu não estou entendendo... Eu queria saber onde é que está isso aqui, porque até agora eu não consegui enxergar, de que não garante os empregos. É isto que eu quero saber: onde é que não está essa garantia de emprego?

O objetivo maior...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não, Senador Omar, eu acho que V. Exa. está certo. O que eu entendi é que V. Exa. incorpora ao texto de V. Exa. o Destaque 266; portanto, a gente não precisa votá-lo. Como nós...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não é isso?

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Correto, o 266 do Esperidião Amin. Até porque o próprio Líder do Governo disse que construiria isso num acordo. Agora, depende da anuência de todos os Senadores, porque, se não houver anuência, eu não posso incorporar. Então, se alguém estiver contra...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu acho melhor V. Exa. incorporar, porque a ampla manifestação do Senado é no sentido de apoio a esse destaque. Ninguém falou contra esse destaque; todo mundo falou apoiando o Destaque da Rede 266.



A Senadora Zenaide retirou o destaque do PROS, porque entendeu que esse entendimento na 266 contempla o PROS. O Senador Rogério Carvalho fez uma manifestação sobre o emprego e V. Exa. pede uma explicação por que esse destaque garante o emprego. Então, eu ouvi o Senador Rogério Carvalho e vou decidir se nós vamos votar ou não esse destaque.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela Liderança.) – Não vamos empurrar com a barriga.

Deixe-me...

Davi, Davi...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pois não, Líder.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... eu vou retirar o destaque, mas, considerando as argumentações do Relator Omar Aziz, que tem uma larga experiência, fica aqui a minha preocupação, porque no texto a gente não tem a garantia do emprego, apesar de tudo ser feito para garantir o emprego.

Então, eu vou retirar o destaque em consideração ao Relator Omar Aziz e para que a gente possa votar essa matéria e dar respostas que o País precisa.

Obrigado.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Obrigado, Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado ao Líder Rogério Carvalho.

Portanto, ficará incorporada ao texto apresentado e acordado com os Senadores na votação a Emenda nº 266, apresentada pela Rede Sustentabilidade e apoiada por todos os Líderes partidários. Então, nós não votaremos nenhum destaque, e o texto principal será votado como única votação dessa medida provisória com essa requalificação, digamos assim, do relatório, acrescentando a Emenda 266.

É isso? (Pausa.)

Correto. Perfeitamente.

A Presidência colocará em discussão e em votação conjunta, com as observações levantadas pelo Plenário, os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria e o mérito do projeto de lei de conversão, que tem preferência regimental, e as emendas a ele apresentadas, inclusive a emenda apresentada de Plenário, nos termos do parecer.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação remota.

Os Senadores e Senadoras já podem votar e eu vou colher as orientações da bancada.

(*Procede-se à votação.*)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1401, DE 2020

Destaque para votação em separado da Emenda nº 268-PLEN, apresentada à MPV nº 944/2020.

AUTORIA: Líder do PP Ciro Nogueira (PP/PI)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Ciro Nogueira

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome Liderança do Progressistas, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 268 à MPV 944/2020, que “institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos”.

Sala das Sessões, 15 de julho de 2020.

Senador Ciro Nogueira
(PP - PI)
Líder do Progressistas





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1403, DE 2020

Destaque para votação em separado da Emenda º 275-PLEN, apresentada à MPV nº 944/2020.

AUTORIA: Líder do PT Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)




SF/20558.65344-56 (LexEdit)**REQUERIMENTO Nº DE**

Requeiro, em nome da Liderança do PT, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 275 à MPV 944/2020, que “institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos”.

Sala das Sessões, 15 de julho de 2020.

Senador Rogério Carvalho
(PT - SE)
Líder do PT





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1407, DE 2020

Destaque para votação em separado da Emenda nº 278-PLEN, apresentada à MPV nº 944/2020.

AUTORIA: Líder do PROS Telmário Mota (PROS/RR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 278 à MPV 944/2020.

JUSTIFICAÇÃO

A crise econômica em curso vem afetando sobremaneira o mercado de trabalho brasileiro. Segundo a Pnad COVID-19, em maio de 2020, quase 19 milhões de pessoas estavam afastadas do trabalho, sendo que 9,7 milhões não receberam remunerações. Ademais, havia 10,1 milhões de desempregados e 18,5 milhões de pessoas fora da força de trabalho, mas que gostariam de trabalhar e não procuram trabalho em razão da pandemia ou por falta de trabalho na localidade.

É fundamental que se amplie o crédito no âmbito do Pronampe, já que microempresas e empresas de pequeno porte são grandes geradoras de emprego no Brasil. Nesse sentido, a presente emenda propõe triplicar o valor do FGO para viabilizar operações do Pronampe, sobretudo levando em conta que a linha acelerou a execução nos últimos dias. A emenda é compatível com as regras fiscais, já que não há meta de resultado primário, a regra de ouro está suspensa e a despesa pode ser autorizada por crédito extraordinário, sem contabilizar no teto.

Não apoiar as micro e pequenas empresas terá um custo ainda maior sobre a economia e os empregos, reduzindo-se a arrecadação.

Diante de todo o exposto, serve-se do presente requerimento para que o tema seja votado em separado

SF/20085.16256-08 (LexEdit)



Requeiro, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 278 à MPV 944/2020.

Sala das Sessões, 15 de julho de 2020.

Senador Telmário Mota
(PROS - RR)
Líder do partido PROS

SF/20085.16256-08 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1408, DE 2020

Retirada da Emenda nº 279-PLEN, apresentada ao PLV nº 20/2020, proveniente da MPV nº 944/2020.

AUTORIA: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)



[Página da matéria](#)




SF/20584.85153-24 (LexEdit*)**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada em definitivo da EM 279-PLEN, apresentada ao PLV 20 de 2020 (MPV 944/2020), por ter sido enviada em duplicidade equivocadamente

Sala das Sessões, 15 de julho de 2020.

Senador Eduardo Braga
(MDB - AM)
Líder do MDB





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1411, DE 2020

Destaque para votação em separado da Emenda nº 278-PLEN, apresentada à MPV nº 944/2020.

AUTORIA: Líder do PROS Telmário Mota (PROS/RR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança do PROS, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 278 à MPV 944/2020, que “institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos”.

JUSTIFICAÇÃO

A crise econômica em curso vem afetando sobremaneira o mercado de trabalho brasileiro. Segundo a Pnad COVID-19, em maio de 2020, quase 19 milhões de pessoas estavam afastadas do trabalho, sendo que 9,7 milhões não receberam remunerações. Ademais, havia 10,1 milhões de desempregados e 18,5 milhões de pessoas fora da força de trabalho, mas que gostariam de trabalhar e não procuram trabalho em razão da pandemia ou por falta de trabalho na localidade.

É fundamental que se amplie o crédito no âmbito do Pronampe, já que microempresas e empresas de pequeno porte são grandes geradoras de emprego no Brasil. Nesse sentido, a presente emenda propõe triplicar o valor do FGO para viabilizar operações do Pronampe, sobretudo levando em conta que a linha acelerou a execução nos últimos dias. A emenda é compatível com as regras fiscais, já que não há meta de resultado primário, a regra de ouro está suspensa e a despesa pode ser autorizada por crédito extraordinário, sem contabilizar no teto.

Não apoiar as micro e pequenas empresas terá um custo ainda maior sobre a economia e os empregos, reduzindo-se a arrecadação.

SF/20864.10787-00 (LexEdit)



Diante de todo o exposto, serve-se do presente requerimento para que o tema seja votado em separado.

Sala das Sessões, 15 de julho de 2020.

Senador Telmário Mota
(PROS - RR)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1412, DE 2020

Destaque para votação em separado da Emenda nº 266-PLEN, apresentada à MPV nº 944/2020.

AUTORIA: Líder do REDE Randolfe Rodrigues (REDE/AP)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança da Rede Sustentabilidade, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 266 à MPV 944/2020, que “institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos”.

Sala das Sessões, 15 de julho de 2020.

Senador Randolfe Rodrigues
(REDE - AP)

SF/20039.68094-68 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1415, DE 2020

Destaque para votação em separado da Emenda nº 280-PLEN, apresentada ao PLV nº 20/2020, proveniente da MPV nº 944/2020.

AUTORIA: Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM)



[Página da matéria](#)



RQS
01415/2020



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome Liderança do MDB, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da EM 280-PLEN, apresentada ao PLV 20 de 2020, da MPV 944/2020, que “institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos”.

Sala das Sessões, 15 de julho de 2020.

Senador Eduardo Braga
(MDB - AM)
Líder do MDB



SF/20906.46101-80 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1418, DE 2020

Destaque para votação em separado da Emenda n° 281-PLEN, apresentada ao PLV n° 20/2020, proveniente da MPV n° 944/2020.

AUTORIA: Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM)



[Página da matéria](#)



RQS
01418/2020



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome Liderança do MDB, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da EM 281-PLEN, apresentada ao PLV 20 de 2020, da MPV 944/2020, que “institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos”.

Sala das Sessões, 15 de julho de 2020.

Senador Eduardo Braga
(MDB - AM)
Líder do MDB





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1419, DE 2020

Destaque para votação em separado do art. 18 do PLV nº 20/2020, proveniente da MPV nº 944/2020.

AUTORIA: Líder do PODEMOS Alvaro Dias (PODEMOS/PR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Liderança do Podemos

REQUERIMENTO Nº DE

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança do Podemos, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, do artigo 18, do Projeto de Lei de Conversão nº 20/2020, proveniente da MPV 944/2020, que “institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos”.

Sala das Sessões, 15 de julho de 2020.

Senador Alvaro Dias
(PODEMOS - PR)
Líder





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1423, DE 2020

Destaque para votação em separado da Emenda nº 266-PLEN, apresentada ao PLV nº 20/2020, proveniente da MPV nº 944/2020.

AUTORIA: Líder do PODEMOS Alvaro Dias (PODEMOS/PR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Liderança do Podemos

REQUERIMENTO Nº DE

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança do Podemos, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 266, do Projeto de Lei de Conversão nº 20/2020, proveniente da MPV 944/2020, que “institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos”.

Sala das Sessões, 15 de julho de 2020.

Senador Alvaro Dias
(PODEMOS - PR)
Líder





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1443, DE 2020

Retirada de tramitação do RQS° 1419/2020.

AUTORIA: Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Liderança do Podemos

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do RQS 1419/2020, que “destaque para votação em separado do art. 18 do PLV nº 20/2020, proveniente da MPV nº 944/2020”.

Sala das Sessões, 15 de julho de 2020.

Senador Alvaro Dias
(PODEMOS - PR)
Líder





Senado Federal
56ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Simples

PLV nº 20/2020 e Pressupostos da MPV nº 944/2020, nos termos do Parecer, com ajustes do Relator

Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos.

Matéria **PLV 20/2020**

Início Votação **15/07/2020 20:02:39**

Término Votação **15/07/2020 20:43:34**

Sessão **69º Sessão Deliberativa Remota**

Data Sessão

15/07/2020 16:00:00

Partido	Orientação
MDB	SIM
PSD	SIM
Podemos	SIM
PSDB	SIM
DEM	SIM
PROGRES	SIM
PT	SIM
Cidadania	SIM
PDT	SIM
REDE	SIM
PROS	SIM
PL	SIM
PSB	SIM
Republica	SIM
PSL	SIM
PSC	SIM
Governo	SIM

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	SIM
Podemos	PR	Alvaro Dias	SIM
PSD	BA	Angelo Coronel	SIM
PSD	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSD	RJ	Arolde de Oliveira	SIM
PSD	MT	Carlos Fávaro	SIM
PSD	MG	Carlos Viana	SIM
DEM	RR	Chico Rodrigues	SIM
PROGRES	PI	Ciro Nogueira	SIM
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SIM
MDB	SC	Dário Berger	SIM
MDB	AM	Eduardo Braga	SIM
MDB	TO	Eduardo Gomes	SIM
Cidadania	MA	Eliziane Gama	SIM
Podemos	PI	Elmano Férrer	SIM

Emissão 15/07/2020 20:43:38





Senado Federal
56ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Simples

PLV nº 20/2020 e Pressupostos da MPV nº 944/2020, nos termos do Parecer, com ajustes do Relator

Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos.

Matéria **PLV 20/2020** Início Votação **15/07/2020 20:02:39** Término Votação **15/07/2020 20:43:34**
 Sessão **69º Sessão Deliberativa Remota** Data Sessão **15/07/2020 16:00:00**

PROGRES	SC	Esperidião Amin	SIM
REDE	ES	Fabiano Contarato	SIM
MDB	PE	Fernando Coelho	SIM
PROS	AL	Fernando Collor	SIM
REDE	PR	Flávio Arns	SIM
Republica	RJ	Flávio Bolsonaro	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PSD	TO	Irajá	SIM
PSDB	DF	Izalci Lucas	SIM
PT	BA	Jaques Wagner	SIM
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SIM
DEM	MT	Jayme Campos	SIM
PT	RN	Jean Paul Prates	SIM
Cidadania	GO	Jorge Kajuru	SIM
PL	SC	Jorginho Mello	SIM
MDB	PB	José Maranhão	SIM
PROGRES	TO	Kátia Abreu	SIM
Podemos	RS	Lasier Martins	SIM
PSD	AP	Lucas Barreto	SIM
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SIM
MDB	GO	Luiz do Carmo	SIM
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SIM
PSL	SP	Major Olimpio	SIM
MDB	PI	Marcelo Castro	SIM
MDB	AC	Marcio Bittar	SIM
Podemos	ES	Marcos do Val	SIM
DEM	RO	Marcos Rogério	SIM
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SIM
Republica	RR	Mecias de Jesus	SIM
PSD	MS	Nelsinho Trad	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PSDB	AM	Plínio Valério	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
Podemos	DF	Reguffe	SIM
PSDB	MA	Roberto Rocha	SIM
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SIM
DEM	MG	Rodrigo Pacheco	SIM
PT	SE	Rogério Carvalho	SIM

Emissão 15/07/2020 20:43:38





Senado Federal
56ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Simples

PLV nº 20/2020 e Pressupostos da MPV nº 944/2020, nos termos do Parecer, com ajustes do Relator

Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos.

Matéria **PLV 20/2020** Início Votação **15/07/2020 20:02:39** Término Votação **15/07/2020 20:43:34**

Sessão **69º Sessão Deliberativa Remota**

Data Sessão **15/07/2020 16:00:00**

Podemos	RJ	Romário	SIM
Podemos	ES	Rose de Freitas	SIM
PSD	AC	Sérgio Petecão	SIM
MDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSL	MS	Soraya Thronicke	SIM
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PROS	RR	Telmário Mota	SIM
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SIM
PSB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SIM
PL	MT	Wellington Fagundes	SIM
PDT	MA	Weverton	SIM
PROS	RN	Zenaide Maia	SIM
PSC	PA	Zequinha Marinho	SIM

Presidente: *Davi Alcolumbre*

SIM:72 NÃO:0 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:73

Primeiro-Secretario

Emissão 15/07/2020 20:43:38



Projeto de Lei de Conversão nº 18/2020 (proveniente da Medida Provisória nº 927/2020)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1404, DE 2020

Destaque para votação em separado do art. 25 do PLV 18/2020.

AUTORIA: Líder do REDE Randolfe Rodrigues (REDE/AP)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança da Rede Sustentabilidade, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, do artigo 25 do PLV 18/2020 da MPV 927/2020, que “dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências”.

JUSTIFICAÇÃO

O PLV 18/2020 manteve o texto da redação original da MPV 927/2020, que ampliou a jornada de trabalho durante o estado de calamidade pública por acordo individual escrito. Assim, propomos o destaque do artigo 25, para sua votação em separado, a fim de suprimir o referido artigo do texto do PLV.

Sala das Sessões, 15 de julho de 2020.

Senador Randolfe Rodrigues
(REDE - AP)

SF/20745.19384-55 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1413, DE 2020

Destaque para votação em separado da Emenda nº 1087-PLEN ao PLV 18/2020.

AUTORIA: Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM)



[Página da matéria](#)



RQS
01413/2020

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome Liderança do MDB, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da EM 1087-PLEN, apresentada ao PLV 18 de 2020, da MPV 927/2020, que “dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências”.

JUSTIFICAÇÃO

O Senador Irajá apresenta em seu relatório, ao PLV 18 de 2020, a Emenda nº 1087-PLEN.

Essa alteração trazida na Emenda 1087-PLEN tem o potencial de frustrar a arrecadação do ano de 2020 em mais de R\$ 460 bilhões, considerando que teremos um déficit histórico neste ano e não temos espaço fiscal para esta prorrogação de recolhimento de tributos.

O Impacto do adiamento pretendido é de R\$ 30 bilhões apenas em 3 meses.

Assim, sugerimos que seja destacada essa emenda e suprimida essa pretensa alteração.



Requeiro, em nome Liderança do MDB, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da EM 1087-PLEN, apresentada ao PLV 18 de 2020, da MPV 927/2020, que “dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública...

Sala das Sessões, 15 de julho de 2020.

Senador Eduardo Braga
(MDB - AM)
Líder do MDB





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1414, DE 2020

Destaque para votação em separado da Emenda nº 1084-PLEN ao PLV 18/2020.

AUTORIA: Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM)



[Página da matéria](#)



RQS
01414/2020

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome Liderança do MDB, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da EM 1084-PLEN, apresentada ao PLV 18 de 2020, da MPV 927/2020, que “dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências”.

JUSTIFICAÇÃO

O Senador Irajá apresenta em seu relatório, ao PLV 18 de 2020, a Emenda nº 1084-PLEN, que trata de suspensão de recolhimentos.

A proposição extrapola o texto original e o do PLV 18, de 2020, pois considera suspenso o recolhimento dos encargos e contribuições pelos empregadores durante todo o tempo da pandemia. Caso implementada, o impacto para a gestão dos recursos tende a ser de grande monta o que precisaria de avaliação quanto ao impacto financeiro a ser efetuado.

Assim, sugerimos que seja destacada essa emenda e suprimida essa pretensa alteração.



SF/20837.76178-60 (LexEdit)



Requeiro, em nome Liderança do MDB, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da EM 1084-PLEN, apresentada ao PLV 18 de 2020, da MPV 927/2020, que “dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública...

Sala das Sessões, 15 de julho de 2020.

Senador Eduardo Braga
(MDB - AM)
Líder do MDB

SF/20837.761 78-60 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1434, DE 2020

Retirada de tramitação do RQS 1351/2020 oferecido à Medida Provisória nº 927, de 2020.

AUTORIA: Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Liderança do Podemos

REQUERIMENTO Nº DE

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do RQS 1351/2020, que “destaque para votação em separado da Emenda nº 1086, apresentada à MPV nº 927/2020”.

Sala das Sessões, 15 de julho de 2020.

Senador Alvaro Dias
(PODEMOS - PR)
Líder



SF/20571.44998-05 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1435, DE 2020

Retirada de tramitação do RQS 1349/2020 oferecido à Medida Provisória nº 927, de 2020.

AUTORIA: Líder do PT Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

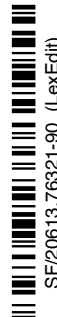
REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do RQS 1349/2020, que “destaque para votação em separado do parágrafo único do art. 1º do PLV nº 18/2020, proveniente da MPV nº 927/2020”.

Sala das Sessões, 15 de julho de 2020.

Senador Rogério Carvalho
(PT - SE)
Líder do PT



SF/20613.76321-90 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1444, DE 2020

Retirada de tramitação do RQS 1350/2020 oferecido à Medida Provisória nº 927, de 2020.

AUTORIA: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do RQS 1350/2020, que “destaque para votação em separado, visando a supressão da expressão ‘que terá preponderância sobre os demais instrumentos normativos’, presente no art. 2º do PLV nº 18/2020, proveniente da MPV nº 927/2020”.

Sala das Sessões, 15 de julho de 2020.

Senador Rogério Carvalho
(PT - SE)
Líder do PT





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1445, DE 2020

Adiamento da votação do PLV 18/2020 proveniente da MPV 927/2020 para que ocorra no dia 16/07/2020.

AUTORIA: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)



**SENADO FEDERAL****RQS
01445/2020**

REQUERIMENTO N° , DE 2020
(ao PLV 18/2020 proveniente da MPV 927/2020)



Exmo. Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 315 do Regimento Interno do Senado Federal, o adiamento da votação do PLV 18/2020 proveniente da MPV 927/2020 para que ocorra no dia 16/07/2020.

Sala das Sessões, de 2020.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Matéria recebida da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3058, DE 2020

Prorroga até 30 de setembro de 2020 a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde, de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecida na Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020; e dá outras providências.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1899811&filename=PL-3058-2020



[Página da matéria](#)



Prorroga até 30 de setembro de 2020 a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde, de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecida na Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica prorrogada até 30 de setembro de 2020 a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviços de saúde, de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecida pelo art. 1º da Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020, garantindo-lhes os repasses dos valores financeiros contratualizados, na sua integralidade.

Parágrafo único. Incluem-se nos prestadores de serviços de saúde referidos no *caput* deste artigo pessoas jurídicas de direito público e pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos.

Art. 2º O pagamento dos procedimentos financiados pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (Faec) deve ser efetuado conforme produção aprovada pelos gestores estaduais, distrital e municipais de saúde, nos mesmos termos estabelecidos antes da vigência da Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020.

Parágrafo único. Os valores que ficaram retidos do Faec, em razão do disposto no *caput* do art. 2º da Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020, referente às competências de



2

março, abril, maio e junho de 2020, aprovados pelos gestores estaduais, distrital e municipais de saúde, serão pagos em parcela única pelo Ministério da Saúde.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 15 de julho de 2020.

RODRIGO MAIA
Presidente



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 13.992 de 22/04/2020 - LEI-13992-2020-04-22 - 13992/20

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2020;13992>

- artigo 1º

- artigo 2º



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3800, DE 2020

Revoga o inciso II do art. 10 da Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020, que define a garantia provisória no emprego ao empregado que receber o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, em decorrência da redução da jornada de trabalho e do salário ou da suspensão temporária do contrato de trabalho.

AUTORIA: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

Revoga o inciso II do art. 10 da Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020, que define a garantia provisória no emprego ao empregado que receber o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, em decorrência da redução da jornada de trabalho e do salário ou da suspensão temporária do contrato de trabalho.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica revogado o inciso II do art. 10 da Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 936, de 1º de abril de 2020, possibilitou às empresas suspender contratos ou reduzir a jornada de trabalho com redução do salário. Infelizmente, observamos que muitos empregadores preferiram não aderir à ideia, devido a exigência de manutenção dos empregos pelo mesmo prazo em que ocorreu a suspensão ou redução da jornada de trabalho.

Para a maioria dos setores da economia a previsão é de que a recuperação será muito lenta, podendo ir de seis meses a até um ano após o arrefecimento da pandemia causada pelo Covid-19.

Segundo especialistas, nos primeiros meses de reinício das atividades, o faturamento das empresas será de 20% a 50% do que era antes da crise. Assim, a regra proposta pela medida provisória tem inibido a adesão de boa parte de empresários, pois após o término do isolamento e com a economia fraca, eles terão de manter os funcionários com estabilidade garantida por um expressivo período.



Fernando Veloso (Blog do IBRE – FGV IBRE, 1/6/2020), lembra que, em decorrência de diversos indicadores de atividade econômica, muitos analistas revisaram para baixo as projeções para o desempenho do PIB em 2020. O IBRE/FGV prevê queda de 5,4%, mas já existem estimativas de redução em torno de 8% ou até mais. Num ambiente de queda tão abrupta do PIB, a grande dúvida é a velocidade da recuperação da atividade econômica após a pandemia do Covid-19. Em uma situação em que não existe clareza sobre a direção da política econômica, os empresários postergam investimentos e contratações formais, como tem acontecido nos últimos anos.

Por essas razões, esperamos contar com o apoio de nossos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador CONFÚCIO MOURA



aw2020-06526

Página 3 de 4

Avulso do PL 3800/2020.



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 14.020 de 06/07/2020 - LEI-14020-2020-07-06 - 14020/20

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2020;14020>

- inciso II do artigo 10

- Medida Provisória nº 936 de 01/04/2020 - MPV-936-2020-04-01 - 936/20

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2020;936>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3804, DE 2020

Estabelece a obrigatoriedade de cobertura dos testes de covid-19 por planos de saúde.

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)



[Página da matéria](#)



**SENADO FEDERAL****PROJETO DE LEI Nº , DE 2020**

Estabelece a obrigatoriedade de cobertura dos testes de covid-19 por planos de saúde.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece a obrigatoriedade de cobertura dos testes de covid-19 por planos de saúde.

Art. 2º A Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 3º-K:

“**Art. 3º-K** É obrigatória a cobertura de testes para a detecção de SARS-COV-2 (coronavírus ou COVID-19) - PCR, IgA, IgG e IgM - por planos de saúde contratados de qualquer espécie, sempre que houver recomendação médica.

Parágrafo único. Caso o usuário do plano de saúde comprove, por meio de nota fiscal ou outro documento oficial correlato idôneo, ter realizado testes para a detecção de SARS-COV-2 (coronavírus ou COVID-19) - PCR, IgA, IgG e IgM - com recomendação médica, o plano de saúde contratado será obrigado a ressarcir o valor pago pelo usuário.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



SF/20693.47057-66



JUSTIFICAÇÃO

Pela Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, o Ministro de Estado da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN). Após isso, o Congresso Nacional aprovou o projeto que deu origem à Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, que vigorará enquanto perdurar o estado de emergência de saúde internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

A ANS editou a Resolução Normativa nº 453/2020 - de 13 de março de 2020 -, na qual foi incluído, no rol de procedimentos obrigatórios para beneficiários de planos de saúde, o teste de detecção do SARS-COV-2 (o PCR). Entretanto, ficaram de fora da cobertura os testes IgA, IgG e IgM.

Apenas por decisão liminar da justiça federal de primeiro grau, os testes estavam sendo cobertos. No entanto, ontem, 14/7, houve decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região suspendendo a eficácia da decisão liminar.

Assim, por decisão da ANS, não há obrigatoriedade de cobertura dos testes IgA, IgG e IgM de detecção da covid-19. O Congresso Nacional não pode pactuar com essa medida, que põe ainda mais em risco a população brasileira, devendo, mais uma vez, tomar as rédeas frente à omissão institucionalizada do Poder Executivo.

Desta forma, solicitamos o apoio dos Pares para aprovação desta importante providência no enfrentamento da covid-19.

Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUES
(REDE/AP)



SF/20693.47057-66



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 13.979 de 06/02/2020 - LEI-13979-2020-02-06 - 13979/20
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2020;13979>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3814, DE 2020

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, (Lei Orgânica da Saúde), e a Lei nº 13.787, de 27 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente, para obrigar o Sistema Único de Saúde a manter plataforma digital única com informações de saúde dos pacientes.

AUTORIA: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador CONFÚCIO MOURA

PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, (Lei Orgânica da Saúde), e a Lei nº 13.787, de 27 de dezembro de 2018, que *dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente*, para obrigar o Sistema Único de Saúde a manter plataforma digital única com informações de saúde dos pacientes.



SF/20915.47054-17

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 15 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXII:

“Art. 15.

.....
XXII - manter plataforma digital com informações relativas ao histórico de saúde dos pacientes atendidos em estabelecimentos de saúde, nos termos do art. 6º-A da Lei nº 13.787, de 27 de dezembro de 2018.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 13.787, de 27 de dezembro de 2018, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 6º-A:

“Art. 6º-A. O Sistema Único de Saúde (SUS) manterá plataforma digital única com informações relativas ao histórico de saúde dos pacientes atendidos em estabelecimentos de saúde públicos ou privados.



§ 1º Compete ao gestor federal do SUS disponibilizar a plataforma de que trata o *caput* deste artigo, com módulo de entrada e registro de dados a ser fornecido a todos os estabelecimentos de saúde, públicos e privados.

§ 2º Poderão ser registrados na plataforma digital de que trata o *caput* prontuários médicos, resultados e laudos de exames complementares e de apoio diagnóstico, procedimentos ambulatoriais e hospitalares, prescrições médicas e outros dados demográficos e de saúde, conforme o regulamento.

§ 3º Somente poderão ser vinculados ao paciente, em seu histórico de saúde, os dados por ele autorizados, ficando os demais registrados na plataforma digital de forma não vinculada ao paciente, garantindo-se a anonimização dos dados.

§ 4º As informações pessoais do histórico de saúde serão sigilosas, podendo ser acessadas apenas pelo titular dos dados e pelos profissionais de saúde diretamente envolvidos com o atendimento do paciente, mediante autorização do próprio paciente ou de seu representante legal.

§ 5º Em prol do maior benefício ao paciente, em situação de emergência, quando a autorização prevista no § 4º não puder ser colhida, é permitido o acesso ao histórico do paciente constante da plataforma digital sem a sua expressa autorização, nos casos em que tais informações forem consideradas indispensáveis para o adequado atendimento ao paciente.

§ 6º O acesso à plataforma se dará por mecanismo de autenticação pessoal apropriado.

§ 7º O uso da plataforma digital será obrigatório para os estabelecimentos de saúde públicos e privados.

§ 8º A comunicação dos dados registrados, pelos estabelecimentos de saúde ao SUS, poderá ser realizada de forma assíncrona, desde que respeitados os prazos definidos em regulamento.

§ 9º Os bancos de dados da plataforma, desde que garantida a anonimização dos dados, poderão ser utilizados para a realização de pesquisas e relatórios epidemiológicos, de acordo com as normas éticas para pesquisa.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos trezentos e sessenta dias da data da data de sua publicação.

SF/20915.47054-17



00100.067811/2020-14
SF/20915.47054-17

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal criou o Sistema Único de Saúde (SUS) não apenas para prestar assistência à saúde dos brasileiros, mas também para ser o ordenador do sistema de saúde nacional, gerenciando e definindo prioridades e as políticas em várias áreas, como saneamento, imunização, vigilância sanitária e epidemiológica, entre outras.

Para cumprir suas extensas atribuições, o SUS necessita de informações e dados epidemiológicos precisos a respeito da saúde da população, para que a alocação dos escassos recursos seja eficiente para enfrentar os desafios sanitários em todo o território nacional.

Para tanto, o Ministério da Saúde conduz levantamentos epidemiológicos de abrangência nacional, muitas vezes em parceria com órgãos de pesquisa, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Essa atividade tem alto custo, de modo que só pode ser realizada de maneira espaçada no tempo, o que é contrário ao dinamismo dos tempos modernos, que exigem reações tempestivas.

Contudo, é preciso notar que as informações dos pacientes são registradas cotidianamente pelas unidades de saúde, quando realizam atendimentos. Todo esse volume de dados pode ser aproveitado em benefício da população e do sistema de saúde brasileiro.

A obtenção de informações é fundamental para a boa gestão do sistema de saúde e também para o atendimento de cada indivíduo.

Com efeito, a pandemia da covid-19, de maneira dura, tem mostrado que o sistema de saúde brasileiro possui vários gargalos e funciona de maneira desintegrada, com desperdício de recursos e fragmentação das ações. Nos estabelecimentos, com a chegada massiva de pacientes, os profissionais não possuem informações sobre o histórico de saúde das pessoas, o que dificulta a definição da abordagem mais adequada a cada caso.

Por esses motivos, consideramos essencial induzir mudanças profundas de cultura em profissionais e estabelecimentos de saúde, para que funcionem como elos de um sistema integrado, o qual deve atuar para prover resposta e estrutura informacional adequada à população.



Assim, propomos que as informações de todos os atendimentos de saúde – que resultam em prescrições, encaminhamentos, prontuários médicos, laudos de exames etc. – sejam reunidas em uma plataforma digital mantida pelo SUS. Isso possibilitará o uso dos dados para fins de gestão e pesquisa e permitirá a disponibilização do histórico de saúde do paciente, quando ele assim autorizar, de forma a que possa ser assistido de maneira mais adequada.

Os bancos de dados associados à plataforma constituirão uma fonte riquíssima de dados para acadêmicos, pesquisadores e gestores de saúde. Atualmente, há algumas informações disponíveis sobre a produção do SUS, enquanto a Agência Nacional de Saúde Suplementar compila outras sobre a qualidade assistencial prestada pelas operadoras a cerca de 25% da população que é beneficiária de planos de saúde.

Reunir esses dados e outros produzidos no âmbito da saúde privada em uma plataforma única, de abrangência nacional, representará grande avanço, que possibilitará a disponibilização do histórico de saúde do paciente, serviço que pode facilitar o acompanhamento de sua saúde, além de permitir o conhecimento sobre a capacidade instalada das unidades de saúde em todo o território nacional, inclusive com georreferenciamento.

Nossa proposta assegura o sigilo dos dados, com a devida necessidade de autorização dos pacientes para que apenas profissionais de saúde diretamente envolvidos em seu atendimento conheçam seu histórico de saúde.

É preciso que o sistema de saúde brasileiro entre definitivamente na era digital, utilizando dados coletados de maneira legítima e autorizada para produzir benefícios aos pacientes, tanto no atendimento individual quanto na gestão das políticas sanitárias.

Certos das vantagens de nossa proposta, contamos com o apoio de nossos pares para que seja aprovada.

Sala das Sessões,

Senador CONFÚCIO MOURA

mi2020-06031

Página 5 de 6

Avulso do PL 3814/2020.



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990 - Lei Orgânica da Saúde - 8080/90
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8080>
 - artigo 15
- Lei nº 13.787 de 27/12/2018 - LEI-13787-2018-12-27 - 13787/18
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2018;13787>
 - artigo 6º-





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3816, DE 2020

Altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a fim de tornar o número do Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF) referência padrão na numeração das carteiras de identidade emitidas por órgãos de Identificação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

AUTORIA: Senador Carlos Viana (PSD/MG)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **CARLOS VIANA**

PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

Altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a fim de tornar o número do Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF) referência padrão na numeração das carteiras de identidade emitidas por órgãos de Identificação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.



SF/20526.33895-33

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

Parágrafo único. A numeração da Carteira de Identidade será a mesma utilizada no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF), servindo para fins de acesso a informações e serviços, de exercício de obrigações e direitos e de obtenção de benefícios perante os órgãos e as entidades do Poder Público, assim como é suficiente para a identificação do indivíduo nas relações de direito privado.” (NR)

“Art. 4º Desde que o interessado o solicite, a Carteira de Identidade conterá, além dos elementos referidos no art. 3º desta Lei, os números de inscrição do titular no Programa de Integração Social - PIS ou no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP.

.....” (NR)

Art. 2º As Carteiras de Identidade emitidas anteriormente à vigência desta Lei continuarão válidas em todo o território nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

A adoção de um número único de identificação do cidadão brasileiro é um anseio da população com vistas à simplificação de suas relações com a sociedade e com entidades e órgãos governamentais e privados.

Nesse sentido, verificam-se esforços do Poder Público, como aqueles advindos do Decreto nº 9.723, de 11 de março de 2019, que *altera o Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, o Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e o Decreto nº 9.492, de 5 setembro de 2018, para instituir o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo da apresentação de outros documentos do cidadão no exercício de obrigações e direitos ou na obtenção de benefícios e regulamentar dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.*

Como o presente projeto de lei, pretendemos ampliar a utilização do número do CPF em qualquer relação na qual a identificação pessoal se faça necessária, seja perante órgãos ou entes governamentais, seja no âmbito das relações privadas.

Um dos maiores méritos dessa medida é que o CPF é um documento já existente, de ampla utilização pelos cidadãos, obrigatório para fins de declaração do Imposto de Renda, solicitação de crédito e abertura de conta bancária e diversos outros servidos, o que implica uma enorme vantagem no que diz respeito à desnecessidade de emissão de um novo documento unificador.

Por tais razões, esperamos contar com o apoio dos ilustres pares na aprovação desta matéria.

Sala das Sessões,

Senador CARLOS VIANA



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto nº 8.936, de 19 de Dezembro de 2016 - DEC-8936-2016-12-19 - 8936/16
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2016;8936>
- Decreto nº 9.094, de 17 de Julho de 2017 - DEC-9094-2017-07-17 - 9094/17
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2017;9094>
- Decreto nº 9.492 de 05/09/2018 - DEC-9492-2018-09-05 - 9492/18
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2018;9492>
- Decreto nº 9.723 de 11/03/2019 - DEC-9723-2019-03-11 - 9723/19
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2019;9723>
- Lei nº 7.116, de 29 de Agosto de 1983 - Lei da Carteira de Identidade - 7116/83
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1983;7116>
- Lei nº 13.460, de 26 de Junho de 2017 - LEI-13460-2017-06-26 - 13460/17
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2017;13460>



Projeto de Lei Complementar





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 185, DE 2020

Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para estabelecer na anexa Lista de Serviços subitem específico em relação à atividade de marketing promocional e para definir a base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente, inclusive sobre propaganda e publicidade.

AUTORIA: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)



[Página da matéria](#)



**SENADO FEDERAL****Senadora Mara Gabrilli****PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2020**

Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para estabelecer na anexa Lista de Serviços subitem específico em relação à atividade de *marketing* promocional e para definir a base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente, inclusive sobre propaganda e publicidade.

SF/20085.85774-74

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 7º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

.....

§ 2º

.....

III – o valor do serviço prestado por fornecedor contratado por prestador de serviço descrito nos subitens 10.08, 17.06 ou 17.26, por conta e ordem do tomador contratante de ambos.

.....” (NR)

Art. 2º O item 17 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“17

.....



17.26 *Marketing* promocional, explorado por meio da organização, planejamento e administração de feiras e exposições, pelo incentivo de distribuição de prêmios realizado por meio de concursos, sorteios ou assemelhados, ou por promoção de eventos de qualquer natureza e congêneres.” (NR)

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A atividade de *marketing* promocional aplicada a produtos ou serviços visa, por meio da interação junto ao público alvo, alcançar objetivos estratégicos de construção de marca, de ativação de vendas e de fidelização do consumidor.

O *marketing* promocional desenvolve-se, entre outras formas de atuação, por meio de:

- a) organização, planejamento e administração de feiras e exposições;
- b) distribuição de prêmios por concursos, sorteios ou assemelhados, assim, como a distribuição de amostras grátis, brindes e outros;
- c) atividades de *marketing* de incentivo, consubstanciadas em concursos de vendas e programas de incentivo;
- d) promoção de eventos de qualquer natureza;
- e) ações de *merchandising* e materiais de ponto de venda (PDV).

No entanto, por não ter previsão em subitem específico da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, vem sofrendo distorções no que se refere à tributação exigida pelas Municipalidades, em especial, no tocante à base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), que tem sido “arbitrada” pelas autoridades fiscais municipais **na totalidade** do custo da produção do evento, das mercadorias e dos serviços produzidos por



terceiros, os quais não integram a remuneração contratada e destinada às agências de *marketing* promocional pela prestação do serviço realizada.

A distorção na compreensão do objeto da atividade de *marketing* promocional tem gerado a dupla incidência tributária sobre os serviços prestados por terceiros fornecedores às agências e, com isso, o desestímulo a esse mercado extremamente importante, inclusive sob o aspecto da formalização dos fornecedores, que para se vincularem às empresas de *marketing* promocional devem emitir, obrigatoriamente, documento fiscal como Nota Fiscal de Serviços Eletrônica ou Nota Fiscal Eletrônica do Tomador/Intermediário de Serviços.

Na contramão da interpretação dos Fiscos municipais, a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que *dispõe sobre a Política Nacional do Turismo*, já prevê para a atividade de organização de eventos – vertente mais proeminente do *marketing* promocional – que *o preço do serviço das empresas organizadoras de eventos é o valor cobrado pelos serviços de organização, a comissão recebida pela intermediação na captação de recursos financeiros para a realização do evento e a taxa de administração referente à contratação de serviços de terceiros* (art. 30, § 2º).

O setor das agências de publicidade e propaganda, cujo padrão de serviços com contrapartida de despesas de terceiros é idêntico ao das agências de *marketing* promocional, já conta com autorização, prevista no Regulamento do Imposto Sobre a Renda (Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, art. 718, inciso II e § 1º), para deduzir as despesas incorridas com a contratação de mídias em geral (televisão, rádio, revistas, jornais) em nome de seus contratantes para fins de incidência do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e, por extensão, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

No mesmo sentido, a Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, que *dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade (...)*, prevê a separação entre o preço dos serviços das agências de propaganda e o preço dos serviços dos especialistas, considerados estes complementares à execução do projeto (art. 14), uma vez que é *conditio sine qua non* a participação de tais expertos na execução das atividades que compõem a entrega final do serviço de publicidade. Idêntica separação ocorre nos serviços realizados pelas agências de *marketing* promocional, sendo que, em ambos os casos, a remuneração daqueles terceiros não compõe o preço dos serviços e, conseqüentemente, a receita das agências.



Essa distinção já é sistematizada na legislação de vários Municípios da Federação. O Regulamento do ISSQN do Município de São Paulo (Decreto nº 53.151, de 17 de maio de 2012, art. 47-A, § 2º) prevê que o preço dos serviços de propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, quando efetivamente prestados por terceiro, **não compõe** a base de cálculo dos serviços prestados pela agência de publicidade.

A razão dessa distinção está na natureza jurídica do conceito de “entradas”, que consistem em valores que, embora transitem graficamente pela contabilidade da empresa, não integram seu patrimônio. Diferem das “receitas”, que correspondem ao benefício efetivamente resultante do exercício da atividade econômica e, por isso, integram o patrimônio da empresa, sendo os únicos elementos evidenciadores de sua capacidade contributiva.

Nesse sentido, a individualização da atividade de *marketing* promocional no rol de serviços descritos na Lista anexa à Lei Complementar nº 116, de 2003, equipará o setor às agências de publicidade no que se refere à formação da base tributável dos serviços prestados, cujo preço (receita) corresponderá tão somente à sua efetiva remuneração, a qual compreende: (i) taxa de administração e, eventualmente, (ii) taxa de agenciamento ou honorários relativos ao gerenciamento de terceiros. Os valores recebidos a tal título [(i) + (ii)] serão os únicos componentes da base de cálculo do ISSQN.

Assim, convicta da importância desta iniciativa, propomos a inclusão do subitem 17.26, relativo à atividade de *marketing* promocional, na Lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 2003, bem como o acréscimo do inciso III ao § 2º do art. 7º da mesma Lei, com vistas a afastar a dupla incidência comentada e, com isso, incentivar a formalização das empresas do setor que auxiliam na consecução dos objetivos sociais das empresas de *marketing* promocional.

Ressaltamos que este projeto de lei complementar não cuida de redução de base de cálculo, benefício tributário vedado ao *marketing* promocional e à publicidade e propaganda pelo § 1º do art. 8º-A da Lei Complementar nº 116, de 2003. Trata-se, aqui, de simples fixação da base de cálculo para a situação específica.

Propomos a vigência da lei complementar resultante da aprovação deste projeto a partir da data de sua publicação, para que desde então, de imediato, possam as Câmaras Municipais e Distrital adaptar a sua legislação à hipótese de exclusão da base de cálculo do ISSQN aqui alvitada. Nessa etapa



SF/20085.85774-74



5

deverão os legislativos municipais cuidar das medidas de adequação orçamentária e financeira exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

Pedimos o apoio dos ilustres Pares para o aperfeiçoamento e a aprovação desta relevante matéria.

Sala das Sessões,

Senadora MARA GABRILLI



LEGISLAÇÃO CITADA

- urn:lex:br:federal:decreto:2012;53151
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2012;53151>
- Decreto nº 9.580 de 22/11/2018 - DEC-9580-2018-11-22 - 9580/18
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2018;9580>
- Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - 101/00
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2000;101>
- Lei Complementar nº 116, de 31 de Julho de 2003 - Lei do ISS; Lei do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - 116/03
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2003;116>
 - artigo 7º
 - parágrafo 1º do artigo 8º
- Lei nº 11.771, de 17 de Setembro de 2008 - Lei Geral do Turismo - 11771/08
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2008;11771>
- Lei nº 12.232, de 29 de Abril de 2010 - LEI-12232-2010-04-29 - 12232/10
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2010;12232>



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1399, DE 2020

Adição de assinatura ao RQS n° 1400/2020.

AUTORIA: Senador Humberto Costa (PT/PE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, a adição de minha assinatura ao requerimento registrado no SEDOL nº SF/20588.15257-88, de autoria do Senador Jaques Wagner.

Sala das Sessões, 14 de julho de 2020.

Senador Humberto Costa
(PT - PE)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1400, DE 2020

Realização de sessão especial, em data oportuna, a fim de celebrar os 120 anos de nascimento do educador Anísio Teixeira

AUTORIA: Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, a ser realizada em data oportuna, a fim de celebrarmos os 120 anos de nascimento do ilustre educador Anísio Teixeira.

JUSTIFICAÇÃO

Baiano de Caetité o professor, educador, empreendedor, jurista, e idealizador da Escola Parque e da Universidade de Brasília, completa, agora em julho, 120 anos de nascimento.

Em homenagem ao destacado educador, o governador Rui Costa, da Bahia, estabeleceu o ano de 2020 como Ano Anísio Teixeira de Educação.

Distinguido na Europa e nos EUA, Anísio Teixeira estudou na Universidade de Colúmbia, onde fez pós-graduação, mesma universidade que o convidou para lecionar, quando foi arbitrariamente retirado do cargo de Reitor da Universidade de Brasília.

Influenciado pela filosofia do norte americano John Dewey, Anísio abraça e desenvolve a educação como saída para o desenvolvimento econômico, cultural e social.

Atuante no Rio de Janeiro, ocupou o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal, afastando-se em 1935 com o golpe do Estado Novo.



SF/20588.15257-88 (LexEdit)

Após desenvolver atividades empresariais na área de mineração, no Amapá, retorna o ambiente democrático do pós-guerra, com a Constituição de 1946.

A Bahia elege Otávio Mangabeira governador que convida o nosso homenageado para retornar ao seu Estado e dirigir a pasta da Educação.

Este foi um período marcante na vida de Anísio, com raízes até os nossos dias. Nasce, pelas suas mãos, a Educação Integral, com a criação do Instituto educacional Carneiro Ribeiro, conhecido como Escola Parque. Ali, naquela inovadora e revolucionária experiência, as crianças do entorno, notadamente as mais pobres, recebiam, pela primeira vez, ensinamentos variados, oficinas de estudo, alimentação, arte, educação física, em interação multidisciplinar de aprendizado e de vida.

A nova escola, a Escola Parque, ganhou fama, se espalhou e marcou o debate educacional da época, influenciando várias instituições fora da Bahia inclusive recebendo incentivos e financiamentos da UNESCO.

Ao retornar ao Rio de Janeiro, Anísio assume a Secretaria Geral da CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e, logo depois, a direção do INEP, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, até o advento do golpe militar em 1964, quando, ao lado de outros intelectuais, teve os seus direitos políticos cassados, sendo afastado dos cargos que ocupava.

No recrudescimento da violência, com o AI-5, Anísio sofre perseguições sistemáticas até o seu desaparecimento em 1971, quando foi encontrado morto no fosso de um elevador do prédio do amigo Sérgio Buarque de Holanda, com as evidências de execução, segundo relatos de familiares e professores universitários.

Em tempos estranhos que vivemos atualmente, sobretudo na área educacional, vale refletir e resgatar o legado e a obra edificante do grande baiano



e brasileiro Anísio Teixeira, razão pela qual apresentamos este Requerimento de realização de uma Sessão Solene, em homenagem aos 120 anos de nascimento do ilustre educador.

Sala das Sessões, 18 de maio de 2020.

Senador Jaques Wagner
(PT - BA)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1432, DE 2020

Informações ao Ministro de Estado do Meio Ambiente.

AUTORIA: Senador Jaques Wagner (PT/BA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, informações sobre a política ambiental brasileira.

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, informações sobre a política ambiental brasileira.

Nesses termos, requisitam-se as seguintes informações e documentos associados:

1. estudos e análises que embasaram a extinção do departamento responsável pelas políticas de combate ao desmatamento na antiga estrutura do Ministério do Meio Ambiente, bem como a exclusão de todas as referências ao tema na atual estrutura da Pasta;
2. estudos e análises que embasaram a extinção da Secretaria de Mudança do Clima na nova estrutura do Ministério do Meio Ambiente, bem como a exclusão de todas as referências ao tema na atual estrutura da pasta;
3. sobre a nova estrutura organizacional do Ministério do Meio Ambiente, que, ao eliminar todas as unidades responsáveis e as referências associadas à mudança do clima e ao desmatamento, criou a Secretaria de Ecoturismo, cujas competências concorrem



SF/20409.25944-81 (LexEdit)

com as do Ministério do Turismo. Encaminhar os estudos e análises que embasaram essa decisão. O que foi realizado por essa Secretaria desde sua criação e qual o planejamento de suas ações para os próximos dois anos?

4. quais ações foram tomadas pelo governo federal para a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima desde 2019? O que foi feito no País para viabilizar o cumprimento das metas brasileiras registradas em nossa Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), no âmbito do Acordo de Paris? O que realizou, nesse período, o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, cuja Secretaria-Executiva cabe ao Ministério do Meio Ambiente? Encaminhar as atas das reuniões desse Comitê desde o início do ano de 2019;
5. quais ações foram tomadas pelo Ministério do Meio Ambiente, desde o início deste governo, para a implementação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM)? Qual dirigente do MMA que coordena sua implementação? Há alguma outro plano ou estratégia para a redução do desmatamento na região? Se sim, qual?
6. encaminhar estudos e análises que embasaram a decisão acerca da paralisação, há um ano e meio, da operação do Fundo Amazônia e os resultados da auditoria anunciada pelo Ministro do Meio Ambiente em alguns contratos do Fundo e que detectou diversas irregularidades em contratos com organizações não governamentais;
7. encaminhar estudos e análises que embasaram a transferência de competências históricas do MMA para o Conselho da Amazônia, tais como propor políticas e iniciativas relacionadas à preservação, à proteção e ao desenvolvimento sustentável da



Amazônia Legal; assegurar o aperfeiçoamento e a integração dos sistemas de proteção ambiental; e acompanhar as ações de desenvolvimento sustentável e o cumprimento das metas globais em matérias de adaptação e mitigação das mudanças climáticas;

8. qual explicação para a expressiva redução do número de multas aplicadas pelo Ibama desde o início da atual gestão?
9. encaminhar estudos e análises que embasaram a edição de decreto para o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem (GLO), visando realizar ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais, direcionada ao desmatamento ilegal, bem como combater focos de incêndio. Por que o Ibama, que sempre conduziu essas ações com o valioso apoio das Forças Armadas quando necessário, perdeu a liderança nesse processo? O que as forças militares podem fazer que os órgãos ambientais não podem?
10. encaminhar estudos e análises que demonstram a necessidade de os órgãos e as entidades públicas federais de proteção ambiental ficarem subordinados aos comandos militares, quando são os órgãos ambientais e os agentes ambientais aqueles que têm competência legal, treinamento e experiência para a fiscalização de ilícitos nesse campo, inclusive a coordenação dos sistemas de inteligência para repressão a esses ilícitos;
11. em relação aos números que têm sido anunciados como resultados da GLO (a Operação Verde Brasil 2), com relação a madeira apreendida, multas aplicadas, destruição de equipamentos, inspeções de veículos, entre outros, qual a adicionalidade da atuação das Forças Armadas? Ou seja, quais os

SF/20409.25944-81 (LexEdit)



SF/20409.25944-81 (LexEdit)

- resultados da operação que se devem exclusivamente às ações da GLO, excluída a atuação dos órgãos federais na região, que já acontecem ou aconteceriam regularmente, independentemente de os militares estarem envolvidos nessas ações?
12. encaminhar estudos e análises que embasaram a decisão de se gastarem cerca de R\$ 60 milhões mensais com a GLO apenas na Amazônia quando, na Lei Orçamentaria de 2020, o Ibama tem autorizados apenas R\$ 76.833.128,00 para a ação orçamentária da fiscalização ambiental para todo o Brasil;
 13. quais as causas da manutenção de elevado número de alertas de desmatamento e de focos de incêndio na Amazônia, a despeito do uso das Forças Armadas na região por meio da GLO?
 14. além das necessárias ações repressivas pelas Forças Armadas, qual a estratégia do governo federal para reduzir o desmatamento na região amazônica?
 15. qual a previsão de duração da operação de GLO?
 16. considerando os estudos que apontam crescente aumento de doenças respiratórias na Amazônia em decorrência das queimadas na região, que tipo de ações foram desenvolvidas pelo MMA em conjunto com o Ministério da Saúde para minimizar esse problema?

JUSTIFICAÇÃO

Os mais recentes dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) apontam, a exemplo do que ocorreu no ano de 2019, preocupantes e inquietantes taxas de focos de incêndio e de alertas de desmatamento na Amazônia. Os dados preliminares registrados pelo Instituto apontam que, mesmo com a expressiva redução da atividade econômica do País em função da pandemia do



Covid-19, e a despeito da ação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) pelas Forças Armadas, não houve avanços em relação à situação do desmatamento e das queimadas verificados no ano de 2019, havendo projeção, para os dados finais de 2020, de cifras bem superiores às verificadas no ano anterior.

Esses dados são alarmantes sobre todos os aspectos. Além de representar inaceitável perda do patrimônio natural do País, e dos consequentes prejuízos econômicos associados a esse quadro, esses números representam para expressiva parcela da população brasileira um ônus adicional em termos de saúde pública. A madeira já desmatada no ano passado e nos primeiros meses de 2020, e ainda não queimada, pode virar fumaça com a estação seca que ora se inicia, potencializando expressivamente o número de internações por problemas respiratórios e pressionando ainda mais o sistema de saúde da região, já duramente afetado pelo Covid-19. Durante a temporada de fogo, extensas áreas da Amazônia têm a qualidade do ar extremamente deteriorada e isso traz forte impacto na saúde da população, especialmente naqueles segmentos menos favorecidos.

A política ambiental conduzida pelo atual governo desde o ano de 2019 tem sido objeto de críticas no País e fora dele. Tanto no discurso quanto na prática, as instituições ambientais foram enfraquecidas, na sua força política e nos recursos de que dispõem. O Ministério do Meio Ambiente e os órgãos a ele vinculados foram ocupados por dirigentes sem experiência e sem conhecimento da área, e servidores de carreira com longa experiência foram destituídos de seus cargos e relegados a funções de menor relevância. Ao mesmo tempo, cumprem-se as promessas de campanha de dar fim à "indústria de multas do Ibama": o número de multas por infrações ambientais no ano de 2019 foi quase 20% inferior ao de 2018, a menor quantidade desde o ano de 1995. A sensação de impunidade gerada por esse comportamento do órgão aumenta, naturalmente, a incidência de crimes e infrações ambientais.

SF/20409.25944-81 (LexEdit)




SF/20409.25944-81 (LexEdit)

Não é por outra razão que o Brasil tem sido tão exposto à crítica internacional, comprometendo o êxito de negociações comerciais em curso, como o acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia, afastando investidores internacionais do País e provocando movimentos de boicote de consumidores contra produtos nacionais. Há poucos dias, um grupo de 29 fundos de investimento de nove países encaminhou carta a diversas embaixadas do Brasil, manifestando preocupação com os resultados da política ambiental brasileira, em particular com o desmatamento na Amazônia.

Em seguida, foi a vez de um grupo de 34 presidentes de empresas nacionais e estrangeiras e de quatro grandes entidades ligadas ao agronegócio enviar uma carta ao Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão, solicitando ações enérgicas para superar a crise ambiental. O documento ressalta como a percepção negativa da imagem do Brasil no exterior pode impactar os negócios e trazer prejuízos econômicos concretos para o País. O fato de um documento que trata da política ambiental não ser encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente ilustra a irrelevância que adquiriu a pasta neste governo e a invisibilidade e falta de credibilidade do seu titular como interlocutor qualificado nesse tema.

Não por acaso, na mesma semana em que os empresários apresentaram sua carta, o Ministério Público Federal entrou com uma ação pedindo o afastamento do Ministro Ricardo Salles do Ministério do Meio Ambiente. Assinado por 12 procuradores, o documento atesta que o ministro cometeu ato de improbidade administrativa ao desestruturar de forma dolosa as estruturas de proteção ao meio ambiente e afirma que sua permanência à frente do MMA traz, “a cada dia, consequências trágicas à proteção ambiental, especialmente pelo alarmante aumento do desmatamento, sobretudo na Floresta Amazônica”.

Diante da importância que a questão do desmatamento tem para a conservação do patrimônio natural brasileiro, para o desenvolvimento econômico do País e para o bem-estar de nossa população, as informações aqui solicitadas



hã de constituir valiosos subsídios para que esta Casa venha a desempenhar de maneira efetiva sua competência de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo.

Sala das Sessões, * data inválida *.

Senador Jaques Wagner
(PT - BA)
Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente

SF/20409.25944-81 (LexEdit)



CONVÊNIO



Processo nº 00200.002721/2020-50



SENADO FEDERAL

CONVÊNIO DE CONSIGNAÇÃO Nº 2020/0026

CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O SENADO FEDERAL E O **BANCO DE BRASÍLIA S/A - BRB**, PARA EMPRÉSTIMOS A SENADORES E SERVIDORES, SOB CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO.

O **SENADO FEDERAL**, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.530.279/0001-15, representado pela sua Diretora-Geral, ILANA TROMBKA, e, do outro lado, o **BANCO DE BRASÍLIA S.A. - BRB**, inscrito sob o CNPJ nº 00.000.208/0001-00, com sede no Setor SBS, Quadra 01 Bloco E, Ed. Brasília, 4º andar, CEP: 70.072-900, Telefone: (61) 3412-8010, representado pelo seu Diretor de Serviços e Produtos, Sr. LUIZ CARLOS COSTA FORMIGARI, brasileiro, portador do CPF nº 391.576.959-20, CI nº 018.537.515-54, expedida pelo Detran-DF, doravante designado **CONVENIADO**, por meio de seus representantes abaixo assinados, ajustam e convencionam a concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal, sujeitando-se as partes às normas disciplinares do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, e do Ato do Primeiro-Secretário nº 7, de 2018, das Leis nºs 8.666/1993 e 13.172/2015, no que couber, do Decreto nº 93.872/1986, mediante as Cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto possibilitar ao **CONVENIADO**, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento aos servidores do **SENADO FEDERAL**.

PARÁGRAFO ÚNICO - A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder o valor equivalente a 35% (trinta e cinco por cento) de sua respectiva remuneração mensal, aí incluída a amortização do empréstimo objeto do presente Convênio, conforme preceitua o artigo 7º do Ato do Primeiro-Secretário nº 7, de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO EMPRÉSTIMO

Os empréstimos serão concedidos por intermédio de qualquer agência do **CONVENIADO**.

PARÁGRAFO ÚNICO – Cada Carta-Proposta/Contrato, após devidamente formalizada e deferida pelo **CONVENIADO**, fica vinculada a este Instrumento, para efeito de realização das consignações aqui estabelecidas.



Senado Federal – Via N2 – Unidade de Apoio II – CEP 70165-900 – Brasília-DF
Telefone: +55 (61) 3303-4334

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E572BD96003735D3.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4828DB7E00375B36.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

Processo nº 00200.002721/2020-50



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ENCARGOS DO SENADO FEDERAL

Durante a vigência deste Convênio, o **SENADO FEDERAL** compromete-se a:

1. fornecer acesso a sistema próprio de gestão de crédito consignado em folha de pagamento, permitindo troca de informações relativas a transações de averbação/desaverbação de empréstimos e a gestão de carteira de contratos;
2. designar os titulares, bem como os respectivos substitutos das unidades de pagamento de pessoal, para responderem pelas informações, de caráter financeiro, a serem prestadas por meio dos expedientes destinados ao processamento dos empréstimos de que trata o presente Convênio; e
3. proceder, mediante simples comunicação por escrito ao **CONVENIADO**, a substituição, cancelamento e/ou constituição de novos responsáveis, de que trata o item anterior, vigorando tais alterações a partir do dia seguinte ao da entrega da referida comunicação ao **CONVENIADO**.

PARÁGRAFO ÚNICO – A consignação em folha de pagamento não implica corresponsabilidade do **SENADO FEDERAL** por dívidas ou compromissos pecuniários assumidos pelo servidor.

CLÁUSULA QUARTA – DOS ENCARGOS DO CONVENIADO

Do **CONVENIADO** será cobrada mensalmente a quantia fixada em Ato do Diretor-Geral do Senado Federal, vigente à época da assinatura do contrato, por linha impressa no contracheque de cada servidor proponente, referente aos custos de geração de arquivos magnéticos e impressão de relatórios de consignações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O **CONVENIADO** encaminhará ao **SENADO FEDERAL**, quando do credenciamento e mensalmente, informações atualizadas referentes à taxa de juros, prazos de financiamento, tarifas praticadas, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), nos padrões de informatização adotados pela Secretaria de Gestão de Pessoas.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O **CONVENIADO** se obriga a fornecer aos consignados extrato e documentos relativos a consignações mensais, sem ônus, desde que solicitado, contendo os dados detalhados dos juros incidentes, saldo devedor, valor amortizado e número de prestações restantes, sob pena de aplicação das sanções previstas na Cláusula Nona deste Instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O **CONVENIADO** se obriga a fornecer saldo devedor, desde que solicitado pelo servidor, diretamente via sistema de gestão de empréstimos consignados em folha de pagamento, em até 1 (um) dia útil contado da solicitação, nos padrões de informatização definidos pela Secretaria de Gestão de Pessoas.



Senado Federal – Via N2 – Unidade de Apoio II – CEP 70165-900 – Brasília-DF
Telefone: +55 (61) 3303-4334

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E572BD96003735D3.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4828DB7E00375B36.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

Processo nº 00200.002721/2020-50



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUARTO – O CONVENIADO se obriga a entregar ao servidor a segunda via do contrato de empréstimo no prazo de 15 (quinze) dias após a sua assinatura.

PARÁGRAFO QUINTO – O CONVENIADO se obriga a observar a ordem das etapas de averbação do empréstimo. A averbação no sistema de gestão de empréstimos consignados em Diretoria-Geral folha de pagamento só deverá ser registrada após assinatura do contrato e regular aprovação do crédito. O recurso financeiro só deverá ser concedido após registro da transação no sistema.

PARÁGRAFO SEXTO – O CONVENIADO designará os titulares e os respectivos substitutos para centralizar as demandas do convênio. Aos responsáveis caberá prestar informações ao **SENADO FEDERAL** sobre os empréstimos consignados em folha de pagamento, bem como dirimir as dúvidas suscitadas pelos servidores desta Casa Legislativa acerca dos contratos firmados.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O CONVENIADO se responsabilizará pelas operações de averbação, amortização e liquidação de empréstimos em sistema de gestão de empréstimo consignado em folha de pagamento, bem como pela veracidade das informações prestadas.

PARÁGRAFO OITAVO – O CONVENIADO, preservando o sigilo bancário, tratará situações de inadimplência diretamente com o servidor titular de parcela(s) vencida(s). Quaisquer providências de negativação com inclusão do nome de servidores nos órgãos de proteção ao crédito só poderão ocorrer após decorridos 10 (dez) dias de notificação oficial ao cliente devedor, tornando-se responsável, única e exclusivamente, o **CONVENIADO** pelo ato de cobrança e/ou negativação pública.

PARÁGRAFO NONO – Para os casos de não processamento integral ou parcial de arquivos das consignações em folha de pagamento, o **CONVENIADO** dará imediata ciência ao Gestor do Convênio, previamente a quaisquer procedimentos de comunicação de inadimplência aos servidores, bem assim de negativação nos órgãos de proteção ao crédito.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Na hipótese de comprovação de que a parcela consignada foi descontada da remuneração mensal do servidor e de que o repasse à instituição consignatária não ocorreu por falha no processamento dos arquivos de consignações em folha de pagamento, o **CONVENIADO** fica proibido de incluir o nome do mutuário nos órgãos de proteção ao crédito.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Caberá ao Gestor do Convênio registrar, acompanhar e supervisionar as reclamações formuladas pelos servidores junto à unidade de pagamento de pessoal, mediante a formalização de termo de ocorrência, em que se anotarão as medidas de negativação ou cobrança indevidamente processadas pelo **CONVENIADO**.



Senado Federal – Via N2 – Unidade de Apoio II – CEP 70165-900 – Brasília-DF
Telefone: +55 (61) 3303-4334

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E572BD96003735D3.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4828DB7E00375B36.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

Processo nº 00200.002721/2020-50



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Formalizado o termo de ocorrência pelo servidor, o Gestor do Convênio notificará o **CONVENIADO** para, no prazo de três dias úteis, comprovar a regularidade das medidas de negativação ou cobrança, bem como proporá correções, apurações ou adoção de medidas preventivas quando houver indícios de irregularidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Caso não reste comprovada a regularidade das medidas de negativação ou cobrança, ou o **CONVENIADO** se recuse a efetuar as correções, apurações ou medidas preventivas propostas, ficará suspenso o processamento de novas operações de empréstimo mediante consignação em folha até o saneamento da ocorrência.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias sem o saneamento da ocorrência, será autuado o devido processo administrativo para apuração de infração contratual, sujeitando-se o **CONVENIADO** às sanções previstas nos incisos I a III do Parágrafo Segundo da Cláusula Nona.

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

Qualquer tolerância de uma das partes para com a outra, só importará em modificação do presente Convênio se expressamente formalizada e acatada pelas partes.

PARÁGRAFO ÚNICO – Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por meio do sistema de gestão de crédito consignado em folha de pagamento ou por escrito, mediante o envio de carta registrada ou por notificação em cartório, conforme opção das partes, diretamente aos endereços constantes deste Termo, ou que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES

O SENADO FEDERAL obriga-se a recolher ao **CONVENIADO**, mensalmente, até o último dia útil de cada mês, o total das prestações devidas por seus servidores, para amortização ou liquidação dos empréstimos, em sua conta corrente, a ser informada pelo **CONVENIADO**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR

Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, o **SENADO FEDERAL** se obriga a comunicar o fato, imediatamente, ao **CONVENIADO**, na forma do que estabelece a Cláusula Décima Primeira.

PARÁGRAFO ÚNICO – Na hipótese acima, a responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base o empréstimo concedido por meio deste Convênio, será assumida inteiramente pelo ex-servidor ou por seus representantes legais para este fim constituídos.



Senado Federal – Via N2 – Unidade de Apoio II – CEP 70165-900 – Brasília-DF
Telefone: +55 (61) 3303-4334

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E572BD96003735D3.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4828DB7E00375B36.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

Processo nº 00200.002721/2020-50



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E VALIDADE

O presente convênio terá vigência por 24 (vinte e quatro) meses consecutivos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, a critério das partes e mediante termo aditivo, tendo eficácia após a publicação de seu extrato no Diário do Senado Federal.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES

O descumprimento pelo **CONVENIADO** das obrigações previstas no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, no Ato do Primeiro-Secretário nº 7, de 2018, e neste Convênio, o sujeitará às sanções no parágrafo segundo desta cláusula, sem prejuízo das estabelecidas no art. 87 da Lei 8.666/93, garantindo o direito de defesa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os valores referentes a descontos considerados indevidos deverão ser integralmente ressarcidos ao prejudicado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da constatação da irregularidade, na forma pactuada entre o consignatário e o consignado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O descumprimento do disposto no Parágrafo Primeiro implica, assegurado o devido processo legal:

- I – suspensão do repasse dos valores mensais previstos no respectivo contrato;
- II – suspensão temporária do credenciamento da entidade consignatária, com suspensão do repasse dos valores mensais que lhes foram consignados; e
- III – descredenciamento definitivo da entidade consignatária, com suspensão do repasse da totalidade dos valores que lhes foram consignados, até que se proceda a liquidação definitiva.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

É facultado às partes denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, o que implicará a suspensão imediata do processamento dos empréstimos ainda não averbados, remanescendo, porém, as obrigações assumidas pelas partes nos contratos de financiamentos já formalizados, até a efetiva liquidação destes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES

Independentemente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido, com a



Senado Federal – Via N2 – Unidade de Apoio II – CEP 70165-900 – Brasília-DF
Telefone: +55 (61) 3303-4334

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E572BD96003735D3.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4828DB7E00375B36.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

Processo nº 00200.002721/2020-50



SENADO FEDERAL

cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

PARÁGRAFO ÚNICO – A consignação relativa à amortização de empréstimo somente poderá ser cancelada com a aquiescência do servidor e do consignatário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO

A soma mensal das consignações facultativas de cada consignado não excederá a trinta por cento da respectiva remuneração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quando o limite previsto no Parágrafo anterior tiver sido extrapolado, mediante acordo entre consignatário e consignado, o saldo devedor poderá ser refinanciado por prazo superior ao prazo de amortização fixado por Ato da Comissão Diretora do Senado Federal, desde que o valor das prestações mensais seja idêntico ao valor máximo da margem consignável do servidor, ressalvada a última parcela de valor residual.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Considera-se remuneração para fins deste Instrumento, a soma dos vencimentos com os adicionais de caráter individual e demais vantagens, nestas compreendidas a fixada no art. 6º da Resolução nº 42, de 1993, à razão de 1/12 (um doze avos) do valor anualizado, as relativas à natureza ou ao local de trabalho e a prevista no art. 62-A da Lei nº 8.112, de 1990, ou outra paga sob o mesmo fundamento, sendo excluídas:

- I – diárias;
- II – ajuda de custo;
- III – indenização da despesa do transporte quando o servidor, em caráter permanente, for mandado servir em nova sede;
- IV – salário-família;
- V – gratificação natalina;
- VI – gratificação pela participação em comissão especial ou similar;
- VII – auxílio-natalidade;
- VIII – auxílio-moradia;
- IX – auxílio-funeral;
- X – auxílio-alimentação;
- XI – auxílio-creche;
- XII – adicional de férias;
- XIII – adicional pela prestação de serviço extraordinário;



Senado Federal – Via N2 – Unidade de Apoio II – CEP 70165-900 – Brasília-DF
Telefone: +55 (61) 3303-4334

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E572BD96003735D3.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4828DB7E00375B36.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

Processo nº 00200.002721/2020-50



SENADO FEDERAL

XIV – adicional noturno;

XV – adicional de insalubridade;

VI – vantagem ou benefício reconhecido a título de exercício anterior; e

XVII – qualquer outro auxílio ou adicional estabelecido por lei e que tenha caráter indenizatório.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A soma das consignações facultativas com as compulsórias não poderá exceder a 70% (setenta por cento) da remuneração do consignado, apurada na forma do § 1º do art. 7º do Ato nº 7, de 2018 do Primeiro-Secretário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA TAXA MENSAL DE JUROS

A taxa mensal de juros não poderá ser superior a 1,6% (um inteiro e seis décimos por cento), observada ainda a menor taxa de juros praticada no âmbito da administração pública, sob pena de descredenciamento (art. 1º do APR nº 18/2009 c/c art. 1º, §1º, do ATC nº 15/2005, e art. 11º, §1º, do APS nº 7/2018).

PARÁGRAFO ÚNICO – A taxa máxima de juros poderá ser alterada mediante mútuo acordo entre as partes, respeitados os limites previstos nos normativos aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PRAZO DE AMORTIZAÇÃO

É fixado em até 120 (cento e vinte) meses o prazo máximo para as operações financeiras consignadas em folha de pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Qualquer tolerância de uma das partes para com a outra só importará em modificação do presente Convênio se expressamente formalizada e acatada pelas partes.

PARÁGRAFO ÚNICO – Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por meio do sistema de gestão de crédito consignado em folha de pagamento ou por escrito, mediante o envio de carta registrada ou por notificação em Cartório, conforme opção das partes, diretamente aos endereços constantes deste Termo, ou que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FUNDAMENTO LEGAL

O presente Convênio rege-se nos termos previstos no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, e no Ato do Primeiro-Secretário nº 7, de 2018, aplicando-se ainda a norma prevista no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, bem assim, subsidiariamente, as disposições das Leis nº 8.666/93, 8.078/90 e 13.172/2015.



Senado Federal – Via N2 – Unidade de Apoio II – CEP 70165-900 – Brasília-DF
Telefone: +55 (61) 3303-4334

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E572BD96003735D3.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4828DB7E00375B36.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

Processo nº 00200.002721/2020-50



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja. E para firmeza e validade do pactuado, assinam o presente Convênio em 2 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

Brasília-DF, ____ de _____ de 2020.

ILANA TROMBKA
DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL

LUIZ CARLOS COSTA
FORMIGARI:39157695920

Assinado de forma digital por LUIZ CARLOS COSTA
FORMIGARI:39157695920
Dados: 2020.07.09 18:51:28 -03'00'

LUIZ CARLOS COSTA FORMIGARI
BANCO DE BRASÍLIA S/A - BRB

Nome da Primeira Testemunha
CPF-MF Nº
RG

Nome da Segunda Testemunha
CPF-MF Nº
RG

U:\COPLAC\SECON\SECON2020\MINUTAS\ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, CONVÊNIOS E PROTOCOLO DE INTENÇÕES\BRB - NOVO CN - 002721 2020 (AP)v2.doc



Senado Federal – Via N2 – Unidade de Apoio II – CEP 70165-900 – Brasília-DF
Telefone: +55 (61) 3303-4334

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E572BD96003735D3.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4828DB7E00375B36.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Otto Alencar*
PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio Grande do Sul

PODEMOS - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Amazonas

PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Rio de Janeiro

PODEMOS - Romário*
PSD - Arolde de Oliveira**
Bloco-REPUBLICANOS - Flávio Bolsonaro**

Ceará

Bloco-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PDT - Cid Gomes**
PODEMOS - Eduardo Girão**

Paraná

PODEMOS - Alvaro Dias*
Bloco-REDE - Flávio Arns**
PODEMOS - Oriovisto Guimarães**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-CIDADANIA - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Paraíba

Bloco-MDB - José Maranhão*
Bloco-PP - Daniella Ribeiro**
Bloco-PSB - Veneziano Vital do Rêgo**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-MDB - Marcio Bittar**
PSD - Sérgio Petecão**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Espírito Santo

PODEMOS - Rose de Freitas*
Bloco-REDE - Fabiano Contarato**
PODEMOS - Marcos do Val**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
PSD - Nelsinho Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

Piauí

PODEMOS - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Distrito Federal

PODEMOS - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-PSB - Leila Barros**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Serra*
Bloco-PSL - Major Olimpio**
Bloco-PSDB - Mara Gabrilli**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
PODEMOS - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-MDB - Confúcio Moura**
Bloco-DEM - Marcos Rogério**

Minas Gerais

PSD - Antonio Anastasia*
PSD - Carlos Viana**
Bloco-DEM - Rodrigo Pacheco**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PL - Jorginho Mello**

Tocantins

Bloco-PP - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
PSD - Irajá**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-CIDADANIA - Jorge Kajuru**
PSD - Vanderlan Cardoso**

Alagoas

Bloco-PROS - Fernando Collor*
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
PSD - Lucas Barreto**
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Mato Grosso

Bloco-PL - Wellington Fagundes*
PSD - Carlos Fávaro**
Bloco-DEM - Jayme Campos**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-CIDADANIA - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-DEM - Chico Rodrigues**
Bloco-REPUBLICANOS - Mecias de Jesus**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 21

MDB-13 / PP-6 / REPUBLICANOS-2

Ciro Nogueira.	PP / PI
Confúcio Moura.	MDB / RO
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Flávio Bolsonaro.	REPUBLICANOS / RJ
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
José Maranhão.	MDB / PB
Kátia Abreu.	PP / TO
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	MDB / AC
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Renan Calheiros.	MDB / AL
Simone Tebet.	MDB / MS

PSD - 12

Angelo Coronel.	BA
Antonio Anastasia.	MG
Arolde de Oliveira.	RJ
Carlos Fávaro.	MT
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Sérgio Petecão.	AC
Vanderlan Cardoso.	GO

Bloco Parlamentar Senado Independente - 11

CIDADANIA-3 / REDE-3 / PDT-3 / PSB-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Flávio Arns.	REDE / PR
Jorge Kajuru.	CIDADANIA / GO
Leila Barros.	PSB / DF
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Veneziano Vital do Rêgo.	PSB / PB
Weverton.	PDT / MA

PODEMOS - 10

Alvaro Dias.	PR
Eduardo Girão.	CE
Elmano Férrer.	PI
Lasier Martins.	RS
Marcos do Val.	ES
Oriovisto Guimarães.	PR
Reguffe.	DF
Romário.	RJ
Rose de Freitas.	ES
Styvenson Valentim.	RN

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Fernando Collor.	PROS / AL
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 9

DEM-6 / PL-2 / PSC-1

Chico Rodrigues.	DEM / RR
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PL / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Rodrigo Pacheco.	DEM / MG
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

Bloco Parlamentar PSDB/PSL - 9

PSDB-7 / PSL-2

Izalci Lucas.	PSDB / DF
José Serra.	PSDB / SP
Major Olimpio.	PSL / SP
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Plínio Valério.	PSDB / AM
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	21
PSD.	12
Bloco Parlamentar Senado Independente.	11
PODEMOS.	10
Bloco Parlamentar Vanguarda.	9
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
Bloco Parlamentar PSDB/PSL.	9
TOTAL.	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Irajá** (PSD-TO)	Omar Aziz* (PSD-AM)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)	Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Paulo Paim** (PT-RS)
Antonio Anastasia* (PSD-MG)	Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Arolde de Oliveira** (PSD-RJ)	Jayme Campos** (DEM-MT)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Carlos Fávaro** (PSD-MT)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Carlos Viana** (PSD-MG)	Jorge Kajuru** (CIDADANIA-GO)	Reguffe* (PODEMOS-DF)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)	Jorginho Mello** (PL-SC)	Renan Calheiros** (MDB-AL)
Cid Gomes** (PDT-CE)	José Maranhão* (MDB-PB)	Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Ciro Nogueira** (PP-PI)	José Serra* (PSDB-SP)	Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Confúcio Moura** (MDB-RO)	Kátia Abreu* (PP-TO)	Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)	Lasier Martins* (PODEMOS-RS)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Dário Berger* (MDB-SC)	Leila Barros** (PSB-DF)	Romário* (PODEMOS-RJ)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)	Lucas Barreto** (PSD-AP)	Rose de Freitas* (PODEMOS-ES)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)	Luiz do Carmo* (MDB-GO)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)	Major Olimpio** (PSL-SP)	Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
Elmano Férrer* (PODEMOS-PI)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Fabiano Contarato** (REDE-ES)	Marcio Bittar** (MDB-AC)	Vanderlan Cardoso** (PSD-GO)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Marcos Rogério** (DEM-RO)	Veneziano Vital do Rêgo** (PSB-PB)
Fernando Collor* (PROS-AL)	Marcos do Val** (PODEMOS-ES)	Wellington Fagundes* (PL-MT)
Flávio Arns** (REDE-PR)	Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)	Weverton** (PDT-MA)
Flávio Bolsonaro** (REPUBLICANOS-RJ)	Mecias de Jesus** (REPUBLICANOS-RR)	Zenaide Maia** (PROS-RN)
Humberto Costa** (PT-PE)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)	Zequinha Marinho** (PSC-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Antonio Anastasia - (PSD-MG)

2º VICE-PRESIDENTE

Lasier Martins - (PODEMOS-RS)

1º SECRETÁRIO

Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º SECRETÁRIO

Eduardo Gomes - (MDB-TO)

3º SECRETÁRIO

Flávio Bolsonaro - (REPUBLICANOS-RJ)

4º SECRETÁRIO

Luis Carlos Heinze - (PP-RS)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Marcos do Val - (PODEMOS-ES)

2º Weverton - (PDT-MA)

3º Jaques Wagner - (PT-BA)

4º Leila Barros - (PSB-DF)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/REPUBLICANOS) - 21</p> <p>Líder Esperidião Amin - PP (26)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 13 Eduardo Braga (2,25,35)</p> <p>Vice-Líder do MDB Marcio Bittar (44)</p> <p>Líder do PP - 6 Ciro Nogueira (8,57)</p> <p>Vice-Líder do PP Daniella Ribeiro (6,58)</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 2 Mecias de Jesus (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB/PSL) - 9</p> <p>Líder Rodrigo Cunha - PSDB (32,45,59)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 7 Roberto Rocha (21)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Izalci Lucas (33,40) Rodrigo Cunha (32,45,59)</p> <p>Líder do PSL - 2 Major Olimpio (7)</p> <p>Vice-Líder do PSL Soraya Thronicke (54)</p>	<p>Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA/REDE/PDT/PSB) - 11</p> <p>Líder Veneziano Vital do Rêgo - PSB (22,60)</p> <p>.....</p> <p>Líder do CIDADANIA - 3 Eliziane Gama (10)</p> <p>Vice-Líder do CIDADANIA Alessandro Vieira (42)</p> <p>Líder do REDE - 3 Randolfe Rodrigues (20)</p> <p>Vice-Líder do REDE Fabiano Contarato (55)</p> <p>Líder do PDT - 3 Weverton (5)</p> <p>Líder do PSB - 2 Veneziano Vital do Rêgo (22,60)</p>
<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9</p> <p>Líder Paulo Rocha - PT (37)</p> <p>Vice-Líder Zenaide Maia (18,30)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 6 Rogério Carvalho (34,56)</p> <p>Líder do PROS - 3 Telmário Mota (19)</p> <p>Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (18,30)</p>	<p>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 9</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PL (14)</p> <p>Vice-Líderes Rodrigo Pacheco (3,16) Jorginho Mello (9,15) Zequinha Marinho (17,31)</p> <p>.....</p> <p>Líder do DEM - 6 Rodrigo Pacheco (3,16)</p> <p>Vice-Líder do DEM Marcos Rogério (43)</p> <p>Líder do PL - 2 Jorginho Mello (9,15)</p> <p>Líder do PSC - 1 Zequinha Marinho (17,31)</p>	<p>PSD - 12</p> <p>Líder Otto Alencar - PSD (11)</p> <p>Vice-Líderes Irajá Angelo Coronel</p>
<p>PODEMOS - 10</p> <p>Líder Alvaro Dias - PODEMOS (1)</p> <p>Vice-Líderes Oriovisto Guimarães (29,47) Eduardo Girão (24,48) Rose de Freitas (28,46,61)</p>	<p>Maioria</p> <p>Líder Eduardo Braga - MDB (2,25,35)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Fernando Bezerra Coelho - MDB (36)</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Gomes (38,53) Elmano Férrer (39) Izalci Lucas (33,40) Chico Rodrigues (41)</p>
<p>Minoria</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - REDE (20)</p>		

Notas:

1. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
2. Em 02.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 001/2019-GLMDB).
3. Em 02.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado líder do Partido Democratas (Of. 001/2019-GLDEM).
4. Em 02.02.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 010/2019-GLDPSB).
5. Em 02.02.2019, o Senador Weverton Rocha foi designado líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. s/n/2019).
6. Em 02.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada líder do Partido Progressista (Of. 001/2019-GLDPP).
7. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf



8. Em 02.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 003/2019-GLDPP).
9. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
10. Em 02.02.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada líder do Partido Popular Socialista (Of. 001/2019).
11. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).
12. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
13. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT).
14. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
15. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
16. Em 06.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
17. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
18. Em 06.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
19. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA).
20. Em 06.02.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder do Partido Rede Sustentabilidade (Memo. 1/2019).
21. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
22. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
23. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
24. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
25. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
26. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
27. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 3º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
28. Em 13.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
29. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
30. Em 14.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada 1ª vice-líder do Partido Republicano da Ordem Social-PROS, conforme Of. 37/2019-GSTMOTA, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2019.
31. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
32. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
33. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
34. Em 19.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 4/2019-GLDPT).
35. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
36. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54).
37. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD).
38. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
39. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
40. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
41. Em 15.03.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado 4º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
42. Em 08.05.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado vice-líder do CIDADANIA (Ofício nº 8/2019-GLCID).
43. Em 06.06.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º vice-líder do Partido Democratas - DEM (Ofício 017/2019-GLDEM).
44. Em 28.06.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado 1º vice-líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 191/2019-GLMDB).
45. Em 09.07.2019, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL/ (Of. s/n).
46. Em 10.07.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3ª vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
47. Em 10.07.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado 2º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
48. Em 10.07.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
49. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Patriota, passando a atuar como seu líder (Of. 041/2019-GSJKAJUR).
50. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru desfilou-se do Partido Socialista Brasileiro (Of. 038/2019-GSJKAJUR).
51. Em 12.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Partido Patriota (Of. 039/2019-GSJKAJUR).
52. Em 27.08.2019, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Memo. 35/2019-GLDPSB).
53. Em 11.09.2019, o Senador Eduardo Gomes retornou à função de 1º vice-líder do Governo (Of. nº 48, de 2019).
54. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada vice-líder do Partido Social Liberal - PSL (Of. 96-GLIDPSL).
55. Em 23.10.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado vice-líder da REDE (Of. 48/2019-GLREDE).
56. Em 04.02.2020, o Senador Rogério Carvalho foi indicado líder do PT (Of. 8/2020-GLDPT).
57. Em 03.03.2020, o Senador Ciro Nogueira foi indicado líder do Partido Progressista (Of. 17/2020-GLDPP).
58. Em 03.03.2020, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 1ª vice-líder do Partido Progressista (Of. 17/2020-GLDPP).
59. Em 01.04.2020, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL (Of. 28/2020-GLPSDB).
60. Em 24.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 092/2020-GSLB).
61. Em 08.05.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3ª vice-líder do PODEMOS (Of. 036/2020-GLPODE).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA REALIZAR VISITA TÉCNICA**

Finalidade: Realizar visita técnica ao Centro Espacial de Kourou, centro de lançamentos da Agência Espacial Europeia, localizado na Guiana Francesa, na localidade de Kourou, conhecido Centro de Inovações Tecnológicas e Modernidade Espacial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Requerimento nº 395, de 2019

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Prazo final: 18/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
	7.
	8.



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO ÀS MANCHAS DE ÓLEO NO LITORAL BRASILEIRO.

Finalidade: Acompanhar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as ações de enfrentamento às manchas de óleo no litoral brasileiro e seus desdobramentos. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

RQS nº 959, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽³⁾

Instalação: 05/11/2019

Prazo final: 10/06/2020

MEMBROS

Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁾

Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾

Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾

Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾

Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹⁾

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾

Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽¹⁾

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 22.10.2019, os Senadores Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Humberto Costa, Styvenson Valentim, Jaques Wagner, Fernando Bezerra Coelho, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares, para compor a comissão (RQS nº959/2019-CTEOLEO).
2. Em 29.10.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, para compor a comissão, conforme aprovação do Requerimento nº 977, de 2019.
3. Em 05.11.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jean Paul Prates, o Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CTEOLEO).

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): (61) 3303-3492



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Telmário Mota (PROS-RR)

Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)

Secretário(a): Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3511



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE

Finalidade: Apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol assim como os familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas e, também, investigar e identificar o motivo pelos quais os familiares ainda não terem recebido suas devidas indenizações.

Requerimento nº 994, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁸⁾

Leitura: 05/11/2019

Instalação: 11/12/2019

Prazo final: 03/08/2020

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽²⁾	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽²⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁶⁾	
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽⁷⁾	1.
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽⁷⁾	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁴⁾	1.
PODEMOS	
Senador Eduardo Girão (CE) ⁽⁵⁾	1. Senador Marcos do Val (ES) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽³⁾	1.
PSD	
Senador Otto Alencar (BA) ⁽¹⁾	1. Senador Nelsinho Trad (MS) ⁽¹⁾

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.

1. Em 09.12.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 169/2019-GLPSD).

2. Em 09.12.2019, os Senadores Dário Berger e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e o Senador Marcio Bittar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 239/2019-GLMDB).

3. Em 09.12.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-BLVANG).

4. Em 09.12.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPSDB).

5. Em 10.12.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 132/2019-GLPODEMOS).

6. Em 10.12.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 85/2019-GLDPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



7. Em 10.12.2019, os Senadores Leila Barros e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 149/2019-GLBSI).

8. Em 11.12.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jorginho Mello, Dário Berger e Izalci Lucas, o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CPICHAPE).

Secretário(a): Leandro Bueno

Telefone(s): 3303-4854



2)CPI DAS QUEIMADAS E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas da ampliação dos índices de desmatamento e de queimadas na Amazônia Legal, entre outros.

Requerimento nº 1.006, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 06/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
	1.
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
	1.
PODEMOS	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
	1.
PSD	
	1.

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



3)CPI DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas de ampliação dos índices do desmatamento na Amazônia Legal no período entre 1º de janeiro de 2018 e 27 de agosto de 2019, assim como o aumento dos índices de queimadas na Amazônia Legal.

Requerimento nº 993, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
	1.
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
	1.
PODEMOS	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
	1.
PSD	
	1.

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(9,19)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁹⁾	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(9,19)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁹⁾	3. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁹⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁹⁾	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁹⁾
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾	5. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁰⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	6. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(12,18)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁶⁾	7. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽¹³⁾	1. VAGO ^(8,33,39)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹³⁾	2. Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽⁸⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹³⁾	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽⁸⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(8,32)	4. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(14,37)
Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ^(8,28,31)	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁷⁾
Senador Major Olimpio (PSL-SP) ^(15,34,37)	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽³⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽³⁾	3. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,20,23)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	4. Senador Prisco Bezerra (PDT-CE) ^(3,35)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾	5. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁷⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁷⁾
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(7,21,24)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁷⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁷⁾	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁷⁾
PSD	
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	1. Senador Otto Alencar ^(2,26)
Senador Carlos Viana ^(2,25)	2. Senador Lucas Barreto ^(2,36,38)
Senador Irajá ⁽²⁾	3. Senador Angelo Coronel ^(2,27)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁶⁾
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ^(4,29,30)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).

2. Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).

3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 2/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLIID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
18. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).
19. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB).
20. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI).
21. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
22. Em 21.05.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 87/2019-GLBSI).
23. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI).
24. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 67/2019-BLPRD).
25. Em 21.08.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 127/2019-GLPSD).
26. Em 21.08.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente em substituição ao Senador Ângelo Coronel, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPSD).
27. Em 03.09.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro suplente em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 131/2019-GLPSD).
28. Em 03.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo PODEMOS, na comissão, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Of. 99/2019-GLPODE).
29. Em 03.09.2019, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 61/2019-BLVANG).
30. Em 09.09.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 62/2019-BLVANG).
31. Em 01.10.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 111/2019-GLPODE).
32. Em 25.11.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 120/2019-GLPODE).
33. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPODEMOS).
34. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 110/2019-GLIDPSL).
35. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 155/2019-GLBSI).
36. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
37. Em 06.02.2020, o Senador Major Olimpio deixa de atuar como suplente e passa a membro titular, e o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Memo nº 6/2020-GLIDPSL).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



38. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 051/2020-GLPSD).
39. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

(Requerimento 20, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Instalação: 23/04/2019

Prazo final: 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)

2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁹⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁹⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁹⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁸⁾
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁹⁾	3. VAGO ^(8,20,25,31)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁰⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹²⁾	5. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(7,23,29)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁶⁾	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽⁶⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽⁶⁾	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁶⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(15,23)	4. Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) ⁽²⁴⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(2,28)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	2. Senador Prisco Bezerra (PDT-CE) ^(2,26)
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ^(2,28)	4. VAGO ^(2,22)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,17)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁷⁾	3. Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(19,21)
PSD	
Senador Nelsinho Trad ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Viana ⁽¹⁾
Senador Irajá ⁽¹⁾	2. Senador Lucas Barreto ^(1,13,27,30)
Senador Otto Alencar ⁽¹³⁾	3. Senador Sérgio Petecão ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽³⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁶⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Weverton, Flávio Arns e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Cid Gomes, Fabiano Comparato e Marcos do Val, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB).



10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 33/2019-GLPSD).
14. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS).
15. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 26.02.2019, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 20/2019-BLPRD).
18. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD).
19. Em 10.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 44/2019-BLPRD).
20. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB).
21. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 69/2019-BLPRD).
22. Em 03.09.2019, o Senador Marcos do Val, membro suplente pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão (Memo. nº 121/2019-GLBSI).
23. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 95/2019-GLIDPSL).
24. Em 09.10.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 112/2019-GLPSDB).
25. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 237/2019-GLMDB).
26. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 156/2019-GLBSI).
27. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
28. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular em permuta com a Senadora Eliziane Gama, que passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 003/2020-BLSENIND).
29. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
30. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 052/2020-GLPSD).
31. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 1/2019-CAS, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

(Requerimento 1, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Styvenson Valentim, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Leila Barros e Fabiano Contarato, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

(Requerimento 27, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾	6. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).

2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 2/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão de pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

(Requerimento 2, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. VAGO ^(2,3)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	6. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Juíza Selma, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Fabiano Contarato e Styvenson Valentim, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)
3. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁹⁾
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽⁹⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(9,28,34)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁹⁾	3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁹⁾
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(9,23)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(9,51,62)
Senador José Maranhão (MDB-PB) ⁽⁹⁾	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(9,21)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁰⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹²⁾	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(7,57,59)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(7,32,60)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁷⁾	2. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(7,32,39,43,55,56)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,31,33,40)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁷⁾
Senador Orioivisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(8,20,29,30)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽⁸⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ^(8,48,49,50,64)	5. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ^(14,46,61,63,65)
Senador Major Olimpio (PSL-SP) ^(13,46)	6. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(15,47)
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	1. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽³⁾
Senador Prisco Bezerra (PDT-CE) ^(3,54)	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,42)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(3,25,26,52,53)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(3,24,27)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(3,22,35)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ^(3,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(6,16,18)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(6,16,19,36,37,44)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,18,45)
PSD	
Senador Antonio Anastasia ^(2,58)	1. Senador Sérgio Petecão ⁽²⁾
Senador Angelo Coronel ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾
Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾	3. Senador Otto Alencar ^(2,58)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽⁴⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ^(4,38,41)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nilsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 1/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLI).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
17. Em 12.03.2019, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 60/2019-GLBSI).
18. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permutaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
19. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
20. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO).
21. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB).
22. Em 24.04.2019, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 76/2019-GLBSI).
23. Em 06.05.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO).
24. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI).
25. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI).
26. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI).
27. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI).
28. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB).
29. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO).
30. Em 06.06.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO).
31. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO).
32. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB).
33. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO).
34. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB).
35. Em 02.07.2019, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Kátia Abreu, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 100/2019-GLBSI).
36. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD).
37. Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD).
38. Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG).



39. Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB).
40. Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE).
41. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG).
42. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI).
43. Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB).
44. Em 11.09.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
45. Em 11.09.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
46. Em 25.09.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 91/2019-GLIDPSL).
47. Em 20.11.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 107/2019-GLIDPSL).
48. Em 19.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 119/2019-GLPODEMOS).
49. Em 20.11.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº sn/2019-GLPODEMOS).
50. Em 25.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPODEMOS).
51. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 238/2019-GLMDB).
52. Em 09.12.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 145/2019-GLBSI).
53. Em 16.12.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 147/2019-GLBSI).
54. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 157/2019-GLBSI).
55. Em 05.02.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador José Serra (Of. nº 15/2020-GLPSDB).
56. Em 18.02.2020, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Plínio Valério (Of. nº 16/2020-GLPSDB).
57. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
58. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 22/2020-GLPSD).
59. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 21/2020-GLPSDB).
60. Em 05.03.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2020-GLPSDB).
61. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
62. Em 20.04.2020, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Pastore, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2020-GLMDB).
63. Em 23.04.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 32/2020-GLPODEMOS).
64. Em 27.04.2020, o Senador Romário foi designado membro titular, em substituição ao Senador Álvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 033/2020-GLPODEMOS).
65. Em 28.04.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLPODEMOS).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁸⁾	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁸⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁸⁾	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁸⁾	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁴⁾
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁹⁾	4. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹⁵⁾
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾	5. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽²⁴⁾
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁰⁾	6.
VAGO ^(11,26,30)	7.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁶⁾	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁶⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁶⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽⁷⁾	3. Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽⁷⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁷⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹²⁾	5. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹³⁾
	6. VAGO ^(22,29)
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,21,28)
Senador Prisco Bezerra (PDT-CE) ^(3,27)	2. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽³⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽³⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ^(3,21)	4. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁷⁾
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(5,16,19)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾
PSD	
Senador Angelo Coronel ^(1,2)	1. Senador Nelsinho Trad ⁽¹⁾
Senador Irajá ^(1,23)	2. VAGO ^(1,25)
Senador Sérgio Petecão ⁽¹⁾	3. Senador Carlos Viana ^(1,23)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁸⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽²⁰⁾

Notas:

1. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Cid Gomes, Flávio Arns, Marcos do Val e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Fabiano Comparato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLIID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP).
12. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB).
13. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO).
14. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).
15. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
17. Em 07.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 78/2019-GLBSI).
18. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG).
19. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 72/2019-BLPRD).
20. Em 07.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 50/2019-BLVANG).
21. Em 29.08.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Ofício nº 118/2019-GLBSI).
22. Em 29.08.2019, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 101/2019-GLPSDB).
23. Em 11.09.2019, os Senadores Irajá e Carlos Viana permutam e passam a ocupar, respectivamente, vaga de titular e suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 133/2019-GLPSD).
24. Em 02.10.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLUNIDB).
25. Em 16.10.2019, o Senador Arolde de Oliveira deixou de ocupar a vaga de suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 151/2019-GLPSD).
26. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 234/2019-GLMDB).
27. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 158/2019-GLBSI).
28. Em 05.02.2020, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 005/2020-BLSENIND).
29. Em 03.03.2020, o Senador Antônio Anastasia deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 23/2019-GLPSDB).
30. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

Finalidade: Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

(Requerimento 1, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾

Instalação: 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,3,4)	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)
2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEEFCB).
3. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)
4. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(10,17)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(6,16)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁰⁾	2. Senador José Maranhão (MDB-PB) ^(16,17)
VAGO ^(10,24,29)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁷⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹³⁾	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁸⁾	1. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽¹¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁹⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁴⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁵⁾	3. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ⁽¹⁵⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁰⁾	4. VAGO ^(20,23)
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,21)	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾	3. Senador Prisco Bezerra (PDT-CE) ^(19,21,25)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁷⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁷⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁷⁾	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁷⁾
PSD	
Senador Lucas Barreto ^(2,22,26,27)	1. Senador Carlos Viana ^(2,22)
Senador Otto Alencar ⁽²⁾	2. Senador Carlos Fávaro ^(2,18,28)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹²⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).



13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB).
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD).
19. Em 27.03.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 65/2019-GLBSI).
20. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO).
21. Em 19.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Memo. nº 110/2019-GLBSI).
22. Em 21.08.2019, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo PSD (Of. nº 128/2019-GLPSD).
23. Em 09.10.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 112/2019-GLPODE).
24. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 233/2019-GLMDB).
25. Em 04.02.2020, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 002/2019-GLBSI).
26. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
27. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 049/2020-GLPSD).
28. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Osmar Aziz, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 54/2020-GLPSD).
29. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO GRANDE IMPULSO PARA A SUSTENTABILIDADE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 53/2019-CMA, para, no prazo de 90 (noventa) dias, propor políticas públicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social, que representem um Novo Arranjo Verde para o Desenvolvimento Sustentável e que alavanquem investimentos nacionais e estrangeiros para produzir um ciclo virtuoso de crescimento econômico, gerador de emprego e renda, redutor de desigualdades e brechas estruturais e promotor de sustentabilidade.

(Requerimento 53, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾

Instalação: 29/10/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 09.10.2019, os Senadores Confúcio Moura, Styvenson Valentim e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Otto Alencar, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 298/2019-CMA)

2. Em 29.10.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaques Wagner a Presidente, a Vice-Presidente o Senador Confúcio Moura e designou o Senador Styvenson Valentim como Relator deste Colegiado (Of. 333/2019-CMA).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9,34)	1. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (9,13)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (13)	2. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10,13,14,16,20)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (13,18,20)	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (14,23)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (15)	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (28)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (25,34)	5. VAGO (30,37)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7)	1. VAGO (6,27,35)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7)	2. Senador Romário (PODEMOS-RJ) (7)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (8,26)	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (8)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (11,27)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (12,26)
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)	
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3,29,31)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (19)
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	3. VAGO (21,33)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5,17)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5)
PSD	
Senador Arolde de Oliveira (1)	1. Senador Sérgio Petecão (1,2)
Senador Nelsinho Trad (1)	2. Senador Lucas Barreto (1,32,36)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (24)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (22)	2.

Notas:

*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº7/2019-GLPSD).

2. Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº20/2019-GLPSD).

3. Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gurgacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).

4. Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).

6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).

7. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLID).

8. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).

9. Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).

10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).



12. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).
13. Em 28.03.2019, o Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e o Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB).
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3ª suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2ª suplente (Of. nº 125/2019-GLMDB).
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB).
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB).
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD).
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDDB).
19. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI).
20. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLDPP).
21. Em 07.08.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLBSI).
22. Em 13.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-BLVANG).
23. Em 13.08.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 58/2019-GLDPP).
24. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 57/2019-BLVANG).
25. Em 23.09.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 215/2019-GLMDB).
26. Em 25.09.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em permuta com o Senador Lasier Martins, que passa a ocupar vaga como suplente (Of. nº 110/2019-GLPSDB).
27. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 94/2019-GLIDPSL).
28. Em 15.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 220/2019-GLMDB).
29. Em 07.11.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 136/2019-GLBSI).
30. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 236/2019-GLMDB).
31. Em 11.12.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 146/2019-GLBSI).
32. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
33. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND).
34. Em 11.03.2020, os Senadores Márcio Bittar e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, em substituição aos Senadores Jader Barbalho e Eduardo Gomes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 17/2020-GLMDB).
35. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
36. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 053/2020-GLPSD).
37. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

(Requerimento 7, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽³⁾

Instalação: 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Finalidade: Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

(Requerimento 48, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Prazo final: 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
VAGO ^(1,2)	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	5.

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)

2. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(1,24)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁰⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹⁰⁾
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹⁰⁾
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁰⁾	3. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽⁹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹²⁾	4. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(5,22)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(6,18,22)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(8,31,32)	1. VAGO ^(8,27,29)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁸⁾	2. Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) ⁽¹⁴⁾
Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽¹³⁾	3. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)	
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽³⁾	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽³⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,25)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(7,17,21)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁷⁾	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(7,16)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²³⁾	
PSD	
Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾	1. Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾
Senador Antonio Anastasia ^(2,30)	2. Senador Angelo Coronel ^(2,30)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
PODEMOS ⁽¹⁹⁾	
Senador Marcos do Val ^(20,26)	1. Senador Elmano Férrer ^(20,26,28)

Notas:

*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).

2. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).

3. Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).

4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

7. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).

8. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).

9. Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).



10. Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
15. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
16. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
17. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
18. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
19. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
20. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
21. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
22. Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
23. Em 13.08.2019, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão em vaga compartilhada com o PSD (Of. nº 73/2019-BLPRD).
24. Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
25. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
26. Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS (Of. nº 91/2019-GLPODE).
27. Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB).
28. Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE).
29. Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB).
30. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD).
31. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
32. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 22/2020-GLPSDB).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

(Requerimento 8, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽²⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾
Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽²⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽²⁾	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽²⁾	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O FAVORECIMENTO À LEROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 52/2019-CRE, do Senador Jaques Wagner, para se informar sobre a tentativa de favorecimento ilegal à empresa de energia Leros.

(Requerimento 52, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

Instalação: 10/09/2019

Prazo prorrogado: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 30.08.2019, os Senadores Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Antonio Anastasia, Soraya Thronicke e Chico Rodrigues, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 138/2019-CRE)

2. Em 10.09.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad a Presidente, e designou o Senador Jaques Wagner como relator deste Colegiado (Of. 148/2019-CRE).

*. Em 31.10.2019, foi prorrogado o prazo da Subcomissão para 60 (sessenta) dias (Of. 182/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁸⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁸⁾
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ⁽⁸⁾	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁸⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁸⁾	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁸⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁸⁾	4. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ^(7,13,14)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁹⁾	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹²⁾	6. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁶⁾	1. Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽⁶⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ^(10,20,24)	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁶⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁶⁾	3. VAGO ^(11,25)
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)	
VAGO ^(3,23)	1. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾	3. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽³⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁵⁾	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁵⁾
	3.
PSD	
Senador Lucas Barreto ^(2,22,26)	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Carlos Viana ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾
Senador Irajá ⁽²⁾	3. Senador Sérgio Petecão ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
VAGO ^(19,21)	1. Senador Oriovisto Guimarães ⁽¹⁹⁾
Senador Elmano Férrer ⁽¹⁹⁾	2. Senador Lasier Martins ⁽¹⁹⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Weverton, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Cufúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).



8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
12. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).
13. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
14. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDB).
15. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDB).
16. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB).
17. Em 04.07.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
19. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Orioivisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLIID).
20. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 111/2019-GLIDPSL).
21. Em 05.02.2020, o Senador Styvenson Valentim, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 004/2020-GLPODE).
22. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
23. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND).
24. Em 05.02.2020, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-GLPSDB).
25. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
26. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 048/2020-GLPSD).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹⁰⁾	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁰⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(9,11)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(5,13,26)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁶⁾
	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁷⁾	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁷⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁷⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(7,8)	3. VAGO ^(21,27)
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ^(3,18,23)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ^(3,14,15)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽³⁾	3. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁶⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁶⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
PSD	
Senador Lucas Barreto ^(2,24,28)	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	2. Senador Otto Alencar ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2.
PODEMOS ⁽¹⁹⁾	
Senador Eduardo Girão ^(20,25)	1. Senador Styvenson Valentim ⁽²⁰⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB).
- Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).
- Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 06/2019-BPUB).



14. Em 27.02.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Flávio Arns, para compor a comissão (Memo. nº 54/2019-GLBSI).
15. Em 12.03.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 58/2019-GLBSI).
16. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB).
17. Em 9.4.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo. 70/2019-GLBSI).
18. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão (Memo. nº 95/2019-GLBSI).
19. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
20. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLIID).
21. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
22. Em 18.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 221/2019-GLMDB).
23. Em 22.10.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 131/2019-GLBSI).
24. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
25. Em 05.02.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 011/2020-GLPODEMOS).
26. Em 03.03.2020, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 02/2020-BLUNIDB).
27. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
28. Em 24.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 047/2020-GLPSD).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 12/2019-CDR, do Senador Zequinha Marinho, para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte.

(Requerimento 12, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾

Instalação: 15/05/2019

Prazo final: 22/12/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽¹⁾	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽¹⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Albuquerque (PSD-AP) ^(1,4)	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 08.05.2019, os Senadores Zequinha Marinho, Elmano Férrer e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama, Chico Rodrigues e Plínio Valério, membros suplentes, para compor a comissão (Memo. nº09/2019-CDR).

2. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho e o Senador Elmano Férrer, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CDRUBM).

3. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Lucas Barreto a Relator deste colegiado (Memo. 02/2019-CDRUBM).

4. Em 12.02.2020, o senador Paulo Albuquerque foi indicado membro titular, em substituição ao senador Lucas Barreto na subcomissão (Of. nº 21/2020-CDR).

*. Em 10.02.2020, fica prorrogado o prazo final do Colegiado, até o final da presente sessão legislativa (Of. 13/2020-CDR/PRES)

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁹⁾	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(9,19)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁸⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹¹⁾
Senador José Maranhão (MDB-PB) ⁽⁸⁾	3. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹³⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁰⁾	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁶⁾	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁵⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽⁷⁾	2. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁷⁾
VAGO ^(14,25)	3. Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ^(16,22,24)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁵⁾	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽²⁾
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽²⁾	2.
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁴⁾
PSD	
Senador Lucas Barreto ^(1,23,26)	1. Senador Sérgio Petecão ^(1,20,21,28)
Senador Carlos Fávaro ^(1,27)	2. Senador Angelo Coronel ^(1,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽³⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽³⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLIID).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA).
- Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB).
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA).
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB).
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD).
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB).
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD).
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG).
22. Em 04.02.2020, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 002/2020-GLPODE).
23. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
24. Em 11.02.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, para compor a comissão (Of. nº 20/2020-GLPODEMOS).
25. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
26. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 050/2020-GLPSD).
27. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD).
28. Em 23.04.2020, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(1,26)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹⁰⁾	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁰⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹⁰⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁷⁾	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽¹⁰⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(11,25)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ^(6,16)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁹⁾	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁹⁾	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾
VAGO ^(20,28)	3. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽²¹⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ^(4,12,17)	1. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ^(4,13)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(4,23)	2. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽⁴⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁴⁾	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁸⁾	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(8,15,22)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁸⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁸⁾
PSD	
Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾	1. Senador Carlos Viana ^(2,3)
Senador Angelo Coronel ^(2,3)	2. Senador Vanderlan Cardoso ^(2,27)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁵⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾	2.
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Orioivisto Guimarães ⁽¹⁹⁾	1. Senador Styvenson Valentim ⁽¹⁹⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).
- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT (Memo. nº 17/2019-GLBSI).



13. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI).
14. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT).
15. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB).
17. Em 02.07.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular; e o Senador Acir Gurgacz, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 99/2019-GLBSI).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
19. Em 13.02.2019, o Senador Orioivisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLID).
20. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
21. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
22. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 70/2019-BLPRD).
23. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição ao Senador Marcos do Val (Memo. nº 115/2019-GLBSI).
24. Em 23.09.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2019-BLVANG).
25. Em 03.03.2020, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso (Of. nº 15/2020-GLDPP).
26. Em 04.03.2020, a Comissão reunida elegeu a Senadora Daniella Ribeiro para Presidente deste colegiado (Of. 2/2020-CCT).
27. Em 12.03.2020, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 36/2020-GLPSD).
28. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,8,9)	2.
	3.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹²⁾	1.
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽¹²⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽³⁾
PSD	
Senador Irajá ⁽¹⁾	1. Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(2,5)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾
PODEMOS ⁽¹⁰⁾	
Senador Alvaro Dias ^(11,13)	1. Senador Eduardo Girão ⁽¹¹⁾

Notas:

*. A 11ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).

2. Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

3. Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).

4. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB).

5. Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019).

6. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF).

7. Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB).

8. Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB).

9. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB).

10. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)

11. Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).

12. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama e o Senador Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 116/2019-GLBSI).

13. Em 10.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 100/2019-GLPODEMOS).

Secretário(a): Andréia Mano**Telefone(s):** 61 3303-4488**E-mail:** csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁷⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(6,13)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁶⁾
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁶⁾	3. VAGO ^(6,12,26,30)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁵⁾	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁵⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(5,14)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(5,14)
VAGO ^(21,29)	3. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)	
VAGO ^(2,27)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(2,11)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁴⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾
PSD	
Senador Angelo Coronel ⁽¹⁾	1. Senador Irajá ^(1,23,28)
Senador Otto Alencar ⁽¹⁾	2. Senador Omar Aziz ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽³⁾	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁸⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(3,8)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(15,16,17)
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Reguffe ^(19,24)	1. Senador Styvenson Valentim ^(19,20,25)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019).
- Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP).
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC).
- Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB).
13. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB).
14. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB).
15. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG).
16. Em 09.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL, ficando seu efeito a cessão do Of. nº 46/2019-BLVANG (Of. nº 48/2019-BLVANG).
17. Em 10.07.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente para compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, que cedeu a vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 86/2019-GLPSDB).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
19. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLIID).
20. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLIID).
21. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
22. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
23. Em 03.09.2019, o Senador Carlos Viana, membro suplente pelo PSD, deixou de compor a comissão (Of. nº 134/2019-GLPSD).
24. Em 24.09.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, pelo PODEMOS, em substituição ao Senador Eduardo Girão, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLPODEMOS).
25. Em 29.10.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, em substituição à Senadora Rose de Freitas, para compor a comissão (Of. nº 115/2019-GLPODEMOS).
26. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 235/2019-GLMDB).
27. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND).
28. Em 03.03.2020, o Senador Irajá foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2020-GLPSD).
29. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
30. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 04, de 2019-CTFC, com a finalidade de debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

(Requerimento 4, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾

Instalação: 03/09/2019

Prazo final: 10/07/2020

TITULARES	SUPLENTES
VAGO ^(1,5)	1. Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ^(1,3,4)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾	3.

Notas:

1. Em 02.07.2019, as Senadoras Juíza Selma, Mara Gabrilli e Eliziane Gama foram designadas membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Izalci Lucas, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memorando nº 29/2019-CTFC)
2. Em 03.09.2019, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli presidente do colegiado (Of. 34/2019-CTFC)
3. Em 25.09.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor o Colegiado, pois não pertence mais ao quadro da CTFC (Memorando nº 05/2019-CTFCGPCC)
4. Em 12.02.2020, o senador Reguffe foi designado membro suplente na subcomissão (Of. nº 1/2020-CTFCGPCC).
5. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 18 de setembro de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 3303-5258**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)	2.
Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	3.
VAGO ⁽¹⁾	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾	1.
Senador Major Olimpio (PSL-SP)	2.
Bloco Parlamentar Senado Independente (CIDADANIA, REDE, PDT, PSB)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Weverton (PDT-MA)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT)	1.
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR)	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁴⁾
PODEMOS	
Senador Marcos do Val (ES)	1. Senador Eduardo Girão (CE)

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. Vago devido à renúncia do Senador Confúcio Moura, de acordo com o Memorando - MEMO nº048/2019 - GSMOURA, data: 25/09/2019.
2. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do PSDB, Roberto Rocha, por meio do Ofício nº 109/2019 - GLPSDB.
3. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
4. Senadora eleita na sessão do dia 25/09/2019, indicada pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

MEMBROS	
DEM	
Senador Rodrigo Pacheco (MG)	
PSD	
Senador Irajá (TO)	
PSDB	
Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)	



4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (MDB-AC)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/02/2019**Notas:**

1. Designação por meio de Ato do Presidente do Senado Federal nº6, de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL*(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)***Número de membros:** 1 titulares**PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)



7) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

